

第 26 期

第二組

澳門特別行政區公報
由第一組及第二組組成

二零零九年七月三日，星期五



Número 26

II

SÉRIE

do *Boletim Oficial* da Região Administrativa
Especial de Macau, constituído pelas séries I e II

Sexta-feira, 3 de Julho de 2009

澳門特別行政區公報 BOLETIM OFICIAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

副刊

SUPLEMENTO

目 錄

澳門特別行政區

政府機關通告及公告

廉政公署佈告：

2008澳門廉政公署年報。..... 9594

SUMÁRIO

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

Avisos e anúncios oficiais

Comissariado contra a Corrupção:

Relatório de Actividades do Comissariado contra a
Corrupção, relativo ao ano de 2008. 9594

印務局，澳門官印局街。電話：2857 3822 • 傳真：2859 6802 • 電子郵件：info@io.gov.mo

Imprensa Oficial, Rua da Imprensa Nacional — Macau. Tel.: 2857 3822 • Fax: 2859 6802 • E-mail: info@io.gov.mo

網址 Website: <http://www.io.gov.mo>

政府機關通告及公告 AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

澳門特別行政區

廉政公署

2008 廉政公署年報

目錄

第一章	導言	9596
第二章	體制與組織架構	9599
2.1	體制.....	9599
2.2	職能與組織架構.....	9599
2.3	廉政公署人員紀律監察委員會.....	9601
第三章	個案處理總體情況	9601
3.1	收案數字.....	9601
3.2	案件處理情況.....	9605
3.3	案件處理進度.....	9608
3.4	廉政公署人員紀律監察委員會處理投訴的狀況.....	9609
第四章	反貪工作	9609
4.1	舉報和立案數字.....	9609
4.2	結案及送檢察院案件摘要.....	9610
4.3	法院判決.....	9613
4.4	追繳歐文龍案不法資產及國際刑警通緝令.....	9624
4.5	培訓交流工作.....	9624
4.6	財產申報工作.....	9626
第五章	行政申訴工作	9626
5.1	調查.....	9627
5.2	審查.....	9636
5.3	部門 / 機構的廉潔管理.....	9644
5.4	製作指引及舉辦講座 / 工作坊.....	9646
5.5	對外交流及人員培訓.....	9646

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

COMISSARIADO CONTRA A CORRUPÇÃO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO
COMISSARIADO CONTRA A CORRUPÇÃO
2008

ÍNDICE

CAPÍTULO I — INTRODUÇÃO	9596
CAPÍTULO II — REGIME E ESTRUTURA ORGÂNICA	9599
2.1 Regime.....	9599
2.2 Funções e estrutura orgânica.....	9599
2.3 Comissão especializada para a fiscalização dos problemas relacionados com queixas contra a disciplina do pessoal do Comissariado contra a Corrupção.....	9601
CAPÍTULO III — SITUAÇÃO GERAL DE TRATAMENTO DOS PROCESSOS	9601
3.1 Número de queixas recebidas.....	9601
3.2 Tratamento dado às queixas.....	9605
3.3 Andamento dos casos.....	9608
3.4 Tratamento de queixas na Comissão especializada para a fiscalização dos problemas relacionados com queixas contra a disciplina do pessoal do CCAC.....	9609
CAPÍTULO IV — COMBATE À CORRUPÇÃO	9609
4.1 Número de denúncias e de processos instruídos....	9609
4.2 Sumário de processos findos e encaminhados para o Ministério Público.....	9610
4.3 Processos julgados.....	9613
4.4 Recuperação das vantagens ilícitas envolvidas no caso de Ao Man Long e mandados de captura da Interpol.....	9624
4.5 Acções de formação e intercâmbio.....	9624
4.6 Declaração de rendimentos e interesses patrimoniais.....	9626
CAPÍTULO V — PROVEDORIA DE JUSTIÇA	9626
5.1 Investigação.....	9627
5.2 Pesquisa.....	9636
5.3 Gestão íntegra nos serviços/instituições públicos...	9644
5.4 Produção de instruções e realização de palestras / workshops.....	9646
5.5 Intercâmbio com o exterior e formação de pessoal.....	9646

第六章 社區關係	9646	CAPÍTULO VI — RELAÇÕES COMUNITÁRIAS	9646
6.1 倡廉教育.....	9646	6.1 Sensibilização para a integridade.....	9646
6.2 社區工作.....	9653	6.2 Relações comunitárias.....	9653
6.3 私營領域反貪意見收集.....	9654	6.3 Recolha de opiniões sobre o combate à corrupção no Sector Privado.....	9654
6.4 反賄選研究及宣傳工作.....	9655	6.4 Acções de divulgação e estudo de combate à corrupção.....	9655
6.5 三地監察機關專題研討會.....	9656	6.5 Conferências organizadas pelas autoridades de supervisão do Interior da China, Hong Kong e Macau.....	9656
6.6 常規宣傳工作.....	9656	6.6 Projectos de sensibilização regulares.....	9656
6.7 聯繫與交流.....	9657	6.7 Contactos e intercâmbio.....	9657
第七章 行政工作	9658	CAPÍTULO VII — TRABALHO ADMINISTRATIVO	9658
7.1 預算.....	9658	7.1 Orçamento.....	9658
7.2 人員.....	9664	7.2 Pessoal.....	9664
附件 行政申訴範疇立案調查個案撮要	9666	ANEXO — Resumos de Casos da Provedoria de Justiça Investigados com Processos Instruído	9666

圖表索引

圖表一	2000-2008年收案數字趨勢.....	9602
圖表二	2006-2008年收案類別比較.....	9602
圖表三	2006-2008年收案數字比較（按來源界定）..	9603
圖表四	2008年收案數字構成（以收案方式界定）..	9604
圖表五	2006-2008年收案數字比較（按收案方式界定）.....	9604
圖表六	2008年收案處理情況.....	9605
圖表七	2000-2008年立案數字趨勢.....	9606
圖表八	2008年案件處理分類.....	9607
圖表九	2006-2008年立案數字比較（按收案來源界定）.....	9607
圖表十	2008年共須處理案件.....	9608
圖表十一	2008年案件處理進度.....	9608
圖表十二	2007年及2008年反貪局收案統計比較表..	9610
圖表十三	2007年及2008年反貪局結案統計比較表..	9610

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I	Evolução do Número de Queixas Recebidas entre 2000 e 2008.....	9602
Quadro II	Classificação das Queixas Recebidas entre 2006 e 2008.....	9602
Quadro III	Quadro Comparativo das Queixas Recebidas entre 2006 e 2008 (segundo a origem).....	9603
Quadro IV	Queixas Recebidas em 2008 (segundo a via).....	9604
Quadro V	Quadro Comparativo das Queixas Recebidas entre 2006 e 2008 (segundo a via).....	9605
Quadro VI	Tratamento das Queixas Recebidas em 2008.....	9605
Quadro VII	Evolução do Número de Processos Instruídos entre 2000 e 2008.....	9606
Quadro VIII	Classificação dos Casos Recebidos em 2008 por Forma de Tratamento.....	9607
Quadro IX	Quadro comparativo dos Processos Instruídos entre 2006 e 2008 (segundo a origem).....	9607
Quadro X	Casos Tratados em 2008.....	9608
Quadro XI	Andamento do Tratamento de Casos em 2008.....	9608
Quadro XII	Estatística dos Casos Recebidos pela Direcção dos Serviços contra a Corrupção em 2007 e 2008.....	9610
Quadro XIII	Estatística dos Casos Dados por Fintos pela Direcção dos Serviços contra a Corrupção em 2007 e 2008.....	9611

圖表十四	2008年行政申訴個案涉及內容.....	9628	Quadro XIV	Assuntos Constantes dos Casos da Área da Provedoria de Justiça em 2008.....	9629
圖表十五	2008年行政申訴個案的處理情況.....	9629	Quadro XV	Tratamento dos Casos da Área da Provedoria de Justiça em 2008.....	9630
圖表十六	2008年行政申訴範疇求助諮詢個案涉及內容.....	9634	Quadro XVI	Assuntos Constantes dos Pedidos de Apoio e Consulta na Área da Provedoria de Justiça em 2008.....	9635
圖表十七	2000-2008年講座統計總表.....	9647	Quadro XVII	Estatística das Palestras Realizadas entre 2000 e 2008.....	9647
圖表十八	2008年為公務人員舉辦的各類講座及講解會之統計表.....	9648	Quadro XVIII	Estatística das Palestras e Sessões de Esclarecimento Destinadas aos Funcionários Públicos em 2008.....	9648
圖表十九	2008年為社團、教育機構、部門及公司舉行講座之統計表.....	9650	Quadro XIX	Estatística das Palestras Realizadas para Associações, Instituições de Ensino e Empresas em 2008.....	9651
圖表二十	2008年各類講座、座談會及工作坊等之統計總表.....	9652	Quadro XX	Estatística Geral das Palestras, Colóquios e Workshops Organizados em 2008.....	9652
圖表二十一	2008年黑沙環社區辦事處接待市民人數統計表.....	9653	Quadro XXI	Estatística dos Cidadãos Atendidos na Delegação do CCAC em 2008.....	9653
圖表二十二	2008年收入管理.....	9659	Quadro XXII	Receitas – Gerência de 2008.....	9659
圖表二十三	2008年實際收入結構.....	9660	Quadro XXIII	Estrutura das Receitas Cobradas em 2008.....	9660
圖表二十四	2008年支出管理.....	9661	Quadro XXIV	Despesas – Gerência de 2008.....	9662
圖表二十五	2008年實際支出結構.....	9662	Quadro XXV	Estrutura das Despesas Realizadas em 2008.....	9663
圖表二十六	2008年預算支出與實際支出對比.....	9663	Quadro XXVI	Comparação entre Despesas Orçamentadas e Realizadas em 2008.....	9664
圖表二十七	2000-2008年人員數目比較表.....	9664	Quadro XXVII	Evolução do Número de Efectivos entre 2000 e 2008.....	9665

第一章

導言

2008年，廉署的工作持續緊湊，除了關於歐案的大量後續工作外，另一重點是全面、系統地健全防貪機制和提升調查力量，包括從管理上通過與公共部門和機構的“廉潔管理計劃”繼續推動廉潔管理文化的確立，並加強制度審查和運作審查；加快展開對私營領域的防貪研究，將廉署的監察範圍延伸至私人領域、構建廉政監察覆蓋社會整體作充分的準備；修改廉署架構，擴大人員配備，加強人員培訓和增加裝備，提升廉署整體實力等。同時，部署監察選舉的工作亦已於2008年中展開。

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O ano de 2008 foi um ano de intensa actividade para o Comissariado contra a Corrupção. Para além do grande volume de trabalho relacionado com o caso de Ao Man Long, foram também prioridades nossas o aperfeiçoamento integral e sistematizado dos mecanismos de prevenção da corrupção e o reforço dos meios de investigação. De entre os projectos desenvolvidos, merecem destaque os seguintes: continuar a impulsionar a criação de uma cultura de gestão íntegra nos serviços e entidades públicas, através do «Plano para uma gestão íntegra», e reforçar a pesquisa de regimes jurídicos e do funcionamento; acelerar o estudo sobre a corrupção no sector privado, numa preparação para o alargamento das competências de supervisão do CCAC ao sector privado e consequente extensão a toda a sociedade das acções promotoras da integridade; alterar a estrutura orgânica da instituição, visando a expansão da sua dotação de pessoal, reforçar a sua formação e aumentar o equipamento, de modo a aumentar a sua capacidade integral. Há ainda a referir que o planeamento de acções de supervisão eleitoral foi iniciado logo em meados do ano.

“政經風險評估” 2008年發表的亞洲貪污趨勢年報，對13個亞洲國家及地區進行評估，澳門以3.3分排行第四，與上年持平，廉潔評分較上年提高。而“透明國際”發布的“2008國際清廉指數”中，澳門得分5.4分，在亞太區排行第8位，較2007年跌0.3分，下跌2位。

廉政公署在2008年共收案796宗，當中涉及刑事性質的舉報案件共553宗，涉及行政申訴的243宗。

在刑事性質的舉報案件中，具備條件處理的有88宗，其中立案跟進31宗，加上2007年轉入的79宗，2008年重開1宗，共須處理立案111宗案件。此外，2008年共開立協查案件12宗，加上2007年轉入的19宗，重開的2宗，共須處理協查案33宗。2008年共須處理刑事案件144宗，結案46宗，包括調查終結案件34宗，移送檢察院案件10宗，經重新調查後再歸檔的2宗。由廉署偵辦經法院判決的案件全年共9宗，涉及被告23人，20名被告被判罪名成立，入罪率87%。

在行政申訴領域，全年共收到個案243宗，同比微升，當中仍以涉及公職制度、違法工程、交通違例、物業使用監管方面為主。此外，有關行政申訴方面的求助諮詢個案則有639宗。

審查工作方面，2008年廉署完成了《有關現行物業用途法規及相關監察機制的分析》制度審查，報告亦已送交行政長官。運作審查方面，廉署首次與勞工事務局合作，對勞資糾紛、打擊非法工作等程序進行審查。並繼續與身份證明局合作，對居民證件的簽發及管理程序進行審查。此外，廉署繼續跟進土地工務運輸局城市建設廳監察處及身份證明局旅遊證件廳運作改善措施的落實情況。

“廉潔管理計劃”自2007年8月底推出以來，現時61個政府部門和機構已全部加入該項計劃，有些部門更總結了初步經驗後作出進一步的完善，而廉署亦一直提供協助。整體而言，部門對人員的迴避、收受利益、兼任，以及採購程序等方面的運作機制均有所完善。

No relatório anual relativo às tendências de corrupção na Ásia, referente a 2008, publicado pela Political & Economic Risk Consultancy, Macau, com 3,3 pontos, surgiu como o 4.º melhor classificado de entre os 13 países e territórios asiáticos aí analisados, mantendo o mesmo lugar do ranking e obtendo melhor pontuação relativamente ao ano anterior. Já no Índice de Percepção da Corrupção 2008, publicado pela Transparência Internacional, a região obteve 5,4 pontos, menos 0,3 do que em 2007, e desceu dois lugares, ocupando o 8.º lugar do ranking ásia-pacífico.

As queixas e participações recebidas em 2008 totalizaram 796, sendo 553 de carácter penal e 243 da área da provedoria de justiça.

De entre os casos penais denunciados, 88 reuniram condições para serem investigados e 31 destes viram instruído o respectivo processo. Juntados os 79 processos transitados de 2007 e 1 reaberto em 2008, foram tratados um total de 111 processos. Ao mesmo tempo, houve 33 casos de prestação de auxílio na investigação, entre os quais 12 entrados em 2008, 2 reabertos no mesmo ano e 19 transitados do ano anterior. Do total dos 144 casos penais tratados em 2008, 46 foram dados por findos: em 34 casos foi posto termo à investigação, 10 foram encaminhados para o Ministério Público e 2 arquivados depois de terem sido re-investigados. Durante o ano, o Tribunal julgou 9 casos investigados pelo CCAC e, dos 23 arguidos envolvidos, 20 foram punidos, representando 87%.

Na área da provedoria de justiça, o número de queixas e participações, no total de 243, subiu ligeiramente comparativamente com o ano anterior. Matérias respeitantes ao regime da função pública, obras públicas, infracções à legislação rodoviária e utilização de prédios urbanos continuaram a ser as mais visadas. Por outro lado, deram entrada 639 pedidos de apoio e consulta.

No âmbito da pesquisa de regimes jurídicos, foi concluído o «Estudo das normas vigentes e mecanismos de fiscalização relativos à utilização de prédios urbanos» tendo o relatório sido já entregue ao Chefe do Executivo. Relativamente à pesquisa de funcionamento, o CCAC colaborou, pela primeira vez, com a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais no âmbito de um projecto de pesquisa sobre os procedimentos de tratamento de conflitos laborais, o combate ao trabalho ilegal e outros. Prosseguiu a colaboração com a Direcção dos Serviços de Identificação na pesquisa sobre os procedimentos da emissão e gestão de documentos de identificação. Paralelamente, continuou a ser objecto de acompanhamento a implementação das medidas tendentes a melhorar o funcionamento da Divisão de Fiscalização do Departamento de Urbanização da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e do Departamento de Documentos de Viagem da Direcção dos Serviços de Identificação.

Lançado em finais de Agosto de 2007, o «Plano para uma Gestão Íntegra» conta com a participação de todos os 61 serviços e entidades públicos. De referir que alguns serviços já avançaram com medidas de melhoria após terem feito um primeiro balanço sobre a aplicação do plano. Em geral, os serviços e entidades públicos reforçaram a sensibilização dos trabalhadores para as matérias de impedimentos, aceitação de vantagens e acumulação de funções, bem como aperfeiçoaram os mecanismos respeitantes ao procedimento da aquisição de bens e serviços.

為配合特區政府的施政方針，及履行《聯合國反腐敗公約》所定的目標，廉署的監察範圍將延伸至私人領域。為此，廉署舉辦了多場圍繞私營領域貪污為題的大型專題講座，並與多個行業合辦座談會，聽取業界對防範私營領域貪污的意見。相關的法律草案已於2008年中旬提交行政長官。

2008年廉政公署繼續積極拓展社區關係，提升廉潔教育成效，舉辦各類講座共377場，參加人數達33,500人次。同時，針對近年社會的急速發展，廉署加強青少年學生的誠信教育，中學生德育教材亦正加緊編製。此外，除黑沙環社區辦事處外，氹仔社區辦事處預期2009年中便將投入運作。

人員培訓方面，2008年廉署派員參加與北京國家行政學院及廣東行政學院的研習班，課程內容主要圍繞國內現今的經濟、外交、行政體制及廉政建設的政策及發展，亦派員參加與中國人民公安大學合辦的偵查課程。港澳廉署的人員交流培訓方面，主要的培訓有：香港廉署調查主任入職課程、分析軟件應用培訓課程、香港廉署2008年的入職課程等。廉署為新增聘的調查人員開展了為期半年的培訓工作，他們將於2009年3月中旬正式加入廉政公署，進一步加強廉政公署的調查力量。

2008年，廉政公署的對外交流活動較為頻繁，積極參與各類相關的國際會議和業務交流，加強與國際機構的合作，具體包括出席在香港舉行的國際申訴專員協會（IOI）理事會會議、在烏克蘭舉行的國際反貪局聯合會第三次年會暨會員代表大會、新加坡舉行的“反貪專家工作坊”、在雅典舉行的第13屆國際反貪污大會、在馬尼拉舉行的第五次中國與東盟成員國總檢察長會議、在新加坡舉行的“亞太地區反腐敗行動計劃第12次指導會議”。此外，廉署亦組織代表團考察了內地監察機關的運作。同時，廉署也接待了多個國家和地區的訪問團，包括香港廉政公署代表團、東帝汶國會議員代表團、芬蘭行政學院代表團、中國政法大學代表團、參加國際申訴專員協會理事

No quadro das Linhas de Acção Governativa da RAEM, e com vista à concretização dos objectivos definidos na «Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção», a esfera da supervisão exercida pelo CCAC será alargada ao sector privado. A este propósito, organizámos vários seminários de grande dimensão que tiveram por tema a corrupção no sector privado e promovemos colóquios conjuntamente com vários sectores profissionais para que fossem auscultados sobre a prevenção desse fenómeno. O projecto de lei sobre o alargamento dos poderes do CCAC foi submetido ao Chefe do Executivo em meados de 2008.

No ano em análise, continuámos empenhados na expansão das relações comunitárias e na melhoria da eficácia da sensibilização. Ao todo, foram realizadas 377 palestras, subordinadas a temas diversos, e os participantes atingiram o número recorde de 33.500. Simultaneamente, face ao rápido desenvolvimento social dos anos recentes, foi reforçada a educação para a honestidade dos adolescentes e estudantes. A produção de material didáctico destinado aos alunos do ensino secundário está em bom andamento. Refira-se ainda que à actual Delegação do CCAC na Areia Preta se juntará mais uma delegação, sita na Taipa, com entrada em funcionamento prevista para meados de 2009.

No referente à formação de pessoal, elementos do CCAC participaram em cursos realizados no Instituto Nacional de Administração em Beijing e no Instituto de Administração de Guangdong, para receberem formação sobre a actualidade chinesa, designadamente as políticas e o desenvolvimento do país nas áreas económica, diplomática, do sistema administrativo e da luta contra a corrupção. Foi também enviado pessoal para o curso de inquérito policial organizado conjuntamente pelo CCAC e pela Universidade de Segurança Pública do Povo da China. As acções de intercâmbio na área da formação de pessoal com a Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong incluíram cursos de acesso à categoria de investigador-chefe da ICAC, de utilização de programas informáticos de análise e de acesso ao pessoal da ICAC de 2008. Para além disso, desenvolveu-se o programa de formação, com a duração de seis meses, para os novos investigadores. Com o início formal de funções destes investigadores, previsto para meados de Março de 2009, serão reforçados os nossos meios de investigação.

O intercâmbio com o exterior foi intenso no ano em análise. Apostando no reforço da cooperação com instituições internacionais, o CCAC participou activamente em conferências e trocas internacionais. Esteve representado na Reunião da Direcção do Instituto Internacional do Ombudsman em Hong Kong, 3.^a Conferência Anual e Sessão Plenária da Associação Internacional de Autoridades contra a Corrupção na Ucrânia, Workshop sobre Aptidões contra a Corrupção em Singapura, 13.^a Conferência Internacional contra a Corrupção em Atenas, 5.^a Conferência dos Procuradores Gerais da China e dos membros da União dos Países do Sudeste Asiático em Manila e 12.^a Reunião do Grupo Orientador da Iniciativa Anti-Corrupção da ADB/OCDE para a Ásia-Pacífico em Singapura. Para além disso, enviou pessoal para estudar o funcionamento dos órgãos de supervisão da China continental. De entre os visitantes recebidos, estiveram delegações da Comissão Independente contra a Corrupção de Hong Kong, dos deputados do Congresso Nacional de Timor-Leste, do Instituto de Administração da Finlândia, da Universidade da Ciência Política e Direito da China, dos países participantes na reunião da direcção do IOI e do Ministério da

會會議的各國代表團、中國監察部代表團，以及與本澳多個機構及社團進行互訪和座談等。

展望未來一年，廉政公署將積極履行法律賦予的職權，根據社會的發展和市民的期望，全力打擊貪污舞弊，和全澳市民一起，共同建設廉潔社會。

第二章

體制與組織架構

2.1 體制

1999年12月20日，澳門特別行政區成立，根據《澳門特別行政區基本法》第59條的規定，澳門特別行政區設立廉政公署，獨立工作，廉政專員對行政長官負責。

廉政專員由行政長官提名，中央人民政府任命。

廉政公署並非行政機關組織系統的組成部分，而是一個獨立的公共機構，依法負起防止及打擊貪污、處理行政申訴的任務。

2.2 職能與組織架構

2000年8月，立法會通過了廉政公署組織法（第10/2000號法律），廉署的職權得到擴大，包括拘留、搜查、搜索、扣押及配槍等權力，而調查員亦被賦予刑事警察身分，反映出特區政府肅貪倡廉，厲行廉政的決心。

根據《廉政公署組織法》，廉署的主要職能是：

- 開展防止貪污或欺詐的行動；
- 針對貪污行為和公務員作出的欺詐行為，依法進行調查及偵查；
- 針對有關選民登記和選舉的貪污及欺詐行為，依法進行調查及偵查；
- 促使人的權利、自由、保障及正當利益受保護，確保公共行政的公正、合法和效率。

在組織架構方面，2000年8月頒布的廉政公署行政法規（即31/2000號行政法規），賦予廉署基本的組織架構和人力資源。

Supervisão da RPC. Localmente, realizaram-se trocas de visitas e encontros com várias instituições e associações.

No ano que vem, o CCAC empenhar-se-á na prossecução das atribuições conferidas por lei e continuará a combater a corrupção e fraude com todo o esforço, dando resposta ao desenvolvimento da sociedade e às expectativas dos cidadãos, no intuito de construir uma sociedade íntegra juntamente com toda a população local.

CAPÍTULO II

REGIME E ESTRUTURA ORGÂNICA

2.1 Regime

Com o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), em 20 de Dezembro de 1999, foi criado, ao abrigo do artigo 59.º da Lei Básica, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC).

O Comissário contra a Corrupção, que é indigitado pelo Chefe do Executivo e nomeado pelo Governo Popular Central, responde perante o Chefe do Executivo.

Sob o ponto de vista da organização política da RAEM, o CCAC não é um órgão do aparelho administrativo, mas sim um órgão público e independente com a missão de combater a corrupção e a ilegalidade administrativa.

2.2 Funções e estrutura orgânica

Em Agosto de 2000, foi aprovada pela Assembleia Legislativa a Lei Orgânica do CCAC (Lei n.º 10/2000), que lhe conferiu não apenas mais poderes funcionais, como os de detenção, revista, busca e apreensão, mas também ao seu pessoal de investigação conferiu o estatuto de polícia criminal e o direito ao uso e porte de armas de serviço, o que revela a determinação da RAEM na prevenção e no combate à corrupção.

Nos termos da «Lei Orgânica» do CCAC, são suas atribuições:

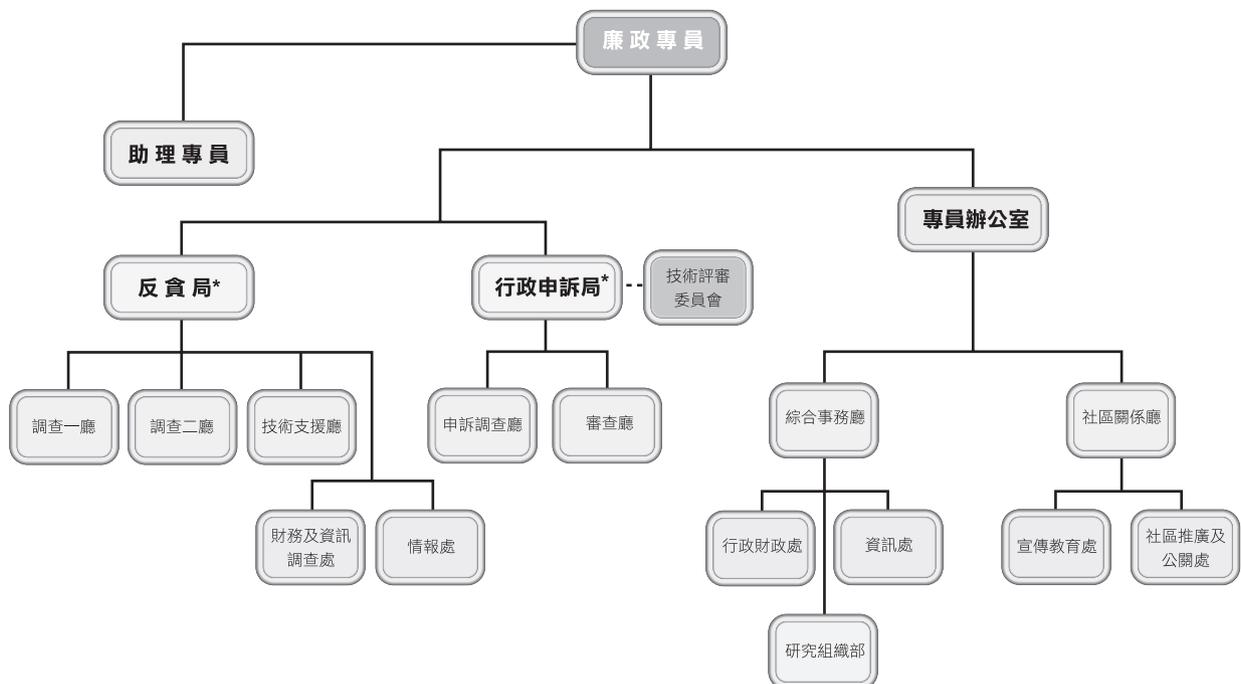
- Desenvolver acções de prevenção de actos de corrupção ou de fraude;
- Praticar actos de investigação e de inquérito referentes a actos de corrupção ou de fraude, praticados pelos funcionários públicos;
- Praticar actos de investigação e de inquérito, de acordo com a lei, referentes a actos de corrupção ou de fraude praticados no âmbito do recenseamento eleitoral e das eleições;
- Promover a defesa dos direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos dos cidadãos e assegurar a justiça, a legalidade e a eficiência da Administração Pública.

Atendendo à realidade, a estrutura orgânica e os recursos humanos do CCAC conferidos em Agosto de 2000 pelo Regulamento Administrativo n.º 31/2000 foram aumentados em Fe-

2009年2月，新修訂的《廉政公署部門的組織及運作》行政法規生效，因應實際情況，增加了組織和編制。現時廉署部門包括廉政專員辦公室、反貪局、行政申訴局，具有職能、行政、財政和財產自治權。反貪局的兩個調查廳負責按廉署權限偵查貪污及欺詐行為，技術支援廳則為反貪工作提供輔助和接受投訴及檢舉，並設有直屬局長的財務及資訊調查處、情報處。行政申訴局包括申訴調查廳、審查廳和技術評審委員會，負責接受投訴、糾正違法或不公正的行政行為，研究改善行政程序及公共部門的運作，以及對投訴和行政部門運作等的法律問題發表意見。廉政專員辦公室下設綜合事務廳和社區關係廳，分別肩負行政財政和人事管理、宣傳教育，以及利用資訊設備優化廉署運作的職責。

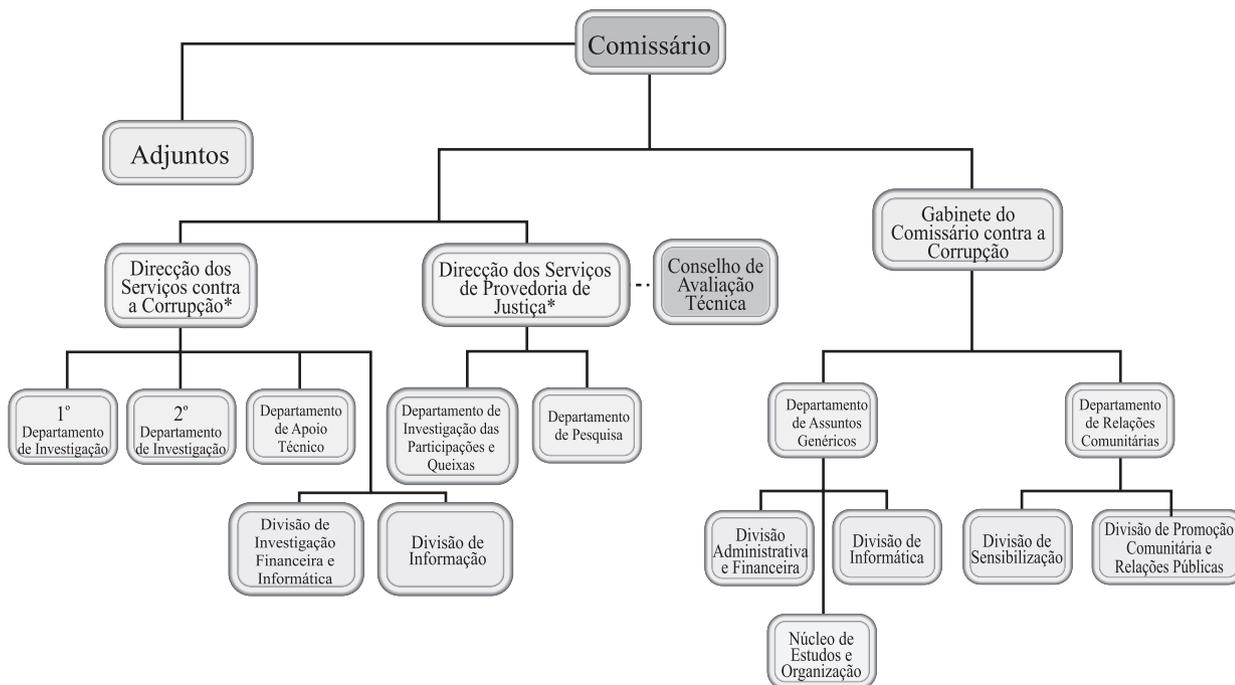
vereiro de 2009, com a entrada em vigor do novo Regulamento Administrativo sobre a «Organização e Funcionamento do Serviço do Comissariado contra a Corrupção (SC)». O SC goza de autonomia funcional, administrativa, financeira e patrimonial e, actualmente, compreende o Gabinete do Comissário contra a Corrupção (GCCAC), a Direcção dos Serviços contra a Corrupção (DSCC) e a Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça (DSPJ). No âmbito da DSCC, cabe aos 1.º e 2.º Departamentos de Investigação o combate aos actos de corrupção e de fraude, de acordo com as atribuições e competências do CCAC, enquanto o Departamento de Apoio Técnico se responsabiliza pela prestação de apoio às acções contra a corrupção e pelo recebimento de queixas e participações. Na dependência directa do director do DSCC funcionam a Divisão de Investigação Financeira e Informática e a Divisão de Informação. Na área da DSPJ, o Departamento de Investigação das Participações e Queixas, o Departamento de Pesquisa e o Conselho de Avaliação Técnica estão incumbidos da recepção de queixas, da correcção de actos administrativos ilegais ou injustos, do estudo de medidas visando a melhoria dos procedimentos administrativos e do funcionamento dos serviços públicos, e da formulação de pareceres sobre as questões jurídicas no âmbito do tratamento das queixas e das pesquisas realizadas ao funcionamento dos serviços da administração. O GCCAC tem como subunidades o Departamento de Assuntos Genéricos e o Departamento de Relações Comunitárias, responsáveis, respectivamente, pela gestão administrativa, financeira e do pessoal, pelas acções de divulgação e de sensibilização e pelo funcionamento dos meios informáticos, garantindo a optimização da sua utilização pelos serviços do CCAC.

廉政公署組織架構圖



*局長一職由一名助理專員當然兼任

Estrutura Orgânica do Commissariado contra a Corrupção



*As funções do director são desempenhadas por um adjunto, por inerência

2.3 廉政公署人員紀律監察委員會

廉政公署人員紀律監察委員會按2001年7月30日第164/2001號行政長官批示設立，主要權限為分析及監察針對廉政公署人員的非刑事性質的投訴所涉及的問題及情況，以及向行政長官作出建議。紀監會由5名成員組成，由行政長官從澳門特別行政區公認具備適當資格的人士中指定，任期為3年。現任紀監會成員包括梁慶庭、林笑雲、關翠杏、李沛霖及許輝年，由梁慶庭擔任主席。

2.3 Comissão especializada para a fiscalização dos problemas relacionados com queixas contra a disciplina do pessoal do Commissariado contra a Corrupção

A Comissão especializada para a fiscalização dos problemas relacionados com queixas contra a disciplina do pessoal do CCAC foi criada pelo despacho do Chefe do Executivo n.º 164/2001, de 30 de Julho de 2001. Compete principalmente à Comissão analisar e fiscalizar os problemas e situações decorrentes de queixas de natureza não criminal contra o pessoal do Commissariado contra a Corrupção e emitir recomendações dirigidas ao Chefe do Executivo. A Comissão é composta por cinco membros, todos designados pelo Chefe do Executivo, de entre personalidades da RAEM de reconhecida idoneidade. O mandato dos seus membros tem a duração de três anos. São actualmente membros da Comissão, Leong Heng Teng, Paula Ling, Kwan Tsui Hang, Lei Pui Lam e Philip Xavier, tendo Leong Heng Teng sido designado para desempenhar as funções de presidente.

第三章

個案處理總體情況

3.1 收案數字

2008年廉政公署收到投訴舉報案件796宗，較上年度增加約8.2%，其中刑事案件553宗，行政申訴個案243宗。收案總數雖然較2007年稍多，但從多年來的收案情況來看，仍屬較低水平。

CAPÍTULO III

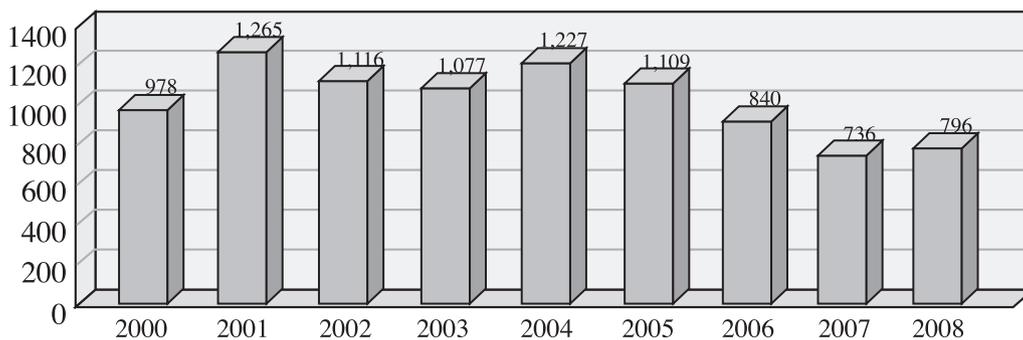
SITUAÇÃO GERAL DE TRATAMENTO DOS PROCESSOS

3.1 Número de queixa recebidas

Em 2008, foram recebidas 796 queixas e participações, entre as quais 553 de incidência penal e 243 da área da provedoria de justiça. Embora, comparado com o ano de 2007, o total dos casos recebidos tenha subido cerca de 8,2%, situou-se num nível relativamente baixo, a julgar pela evolução deste indicador ao longo de muitos anos.

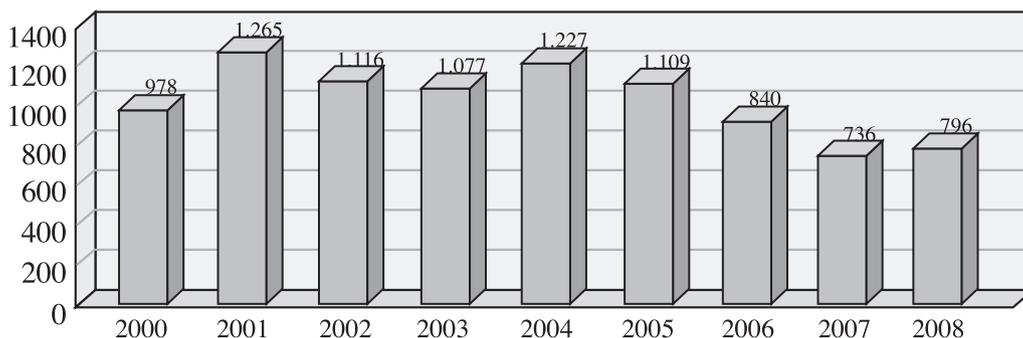
圖表一

2000-2008年收案數字趨勢



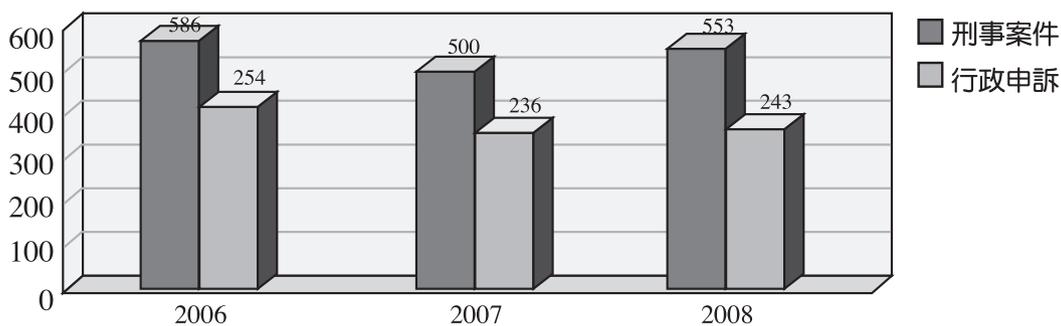
QUADRO I

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE QUEIXAS RECEBIDAS ENTRE 2000 E 2008



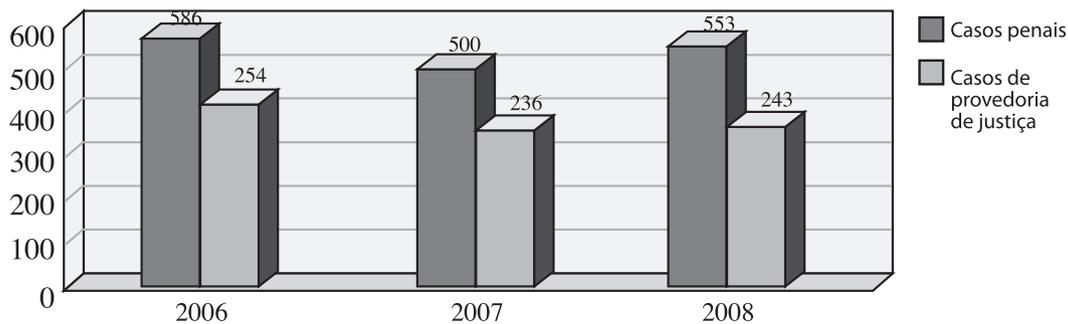
圖表二

2006-2008年收案類別比較



QUADRO II

CLASSIFICAÇÃO DAS QUEIXAS RECEBIDAS ENTRE 2006 E 2008



在796宗收案中，來自市民的舉報或投訴共742宗，其中請求匿名或匿名投訴368宗，具名或願意提供個人資料的投訴374宗。近年具名投訴的比例逐漸上升，本年度具名投訴首次超越匿名投訴，反映市民對廉政公署的信任度不斷加強。而公共機關向廉署轉介/舉報/請求的案件有24宗，與去年相若。此外，廉署也接獲外地執法機關請求協查案件14宗，司法機關立案偵查3宗，廉署主動跟進調查案件13宗。

De entre os 796 casos recebidos, somaram 742 as queixas e participações de cidadãos. Delas, 368 foram anónimas ou com pedido de anonimato e 374 apresentadas com identificação ou com disponibilidade do queixoso para fornecimento de informações pessoais. O número de queixas com identificação, que tem registado um aumento percentual contínuo nos últimos anos, ultrapassou pela primeira vez, este ano, o número de queixas anónimas. Isto indica que os cidadãos estão cada vez confiantes no CCAC. Os casos remetidos ou participados por órgãos públicos totalizaram 24, um número semelhante ao registado no ano anterior. Para além disso, houve 14 casos em que autoridades judiciais do exterior solicitaram apoio na investigação, 3 casos com abertura de inquérito por órgãos judiciais locais e 13 casos investigados por iniciativa do CCAC.

圖表三
2006-2008年收案數字比較（按來源界定）

收案途徑		2006		2007		2008	
		數量	百分比	數量	百分比	數量	百分比
市民舉報	請求匿名或匿名之投訴	437	52.0%	333	45.3%	368	46.2%
	具名或願意提供個人資料之投訴	335	39.9%	312	42.4%	374	47.0%
公共機關之轉介/舉報/請求		12	1.4%	26	3.5%	24	3.0%
協查案件		30	3.6%	18	2.5%	14	1.8%
傳媒轉介/舉報		0	0%	0	0%	0	0%
司法機關立案偵查		6	0.7%	4	0.5%	3	0.4%
廉署主動跟進		20	2.4%	43	5.8%	13	1.6%
收案總數		840	100.0%	736	100.0%	796	100%

QUADRO III
QUADRO COMPARATIVO DAS QUEIXAS RECEBIDAS ENTRE 2006 E 2008 (segundo a origem)

Origem		2006		2007		2008	
		Total	Percentagem	Total	Percentagem	Total	Percentagem
Participações dos cidadãos	Queixas anónimas	437	52,0%	333	45,3%	368	46,2%
	Queixas com identificação	335	39,9%	312	42,4%	374	47,0%
Casos remetidos/participados por entidades públicas		12	1,4%	26	3,5%	24	3,0%
Casos investigados mediante cooperação		30	3,6%	18	2,5%	14	1,8%
Casos remetidos/participados pela comunicação social		0	0%	0	0%	0	0%
Casos com abertura de inquérito pelos órgãos judiciais		6	0,7%	4	0,5%	3	0,4%
Intervenções por iniciativa do CCAC		20	2,4%	43	5,8%	13	1,6%
Total		840	100,0%	736	100,0%	796	100,0%

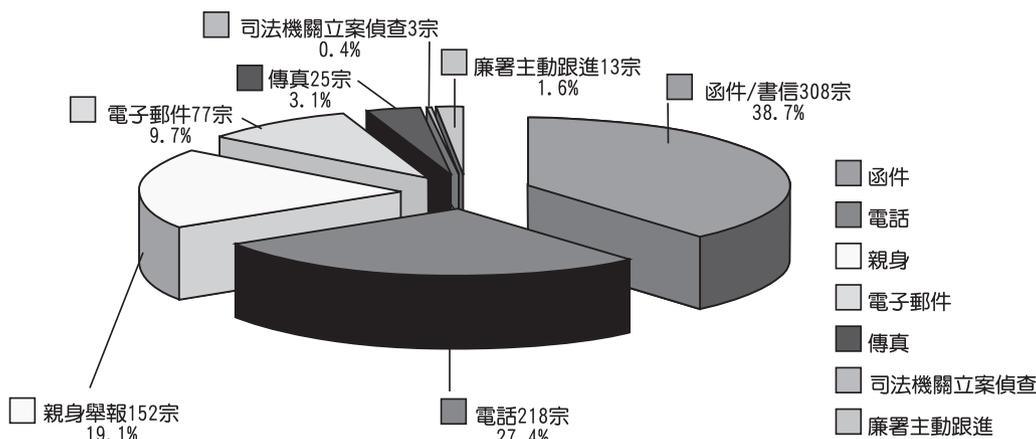
多年來，函件和電話都是市民的主要舉報方式，占收案數字的66.1%。市民親身投訴的個案也有152宗，較上年有所增加。親身舉報對案件資料的掌握和後續的調查起重要作用，廉

Ao longo dos anos, a via postal e o telefone têm sido as vias principais usadas pelos cidadãos na denúncia de casos. Em 2008, as queixas e participações apresentadas pelas duas vias representaram 66,1% da totalidade. Comparativamente com o ano anterior, houve mais queixas apresentadas pessoalmente por cidadãos, no total de 152. A presença do queixoso reveste-se de grande importância para o conhecimento dos pormenores do caso pelo CCAC e para a eventual investigação a realizar mais tarde. Neste sentido, os cidadãos são encorajados a apresentar

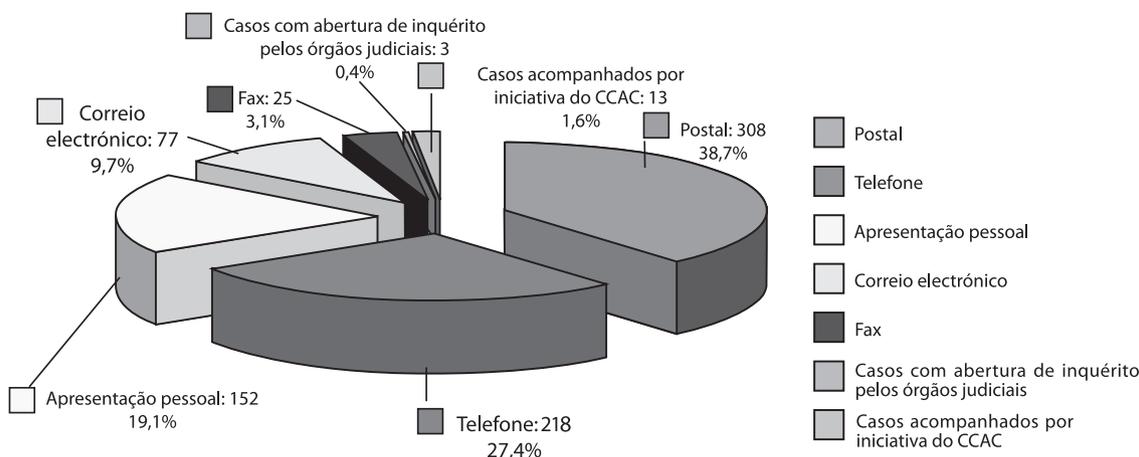
署鼓勵市民儘可能具名和親身投訴，以提高案件的調查效率和維護投訴者的權益。

queixas identificadas ou presenciais, na medida do possível, pois permite maior eficácia na investigação e a salvaguarda dos direitos e interesses do queixoso.

圖表四
2008年收案數字構成（以收案方式界定）



QUADRO IV
QUEIXAS RECEBIDAS EM 2008 (segundo a via)



圖表五
2006-2008年收案數字比較（按收案方式界定）

收案方式	2006		2007		2008	
	數量	百分比	數量	百分比	數量	百分比
函件/書信	288	34.3%	305	41.4%	308	38.7%
電話	247	29.4%	135	18.4%	218	27.4%
親身	138	16.4%	125	17.0%	152	19.1%
電子郵件	119	14.2%	106	14.4%	77	9.7%
傳真	22	2.6%	18	2.5%	25	3.1%
司法機關立案偵查	6	0.7%	4	0.5%	3	0.4%
廉署主動跟進	20	2.4%	43	5.8%	13	1.6%
收案總數	840	100.0%	736	100.0%	796	100.0%

QUADRO V

QUADRO COMPARATIVO DAS QUEIXAS RECEBIDAS ENTRE 2006 E 2008 (segundo a via)

Via usada na queixa	2006		2007		2008	
	Total	Percentagem	Total	Percentagem	Total	Percentagem
Postal	288	34,3%	305	41,4%	308	38,7%
Telefone	247	29,4%	135	18,4%	218	27,4%
Apresentação pessoal	138	16,4%	125	17,0%	152	19,1%
Correio electrónico	119	14,2%	106	14,4%	77	9,7%
Fax	22	2,6%	18	2,5%	25	3,1%
Casos com abertura de inquérito pelos órgãos judiciais	6	0,7%	4	0,5%	3	0,4%
Casos acompanhados por iniciativa do CCAC	20	2,4%	43	5,8%	13	1,6%
Total	840	100,0%	736	100,0%	796	100,0%

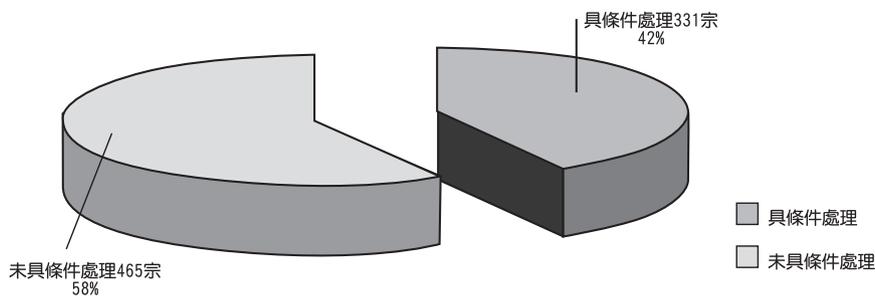
3.2 案件處理情況

廉署接到舉報投訴個案，會對舉報內容做分析、調查和初查。具條件處理的個案，廉署會採取立案、轉介其他部門以及非正式途徑跟進等方式處理。2008年具條件處理的個案有331宗，約占收案總數的42%。由於投訴內容不涉及貪污舞弊、不屬廉署職權或資料不足無法跟進的個案則有465宗，接近總數的6成。

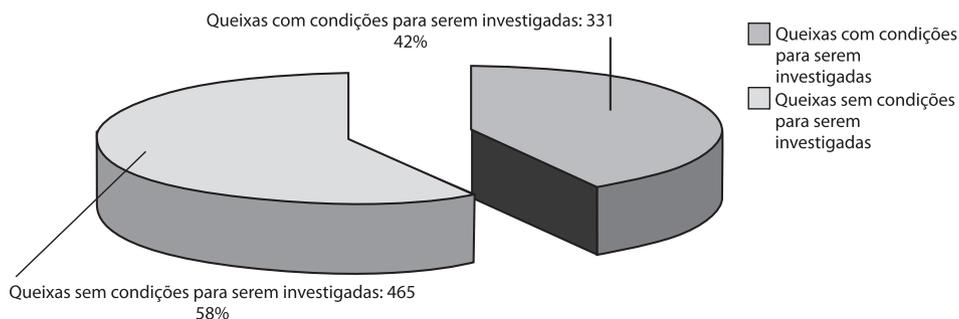
3.2 Tratamento dado às queixas

Recebida uma queixa ou participação, as matérias nela visadas são submetidas, antes de mais, a uma análise ou averiguação preliminar. Desde que se considere, após a análise, que o caso reúne condições para tratamento, é investigado com instrução de processo, remetido a outras entidades ou acompanhado por meios informais. Em 2008, as queixas com condições para se dar seguimento totalizaram 331, perfazendo cerca de 42% do total dos casos recebidos. Foram 465, representando quase 60%, as queixas que não reuniram as referidas condições, por não envolverem actos de corrupção ou fraude, por não caberem na competência do CCAC ou por insuficiência das informações fornecidas.

圖表六
2008年收案處理情況



QUADRO VI
TRATAMENTO DAS QUEIXAS RECEBIDAS EM 2008

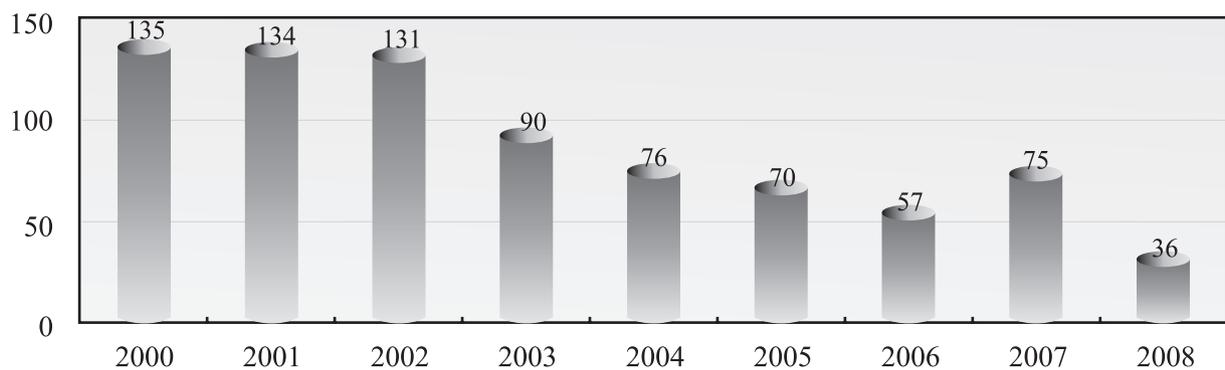


2008年廉署立案調查36宗，包括刑事案件31宗、行政申訴個案5宗。若排除2007年廉署圍繞歐文龍案件對相關情況主動調查而令該年立案數字大增的因素來看，立案數字在多年來一直呈現下降趨勢，2008年為歷年最低。另一方面，從收案來源看，市民具名或願意提供個人資料舉報的立案最多，市民的具名舉報有利於廉署對舉報內容進行詳細調查，立案的可能性也較高。

O ano de 2008 encerrou com o número mais baixo de processos instruídos: foram instruídos 36 processos, sendo 31 penais e 5 de provedoria de justiça. De resto, foi retomada a tendência decrescente mantida durante os anos anteriores à descoberta do caso de Ao Man Long, que provocou uma subida brusca do número de processos instruídos em 2007, devido às investigações realizadas por iniciativa do CCAC. Refira-se ainda que as queixas com identificação apresentadas pelos cidadãos deram origem à maior parcela dos processos instruídos. O fornecimento de dados de identificação pelo queixoso favorece ao CCAC o conhecimento dos pormenores da queixa e faz aumentar a possibilidade da instrução do respectivo processo.

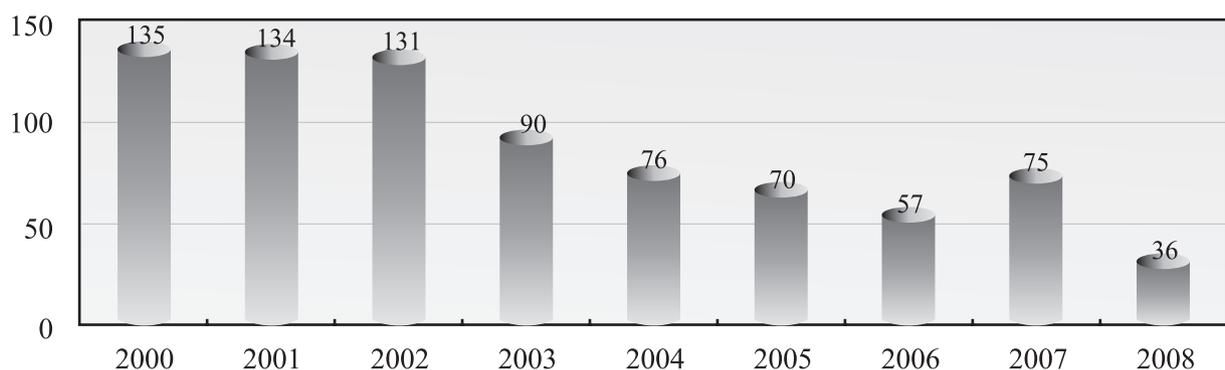
圖表七

2000-2008年立案數字趨勢



QUADRO VII

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROCESSOS INSTRUÍDOS ENTRE 2000 E 2008



行政申訴方面，由於投訴絕大部分為非刑事性質，主要是行政不當或對事件及法律的誤解。為儘快和有效協助投訴者解決問題，行政申訴在個案處理上大多採取非立案的方式處理，如轉介其它部門、非正式途徑處理等，以避免正式立案程序所耗費的時間。只有涉及問題重大的個案，才以立案方式處理。此外，廉署也接獲求助諮詢個案639宗。

Na área da provedoria de justiça, a esmagadora maioria das queixas não se reporta a matérias penais: tem por origem má administração ou má interpretação das situações ou leis. Na expectativa de ajudar os queixosos a resolver os seus problemas com rapidez e eficácia, opta-se, as mais das vezes, por vias como a remessa a outras entidades e intervenção informal no tratamento de queixas, dispensando a instrução de processo e evitando perdas de tempo com este procedimento. O processo é instruído apenas quando a queixa respeita a matérias importantes. Acresce que, no ano em análise, foram apresentados ao CCAC 639 pedidos de apoio e consulta.

圖表八
2008年案件處理分類

處理情況	刑事案件	行政申訴個案	總計
立案處理	31	5	36
非立案處理	57	238	295
具條件處理案件	88	243	331

QUADRO VIII

CLASSIFICAÇÃO DOS CASOS RECEBIDOS EM 2008 POR FORMA DE TRATAMENTO

Tratamento	Casos penais	Casos de provedoria de justiça	Total
Tratados com instrução de processo	31	5	36
Tratados sem instrução de processo	57	238	295
Casos com condições para serem investigados	88	243	331

圖表九

2006-2008年立案數字比較 (按收案來源界定)

收案途徑		2006		2007		2008	
		數量	百分比	數量	百分比	數量	百分比
市民舉報	請求匿名或匿名之投訴	26	45.6%	19	25.3%	9	25%
	具名或願意提供個人資料之投訴	16	28.1%	11	14.7%	15	41.7%
公共機關之轉介/舉報/請求		2	3.5%	7	9.3%	3	8.3%
傳媒轉介/舉報		0	0%	0	0%	0	0%
司法機關立案偵查		6	10.5%	4	5.3%	3	8.3%
廉署主動跟進		7	12.3%	34	45.4%	6	16.7%
收案總數		57		75		36	

QUADRO IX

QUADRO COMPARATIVO DOS PROCESSOS INSTRUÍDOS ENTRE 2006 E 2008

(segundo a origem)

Origem		2006		2007		2008	
		Total	Percentagem	Total	Percentagem	Total	Percentagem
Participações dos cidadãos	Queixas anónimas	26	45,6%	19	25,3%	9	25%
	Queixas com identificação	16	28,1%	11	14,7%	15	41,7%
Casos remetidos/participados por entidades públicas		2	3,5%	7	9,3%	3	8,3%
Casos remetidos/participados pela comunicação social		0	0%	0	0%	0	0%
Casos com abertura de inquérito pelos órgãos judiciais		6	10,5%	4	5,3%	3	8,3%
Intervenções por iniciativa do CCAC		7	12,3%	34	45,4%	6	16,7%
Total		57		75		36	

2008年廉署具條件處理的案件，加上重開案卷和2007年轉入的案件，全年共須處理案件495宗，包括立案案件121宗、非立案案件374宗。

Juntados os casos entrados em 2008 com condições para se fazer o acompanhamento, os processos reabertos no mesmo ano e os casos transitados de 2007, foram tratados 495 casos durante o ano em análise, entre os quais 121 com processo instruído e 374 com dispensa deste procedimento.

圖表十

2008年共須處理案件

案件分類		數量	
立案處理	2008年立案	36	121
	2008年重開	1	
	2007年轉入	84	
非立案方式處理	2008年收案	295	374
	2007年轉入	79	
總計		495	

QUADRO X

CASOS TRATADOS EM 2008

Casos tratados		Total	
Com instrução de processo	Processos instruídos em 2008	36	121
	Processos reabertos em 2008	1	
	Processos transitados de 2007	84	
Sem instrução de processo	Casos recebidos em 2008	295	374
	Casos transitados de 2007	79	
Total		495	

3.3 案件處理進度

廉政公署2008年調查完結立案案件50宗，完成非立案案件297宗，總計完結案件347宗，其中10宗移送檢察院處理。須轉入2009年處理的案件有148宗，結餘案件較2007年減少。

3.3 Andamento dos casos

Em 2008, os casos dados por findos totalizaram 347, entre os quais 50 com e 297 sem processo instruído. Destes 347 casos, 10 foram encaminhados para o Ministério Público. Um total de 148 casos transitaram para o ano seguinte, menos do que aconteceu em 2007.

圖表十一

2008年案件處理進度

案件類別	2008年須處理案件	2008年結案案件	轉入2009年案件
立案案件	121	50	71
非立案案件	374	297	77
總數	495	347	148

QUADRO XI

ANDAMENTO DO TRATAMENTO DE CASOS EM 2008

Categoria	Tratados em 2008	Dados por ndos em 2008	Transitados para 2009
Casos com processo instruído	121	50	71
Casos sem processo instruído	374	297	77
Total	495	347	148

3.4 廉政公署人員紀律監察委員會處理投訴的狀況

廉政公署人員紀律監察委員會在2008年接收到1宗投訴，並正按程序處理中。

2008年4月，紀監會赴新加坡進行考察，先後拜訪了新加坡公共服務署、貪污調查局、警察總部及市區重建局4個公共部門，了解當地公務員的行為守則和紀律處分程序，以及當地工程中採用的防貪機制。

第四章 反貪工作

2008年廉政公署收到的刑事舉報案件較上年度增加，但立案數字則大幅減少。全年偵查的多宗刑事案件中，犯罪性質主要涉及公務員涉嫌受賄、公務上之侵占使用、濫用職權和詐騙等。而對前運輸工務司司長案的後續及追贓工作仍持續進行，部分賄款亦已追回。針對2009年立法會選舉監察工作，廉署成立了反賄選研究小組，預防賄選的工作亦已展開。為落實特區政府的施政方針，廉署展開對私人領域貪污問題的研究，並已向政府提交私營領域反貪的法律草案。除調查貪污案件，廉署也優化資源配置和加強調查力量，提交了修訂廉署組織法建議，招聘更多的調查人員，繼續加強人員培訓，擴大和其他執法部門的交流合作，以及擴充了財產申報接收中心。

4.1 舉報和立案數字

2008年廉署收到涉及刑事性質的舉報案件553宗，與2007年的500宗相比，增加了11%。當中具備條件處理的刑事案件有88宗，加上2007年轉入和2008年重開的案卷，2008年共須處理刑事案卷197宗。

2008年廉署刑事立案31宗，加上2007年轉入的79宗和重開案卷1宗，共須處理立案案件111宗。此外，廉署接獲協查案件12宗，加上2007年轉入的19宗和重開案卷2宗，共須處理協查案33宗。

3.4 Tratamento de queixas na Comissão especializada para a fiscalização dos problemas relacionados com queixas contra a disciplina do pessoal do CCAC

A Comissão recebeu uma queixa em 2008, que está a ser tratada de acordo com os procedimentos estabelecidos.

Em Abril do mesmo ano, os membros da Comissão deslocaram-se a Singapura, onde visitaram quatro organismos públicos: a Divisão de Serviço Público, o Serviço de Investigação de Actos de Corrupção, o Quartel-General da Polícia e a Autoridade de Reordenamento Urbano. A viagem permitiu conhecer o código de conduta e o regime disciplinar e sancionatório dos funcionários públicos de Singapura, assim como os mecanismos adoptados na cidade-estado para a prevenção da corrupção em obras públicas.

CAPÍTULO IV

COMBATE À CORRUPÇÃO

Em 2008, os casos penais recebidos pelo CCAC aumentaram, mas diminuíram significativamente os casos com instrução de processo, comparando com o ano anterior. Entre os casos descobertos de natureza criminal, envolveram principalmente, funcionários públicos suspeitos de crimes de corrupção passiva, peculato de uso, abuso do poder e burla. O CCAC continuou a efectuar acções relativamente ao caso ligado ao ex-Secretário para os Transportes e Obras Públicas e de recuperação do dinheiro ilícito envolvido, algum já recuperado. Visando a fiscalização das eleições para a Assembleia Legislativa em 2009, foi criado o Grupo de Estudo contra a Corrupção Eleitoral, começando assim acções de prevenção contra a corrupção eleitoral. Pondo em prática as linhas de acção governativa do Governo da RAEM, o CCAC desenvolveu estudos sobre a corrupção no sector privado, tendo já entregue ao Governo a respectiva proposta de lei. Além da investigação de casos de corrupção, optimizou a dotação de recursos e reforçou as forças de investigação, submeteu a proposta de revisão da sua lei orgânica, recrutou mais investigadores, continuou a reforçar a formação do pessoal, aumentou o intercâmbio e a cooperação com outros serviços judiciais, bem como alargou o espaço do Centro de Recepção de Declaração de Rendimentos e Interesses Patrimoniais.

4.1 Número de denúncias e de processos instruídos

Em 2008, foram recebidos 533 casos de incidência criminal, o que corresponde a um aumento de 11% em relação aos 500 casos de 2007. Deles, 88 casos reuniram condições para serem investigados. Juntados os transitados de 2007 e os reabertos em 2008, os casos tratados no ano em análise atingiram 197.

Em 2008 registaram-se 31 casos com instrução de processo criminal. Juntados 79 casos transitados e 1 caso reaberto de 2007, o CCAC tratou um total de 111 casos com instrução de processo. Para além disso, recebeu 12 casos penais em que a prestação de apoio na investigação foi solicitada por autoridades do exterior. Somados 19 casos transitados e 2 casos reabertos de 2007, foram 33 os casos penais em que a prestação de apoio do CCAC na investigação foi solicitada por autoridades do exterior.

圖表十二
2007年及2008年反貪局收案統計比較表

統計數據	2007	2008	變動
收案總數	736	796	+8%
刑事舉報	500	553	+11%
具條件處理之刑事案	133	88	-34%
具條件處理之刑事案總數 (連同上年轉入及本年重開案)	207	197	-5%
立案	66	31	-53%

QUADRO XII
ESTATÍSTICA DOS CASOS RECEBIDOS PELA DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS
CONTRA A CORRUPÇÃO EM 2007 E 2008

Casos	2007	2008	Varição
Casos recebidos totais	736	796	+8%
Casos de incidência criminal	500	553	+11%
Casos com condições para investigação	133	88	-34%
Casos totais com condições para investigação (incluídos os casos transitados do ano anterior e reabertos no ano corrente)	207	197	-5%
Processos instruídos	66	31	-53%

4.2 結案及送檢察院案件摘要

2008年刑事案卷結案46宗，包括移送檢察院案件10宗，調查終結案件34宗，經重新調查後再歸檔的2宗。與2007年相比，刑事案卷結案增加35%，移送案件下降9%，調查終結案件則增加70%。

4.2 Sumário de processos findos e encaminhados para o Ministério Público

Durante o ano, foram dados como findos 46 processos. De entre eles, 10 foram remetidos para o Ministério Público, 34 terminados na sequência de investigações e 2 arquivados após novas investigações. Comparando com 2007, verificou-se, em 2008, um aumento de 35% relativo aos processos dados por findos e uma redução de 9% nos processos encaminhados para o Ministério Público, registando-se um aumento de 70% em relação aos processos terminados na sequência de investigações.

圖表十三
2007年及2008年反貪局結案統計比較表

統計數據	2007	2008	變動
移送檢察院案件	11	10	-9%
調查終結案件	20	34	+70%
重開案歸檔	1	2	
合併案件	2	0	
刑事案卷結案總計	34	46	+35%

QUADRO XIII

ESTATÍSTICA DOS CASOS DADOS POR FINDOS PELA DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS
CONTRA A CORRUPÇÃO EM 2007 E 2008

Processos	2007	2008	Variação
Processos encaminhados para o Ministério Público	11	10	-9%
Processos terminados na sequência de investigações	20	34	+70%
Processos arquivados após novas investigações	1	2	
Processos juntos a outro processo	2	0	
Processos criminais dados por findos	34	46	+35%

以下摘要介紹移送檢察院案件的案情：

2008年廉署破獲3宗獄警受賄案件。

2008年1月，一名姓蘇現役獄警，懷疑受賄協助監獄囚犯將手提電話非法帶入監獄。1月16日黃昏，蘇某自澳門兩處地方提取3個簇新手提電話及配件準備一併帶入監獄時，被廉署調查人員截獲。經調查，每個手提電話帶工費為澳門幣7,000元至8,000元。調查中有人承認要求他人運帶手提電話，懷疑有人賄外圍波欠下賭債，故鋌而走險。監獄當局配合廉署的調查，即時進行搜倉行動，檢獲7個相信與本案有關的手提電話和一批配件。姓蘇獄警涉嫌受賄，另一名在囚姓李犯人則涉嫌行賄，1月17日該案已移送檢察院。

2008年2月，再破獲一宗涉及人數眾多的獄警受賄案。該案共有19名人士涉案，其中包括3名現役獄警及一名保安司公務員涉嫌受賄作不法行為，8名囚犯以及7名其他人士涉嫌行賄。廉政公署經過長達一年多的調查，發現這個犯罪集團，案中涉及的多名獄警涉嫌收受賄賂，非法將現金、手提電話、酒及下載於手機內的色情影片等違禁品帶進監倉供囚犯使用。廉署的調查，得到澳門監獄協助，澳門監獄根據廉政公署提供的資料在監倉內搜獲多部手提電話、電話卡、配件和違禁物品。案件於2009年2月19日判決，其中3名獄警被判刑2至3年，不得緩刑，其餘6名行賄者被判1年徒刑，均不得緩刑。

2008年8月，一名任職監獄的陳姓公職人員，涉嫌利用職權和工作便利，將電話卡和月餅卡等違禁物品帶入監獄。2008

Em seguida se apresenta o resumo de alguns casos descobertos pelo CCAC e encaminhados para o Ministério Público:

Em 2008, foram descobertos pelo CCAC três casos de corrupção passiva de guardas prisionais.

Em Janeiro de 2008, um guarda prisional no activo, de apelido Sou, terá aceite vantagens ilícitas e transportado ilegalmente telemóveis para o estabelecimento prisional. Em 16 de Janeiro, ao anoitecer, foi interceptado por investigadores do CCAC quando levantou, em dois locais, três telemóveis novos e respectivos acessórios, para os levar para o estabelecimento prisional. Em resultado das averiguações, para o transporte de um telemóvel, é exigido um pagamento de 7 a 8 mil patacas. No decorrer da investigação, foi confessado ter sido pedido a terceiro para transportar telemóveis. Há ainda indícios de que por trás do referido acto poderão estar dívidas resultantes de apostas de jogo ilegais. O estabelecimento prisional prestou apoio ao CCAC nas buscas a celas, onde foram encontrados sete telemóveis e um conjunto de acessórios supostamente ligados ao presente caso. Em 17 de Janeiro, o guarda, de apelido Sou, por alegada corrupção passiva, e um recluso, de apelido Lei, suspeito de corrupção activa, foram encaminhados para o Ministério Público.

Em Fevereiro de 2008, foi descoberto um outro caso de corrupção passiva ligado a guardas prisionais, envolvendo várias pessoas. Houve um total de 19 pessoas envolvidas no caso, incluindo 3 guardas prisionais no activo e 1 trabalhador da função pública do Secretário para a Segurança, que terão praticado o crime de corrupção passiva para acto ilícito, e 8 reclusos e 7 outras pessoas, que foram considerados suspeitos de corrupção activa. Em resultado da investigação durante mais de um ano, o CCAC descobriu essa associação criminosa e que os guardas prisionais envolvidos no caso terão aceite vantagens ilícitas, levando, ilegalmente, artigos proibidos para uso de reclusos, nomeadamente dinheiro, telemóveis, garrafas de vinho, filmes pornográficos descarregados da Internet em telemóveis. A investigação do caso contou com o apoio do Estabelecimento Prisional de Macau que, após a acção do CCAC e com base nas informações disponíveis, efectuou buscas a celas e encontrou vários telemóveis, cartões telefónicos, acessórios de telemóvel e outros objectos proibidos no interior daquele estabelecimento. O caso foi julgado em 19 de Fevereiro de 2009. Dos arguidos, 3 guardas prisionais foram condenados às penas de prisão efectiva de 2 a 3 anos, e os outros 6 corruptores activos foram condenados às penas de prisão de 1 ano, não podendo ser suspensas.

Em Agosto de 2008, um trabalhador da Administração Pública, de apelido Chan, ter-se-á aproveitado das suas funções no Estabelecimento Prisional para levar cartões telefónicos, cupões-vale de bolos lunares e outros artigos proibidos para o

年8月20日，當陳某自一名中間人手上接過相關物品和澳門幣6,800元懷疑賄款時，被廉政公署人員當場拘捕。涉案者涉嫌受賄和脅迫，案件正在進一步調查之中。

2008年4月至6月，廉署移送了4宗與歐文龍案有關的案件。

第一宗是權暉建築工程有限公司的3名商人姓吳、姓鄧和姓魏涉嫌賄歐文龍案。據調查顯示，“權暉建築工程有限公司”多次以現金方式將賄款直接交予歐文龍，作為取得“澳門運動場擴建及改善建造承包工程”及“運動場擴建工程第二期——曲棍球場所涉及的部分”等工程之報酬。歐文龍更曾涉嫌命令工務局更改分數，最終使“權暉”成功取得有關工程。

第二宗是“迅興建築有限公司”姓陳等4人行賄歐文龍案。經調查揭發，歐文龍不當運用職權向工務局作出指示，以協助陳某取得多項政府工程，批准建築方案、發出工程准照及批准地基工程延長施工時間，加快處理及放寬樓宇高度或地積比率。陳某多次透過其本人及其親屬之香港銀行帳戶，將賄款轉存至歐文龍涉嫌操控的帳戶內。

第三宗是源於歐文龍受賄案的分拆案件，經廉署分析後另立新案調查，發現歐文龍、林偉、陳明瑛等人涉嫌受賄罪、行賄罪、在法律行為中分享經濟利益罪及詐騙等罪。

第四宗也是歐文龍受賄案分拆獨立調查的案件，主要涉及歐文龍收受林偉賄賂，而引發的受賄作不法行為罪、詐騙罪、在法律行為中分享經濟利益等罪。

其他案件：

2008年1月，偵破港務局一名主管涉嫌公務上之侵占使用案。廉政公署根據市民投訴發現，港務局轄下汽車維修中心的一名主管於2005年至2007年期間，懷疑多次擅自將汽車維修中心的多具專業汽車維修工具及驗車設備借予一相熟的私人車行使用。該名主管人員及車行東主涉嫌觸犯公務上之侵占使用罪，案件已移送檢察院處理。

2008年4月17日，偵破一宗保險詐騙案。本案源於數年前一宗保險詐騙案。廉署接獲舉報，懷疑某交警員與他人合謀

estabelecimento. Em 20 de Agosto de 2008, Chan foi surpreendido por pessoal do CCAC quando recebia, de uma intermediária, aqueles artigos e uma alegada vantagem ilícita, no montante de seis mil e oitocentas patacas. O envolvido foi suspeito de corrupção passiva e coação e o caso está em investigação mais aprofundada.

De Abril a Junho de 2008, foram encaminhados pelo CCAC quatro casos ligados a Ao Man Long para o Ministério Público.

O primeiro caso envolve três empresários da Sociedade de Engenharia e Construção Kun Fai, Lda., de apelido Ng, Tang e Ngai, que terão oferecido vantagens ilícitas a Ao Man Long. Segundo a investigação, «a Sociedade de Engenharia e Construção Kun Fai, Lda.» ofereceu, várias vezes, vantagens ilícitas, em número, directamente a Ao Man Long, como remuneração para conseguir obter obras, nomeadamente, as empreitadas de «Ampliação e Remodelação do Estádio de Macau» e de «Ampliação do Estádio II Fase — Intervenção junto ao Campo de Hóquei». Ao Man Long terá mandado a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT) alterar pontos, para que a «Kun Fai» conseguisse as respectivas obras.

Quatro indivíduos, incluindo um de apelido Chan, da «Companhia de Construção Shun Heng, Lda.», terão oferecido vantagens ilícitas a Ao Man Long, num segundo caso. Em resultado da investigação, descobriu-se que Ao Man Long tinha exercido, de forma ilegal, as suas funções para dar instruções à DSSOPT, no sentido de ajudar Chan a obter várias obras do Governo, permitir projectos de arquitectura, emitir licenças de obra e permitir o prolongamento do prazo de execução de obras de fundações, acelerar o tratamento e liberalizar o limite da altura dos edifícios ou do índice líquido de utilização do solo. Através das contas bancárias, em Hong Kong, próprias e de um familiar seu, Chan transferiu, muitas vezes, vantagens ilícitas para contas bancárias que seriam controladas por Ao Man Long.

O terceiro caso foi proveniente de um caso de corrupção passiva, envolvendo Ao Man Long. Depois de uma análise do CCAC, o caso foi dividido e instruído com novo processo, descobrindo-se que Ao Man Long, Pedro Chiang e Chan Meng Ieng se envolveram em crimes de corrupção activa e passiva, de participação económica em negócio e de burla.

O quarto caso foi também um caso de corrupção passiva ligado a Ao Man Long, tendo sido separado para ser investigado independentemente, em que Ao Man Long se envolveu na recepção de subornos de Pedro Chiang, praticando os crimes de corrupção passiva para acto ilícito, de burla e de participação económica em negócio.

Há ainda a referir os seguintes casos:

Em Janeiro de 2008, descobriu-se um caso suspeito de peculato de uso, envolvendo uma chefia da Capitania dos Postos. Na sequência da denúncia de um cidadão, entre 2005 e 2007, uma chefia do centro de reparação de automóveis na dependência da Capitania terá emprestado a uma oficina privada de reparação de automóveis sua conhecida, sem autorização e repetidamente, ferramentas de manutenção e reparação e equipamentos de inspecção de automóveis, pertença daquele centro. Por suspeita de peculato de uso, a chefia e o dono da oficina foram encaminhados para o Ministério Público.

Em 17 de Abril de 2008, foi detectado um caso de burla relativa a seguros, proveniente de um caso do mesmo tipo de há alguns anos. Por uma participação recebida pelo CCAC, suspeitou-se que um agente policial de trânsito tenha colaborado com

製造虛假交通意外報告，以騙取保險金。經調查發現伍某、廖某、黃某、蕭某等4人以虛假交通意外詐騙保險。

2008年4月23日，偵破一宗公務員詐騙及偽造文件案。經廉署調查揭發一對分別任職行政暨公職局姓甘和勞工事務局姓卓的夫婦，涉嫌以偽造的租單詐騙房屋津貼，其中一人的詐騙行為長達10年之久。

2008年9月25日，偵破一宗公務員詐騙案。經廉署調查發現，一名任職初級法院的司法文員，懷疑多次違反公職人員禁止進入博彩娛樂場所規定，過去4年間，超過500日進入博彩娛樂場所，其中近50日是上班期間缺勤進入。此外，在過去兩年，涉案者因病缺勤約100日，其中74日病假懷疑存在虛假情況，涉嫌違法進入博彩娛樂場所，有關病假折算薪金相當於約澳門幣6萬元。

2008年12月5日，揭發一宗公職人員涉嫌串同親屬在公務採購程序中濫用職權、詐騙、在法律行為中分享經濟利益、公務上之侵占、偽造文件，以及行賄受賄的案件。經廉署調查發現，澳門某自治機構負責人涉嫌自2004年起利用職權，將該機構絕大部份的工程及採購項目直接判給多家由其一名親屬開設或操控的公司，以及在書面詢價的程序中，指定向由其親屬開設或操控的公司詢價，所有報價均受到操控，部分批給價較實際執行有關項目的二判高逾百分之四十，該名親屬又涉嫌偽造其他公司的印章及文件進行圍標，有關工程及採購項目的總金額約為600萬澳門元。此外，該負責人又涉嫌將該自治機構購置的物品及設備據為己有。調查還發現，該負責人乃另一私人機構營運的最終受益人，涉嫌透過該名親屬向該私人機構購買服務的方式獲取了2萬多澳門元的利益。

4.3 法院判決

2008年由廉署偵辦經法院判決的案件共9宗，涉及被告共23人，當中20名被告被判罪名成立，入罪率達87%。其中歐文龍被終審法院重判27年徒刑，歐文龍妻子陳明瑛被判23年徒刑，歐文龍弟弟歐文富、弟婦歐陳華彩、父親歐榮光以及一眾行賄商人都作了有罪判決。

outras pessoas em relatórios de acidentes falsos, a fim de reclamar indemnizações a companhias de seguros. Em resultado da investigação do CCAC, descobriu-se que quatro indivíduos, de apelidos Ng, Lio, Wong e Sio, burlaram companhias de seguros com falsos acidentes de trânsito.

Em 23 de Abril de 2008, detectou-se um caso de burla e de falsificação de documentos envolvendo um casal de funcionários públicos. Segundo descobriu o CCAC, o marido, de apelido Kam, da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, e a mulher, de apelido Cheok, da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, usando documentos de renda falsificados, terão recebido o subsídio de residência. De referir que a um deles o subsídio foi atribuído durante dez anos.

Em 25 de Setembro de 2008, foi descoberto um caso de burla relacionado com um funcionário público. Em resultado da investigação do CCAC, nos últimos quatro anos, um oficial de justiça do Tribunal Judicial de Base terá frequentado estabelecimentos de jogos de fortuna e azar em mais de 500 dias, incluindo 50 dias em que faltou ao serviço, tendo infringido repetidamente as normas que vedam essa frequência aos trabalhadores da Administração Pública. Além disso, nos últimos dois anos, de entre os 100 dias em que faltou ao serviço por motivo de doença, totalizam 74 aqueles em que, presumivelmente, a doença era falsa e terá entrado em estabelecimentos de jogo ilegalmente, correspondendo essas ausências a cerca de 60 mil patacas de vencimento.

Em 5 de Dezembro de 2008, um trabalhador da função pública terá praticado, em conluio com um seu familiar, os crimes de abuso de poder, burla, participação económica em negócio, peculato, falsificação de documento e corrupção em processos de aquisição de bens e serviços. Segundo descobriu o CCAC, desde 2004, um responsável de uma entidade autónoma aproveitando-se, alegadamente, das suas funções, adjudicou, por ajuste directo, a maioria das obras e aquisições da sua entidade, num valor total de cerca de 6 milhões de patacas, a empresas abertas ou controladas pelo referido familiar. Além disso, nos processos de consulta escrita, terá dado indicações para que as referidas empresas fossem as únicas consultadas. Como resultado, todas as propostas de preços foram manipuladas e o preço de algumas das adjudicações foi superior em mais de 40% relativamente ao preço de subadjudicações para a execução dos respectivos projectos. Sobre o familiar recai a suspeita de falsificar carimbos e documentos de outras empresas, tendo por objectivo o conluio entre concorrentes na apresentação de propostas. Suspeita-se ainda que o referido responsável se tenha apropriado de bens e equipamentos adquiridos pela sua entidade. Foi também descoberto que o mesmo funcionário era o beneficiário final dos lucros das operações de uma outra entidade privada. Há indícios de ter recebido também mais de 20 mil patacas de vantagens, através de aquisições de serviços a essa entidade pelo referido familiar.

4.3 Processos julgados

Em 2008, o Tribunal julgou 9 processos investigados pelo CCAC. De entre os 23 réus envolvidos, 20 foram condenados, sendo de 87% a taxa de condenação. Entre deles, Ao Man Long foi condenado pelo Tribunal de Última Instância à pena de prisão de 27 anos, Chan Meng Ieng, esposa de Ao Man Long, foi condenada à pena de prisão de 23 anos, Ao Man Fu, irmão de Ao Man Long, e Ao Chan Wai Choi, cunhada de Ao Man Long, e Ao Veng Kong, pai de Ao Man Long, e um conjunto dos empresários corruptores activos foram julgados e condenados.

2008年經法院審理及判決的卷宗詳情如下：

1. 判決日期：2008/01/30

案情摘要：新明輝建築工程有限公司、中鐵（澳門）工程有限公司、香港“佳多智有限公司”等多次以巨額賄款行賄澳門前運輸工務司司長歐文龍，作為歐文龍協助該等公司取得多項澳門公共工程的報酬。

Os processos julgados e condenados por Tribunais em 2008:

1. Data da sentença: 30/01/2008

Resumo do processo: A Companhia de Construção e Engenharia San Meng Fai, Lda., a Sociedade de Investimentos e Fomento Imobiliário Chon Tit (Macau), Lda. e a Sociedade «Polymile Limited» de Hong Kong ofereceram muitas vezes vantagens ilícitas elevadas ao ex-Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Ao Man Long, como compensação para ajudar estas empresas a conseguir várias obras públicas.

被告/嫌犯	被告/嫌犯之身份	法庭量刑考慮因素	判決結果
歐文龍	運輸工務司司長	被告作為澳門特別行政區其中一個最高級的公務員，賄款涉及的金額特別巨大，其犯罪事實對澳門特區及公職官員的形象造成強烈的負面影響，且繼續造成巨大損害；另一方面，其受賄作不法行為的數量和相連的清洗黑錢活動反映出被告是真正的貪得無厭，故意程度特別強烈，被告於審訊期間仍沒有承認有關事實，亦沒有表示悔意。	11項受賄作不法行為每項判7年徒刑、4項受賄作不法行為每項判6年徒刑、5項受賄作不法行為每項判5年徒刑、11項受賄作合規範行為每項判1年9個月徒刑、9項受賄作合規範行為每項判1年6個月徒刑、13項清洗黑錢罪每項判5年徒刑、2項濫用職權罪每項判1年6個月徒刑、1項財產資料申報不正確罪判1年6個月徒刑、1項財產來源不明罪判2年徒刑及240日罰金，罰金額按每日澳門幣1,000元計算。 上述全部徒刑轉換併罰為單一刑罰，判處27年徒刑和澳門幣240,000（24萬）元罰金，或在不繳付罰金的情況下轉加6個月徒刑。另沒收被告部分財產。

Réu/Arguido	Função do Réu/Arguido	Factores considerados pelo Tribunal na determinação de pena	Sentença
Ao Man Long	Secretário para os Transportes e Obras Públicas	Como um dos mais elevados cargos públicos da RAEM, as verbas envolvidas nos subornos representaram valores particularmente elevados e os factores criminosos praticados pelo arguido revelaram-se fortemente negativos para a imagem exterior da RAEM e dos seus titulares de cargos públicos e continuam a ser um prejuízo grande. Por outro lado, o número de ilícitos de corrupção e a actividade de branqueamento de capitais associada, revela o carácter da conduta do arguido, como verdadeiramente insaciável. O dolo foi particularmente intenso e, na audiência, não admitiu os factos nem mostrou arrependimento.	11 crimes de corrupção passiva para acto ilícito com a pena de 7 anos de prisão por cada um. 4 crimes de corrupção passiva para acto ilícito com a pena de 6 anos de prisão por cada um. 5 crimes de corrupção passiva para acto ilícito com a pena de 5 anos de prisão por cada um. 11 crimes de corrupção passiva para acto lícito com a pena de 1 ano e 9 meses de prisão por cada um. 9 crimes de corrupção passiva para acto lícito com a pena de 1 ano e 6 meses de prisão por cada um. 13 crimes de branqueamento de capitais com a pena de 5 anos de prisão por cada um. 2 crimes de abuso de poder com a pena de 1 ano e 6 meses de prisão por cada um. 1 crime de inexactidão dos elementos da declaração de rendimentos com a pena de 1 ano e 6 meses de prisão. 1 crime de riqueza injustificada com a pena de 2 anos de prisão e 240 dias de multa, à quantia diária de mil patacas. Por cúmulo jurídico, foi condenado à pena única de 27 anos de prisão, 240 mil patacas de multa que, a não ser paga, é remível a 6 meses de prisão e sendo confiscados bens parciais do arguido.

2. 判決日期：2008/02/14

2. Data da sentença: 14/02/2008

案情摘要：澳門汽車會的負責人及政府公務員等，在協辦澳門格蘭披治汽車大賽過程中，涉嫌詐騙澳門政府以獲取利益。

Resumo do processo: Um responsável do Automóvel Clube de Macau e um funcionário público terão praticado actos fraudulentos para obter vantagens do Governo de Macau, durante a co-organização do Grande Prémio de Macau.

被告/嫌犯	被告/嫌犯之身份	法庭量刑考慮因素	判決結果
冼雅拔	澳門汽車會理事長	經審訊及聽證，合議庭未能完全證實被告曾侵吞公款，基於疑罪從無原則，被告罪名不成立。	罪名不成立。
陳鎮波	民政總署熟練工人	被告身為公務員，明知參與的是行政當局的活動，仍將活動經費不正當使用，故有關犯罪行為應予懲罰。	公務上之侵占罪名成立，判處7個月徒刑，緩刑1年，另須繳付4個司法單位費用及相關庭審支出，該案所扣之款項全部充公。

Réu/Arguido	Função do Réu/Arguido	Factores considerados pelo Tribunal na determinação de pena	Sentença
Alberto Ferreira Sin	Presidente do Conselho de Administração do Automóvel Clube de Macau	Depois da audiência, o Colectivo não conseguiu provar, completamente, que o arguido tenha desfalcado fundos públicos. Com base no princípio do in dubio pro reo, o arguido foi absolvido.	Absolvição.
Chan Chan Po	Operário qualificado do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	Como funcionário público, o arguido sabia bem que a actividade em que participou era realizada pela Administração, mas usou, de forma ilegítima, fundos de actividade, pelo que esses actos criminosos devem ser castigados.	Pela prática do crime de peculato, o arguido foi condenado à pena de 7 meses de prisão, com a execução da pena suspensa por 1 ano e ainda pagar 4UC de taxa de justiça e as custas judiciais. As verbas em causa foram confiscadas.

3. 判決日期：2008/05/29

3. Data da sentença: 29/05/2008

案情摘要：民政總署職員涉嫌虛報婚姻狀況及偽造租單，騙取家庭津貼及房屋津貼。

Resumo do processo: Um trabalhador do Instituto dos Assuntos Cívicos e Municipais prestou falsas declarações sobre o seu estado civil e falsificou documentos de renda, no intuito de obter os subsídios de residência e de família por meios fraudulentos.

被告/嫌犯	被告/嫌犯之身份	法庭量刑考慮因素	判決結果
陳錦棠	民政總署熟練工人	合議庭認為被告在庭上承認控罪，考慮被告所犯行為並非太嚴重，且涉及金額不大，故決定對被告施以罰款已具足夠之阻嚇作用。	詐騙罪名成立，判處180天罰金，罰金額按每日澳門幣60元計算，總共澳門幣10,800元，倘若不支付則轉為120天徒刑。另需向民政總署賠償澳門幣23,350元及相關利息、繳付5個司法單位費用和相關庭審支出。

Réu/Arguido	Função do Réu/Arguido	Factores considerados pelo Tribunal na determinação de pena	Sentença
Chan Kam Tong	Operário qualificado do Instituto dos Assuntos Cívicos e Municipais	Tendo o réu confessado em Tribunal, o Colectivo, tendo ainda em conta que os crimes não eram muito graves e o montante envolvido não era elevado, condenou-o à pena de multa, suficiente para efeitos dissuasores.	Pela prática do crime de burla, o réu foi condenado à multa de 180 dias, na quantia diária de 60 patacas, num total de 10.800 patacas, remível em pena de prisão de 120 dias no caso de não pagamento da multa. O réu teve ainda que pagar uma indemnização de 23.350 patacas ao IACM, juntamente com os juros contabilizados e 5 UC de taxa de justiça e custas judiciais.

4. 判決日期：2008/06/04

案情摘要：運輸工務司司長歐文龍多次收取巨額賄款，協助何明輝、陳東生及殷飛歷（Frederico Marques Nolasco da Silva）等商人取得多項政府公共工程。歐文龍更操縱多名親屬，以清洗黑錢的方式協助其處理賄款。本案主要審理除歐文龍以外的其他涉案嫌犯，包括其配偶，父親及弟弟等。

4. Data da sentença: 04/06/2008

Resumo do processo: O Secretário para os Transportes e Obras Públicas recebeu muitas vezes vantagens ilícitas elevadas para ajudar empresários, nomeadamente Ho Meng Fai, Chen Dongsheng e Frederico Marques Nolasco da Silva a obter várias obras públicas. Além disso, Ao Man Long controlou alguns familiares seus para o auxiliarem no tratamento das vantagens ilícitas, na forma de branqueamento de capitais. O presente processo julgou outros arguidos (com a excepção de Ao Man Long) incluindo o seu cônjuge, pai e irmão mais novo.

被告/嫌犯	被告/嫌犯之身份	法庭量刑考慮因素	判決結果
陳明瑛	新聞局顧問高級技術員	考慮到全部被告所犯之罪行均對社會帶來負面的影響，各被告長期協助歐文龍犯罪計劃實施，使其計劃得以落實，鼓舞並促進了歐文龍的犯罪野心，	8項清洗黑錢罪每項判5年徒刑、1項財產來源不明罪判2年徒刑、1項配偶財產申報不合作罪判處1年徒刑，上述全部徒刑轉換併罰為單一刑罰，判處23年徒刑，另判罰金360日，罰金額按每日澳門幣1,000元計算，總共澳門幣360,000（36萬）元。
歐文富	大觀洋服店支店店主	嚴重傷害了特區政府的聲譽及尊嚴，阻礙社會發展的進程，道德及行為上應受強烈譴責。第一被告身為公務員，且明知	8項清洗黑錢罪，每項判5年徒刑，轉換併罰為單一刑罰，判處18年徒刑。（經上訴至中級法院後，改為1項以連續犯方式實行清洗黑錢罪，判處5年徒刑。）
歐陳華彩	利寶發展有限公司文員	配偶歐文龍長期利用職權多次受賄，仍協助其迴避法律，所以故意犯罪之意識及嚴重性極大，而且次數眾多。	5項清洗黑錢罪，每項判5年徒刑，轉換併罰為單一刑罰，判處13年徒刑。（經上訴至中級法院後，改為1項以連續犯方式實行清洗黑錢罪，判處4年6個月徒刑。）
歐榮光	大觀洋服店店主	第二至第四被告，身為歐文龍的親近家屬，明知歐文龍身為公務員利用職權長期受賄，仍提供協助使其不法性得到掩飾，對歐文龍的犯罪行為起到關鍵性的促進。	3項清洗黑錢罪，每項判5年徒刑，轉換併罰為單一刑罰，判處10年徒刑。（經上訴至中級法院後，改為1項以連續犯方式實行清洗黑錢罪，判處4年徒刑。）

被告/嫌犯	被告/嫌犯之身份	法庭量刑考慮因素	判決結果
何明輝	新明輝建築工程有限公司董事	第五被告何明輝、第六被告陳東生、第七被告Frederico Marques Nolasco da Silva，均分別向歐文龍給付金錢，目的為取得公共工程，違反了競	8項清洗黑錢罪，每項判5年徒刑、8項行賄作不合法行為罪，每項判2年10個月徒刑、10項行賄作合規範行為罪，每項判5個月徒刑，轉換併罰為單一刑罰，判處25年徒刑。另外須賠償特區政府澳門幣5,000萬。
陳東生	中鐵（澳門）工程有限公司總經理	投標書的公平、公開、公正原則。以上被告伙同歐文龍清洗黑錢及掩飾不法金錢的來源性質，促進歐文龍行使不法行為的野心，若無該等被告的協助，歐文龍的不法行為為難以單獨實施。上述被告故意程度高，特別是第五被告所涉之犯罪最多。	1項清洗黑錢罪，判5年徒刑、1項行賄作不合法行為罪，判2年10個月徒刑、3項行賄作合規範行為罪，每項判5個月徒刑，轉換併罰為單一刑罰，判處7年徒刑。另外須賠償特區政府澳門幣2,000萬。（經上訴至中級法院後，改為1項清洗黑錢罪及1項行賄作不法行為罪，判處5年3個月徒刑。）
殷飛歷 Frederico Marques Nolasco da Silva	澳門清潔專營有限公司董事		2項清洗黑錢罪，每項判4年6個月徒刑、3項行賄作不合法行為罪，每項判2年6個月徒刑，轉換併罰為單一刑罰，判處10年徒刑。另外須賠償特區政府澳門幣3,000萬。（經上訴至中級法院後，改為1項清洗黑錢罪及3項行賄作不法行為罪，判處6年徒刑。）

Réu/Arguido	Função do Réu/Arguido	Factores considerados pelo Tribunal na determinação de pena	Sentença
Chan Meng Leng	Técnica superior assessora do Gabinete de Comunicação Social	Tendo em conta que os actos criminosos dos arguidos tiveram influências nefastas na sociedade, o Colectivo entendeu que todos os arguidos tinham auxiliado, por um longo período, a realização do plano criminoso de Ao Man Long encorajando e promovendo a sua ambição criminosa. Por outro lado, os actos dos arguidos causaram grande prejuízo ao prestígio e dignidade do Governo da RAEM e obstruíram o processo de desenvolvimento social, pelo que devem ser censuráveis a moral e a conduta dos arguidos. Como funcionária pública e sabendo bem que o seu cônjuge, Ao Man Long, se aproveitou das suas funções, durante longo período, para receber vantagens da corrupção passiva, a 1.ª arguida ainda o ajudou a furtar-se às consequências legais, pelo que o grau de dolo é grave e elevado e muitos os crimes praticados.	8 crimes de branqueamento de capitais com a pena de 5 anos de prisão por cada um. 1 crime de riqueza injusticada com a pena de 2 anos de prisão. 1 crime de não colaboração do cônjuge na declaração de rendimentos e interesses patrimoniais com a pena de 1 ano de prisão. Por acumulação de infracções, foi condenada à pena única de 23 anos de prisão e 360 dias de multa, à quantia diária de 1.000 patacas, perfazendo o valor total de 360 mil patacas.
Ao Man Fu	Dono da filial da Alfaiataria Tai Kun		8 crimes de branqueamento de capitais com a pena de 5 anos de prisão por cada um. Por cúmulo jurídico, foi condenado à pena única de 18 anos de prisão. (Após recurso interposto para o Tribunal de Segunda Instância (TSI), o arguido foi condenado, por 1 crime de branqueamento de capitais na forma continuada, à pena de 5 anos de prisão.)
Ai Chan Wai Choi	Oficial da Companhia de Desenvolvimento Lei Po, Lda.		5 crimes de branqueamento de capitais com a pena de 5 anos de prisão por cada um. Por cúmulo jurídico, foi condenada à pena única de 13 anos de prisão. (Após recurso interposto para o TSI, foi condenada, por 1 crime de branqueamento de capitais na forma continuada, à pena de 4 anos e 6 meses de prisão.)
Ao Veng Kong	Dono da Alfaiataria Tai Kun	Em relação aos 2.º, 3.º e 4.º arguidos, como familiares próximos de Ao Man Long e sabendo bem que este se aproveitou das funções durante longo período, para receber vantagens da corrupção passiva, ajudaram-no a encobrir os ganhos ilícitos, promovendo, de forma crucial, os seus actos criminosos.	3 crimes de branqueamento de capitais com a pena de 5 anos de prisão por cada um. Por cúmulo jurídico, foi condenado à pena única de 10 anos de prisão. (Após recurso interposto para o TSI, foi condenado, por 1 crime de branqueamento de capitais na forma continuada, à pena de 4 anos de prisão.)

Réu/Arguido	Função do Réu/Arguido	Factores considerados pelo Tribunal na determinação de pena	Sentença
Ho Meng Fai	Administrador da « Companhia de Construção e Engenharia San Meng Fai, Lda.»	O 5.º arguido, Ho Meng Fai, o 6.º arguido, Chen Dongsheng, o 7.º arguido, Frederico Marques Nolasco Da Silva, ofereceram, respectivamente, vantagens a Ao Man Long, para conseguir obras públicas, violando os princípios da imparcialidade, da justiça e de publicidade nos concursos para adjudicação. Juntamente com Ao Man Long, os referidos arguidos praticaram actos de branqueamento de capitais e encobriram os dinheiros de origem ilícita, promovendo a ambição de Ao Man Long na prática de actos ilícitos. Sem a ajuda dos arguidos, Ao Man Long não poderia realizar, de forma independente, actos ilícitos. O grau do dolo dos arguidos é elevado e, especialmente, o 5.º arguido envolveu-se em mais crimes.	8 crimes de branqueamento de capitais com a pena de 5 anos de prisão por cada um. 8 crimes de corrupção activa para acto ilícito com a pena de 2 anos e 10 meses de prisão por cada um. 10 crimes de corrupção activa para acto lícito com a pena de 5 meses de prisão por cada um. Por cúmulo jurídico, foi condenado à pena única de 25 anos de prisão e ainda ao pagamento de 50 milhões de patacas de indemnização ao Governo da RAEM.
Chen Dongsheng	Director-geral do Fomento Imobiliário Chon Tit (Macau), Lda.		1 crime de branqueamento de capitais com a pena de 5 anos de prisão. 1 crime de corrupção activa para acto ilícito com a pena de 2 anos e 10 meses de prisão. 3 crimes de corrupção activa para acto lícito com a pena de 5 meses de prisão por cada um. Por cúmulo jurídico, foi condenado à pena única de 7 anos de prisão e ainda ao pagamento de 20 milhões de patacas de indemnização ao Governo da RAEM. (Após recurso interposto para o TSI, foi condenado por 1 crime de branqueamento de capitais e 1 crime de corrupção activa para acto ilícito à pena de 5 anos e 3 meses de prisão.)
Frederico Marques Nolasco da Silva	Administrador da Companhia de Sistemas de Resíduos, Lda.		2 crimes de branqueamento de capitais com a pena de 4 anos e 6 meses de prisão por cada um. 3 crimes de corrupção activa para acto ilícito com a pena de 2 anos e 6 meses de prisão por cada um. Por cúmulo jurídico, foi condenado à pena única de 10 anos de prisão e ainda ao pagamento de 30 milhões de patacas de indemnização ao Governo da RAEM. (Após recurso interposto para o TSI, foi condenado por 1 crime de branqueamento de capitais e 3 crimes de corrupção activa para acto ilícito à pena de 6 anos de prisão.)

5. 判決日期：2008/06/06

5. Data da sentença: 06/06/2008

案情摘要：兩名財政局職員偽造上班記錄，要求他人為自己打卡，乘機缺勤。

Resumo do processo: Dois funcionários públicos da Direcção dos Serviços de Finanças (DSF) falsificaram os registos de assiduidade, ajudando-se mutuamente a registar o ponto um ao outro.

被告/嫌犯	被告/嫌犯之身份	法庭量刑考慮因素	判決結果
David Henrique Carvalho	財政局首席文員	經過庭審及聽證，除不能證實兩名被告在全部缺勤的日子裏均為互相幫忙打卡外，其他的指控均得以證實。	偽造文件罪名成立，判處5個月徒刑，緩刑1年。另須賠償財政局因被告缺勤而導致之經濟損失。
Aureliano António Ritchie	財政局半熟練工人		偽造文件罪名成立，判處120天罰金，罰金額按每天澳門幣100元計算，總共澳門幣12,000元，倘被告不支付則轉為80天徒刑。另須賠償財政局因被告缺勤而導致之經濟損失。

Réu/Arguido	Função do Réu/Arguido	Factores considerados pelo Tribunal na determinação de pena	Sentença
David Henrique Carvalho	Oficial administrativo principal da DSF	Depois da audiência, o Tribunal afirmou que embora tenha sido impossível provar que os dois arguidos tivessem picado o ponto um ao outro em todas as datas indicadas na acusação, se deram por provados todos os outros factos aí alegados.	Por crime de falsificação de documentos, foi condenado à pena de prisão de 5 meses, com a execução da pena suspensa por 1 ano e ainda a indemnizar a DSF pelo prejuízo económico com os falsos registos de assiduidade.
Aureliano António Ritchie	Operário semiqualiificado da DSF		Por crime de falsificação de documentos, foi condenado à pena de multa de 120 dias, à quantia diária de 100 patacas, perfazendo um total de 12 mil patacas, ou, como alternativa, 80 dias de prisão e ainda a indemnizar a DSF pelo prejuízo económico com os falsos registos de assiduidade.

6. 判決日期：2008/07/09

案情摘要：運輸工務司司長歐文龍多次收取巨額賄款，以協助鄧儉民等商人取得多項澳門政府公共工程。歐文龍更操縱多名親屬，以清洗黑錢的方式協助其處理所得賄款。本案主要審理除歐文龍以外的其他涉案嫌犯，包括其父親、弟弟及弟婦等。

6. Data da sentença: 09/07/2008

Resumo do processo: O Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Ao Man Long, recebeu muitas vezes vantagens elevadas para ajudar empresários como Tang Kim Man, a obter obras públicas. Além disso, Ao Man Long controlou alguns familiares seus para o auxiliarem no tratamento dos ganhos ilícitos provenientes da corrupção, na forma de branqueamento de capitais. O presente processo julgou, principalmente, outros arguidos (com a excepção de Ao Man Long) como o seu cônjuge, pai e irmão mais novo.

被告/嫌犯	被告/嫌犯之身份	法庭量刑考慮因素	判決結果
鄧儉民	通利建築置業工程有限公司董事長	綜合書證及證人證言，合議庭可以證實被告以不同途徑，親身、第三者名義所開立的公司或銀行帳戶等方式多次支付賄款予歐文龍，使歐文龍干預公共工程的批給而令被告所操控之公司取得利益。此外亦有足夠證據顯示有關賄款與工程合約的批給存在密切關係。	2項清洗黑錢罪每項判4年徒刑、8項行賄作不法行為罪每項判2年6個月徒刑、7項行賄作合規行為罪每項判5個月徒刑，轉換併罰為單一刑罰，判處12年6個月徒刑。另外須繳付150個司法單位費用。
羅志昌	通利建築置業有限公司項目工程師	考慮到本案所涉工程主要是第一被告直接與歐文龍交易，第二被告羅志昌及第三被告梁超通只是第一被告的下屬，此外沒有直接證據顯示2名被告知悉涉及款項是用於賄賂歐文龍的。故此合議庭根據疑罪從無原則，判2名被告罪名不成立。	罪名不成立。
梁超通	敏達工程有限公司東主		罪名不成立。
劉春紅	通利建築置業有限公司董事長秘書	考慮到本案所涉工程主要是第一被告直接與歐文龍交易，第四被告劉春紅只是第一被告的下屬，合議庭未能認定其直接參與全部行賄行為。但對於本案涉及的部分工程，綜合書證及證人證言，顯示了第四被告曾積極參與第一被告賄賂歐文龍的工作，再考慮第一被告與第四被告之間的信任關係，合議庭認定第四被告知悉賄款的來源及去向，亦曾積極參與部份賄款的轉移工作。	初級法院判決1項清洗黑錢罪，判處3年6個月徒刑。

被告/嫌犯	被告/嫌犯之身份	法庭量刑考慮因素	判決結果
歐文富	大觀洋服店支店店主	合議庭未能證實被告曾參與有關犯罪，根據疑罪從無原則，被告罪名不成立。	罪名不成立。
歐陳華彩	利寶發展有限公司文員	歐陳華彩按歐文龍要求成立公司及銀行帳戶，而該等帳戶亦曾多次接受巨額款項，被告知悉巨額款項並非與歐文龍官職相符的正式收入。然而被告的上游犯罪行為應納入受賄作合規範行為，由於受賄作合規範行為的最高刑期為6個月，故法庭對有關清洗黑錢行為不予處罰。	不予處罰。
歐榮光	大觀洋服店店主	第七被告歐榮光按歐文龍要求成立公司及銀行帳戶，而該等帳戶亦曾多次接受巨額款項，第七被告知悉巨額款項並非與歐文龍官職相符的正式收入。被告被指控的部分行為得以證實，清洗黑錢行為成立。	1項清洗黑錢罪，判處3年6個月徒刑。

Réu/Arguido	Função do Réu/Arguido	Factores considerados pelo Tribunal na determinação de pena	Sentença
Tang Kim Man	Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Construção e Obras de Engenharia Tong Lei, Lda.	Analisando as provas documentais e depoimentos de testemunhas, o Colectivo pôde provar que o arguido pagou, muitas vezes vantagens, em formas diferentes (pessoalmente, constituição de empresas e contas bancárias em nome de terceiro) a Ao Man Long para que este interviesse nas concessões de obras públicas, a fim de as companhias controladas pelo arguido obterem vantagem. Além disso, houve provas suficientes para mostrar que existia uma relação estreita entre o dinheiro da corrupção passiva e concessões de contratos de obras.	2 crimes de branqueamento de capitais com a pena de 4 anos de prisão por cada um. 8 crimes de corrupção activa para acto ilícito com a pena de 2 anos e 6 meses de prisão por cada um. 7 crimes de corrupção activa para acto lícito com a pena de 5 meses de prisão por cada um. Por cúmulo jurídico, foi condenado à pena única de 12 anos e 6 meses de prisão e pagamento de 150 UC de taxa de justiça.
Lo Chi Cheong	Arquitecto da Companhia de Construção e Obras de Engenharia Tong Lei, Lda.	O Colectivo considerou que as transacções envolvidas nas obras públicas relacionadas com o presente processo foram praticadas, de forma directa, entre o 1.º arguido e Ao Man Long e que o 2.º arguido, Lo Chi Cheong, e 3.º arguido, Leong Chiu Tung, eram apenas subordinados do 1.º arguido. Além disso, não houve provas directas mostrando que os dois arguidos sabiam que as verbas envolvidas fossem para subornar Ao Man Long. Com base no princípio do <i>in dubio pro reo</i> , os dois arguidos foram absolvidos.	Absolvição.
Leong Chiu Tung	Dono do Construções e Obras Públicas Min Da, Lda.		Absolvição.

Réu/Arguido	Função do Réu/Arguido	Factores considerados pelo Tribunal na determinação de pena	Sentença
L a o C h o n Hong	Secretária da Companhia de Construção e Obras de Engenharia Tong Lei, Lda.	O Colectivo considerou que as transacções envolvidas nas obras públicas relacionadas com o presente processo foram praticadas, de forma directa, entre o 1.º arguido e Ao Man Long e que a 4.ª arguida, Lao Chon Hong, era apenas subordinada do 1.º arguido, pelo que o Colectivo não pôde reconhecer a sua participação, directa, em todos os actos de corrupção activa. No entanto, face à parte das obras públicas envolvidas no presente processo e com base na análise das provas documentais e depoimentos de testemunhas, mostrou-se que a 4.ª arguida participou, de forma activa, em actos do 1.º arguido para subornar Ao Man Long. Além disso, considerando as relações de confiança entre o 1.º arguido e a 4.ª arguida, o Colectivo reconheceu que esta sabia da origem e movimento das verbas da corrupção, bem como participou, de forma activa, em transferências de verbas parciais da corrupção.	1 crime de branqueamento de capitais com a pena de prisão de 3 anos e 6 meses.
Ao Man Fu	Dono da Sucursal da Alfaiataria Tai Kun	O Colectivo não pôde provar que o arguido tenha participado nos respectivos crimes. Com base no princípio do <i>in dubio pro reo</i> , o arguido foi absolvido.	Absolvição.
Ao Chan Wa Choi	Oficial da Companhia de Desenvolvimento Lei Po, Lda.	A pedido de Ao Man Long, Ao Chan Wa Choi constituiu empresas e contas bancárias que receberam, muitas vezes, dinheiro em quantias elevadas. A arguida sabia que o dinheiro não era receita oficial correspondente ao cargo de Ao Man Long. No entanto, os delitos da arguida devem ser incluídos no crime de corrupção passiva para acto lícito. Como o limite máximo de pena de prisão é de 6 meses, o Tribunal não lhe aplicou a pena por branqueamento de capitais.	Não aplicação de pena.
Ao Veng Kong	Dono da Alfaiataria Tai Kun	A pedido de Ao Man Long, o 7.º arguido, Ao Veng Kong, constituiu empresas e contas bancárias tendo estas contas recebido, muitas vezes, quantias elevadas. O 7.º arguido sabia que o dinheiro não era receita oficial correspondente ao cargo de Ao Man Long. A acusação contra o arguido foi comprovada parcialmente, sendo o arguido condenado por crime de branqueamento de capitais.	1 crime de branqueamento de capitais com a pena de prisão de 3 anos e 6 meses.

7. 判決日期：2008/10/09

7. Data da sentença: 09/10/2008

案情摘要：民政總署職員偽造租單及虛報居住資料，以騙取房屋津貼，更訛稱其配偶無業，向在職部門遞交虛假聲明以收取家庭津貼。

Resumo do processo: Um funcionário público do Instituto dos Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) falsificou documentos de renda e prestou falsas declarações acerca dos dados de residência para conseguir o respectivo subsídio. Além do mais, apresentou ao seu departamento uma declaração falsa, afirmando que o seu cônjuge estava desempregado, a fim de obter o subsídio de família.

被告/嫌犯	被告/嫌犯之身份	法庭量刑考慮因素	判決結果
梁培坤	民政總署熟練助理員	合議庭裁定被告以正犯既遂方式，觸犯了詐騙罪，且以偽造文件的方式作為詐騙津貼的手段。合議庭認為本案情節嚴重，罰金不足以對被告起到阻嚇作用，被告的犯罪行為影響了社會安寧並使政府財產有所損失。	加重詐騙罪罪名成立，判處1年6個月徒刑，緩刑2年；並須向民政總署賠償財產損失澳門幣86,760元及相關利息，另須繳付3個司法單位費用及相關庭審支出。

Réu/Arguido	Função do Réu/Arguido	Factores considerados pelo Tribunal na determinação de pena	Sentença
Leong Pui Kuan	Auxiliar qualificado do IACM	O arguido foi condenado, como autor, na forma consumada, por crime de burla, com a falsificação de documentos para obter os subsídios. O Colectivo entendeu que as circunstâncias do presente processo eram graves e a aplicação de uma pena de multa não seria suficiente para causar efeitos dissuasores. Os actos criminosos do arguido prejudicaram a tranquilidade social e causaram um dano ao Governo.	Foi condenado, por burla agravada, à pena de 1 ano e 6 meses de prisão, sendo a execução desta pena suspensa por 2 anos e ainda pagar ao IACM uma indemnização no valor de 86.760 patacas, acrescida dos respectivos juros, bem como 3 UC de taxa de justiça e custas judiciais.

8. 判決日期：2008/12/04

8. Data da sentença: 04/12/2008

案情摘要：獄警多次收受囚犯賄款，經第三者協助下攜帶手提電話、充電器配件等監獄違禁品進入監獄，再交予有關囚犯使用。

Resumo do processo: Um guarda prisional aceitou, muitas vezes, vantagens de reclusos, levando, com a ajuda de terceiro, telemóveis, acessórios e carregadores de baterias e outros artigos proibidos para o estabelecimento prisional, entregando-os para uso de reclusos.

被告/嫌犯	被告/嫌犯之身份	法庭量刑考慮因素	判決結果
蔡克勤	澳門監獄獄警	經分析書證及聽取證人證言，合議庭認為廉政公署長時間的調查跟進清楚查明了犯罪事實。第一被告承認了所有指控，成為法庭確認其餘3名被告犯罪的心證。首被告身為公務員，答應接受他人給予金錢的利益，作為違背職務上義務，其行為違反了監獄紀律及規章。其餘被告促使第一被告在執行職務時，將手提電話、電子遊戲機等違禁品帶入監獄，嚴重影響監獄運作及特區政府的聲譽，亦對社會造成負面影響。	5項受賄作不法行為罪名成立，判處5年徒刑，另須繳付4個司法單位費用及相關庭審支出。
梁添喜	無業		2名被告均被判5項行賄罪名成立，判處2年6個月徒刑，不得緩刑，另須繳付4個司法單位費用及相關庭審支出。
余偉傑	囚犯		因2名被告均缺席宣判，故此法庭已發出拘留命令狀。
黃偉明	囚犯		5項行賄罪名成立，判處1年徒刑，另須繳付4個司法單位費用及相關庭審支出。

Réu/Arguido	Função do Réu/Arguido	Factores considerados pelo Tribunal na determinação de pena	Sentença
Choi Hac Kan	Guarda prisional do Estabelecimento Prisional de Macau	Analisando as provas documentais e depoimentos de testemunhas, o Colectivo considerou que a investigação e o acompanhamento do presente caso, feito pelo CCAC durante muito tempo, determinou, claramente, os factos criminosos. O 1.º arguido confessou todas as acusações. Como funcionário público, o 1.º arguido acordou em aceitar vantagens pecuniárias oferecidas por terceiro e praticar actos contrários aos seus deveres funcionais e às normas disciplinares e regulamentares do Estabelecimento Prisional. Os outros arguidos induziram o 1.º arguido a levar, no exercício das suas funções, telemóveis, consolas portáteis e outros artigos proibidos para o estabelecimento prisional, prejudicando, de forma grave, o funcionamento desse estabelecimento e a reputação do Governo da RAEM e causando efeitos nocivos à sociedade.	Foi condenado à pena de 5 anos de prisão, por 5 crimes de corrupção passiva para acto ilícito, devendo ainda pagar 4 UC de taxa de justiça e custas judiciais.
Leong Tim Hei	Desempregado		Os 2 arguidos foram condenados às penas de 2 anos e 6 meses de prisão efectiva, por 5 crimes de corrupção activa, devendo ainda pagar 4 UC de taxa de justiça e custas judiciais.
U Wai Kit	Recluso		Os 2 arguidos foram condenados à revelia, pelo que o Tribunal emitiu um mandado de detenção.
Vong Vai Meng	Recluso		Foi condenado à pena de 1 ano de prisão, por 5 crimes de corrupção activa para acto ilícito e ainda a pagar 4 UC de taxa de justiça e custas judiciais.

9. 判決日期：2008/12/16

9. Data da sentença: 16/12/2008

案情摘要：一名已退休的公務員訛稱可為他人辦理非本地

勞工身份卡，藉此騙取金錢，更非法僱用家庭傭工。

Resumo do processo: Um funcionário público aposentado afirmou, fraudulentamente, poder tratar para terceiro do título de identificação de trabalhador não-residente. Além disso, contratou ilegalmente uma mulher filipina para empregada doméstica.

被告/嫌犯	被告/嫌犯之身份	法庭量刑考慮因素	判決結果
José Maria Ernesto de Carvalho e Rego	已退休的公務員	經分析書證及證人證言，合議庭未能完全肯定被告存在詐騙行為，但被告非法僱用勞工之行為得以證實。雖然被告不是初犯，但考慮前案與本案相距的8年期間，被告都沒有再犯罪，因此合議庭認為給予被告緩刑處罰已屬足夠。	非法僱用勞工罪名成立，判處7個月徒刑，緩刑2年，但被告須於60天內向特區政府賠償澳門幣1,500元及繳付相關司法費用，否則取消緩刑。

Réu/Arguido	Função do Réu/Arguido	Factores considerados pelo Tribunal na determinação de pena	Sentença
José Maria Ernesto de Carvalho e Rego	Funcionário público aposentado	Analisando as provas documentais e depoimentos de testemunhas, o Colectivo não pôde atirar, completamente, que o arguido praticou actos de burla; entretanto, o acto de contratação ilegal de mão-de-obra não residente foi dado como provado. Apesar de não ser delinquente primário, o Colectivo considerou ter decorrido um período de 8 anos entre o processo anterior e o presente sem o arguido ter violado a lei, pelo que o condenou a multa, suficiente para causar efeitos dissuasores.	Por contratação ilegal de mão-de-obra, foi condenado à pena de 7 meses de prisão, sendo suspensa a execução desta pena por 2 anos, devendo ainda pagar uma indemnização de 1.500 patacas ao Governo da RAEM, no prazo de 60 dias, bem como custas judiciais. Se não pagasse, a suspensão seria cancelada.

4.4 追繳歐文龍案不法資產及國際刑警通緝令

歐文龍案件判決後，澳門廉政公署展開了追繳贓款的工作。在澳門，法院判決歐文龍受賄財產充公處理，並判罰澳門幣24萬元的罰金。在香港，通過澳門廉署的努力，香港高等法院裁定將歐文龍在香港的不法資產歸還澳門特區政府，涉及資產總款項達港幣2億3千多萬元。雖然其他涉及海外不法資產的追繳仍有重重的法律和司法協助困難，但廉政公署將繼續全力追繳歐案的不法資產。

2008年1月及2009年1月，澳門廉政公署通過國際刑警組織發出全球紅色通緝令（Red Notice），通緝涉及歐文龍案件的在逃嫌犯歸案。有關在逃人士合共6人，包括歐文龍妻子陳明瑛、商人何明輝、林偉、陳連因及其妻林敏儀，以及澳門居民李良志。是次為廉署首次透過國際刑警組織中國國家中心局澳門支局（簡稱“國際刑警支局”）向國際刑警組織作出請求追緝廉署案件中的在逃人士。

有關通緝人士載於國際刑警組織網頁：<http://www.interpol.int/>

4.5 培訓交流工作

4.5.1 增聘調查員

2008年7月，廉政公署開始招聘新一批調查人員，從1,600多名報考人士中，經過多重考核篩選，招聘了12名調查員。隨後，廉署開展第七期（2008）調查員培訓班的培訓工作。培訓科目超過90個，課程圍繞調查工作，分理論、實踐、參觀和訪問四部分。課程導師不僅有廉署的領導、資深調查員和澳門高

4.4 Recuperação das vantagens ilícitas envolvidas no caso de Ao Man Long e mandados de captura da Interpol

Após o julgamento do caso de Ao Man Long, o CCAC desenvolveu acções para a recuperação das vantagens ilícitas. Em Macau, Ao Man Long foi condenado pelo Tribunal à pena de perda a favor da RAEM de bens relacionados com a corrupção e de 240 mil patacas de multa. Em Hong Kong, através dos esforços do CCAC, o *High Court* determinou a devolução das vantagens ilícitas de Ao Man Long ao Governo da RAEM, envolvendo mais de 230 milhões de dólares de Hong Kong. Apesar de existirem dificuldades legislativas e de apoio jurídico para a recuperação das outras vantagens ilícitas fora de Macau envolvidos neste caso, o CCAC ainda mantém os seus esforços para as recuperar.

Em Janeiro de 2008 e Janeiro de 2009, através da Interpol, o CCAC emitiu alertas vermelhos («*Red Notice*») contra os arguidos em fuga envolvidos nos casos de Ao Man Long. Os indivíduos em fuga são 6: Chan Meng Ieng, mulher de Ao Man Long, os empresários Ho Meng Fai, Pedro Chiang, Chan Lin Ian, Lam Man I, mulher de Chan Lin Ian, e Lei Leong Chi, residente de Macau. Foi a primeira vez que, através do Subgabinete de Macau do Gabinete Central Nacional Chinês da Interpol (abreviadamente «Subgabinete da Interpol»), o CCAC pediu à Interpol para procurar os arguidos em fuga envolvidos no caso.

As informações dos indivíduos que estão a ser procurados estão publicadas na página electrónica: <http://www.interpol.int/>.

4.5 Acções de formação e intercâmbio

4.5.1 Recrutamento de novos investigadores

Em Julho de 2008, o CCAC procedeu ao recrutamento de novos investigadores. De um total de mais de 1600 candidatos, em resultado de várias provas, 12 foram admitidos. Seguidamente, o CCAC realizou o 7.º Curso de Formação para Pessoal Investigador (Ano 2008), com mais de 90 disciplinas concentradas em acções de investigação e divididas em 4 partes: teoria, prática, observação e visita. Os formadores não só são dirigentes do CCAC, investigadores com muita experiência, professores e especialistas de estabelecimentos de ensino superior de Macau, mas também dirigentes ou chefias de Tribunais, do Ministério Público, da Polícia Judiciária, do Corpo de Polícia de Segurança

校的教授專家，還包括法院、檢察院、司法警察局、治安警察局、澳門監獄、博彩監察協調局及海關等部門的領導或主管、博彩業及傳媒資深工作者。

4.5.2 內地和香港的交流培訓

粵港澳三地反貪執法機關每年定期舉行着重實務操作的個案協查工作座談會，以檢討過去一年的協查工作。2008年11月27日至29日“第四屆粵港澳個案協查工作座談會”於廣東省肇慶市舉行。

2008年10月至11月期間，廉署派員分別前往國家行政學院及廣東行政學院參加國情培訓課程。課程內容主要圍繞國內現今的經濟、外交、行政體制及廉政建設的政策及發展。而中國人民公安大學為廉署舉辦了第九期的研修班。

2008年，港澳廉署的人員交流培訓較頻繁，其中主要的培訓有：澳門廉政公署第六期（2007）綜合培訓班17名學員、香港廉署調查主任入職課程、分析軟件應用培訓課程、香港廉署2008年的入職課程等。

4.5.3 其他交流和培訓

國際反貪局聯合會第二屆研討會2008年5月14日至23日在重慶市舉行，廉署應邀派出兩名調查主任參加了會議。

2008年6月，廉署應邀派員參加由世界銀行、聯合國毒品及犯罪問題辦事處和美國律師協會在馬來西亞反貪學院舉辦的“資產追回工作坊”（Asset Tracing & Recovery Workshop）。參加者分別來自馬來西亞、汶萊、菲律賓、印尼、越南、泰國、孟加拉及澳門8個國家及地區。2008年7月，廉署人員亦與日本警察廳刑事局組織犯罪對策部香港連絡官進行交流。

除業務交流外，澳門廉政公署亦於2008年1月主辦了第三屆“粵港澳反貪執法人員運動會”，增進彼此友誼。澳門廉政公署在這屆比賽中累計項目總得分最高，奪得總冠軍。

Pública, do Estabelecimento Prisional de Macau, da Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos, dos Serviços de Alfândega e trabalhadores com muita experiência na indústria de jogos e na área dos media.

4.5.2. Formação e intercâmbio na China continental e Hong Kong

Todos os anos, regularmente, é realizado, pelas autoridades contra a corrupção de Guangdong, Hong Kong e Macau, um colóquio sobre cooperação na investigação de casos, que dá importância à prática e operações, para uma revisão e avaliação das acções de cooperação na investigação de casos do ano anterior. Entre 27 e 29 de Novembro de 2008, realizou-se no município de Zhaoqing, na província de Guangdong, o «4.º Colóquio sobre Cooperação na Investigação de Casos em Guangdong, Hong Kong e Macau».

Entre Outubro e Novembro de 2008, o CCAC enviou pessoal para o Instituto Nacional de Administração de Pequim e Instituto de Administração de Guangdong, respectivamente, para frequentar cursos de formação sobre assuntos nacionais. O conteúdo dos cursos incluiu políticas e desenvolvimento da China actual, nomeadamente de economia, de diplomacia, de regime administrativo e de promoção da integridade. A par disso, a Universidade de Segurança Pública do Povo da China proporcionou ao CCAC o 9.º curso de estudos.

Em 2008, as acções de intercâmbio e de formação do pessoal entre o CCAC e a Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong foram relativamente frequentes, incluindo, nomeadamente o 6.º Curso de Formação do Pessoal do CCAC (Ano 2007) com 17 formandos, o curso de acesso à categoria de investigador da ICAC de Hong Kong, o curso de formação para a aplicação de ferramentas de análise e o curso de acesso ao pessoal da ICAC de Hong Kong de 2008.

4.5.3 Outras acções de intercâmbio e formação

Entre 14 e 23 de Maio de 2008, realizou-se o 2.º Seminário da Associação Internacional contra a Corrupção (*International Association of Anti-Corruption Authorities, IAACA*), no município de Chongqing. A convite, o CCAC enviou dois investigadores-chefes para participar no referido seminário.

Em Junho de 2008, a convite, o CCAC enviou elementos seus para participar no *Workshop* sobre a Detenção e Recuperação de Bens («*Asset Tracing & Recovery Workshop*»), organizado pelo Banco Mundial, pelo Gabinete das Nações Unidas contra o Drogas e o Crime (UNODC), e pela Associação dos Advogados Americanos (*American Bar Association*), na Agência contra a Corrupção da Malásia (*Malaysia Anti-Corruption Academy*). Os participantes eram provenientes de oito países e regiões: Malásia, Brunei, Filipinas, Indonésia, Vietname, Tailândia, Bangladesh e Macau. Em Julho de 2008, houve acções de intercâmbio entre o pessoal do CCAC e o oficial de ligação em Hong Kong da Divisão contra a Criminalidade Organizada, do Departamento de Investigação Criminal, da Agência Nacional da Polícia do Japão.

Para além do intercâmbio de trabalho, em Janeiro de 2008, o CCAC realizou os «3.ºs Jogos Desportivos dos Agentes de Autoridade das instituições contra a Corrupção de Guangdong, Hong Kong e Macau» para intensificar a amizade entre três regiões. Nestes jogos, o CCAC foi o campeão final, por soma das classificações mais altas nas modalidades desportivas.

4.5.4 考察香港及台灣選舉

為了加深對不同地區預防及打擊賄選的認識和學習相關經驗，2008年3月，廉署分別派出代表團觀摩了2008年的台灣領導人選舉和香港立法會選舉的情況。

4.6 財產申報工作

財產申報相關法例規定，公務員每5年須對其財產申報作出更新。2008年9月至2009年2月，適逢公務員第2次5年更新財產申報，更新涉及近8,000名公務員。為方便申報者，自2008年10月起，廉政公署實行了預約上門收表制度，分別派專人向預約的21個政府部門機關的40個工作地點，上門收取財產申報表。截至2008年12月31日，廉署人員已前往13個政府部門的30個地點上門收表，總共收取了3,208份申報表。第2次5年財產申報更新工作，預計於2009年2月底初步完成，2009年將進行後期資料整理工作。

為了提供良好舒適的申報環境，節省遞交申報表的輪候時間，廉政公署2008年11月3日將設於皇朝廣場14樓的財產申報接收中心正式遷往同一樓宇的18樓。新財產申報接收中心擴大了輪候空間、提供雜誌及宣傳片欣賞，亦增添輪候號碼紙的設備，同時將收表室增加至3間，可於同一時間內接待更多的申報者，大大減省了申報者的輪候時間，提高了接收申報表的效率。

為了讓新入職公務員了解財產申報法規以及填寫申報表須注意的事項，廉政公署向有需要部門提供講解活動。2008年財產申報組應保安部隊高等學校的要求，到該校為200多名新入職的高校學員舉行了一場財產申報講解會。

第五章

行政申訴工作

2008年廉政公署收到行政申訴個案243宗，較上年輕微增長。此外，有關行政申訴的求助諮詢個案也達639宗。綜合個案內容，仍以涉及公職制度、違法工程、交通違例、物業使用監管方面為多。

4.5.4 *Visitas sobre eleições a Hong Kong e a Taiwan*

No intuito de saber mais sobre a prevenção e o combate à corrupção de regiões diferentes, bem como aprender com as respectivas experiências, em Março de 2008, o CCAC enviou pessoal a Taiwan e a Hong Kong, para visitar e conhecer as situações relativas a eleições para o dirigente de Taiwan e das eleições para o Conselho Legislativo (LegCo) de Hong Kong.

4.6 *Declaração de rendimentos e interesses patrimoniais*

Nos termos da legislação relativa à declaração de rendimentos e interesses patrimoniais, de cinco em cinco anos, os trabalhadores da Administração Pública sem alteração na sua situação devem actualizar a sua declaração. Entre Setembro de 2008 e Fevereiro de 2009, oportunamente, teve lugar a 2.ª actualização de cinco anos da declaração de rendimentos, envolvendo cerca de 8.000 trabalhadores da Administração Pública. Para conveniência dos declarantes, desde Outubro de 2008, que o CCAC tem um regime de recepção de declarações por marcação prévia, enviando pessoal para 40 locais de 21 serviços públicos, que fizeram a sua marcação prévia para recolha das declarações. Até 31 de Dezembro de 2008, o pessoal do CCAC foi a 30 locais de 13 serviços públicos, recolhendo um total de 3.208 declarações. As acções da 2.ª actualização quinquenal de declaração terminaram no fim de Fevereiro de 2009 havendo a seguir o trabalho posterior de arrumação de dados.

No intuito de oferecer um ambiente agradável e confortável, bem como poupar o tempo de espera na entrega da declaração, em 3 de Novembro de 2008, o Centro de Recepção da Declaração de Rendimentos e Interesses Patrimoniais passou a funcionar no 18.º andar do Edifício «Dynasty Plaza». Aí se alarga o espaço de espera e se oferecem revistas e vídeos de divulgação. Além disso, instalou-se um equipamento de espera por senhas e o novo espaço tem três salas que funcionam ao mesmo tempo no atendimento aos declarantes, permitindo não só a redução do tempo de espera, bem como aumentando a eficiência na recepção das declarações.

Para os trabalhadores da Administração Pública em início de funções conhecerem a legislação relativa à declaração de rendimentos, bem como darem atenção no preenchimento da declaração, o CCAC proporciona sessões de esclarecimento a serviços que tenham essa necessidade. Em 2008, por solicitação da Escola Superior das Forças de Segurança, o sector da declaração de rendimentos deslocou-se à escola para realizar uma sessão de esclarecimento destinada aos 200 novos formandos, a fim de estes poderem ter um maior conhecimento sobre o tema.

CAPÍTULO V

PROVEDORIA DE JUSTIÇA

Na área da provedoria de justiça, as queixas e participações recebidas em 2008, no total de 243, registaram uma subida ligeira em comparação com o ano anterior, enquanto os pedidos de consulta somaram 639. Matérias respeitantes ao regime da função pública, obras, ilegais infracções à legislação rodoviária e utilização de prédios urbanos continuaram a ser as mais visadas nos casos movimentados no CCAC.

審查工作方面，廉署完成了《有關現行物業用途法規及相關監察機制的分析》制度審查，相關報告已送交行政長官。運作審查方面，廉署首次與勞工事務局合作，對勞資糾紛、打擊非法工作等程序進行審查；並繼續與身份證明局合作，對居民證件的簽發及管理程序進行審查。此外，廉署繼續跟進土地工務運輸局城市建設廳監察處及身份證明局旅遊證件廳運作改善措施的落實情況。

廉署自2007年8月推出“廉潔管理計劃”以來，61個政府部門/機構全部加入該項計劃，履行了計劃的最基本要求，制定了“內部廉潔守則”。有些部門更總結了初步實施“守則”的經驗，對“守則”進一步完善，廉署亦提供協助。整體而言，部門加強了對人員的迴避、收受利益和兼任等方面的提醒，且在採購程序中完善了相關運作機制。

因應政府部門 / 機構、私人團體 / 機構的要求，廉署於2008年舉辦不同專題的講座/工作坊，當中包括公務採購、行政申訴、深化廉潔意識等。

對外交流方面，廉署派代表團出席了由內地監察部、香港廉政公署及澳門廉政公署聯合舉辦的專題研討會，亦繼續參與國際申訴組織和預防腐敗組織的研討會和會議。人員培訓方面，廉署行政申訴局派員參加北京國家行政學院和中國人民公安大學的課程，亦組織代表團考察內地監察機關的運作。

5.1 調查

5.1.1 個案介入

5.1.1.1 收案及處理情況

2008年，廉署共受理行政申訴案件243宗，比2007年的236宗上升約3%。個案中物業使用監管方面的投訴比例明顯增

No que se refere aos trabalhos realizados no âmbito da pesquisa, foi concluída a pesquisa de regimes jurídicos, intitulada «Estudo das normas vigentes e mecanismos de fiscalização relativos à utilização de prédios urbanos» tendo o relatório sido já entregue ao Chefe do Executivo. Quanto à pesquisa de funcionamento, o CCAC colaborou, pela primeira vez, com a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais no âmbito de um projecto de pesquisa sobre os procedimentos de tratamento de conflitos laborais, o combate ao trabalho ilegal e outros. Prosseguiu a colaboração com a Direcção dos Serviços de Identificação na pesquisa sobre os procedimentos da emissão e gestão de documentos de identificação. Paralelamente, continuou a ser objecto de acompanhamento a implementação das medidas tendentes a melhorar o funcionamento da Divisão de Fiscalização do Departamento de Urbanização da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e do Departamento de Documentos de Viagem da Direcção dos Serviços de Identificação.

Lançado pelo CCAC em Agosto de 2007, o «Plano para uma Gestão Íntegra» conta com a participação de todos os 61 serviços e entidades públicos que, em resposta à exigência básica do plano, procederam à elaboração do seu respectivo «Código de Integridade Interno». Alguns serviços avançaram com o aperfeiçoamento do código após terem feito um primeiro balanço sobre a sua aplicação, com o apoio do CCAC. Do ponto de vista geral, os serviços e entidades públicos reforçaram a sensibilização dos trabalhadores para as matérias de impedimentos, aceitação de vantagens e acumulação de funções, bem como aperfeiçoaram os mecanismos respeitantes ao procedimento da aquisição de bens e serviços.

Por outro lado, a pedido de serviços e entidades públicos e de associações e instituições privadas, em 2008 foram realizadas palestras e *workshops* sobre a aquisição de bens e serviços, provedoria de justiça e sentido da integridade, entre outros temas.

No plano do intercâmbio com o exterior, uma delegação representativa do CCAC participou na conferência que é regularmente promovida, conjuntamente, pelo Ministério da Supervisão da China, pela Comissão Independente contra a Corrupção (*Independent Commission Against Corruption*) de Hong Kong e pelo CCAC, e onde são debatidos temas específicos. Continuou a marcar presença em seminários e conferências promovidos por organismos vocacionados para a provedoria de justiça e para a prevenção da corrupção. Quanto à formação do pessoal, elementos da Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça foram enviados para cursos de formação realizados no Instituto Nacional de Administração da China e na Universidade de Segurança Pública Popular da China, em Beijing. Foram também organizadas delegações para estudar o funcionamento dos órgãos de supervisão da China continental.

5.1 Investigação

5.1.1 Intervenção

5.1.1.1 Recepção e tratamento de queixas

Em 2008, no âmbito da provedoria de justiça, deram entrada 243 queixas e participações, o que corresponde a uma subida de cerca de 3% em relação às 236 registadas em 2007. Notável foi o aumento dos casos ligados à fiscalização da utilização de prédios urbanos. Considerando que na origem deste facto estiveram

加，這和當局關於樓宇單位用途的監察機制及現行物業用途法規存在缺漏有關。對此，廉署完成了《有關現行物業用途法規及相關監察機制的分析》制度審查，並向當局提出完善建議。

此外，勞資糾紛方面的投訴舉報亦有所增加，內容多涉及權限部門處理不公、處理個案超逾法定時效等。對此，勞工事務局藉加入“廉潔管理計劃”，於2008年向廉署提出合作開展運作審查。

總結2008年的行政申訴個案，仍以涉及公職制度、違法工程、交通違例居多，當中循非正式途徑處理的、較受社會關注的3宗個案分別涉及：1) 某高等院校一名領導層成員多次違反迴避規定參與其本人有利害關係的議決；2) 某高等院校違法批准校內餐廳經營者加價，向學生派發膳食補助和僱用學生派發補助券；3) 新中央圖書館建築概念設計比賽的參賽規則，無限制獲判給中央圖書館建設規劃的顧問公司及其職員等掌握資訊優勢的實體和人士參賽，從而造成不公平。

deficiências dos mecanismos de fiscalização adoptados pela Administração e da legislação que regula a utilização de prédios, o CCAC concluiu um projecto de pesquisa, intitulado «Estudo das normas vigentes e mecanismos de fiscalização relativos à utilização de prédios urbanos», tendo apresentado à Administração propostas de aperfeiçoamento. Subiu também o número de queixas e participações respeitantes a conflitos laborais, nas quais práticas de injustiça e inobservância de prazos no tratamento de casos por parte das autoridades competentes foram as mais alegadas. Em face da situação, e no momento da sua adesão ao «Plano para uma Gestão Íntegra» em 2008, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais sugeriu ao CCAC o desenvolvimento conjunto de uma pesquisa de funcionamento.

Sintetizando os casos da área da provedoria de justiça em 2008, matérias relativas ao regime da função pública, obras ilegais e infracções à legislação rodoviária continuaram a ser mais visadas. De referir que houve três casos merecedores da atenção da sociedade e resolvidos por vias informais, a saber: 1) Um membro da direcção de uma instituição de ensino superior violou, repetidas vezes, as normas de impedimentos, participando em processos deliberativos em que tinha interesses; 2) Uma instituição de ensino superior actuou ilegalmente ao dar autorização ao aumento de preços da cantina pelo operador, conceder subsídio de refeição aos alunos e contratar alunos para a distribuição de cupões de subsídio; 3) No concurso de desenho conceptual da nova Biblioteca Central de Macau, não foi estipulada qualquer limitação à participação de entidades e indivíduos com mais vantagens no âmbito da posse de informações, por exemplo, empresas de consultoria adjudicatárias do planeamento de construção da nova Biblioteca e seu pessoal, o que deu azo a situações de injustiça.

圖表十四
2008年行政申訴個案涉及內容

涉及問題	數量
公職制度（人員權益、聘用、內部管理、紀律）	60
違法工程	28
交通違例	21
物業使用監管	17
勞資糾紛	11
市政	9
醫療衛生	9
社屋/經屋	8
資訊提供	8
居留權	6
違法經營	5
投資居留	4
其他程序失當	57
總計	243

QUADRO XIV

ASSUNTOS CONSTANTES DOS CASOS DA ÁREA DA PROVEDORIA DE JUSTIÇA EM 2008

Assuntos	N.º de casos
Regime da função pública (direitos e interesses do pessoal, recrutamento, gestão interna e disciplina)	60
Obras ilegais	28
Infracções à legislação rodoviária	21
Fiscalização da utilização de prédios urbanos	17
Conflitos laborais	11
Assuntos municipais	9
Cuidados de saúde	9
Habitação social/económica	8
Prestação de informações	8
Direito de residência	6
Exercício ilegal de actividades	5
Fixação de residência por investimento	4
Outras irregularidades	57
Total	243

廉署2008年收到行政申訴個案243宗，加上2007年轉入的50宗，扣除涉及相同問題的個案24宗，全年共須處理269宗投訴舉報個案，當中207宗已完成處理存檔，結案率超過77%。

存檔處理的投訴舉報個案中，歸檔原因包括不具行政違法或失當跡象、部門已作適當處理（經廉署轉介、非正式介入）、非廉署權限、資料不足等。已完成處理的207宗案件中，除了8宗以立案方式處理外，其餘的199宗透過轉介、調閱文件和會議等方式處理，當中在3個月內完成處理的約佔73%。經廉署初步分析後發現無違法跡象，又或經正式或非正式介入後部門適當處理的個案分別為121宗及50宗，比例與2007年相若。

Aos referidos 243 casos, juntam-se os 50 transitados de 2007. Subtraídos os 24 visando o mesmo assunto, o total dos casos tratados em 2008 foi de 269. Deles, 207 foram dados como concluídos e arquivados, representando mais de 77% da totalidade.

O arquivamento deu-se essencialmente nos casos em que não foram detectados indícios de ilegalidade ou irregularidade administrativa, nos que já haviam sido devidamente resolvidos pelos serviços envolvidos (mediante encaminhamento ou intervenção informal do CCAC), nos que ultrapassavam a esfera da competência do CCAC ou naqueles a que faltavam elementos. Dos 207 casos dados por concluídos, 8 foram tratados com instrução de processo e os restantes 199 tratados por meio de encaminhamento, consulta de documentos e reunião. Refira-se que os casos resolvidos em três meses rondam 73%. Além disso, foram 121 os casos em que, realizada uma análise preliminar, não foram detectados indícios de ilegalidade e 50 os casos que foram tratados devidamente pelos serviços envolvidos na sequência da intervenção formal ou informal do CCAC, números esses que representam percentagens semelhantes às de 2007.

圖表十五

2008年行政申訴個案的處理情況

歸檔原因	數字
無行政違法或失當跡象	121
部門已作適當處理（經公署正式或非正式介入）	50
資料不足	24
非公署權限	2
其他	10
總數	207

QUADRO XV

TRATAMENTO DOS CASOS DA ÁREA DA PROVEDORIA DE JUSTIÇA EM 2008

Razões do arquivamento	N.º de casos
Sem indícios de ilegalidade ou irregularidade administrativa	121
Objecto de tratamento apropriado pelo serviço visado (através da intervenção formal ou informal do CCAC)	50
Insuficiência de informação	24
Fora da competência do CCAC	2
Outros	10
Total	207

5.1.1.2 3 宗循非正式途徑處理的較受社會關注的個案撮要

5.1.1.2.1 個案編號：188/C/2008

在跟進一宗舉報個案的過程中，廉署發現某公立教育機構領導層成員於2007年上半年期間，三度作出違反《行政程序法典》必須迴避規定的行為，參與涉及其本人教職升遷的決議程序，惟當局知悉有關違反後，僅採取告誡措施，而未按照法律規定提起紀律程序，且監督實體更同意不就其中一宗行為對有關人員展開紀律程序。

事實上，根據公職法律制度的規定，凡公務員涉嫌違紀，應循紀律程序處理，故同意不提起紀律程序的決定存在違法瑕疵，惟決定已逾一年，有關瑕疵便已“補正”。至於其餘兩宗涉嫌違紀個案，依法仍可追究。經廉署向當局申明立場後，當局決定就有關人員的兩宗涉嫌違紀個案展開紀律程序，結果為對該名人員科處相當於3天薪酬的罰款。

5.1.1.2.2 個案編號：0017/E/2008

廉署收到投訴，指某官立高等院校透過代用券補貼學生，此舉等同動用公帑補貼該院校內的外判餐廳，故質疑上述做法不當。

經調查後發現，院方透過公開招租將餐廳判予私人經營，且承租規則載明承租者在“租賃期第一年內不可加價”。其後，院方同意經營者以“物價持續上漲”為由加價，不僅違背“承租規則”，亦對其他有意競投、但礙於上述條款而最終未有競投之潛在競投者不公平，違反公正原則。

5.1.1.2 Resumos dos três casos merecedores da atenção da sociedade e resolvidos por via informal

5.1.1.2.1 Caso n.º 188/C/2008

No decorrer do acompanhamento de uma denúncia, o CCAC descobriu que um membro da direcção de uma instituição de ensino superior infringiu três vezes, no primeiro semestre de 2007, as normas de impedimentos estabelecidas pelo Código do Procedimento Administrativo, ao participar em processos deliberativos relativos ao seu acesso a categoria docente superior. Depois de ter conhecimento das infracções, a instituição limitou-se a fazer uma advertência, não instaurando qualquer processo disciplinar nos termos da lei. A entidade tutelar da instituição concordou com a não instauração de processo disciplinar em relação a um dos referidos três casos de infracção.

Na verdade, o regime jurídico da função pública impõe o processo disciplinar sempre que o funcionário público seja considerado suspeito de infracção disciplinar. A decisão que admitiu a não instauração do processo disciplinar padeceu do vício de ilegalidade. Todavia, dado que tinha decorrido mais de um ano sobre a tomada da decisão, o vício em questão ficou sanado. Conhecida a posição do CCAC, a instituição resolveu instaurar um processo disciplinar visando outros dois casos de infracção, processo que resultou na aplicação de uma multa ao agente envolvido, de montante correspondente a 3 dias de salário.

5.1.1.2.2 Caso n.º 0017/E/2008

O CCAC recebeu uma queixa onde se alegava que uma instituição de ensino superior pública tinha concedido subsídios em vales de refeição aos alunos. Uma vez que este acto consubstanciava no uso de um fundo público para subsidiar a cantina da instituição, operada por uma empresa privada adjudicatária, foi questionada a sua regularidade.

Em resultado da investigação, foi descoberto que a exploração da cantina da instituição foi adjudicada, através de concurso público, em regime de arrendamento, a uma empresa privada e que, nos termos do regulamento do arrendamento, o arrendatário não «podia aumentar os preços no primeiro ano do contrato». Porém, o aumento deu-se mais tarde, a pretexto da «contínua subida dos preços dos bens» e com acordo da instituição. Assim, para além do «regulamento do arrendamento», foi violado o princípio da imparcialidade: o caso foi injusto para os potenciais concorrentes que, embora interessados em participar no concurso, acabaram por desistir devido àquela cláusula restritiva.

雖然依法獲判給的經營者如能證明存在“不可抗力”，便可就其全部或部分不履行合同而豁免承擔責任，但“不可抗力”一般不包括高通脹情況，即“物價持續上漲”不能成為經營者免受“不加價”條款約束的合理理由。院方又以“減低學生經濟壓力”為由，向學生發放膳食補助券及聘請學生派發補助券。然而由於該院章程規定，開支須符合辦學宗旨，上述發放補助的開支與辦學宗旨明顯無關，故院方決定的法律依據不足。而聘請學生是從違法發放補貼的決定所衍生，即院方在形成需聘學生派發補助券的意願存在瑕疵，故有關決定亦存在違法性 / 非有效瑕疵。

鑒於院方已提前終止餐廳經營合約，新經營者亦已經開始營業，上述帶有瑕疵的決定屬可撤銷的行政行為。根據《行政程序法典》的規定，即使對於無效的行政行為，當局仍可基於時間經過、善意原則和維護公共行政的穩定性等，對從無效行為中衍生之事實承認某些法律效果。因此，基於本案的當事人不應受歸責，且院方亦已因執行上述違法決定而付出相應的膳食及聘任費用，故對於從上述可撤銷行政行為中所衍生的事實（例如學生已享受膳食補助的事實），依法有更充分理由可承認某些法律效果，導致有關開支依法無從收回。基此，廉署要求院方嚴守依法辦事的準則，院方亦接受廉署意見，並承諾嚴格遵守與餐廳新經營者簽訂的合約，及全面檢討院方各項的管理活動，確保各項管理活動嚴格依法。廉署遂將本案歸檔。

5.1.1.2.3 個案編號：0053/E/2008、357/C/2008 及 0005/DSPJ-I/2008

2008年中，傳媒披露了“新中央圖書館建築概念設計比賽”的得獎者竟是負責該圖書館前期建設規劃研究公司的職員。不少市民質疑是次比賽的公平性，因為曾參與前期規劃研究工作的顧問公司掌握了大量有關該項目的內部資訊，其職員參賽明顯對其他參賽者極不公平。

經廉署跟進調查，行政當局在之前判給顧問公司“中央圖書館建設規劃研究”服務時，並未限制該公司及員工不得參與後續的設計投標或比賽，而是次比賽的參賽細則亦無引入相關

Se o operador, a quem foi adjudicada a exploração da cantina, conseguisse provar a ocorrência de motivo de «força maior», poderia ficar isento da responsabilidade decorrida do incumprimento, total ou parcial, do contrato. No entanto, as situações de «força maior» não abrangem, em regra, a inflação alta. Ou seja, a «contínua subida dos preços dos bens» não poderia servir de argumento para justificar a dispensa da vinculação da cláusula que não permitia o aumento dos preços. Por outro lado, a instituição atribuiu subsídio em vales de refeição aos alunos e contratou alunos para a distribuição desses vales, invocando a intenção de «reduzir a pressão económica dos alunos». De acordo com o estabelecido nos estatutos da instituição, a realização de despesas deve obedecer às finalidades da instituição. Ora, a natureza da despesa realizada com a concessão do referido subsídio revela-se claramente alheia àquelas finalidades. Daí a insuficiência dos fundamentos jurídicos da decisão da instituição. Da mesma decisão, que resultou na atribuição ilegal de subsídio, derivou ainda um acto de contratação de alunos para a distribuição dos vales de subsídio, pelo que a formação de vontade/intenção da instituição de fazer esta contratação também padeceu de vício. Assim sendo, a decisão em questão enferrou do vício de ilegalidade.

Dado que a instituição se decidiu pela cessão antecipada do contrato da exploração da cantina e que um novo operador já iniciou a exploração, a referida decisão que padeceu de vício tratou-se de um acto administrativo anulável. Nos termos do Código do Procedimento Administrativo, mesmo em caso de acto nulo, a Administração pode atribuir certos efeitos jurídicos a situações de facto decorrentes dele, tendo em consideração o decurso do tempo, o princípio da boa-fé e a salvaguarda da estabilidade da Administração Pública. Pela inimputabilidade dos agentes envolvidos neste caso e pelo facto de, em resultado da execução daquela decisão ilegal, a instituição ter já efectuado despesas com a atribuição do subsídio de refeição e a contratação de alunos, certas situações de facto (como a de os alunos terem gozado do subsídio de refeição) decorrentes deste acto anulável produziram, nos termos da lei e por maioria da razão, certos efeitos jurídicos, impossibilitando, desta forma, a recuperação da despesa realizada. Neste contexto, o CCAC exigiu à instituição a observância rigorosa do princípio da legalidade na sua actuação. A recomendação foi aceite pela instituição, que prometeu cumprir rigorosamente o contrato assinado com o novo operador da cantina e, com base numa análise mais aprofundada, assegurar a legalidade das actividades de gestão institucional. O caso foi arquivado pelo CCAC.

5.1.1.2.3 Caso n.º 0053/E/2008, n.º 357/C/2008 e n.º 0005/DSPJ-I/2008

Segundo divulgou a imprensa em meados de 2008, a vencedora do «Concurso de Desenho Conceptual da Nova Biblioteca Central» era, afinal, funcionária da empresa de consultoria que tinha sido responsável pela realização de estudos sobre o planeamento de construção da nova Biblioteca. Muitos cidadãos duvidaram da justiça do concurso. Estando aquela empresa na posse de muitas informações internas sobre o projecto da nova Biblioteca, a participação da sua funcionária no concurso foi injusta para os outros concorrentes.

Com base na investigação e acompanhamento, soube o CCAC que, antes, na adjudicação da prestação de serviços de «Estudos sobre o planeamento de construção das novas instalações da Biblioteca Central», não foram estabelecidas limitações impondo

限制，故該公司職員是次參賽依法未受禁止。然而，基於公平競爭原則，廉署已提請相關部門注意日後如再以公開競逐或比賽的方式取得財貨或服務，理應事先評估有無任何實體或人士基於任何原因而有可能在掌握資訊方面具有特殊優勢，以及成為潛在競爭者的可能性，並預先擬定相應的處理機制，如向所有潛在競爭者公開相關資訊，又或限制之前曾參與相關工作者及其他基於任何原因而掌握資訊優勢者不得參與競爭等，從而確保整個程序的公平及公正性，以免日後再出現同類有損行政當局公信力的問題。

其後，相關部門回應廉署指該局在是次比賽中已向所有潛在參賽者提供參賽所需的資訊，堅持認為其做法絕對遵守所有法律規定和行政當局應遵之所有原則。故廉署重申立場及建議，並將該部門的上述回應及廉署立場知會相關領域的司長。最後，司長辦公室回應指，認同公署建議，並表明會指示文化局改善有關行政程序，以免再發生同類問題。

事實上，特區政府近年來多次就不同領域或範疇的工作開展前期規劃或可行性研究或諮詢，並以不同方式外判或委託私人實體（如顧問公司）進行。然而，現行法例並無明文規定之前曾為行政當局提供研究或諮詢服務的實體或人士日後不可參加與上述研究或諮詢工作有關的競投活動或比賽，亦無要求當局與提供研究或諮詢服務的公司簽訂合同時，須訂定任何禁止或限制性條款。值得關注的是，對於具有初步 / 探討性質的研究和諮詢工作，參與相關研究或諮詢工作的實體或人士，自然會掌握更多有關該研究或諮詢項目未被公開的資料 / 資訊，且並非如同公共行政部門或人員般受相關職責和義務所約束。另在從事業務和工作均屬自由的前提下，上述私人實體及其人員參與行政當局續後的落實計劃的可能性當然不能被“自動”排除。在此前提下，如行政當局之前已作出某項可行性研究或諮詢的判給，之後又再以公開競逐或比賽的方式取得與上述可行

que a empresa de consultoria adjudicatária e seus funcionários não pudessem participar em posterior concurso ou competição de ideias; limitações idênticas também não foram introduzidas no regulamento do concurso de desenho conceptual. Por esta razão, à referida funcionária não foi legalmente vedada a participação no concurso em questão. Em todo o caso, em nome do princípio da concorrência leal, o CCAC alertou o serviço envolvido para que, no futuro, na realização de concurso público para aquisição de bens e serviços, convém avaliar antecipadamente a possibilidade de haver qualquer entidade ou indivíduo que, por qualquer razão, tenha vantagem especial por posse de informação e que se torne concorrente potencial, assim como estabelecer previamente mecanismos para o tratamento de tal situação, designadamente revelando as informações de interesse a todos os concorrentes potenciais, ou estabelecendo limitações no sentido de impedir a participação no concurso de qualquer entidade ou indivíduo que tenha participado em trabalhos relacionados como os acima referidos ou que, por qualquer outra razão, seja detentor de informação vantajosa. O objectivo consiste em assegurar a justiça e a imparcialidade em todo o processo do concurso, evitando a ocorrência futura de casos semelhantes, prejudiciais à credibilidade da Administração.

Mais tarde, em resposta ao CCAC, o serviço envolvido frisou ter fornecido a todos os concorrentes potenciais as informações necessárias sobre o concurso em análise e insistiu em ter actuado absolutamente em conformidade com todas as normas legais e com todos os princípios que devem ser observados pela Administração Pública. O CCAC reiterou a sua posição e sugestão e comunicou a resposta do serviço envolvido e a posição do CCAC ao Secretário responsável pela tutela da respectiva área. Finalmente, o Gabinete do Secretário afirmou, na sua resposta, concordar com a sugestão do CCAC e que daria instruções ao serviço envolvido para que fossem melhorados os respectivos procedimentos administrativos, evitando a repetição de casos semelhantes.

Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem adjudicado ou encomendado a entidades privadas (como empresas de consultoria), por vias diversas, pré-planeamento ou estudos ou consultas de viabilidade sobre projectos em diferentes áreas ou âmbitos. Contudo, a legislação não estabelece normas que impeçam quem tenha prestado serviço de estudos ou consultas à Administração de participar em concursos relacionados com esses estudos ou consultas, nem outras que obriguem a Administração a introduzir quaisquer cláusulas proibitivas ou restritivas nos contratos celebrados com entidades prestadoras de serviços de estudos ou consultas. Importa salientar que, em caso de projectos com a natureza de estudo ou consulta preliminar, as entidades ou indivíduos participantes ficam naturalmente na posse de mais dados ou informação sobre o objecto do estudo ou consulta que não foram tornados públicos e não estão vinculados às funções e aos deveres funcionais inerentes a essa participação, ao contrário dos serviços e trabalhadores da Administração Pública. Por outro lado, dada a liberdade de exercício de actividade e de trabalho, claro que não seria de excluir, automaticamente, a possibilidade de aquelas entidades privadas e o seu pessoal virem a participar em projectos posteriores da Administração com o mesmo objecto. Neste sentido, no caso de a Administração, depois de ter adjudicado um estudo ou consulta de viabilidade, realizar um concurso ou competição público para a aquisição dos bens ou serviços relacionados com esse estudo ou consulta, poderia haver concorrentes potenciais

性研究或諮詢項目有關的財貨或服務，個別潛在競爭者便有可能基於之前曾參與相關研究或諮詢工作而在掌握資訊方面具有特殊優勢，因而導致其他競投者失卻公平競爭的機會，令市民大眾對政府舉行招標或競賽活動的公平性產生質疑。

因此，廉署主動跟進並向當局建議提請各政府部門關注，日後如選擇以公開競逐或比賽的方式取得財貨或服務，應事先評估有無任何實體或人士基於任何原因可能掌握資訊優勢，以及成為潛在競爭者的可能性，並預先擬定相應的處理機制，如向所有潛在競爭者公開相關資訊、訂明曾參與相關工作者及其他基於任何原因而掌握資訊優勢者不得參與競爭、又或要求各競爭者作出申報，以便在評分上適當調節相關比重等，以抵銷個別潛在競爭者掌握資訊方面的特殊優勢，從而確保整個競投程序或比賽的公平及公正性，維護行政當局的公信力。廉署建議獲行政長官批示同意後已知照各司長及相關部門。

5.1.1.3 立案調查，發出勸喻及建議

2008年期間，廉署對5宗個案進行深入調查，分別涉及“澳基會及科技基金的審批資助機制”、“商業用途的單位開設護老院”、“金龍巷批地程序不當”、“教育暨青年局教學人員不獲續約”、“設立石油氣中途倉庫的合法性”，而前4宗已完成調查並已發出勸喻或建議（個案撮要見附件）。

此外，於2007立案及完成調查的個案，包括“無牌燒臘工場的檢控及科罰機制”、“非法旅館及無牌導遊的行政違法檢控程序”、“違反《對外貿易法》行為之檢控程序”，由於當局已接納廉署勸喻並採取適當措施，例如制定成文指引、完善工作流程、加強前線的專業培訓等，廉署對相關個案作歸檔處理。至於因廉署揭發“聘請不具專業資格的按摩師充當運動創傷治療師”而暴露部門內部管理不善的個案，則基於部門在跟

que, pela anterior participação, tivessem vantagem especial pela posse de informação. Como resultado, os outros concorrentes perderiam a oportunidade de participar num quadro de concorrência leal e os cidadãos questionariam a imparcialidade do Governo na realização de concursos.

Pelo exposto, o CCAC tomou a iniciativa de acompanhamento e sugeriu à Administração que chamasse a atenção de todos os serviços públicos no sentido de que, futuramente, na eventual realização de concurso público para aquisição de bens e serviços, convém avaliar antecipadamente a possibilidade de haver qualquer entidade ou indivíduo que, por qualquer razão, se coloque em vantagem por posse de informação privilegiada e que se torne concorrente potencial, assim como estabelecer previamente mecanismos para o tratamento da situação. Exemplificando, podem adoptar-se mecanismos visando revelar as informações de interesse a todos os concorrentes potenciais, estabelecer que não pode participar no concurso qualquer entidade ou indivíduo que, por ter participado em trabalhos anteriores relacionados com o mesmo objecto ou por qualquer outra razão, se coloque em vantagem por posse de informação, e exigir declarações a todos os concorrentes, no intuito de ajustar, de forma adequada, as respectivas proporções na classificação, neutralizando a vantagem especial de um ou dois concorrentes potenciais por posse de informação. O objectivo é assegurar a justiça e a imparcialidade em todo o processo do concurso e salvaguardar a credibilidade da Administração. A sugestão do CCAC mereceu a concordância do Chefe do Executivo e foi comunicada aos vários Secretários e respectivos serviços.

5.1.1.3 Investigação mediante instrução de processo e emissão de recomendações e sugestões

Em 2008, cinco casos foram objecto de investigação profunda pelo CCAC. Referiam-se, respectivamente, a «Mecanismos de apreciação e autorização da concessão de subsídios pela Fundação Macau e pelo Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia», «Abertura de lar de idosos em edifício destinado a fins comerciais», «Procedimento irregular da concessão de um terreno na Travessa do Fogo», «Não renovação do contrato de trabalho com dois docentes do quadro da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude» e «Legalidade da instalação de depósito de distribuição de combustíveis». A investigação dos primeiros quatro casos foi finalizada, culminando com a emissão de recomendações e sugestões (cfr. resumos destes casos em Anexo).

De entre os processos instruídos e investigados em 2007, foram arquivados os relativos à «Forma de autuação e aplicação de multa a estabelecimento de assadura de carnes não licenciado», «Procedimento administrativo sancionatório contra pensão ilegal e guia turístico não titulado» e «Procedimento de autuação contra infracções à Lei do Comércio Externo». O arquivamento justificou-se pelo facto de os serviços da Administração envolvidos terem aceite as recomendações do CCAC e adoptado medidas apropriadas, com incidência sobre a produção de orientações escritas, aperfeiçoamento de circuitos de trabalho, reforço da formação dos trabalhadores da linha da frente entre outros aspectos. Relativamente ao processo sobre o «recrutamento de uma massagista sem qualificação profissional para técnica na área de traumatologia desportiva», que pôs a descoberto imperfeições da gestão interna do serviço envolvido, este já tomou medidas de melhoria no decorrer do acompanhamento feito do CCAC. Assim, foi desnecessária a emissão de

進過程中已採取完善內部管理措施，無須廉署發出勸喻而歸檔，但廉署仍會透過《廉潔管理計劃》等機制，定期與相關部門檢討相關措施的執行情況。

5.1.2 求助諮詢

2008年廉署共接到639宗求助諮詢個案，比2007年輕微下降1%。總結求助諮詢個案，仍以公職制度、交通違例、違法工程、市政、勞資糾紛為主，當中違法工程方面有逾33%的降幅（違法工程在投訴舉報方面亦下降逾10%）。

須注意的是，針對檢控及處罰私人樓宇使用及管理不善的行政違例行為，例如違法工程，現行都市建築法例的規範確實存在不足和漏洞，故廉署於2006年完成《行政當局針對私人樓宇的使用及管理不善所具有的介入權》制度審查，有關內容重點見載於廉署網頁及廉署2006年年報。而廉署前線人員亦會向前來求助或諮詢的市民解釋問題除涉及相關部門的內部運作管理外，更與現行法例的檢控及處罰程序不完善有關，在修法前較難得到根本性解決。由於市民可透過不同渠道知悉解決違法工程的困難所在，故向廉署諮詢（甚至投訴）相關事宜的個案數字便有所下降。

另一方面，交通違例方面求助諮詢的比例卻有逾22%的增加，反映市民關注《道路交通安全法》實施後當局的執法力度及水平。

uma recomendação e decidido o arquivamento. Apesar disso, a aplicação das medidas será avaliada regularmente pelo CCAC em conjunto com o serviço envolvido, através de mecanismos como o «Plano para uma Gestão Íntegra».

5.1.2 Pedidos de apoio e consulta

Em 2008, os pedidos de apoio e consulta recebidos no CCAC totalizaram 639, o que corresponde a uma descida ligeira, de 1%, comparativamente com o ano anterior. As informações mais solicitadas continuaram a ser as ligadas ao regime da função pública, infracções à legislação rodoviária, obras ilegais, assuntos municipais e conflitos laborais. De notar que os pedidos relativos a obras ilegais sofreram uma quebra de mais de 33% (tendo também as queixas e participações respeitantes à mesma matéria descido mais de 10%).

A legislação em vigor que regula os prédios urbanos patenteia, claramente, deficiências e lacunas em matéria de atuação e aplicação de sanções contra as infracções administrativas relacionadas com má utilização e administração dos edifícios privados, como é o caso de obras ilegais. Perante o cenário existente, o CCAC concluiu, em 2006, a pesquisa sobre o «Poder de intervenção da Administração sobre a má utilização e administração dos edifícios privados». Os pontos essenciais do relatório da pesquisa podem ser consultados na página electrónica da CCAC e no seu relatório anual de actividades referente a 2006. Por outro lado, aos cidadãos que vieram pedir apoio ou consulta, o nosso pessoal da linha da frente deu explicações sobre a situação: para além do funcionamento interno dos serviços envolvidos, contribuem para o problema das obras ilegais as imperfeições dos procedimentos acusatório e sancionatório previstos na legislação em vigor, pelo que é difícil encontrar uma solução radical antes de uma revisão legislativa. Podendo os cidadãos conhecer, por canais diversos, as dificuldades na busca de soluções para as obras ilegais, apresentaram ao CCAC menos pedidos de consulta (e queixas) sobre esta matéria.

Os pedidos de apoio e consulta sobre infracções à legislação rodoviária aumentaram mais de 22%, o que leva a concluir que, após a entrada em vigor da Lei do Trânsito Rodoviário, a eficiência e o desempenho das autoridades na aplicação deste diploma tem merecido a atenção dos cidadãos.

圖表十六

2008年行政申訴範疇求助諮詢個案涉及內容

涉及問題	數量
公職制度（人員權益、聘用、紀律操守及財產申報）	125
交通違例	71
廉潔操守指引	32
違法工程	32
市政	32
勞資糾紛	28
公署權限及職能	16
教育、體育、旅遊	15
電信	14
經濟房屋及社會房屋	14

涉及問題	數量
醫療衛生	14
居留權	13
非法工作	10
稅務	10
社保	10
物業登記	8
違法經營	8
外勞審批	7
資訊提供	5
物業使用監管	5
其他程序失當	95
非公署權限（私人領域及訴訟案件）	75
總數	639

QUADRO XVI

ASSUNTOS CONSTANTES DOS PEDIDOS DE APOIO E CONSULTA NA ÁREA DA PROVEDORIA DE JUSTIÇA EM 2008

Assuntos	N.º de pedidos
Regime da função pública (direitos e interesses do pessoal, recrutamento, disciplina e conduta pessoal, declaração de rendimentos e interesses patrimoniais)	125
Infracções à legislação rodoviária	71
Orientações para uma Conduta Íntegra	32
Obras ilegais	32
Assuntos municipais	32
Conitos laborais	28
Competências e atribuições do CCAC	16
Educação, desporto, turismo	15
Telecomunicações	14
Habitação económica e social	14
Cuidados de saúde	14
Direito de residência	13
Trabalho ilegal	10
Assuntos fiscais	10
Segurança social	10
Registo predial	8
Exercício ilegal de actividades	8
Autorização da mão-de-obra não residente	7
Prestação de informações	5
Fiscalização da utilização de prédios urbanos	5
Outros procedimentos irregulares	95
Fora da competência do CCAC (sector privado e acções judiciais)	75
Total	639

5.2 審查

5.2.1 制度審查

審查工作方面，2008年廉署完成了《有關現行物業用途法規及相關監察機制的分析》的制度審查，相關報告已送交行政當局，以下就相關審查報告的內容作撮要簡介：

《有關現行物業用途法規及相關監察機制的分析》

廉署曾接到不少涉及樓宇單位使用的投訴／舉報個案，故開展制度審查，以清晰現行物業用途法規及相關監管機制的缺漏及提出完善建議。經分析現行物業用途法規及相關監察機制後，發現確實存在不協調的問題，主要反映在以下3方面：

1. 《都市建築總章程》及《都市房地產之使用規範》均無清晰界定都市房地產法定用途的具體內涵

《都市建築總章程》及《都市房地產之使用規範》分別訂定了物業用途的各種分類（前者以盡數列舉方式訂出6種法定用途，後者則以例示方式訂出7種法定用途，且以不訂明的其他合法用途為補充，而就法定用途方面，兩者所定基本相互吻合），唯兩部法規均無進一步界定每類物業用途的具體內涵，即無訂明各類用途的物業具體適於從事哪一／些行業活動。另一方面，《防火安全規章》雖然規定了樓宇用途、且以舉例方式說明各類樓宇及其部分的用途所包含的行業活動，但卻不能據以充實《都市建築總章程》或《都市房地產之使用規範》中有關法定物業用途的具體內涵。

在上述前提下，加上大多數關於“行業活動發牌制度”的單行法規均無明確規定有關行業活動須開設於哪類用途的物業，權限部門因審批准照申請而須認定有關行業活動場所地點所屬物業用途是否適合、以免構成不當使用時，便會各自演繹其“自由裁量”權，特別是有關部門本身如無設定客觀的執法標準，便會出現在同類個案有不同立場，又或甚至在同一個案中的立場“左搖右擺”，從而導致行政當局的公信力受到質疑；另一方面，由於當權者如何“演繹”各種物業用途的具體內涵往往為相關場所能否順利設立的關鍵，故亦衍生貪腐的潛在風險。

5.2 Pesquisa

5.2.1 Pesquisa de regimes jurídicos

Neste âmbito, foi concluído em 2008 o «Estudo das normas vigentes e mecanismos de fiscalização relativos à utilização de prédios urbanos», tendo o relatório sido submetido à Administração. A seguir, apresenta-se um resumo deste relatório:

«Estudo das normas vigentes e mecanismos de fiscalização relativos à utilização de prédios urbanos»

Atendendo ao número elevado de queixas e participações ligadas à utilização de prédios e suas fracções, o CCAC desenvolveu um projecto de pesquisa tendo por objectivo identificar as lacunas das normas vigentes e dos mecanismos de fiscalização relativos à sua utilização, assim como formular propostas de aperfeiçoamento. Os resultados da análise confirmaram a desarticulação entre as diversas normas e mecanismos, que se traduz essencialmente em três aspectos, a saber:

1. Ausência de clarificação sobre os conteúdos concretos dos diversos fins legais de utilização dos prédios urbanos quer no Regulamento Geral da Construção Urbana (RGCU) quer na Disciplina da Utilização de Prédios Urbanos (DUPU)

Tanto o RGCU como a DUPU classificam em categorias os fins para os quais os prédios podem ser utilizados (o primeiro enumera taxativamente seis categorias, enquanto a última exemplifica sete, complementadas por outros fins lícitos não especificados, o que revela que, em matéria de destinação legal dos prédios, as disposições dos dois diplomas legais são, de um modo geral, concordantes). No entanto, nenhum dos dois diplomas avança no sentido de definir a extensão de cada categoria de fins: ou seja, não é explicitada qual ou quais as actividades que cada uma das categorias abrange. Por outro lado, se bem que o Regulamento de Segurança contra Incêndios regule a utilização dos edifícios e indique, através de exemplos, os fins e as actividades neles abrangidas a que os edifícios ou as suas partes podem ser destinadas, tal não é suficiente para complementar a extensão dos diversos fins de utilização dos prédios prescritos no RGCU e na DUPU.

A isto junta-se o facto de que a maior parte das leis avulsas que instituem «regimes de licenciamento administrativo de actividades» não determina qual o tipo de edifício em que a actividade a licenciar deve estar instalada, pelo que cabe às diversas entidades licenciadoras, na apreciação do requerimento, a obrigação de assegurar que o estabelecimento da actividade a licenciar seja conforme com a finalidade do edifício que o acolhe, para assim evitar a sua utilização indevida. Daqui resultarão interpretações discrepantes entre as referidas entidades no uso do seu poder discricionário. De referir, em especial, que a eventual falta de critérios objectivos próprios de uma entidade licenciadora para a aplicação da lei pode resultar na aplicação de soluções diferentes no tratamento de casos do mesmo género ou, até, de uma posição «oscilante» no processamento de um mesmo requerimento. Daí a possibilidade de a credibilidade da Administração ser questionada. Por outro lado, a forma como as autoridades interpretam os fins de utilização do prédio é muitas vezes decisiva para o deferimento ou indeferimento de pedidos de instalação de estabelecimentos, o que propicia a ocorrência de actos de corrupção.

2. 基於法例不清晰而引發“不同物業用途可否兼用於相同活動”的爭議

除了上點所述的問題外，權限部門在審批准照時尚須面對同一行業活動可否“兼容”於不同物業用途的困惑。誠然，某類行業活動可能兼具兩種或以上的性質/特性，就以牟利的安老院舍為例，究竟其屬“社會設備性質”抑或“商業性質”，就連發牌部門本身在不同時期都有不同的意見，於是便帶出另一更具爭議的問題：具有牟利性質的安老院是否應開設於“社會設備用途”、“商業用途”抑或“兼容”於此兩種用途的物業？如果以安老院舍屬牟利性質方批准其於“商業用途”物業經營，一旦“易手”予社會團體以不牟利方式繼續經營，難道就要另覓“社會設備用途”物業進行搬遷，否則便構成不當使用？這個推論結果顯然匪夷所思！

綜觀《都市房地產之使用規範》的行文，以及當年立法者制定上述規範時所作出的解釋，立法者似未考慮同一行業活動可“兼容”於不同用途的物業，然而，在實務操作上，無論是上述規範生效（2000年）之前或之後，對於一些單行“行業活動發牌制度”並未明文指定可否“兼容”於不同用途的物業的行業活動，行政當局往往會批准該等活動於不同用途的物業營運。在上述情況下，行政當局是否依法審批及按既定準則審批，便容易受到市民質疑，且同樣衍生貪腐的潛在風險。

3. 公法監察效果不彰

1) 工務部門未在工程准照的審批程序中發揮應有的監察作用

一般來說，在發牌部門未對牌照申請作出最終決定以前，工務部門多已參與“處理”有關個案：或是發出工程准照，或是提供專業意見，履行其對樓宇使用的監察職責，而《都市建築總章程》更明確規定工務部門須監察工程計劃是否符合相關“行業活動發牌制度”所定的特定要件。

因此，如“發牌制度”的單行法規已訂明該類行業應設於哪種用途的物業，又或訂明工程准照的發出須以場所符合有關用途為前提，則工務部門審議工程計劃時發現用途不符的情況，依法當然有權不核准有關工程計劃。然而，倘“發牌制度”本身並無上述明確的規定，工務部門能否以“用途不符”而不核准有關工程計劃，則存在較大爭議，尤其是按照《都市

2. Falta de clareza da legislação geradora de controvérsias em torno da «possibilidade de compatibilização de uma mesma actividade com fins de utilização diversas»

Para além do problema acima exposto, no processo de licenciamento administrativo as entidades competentes têm que enfrentar a difícil questão de saber se é possível «compatibilizar» uma mesma actividade com fins de utilização diversos. A verdade é que uma actividade pode ter duas ou mais naturezas/ características. Veja-se, por exemplo, um lar de idosos com fins lucrativos: será que tem natureza de «equipamento social» ou é de «natureza comercial»? Relativamente a esta pergunta, até a própria entidade licenciadora tem assumido posições diferentes, em diferentes períodos. Daí uma controvérsia ainda maior: um lar de idosos com fins lucrativos deve ser instalado num prédio com fim de «equipamento social», «comercial» ou será ele «compatível» com os dois casos? Suponha-se um lar deste género autorizado a funcionar num prédio afectado a «fins comerciais». Em caso de transferência da propriedade do lar para uma associação que tenciona prosseguir a exploração mas já sem fins lucrativos, será que as instalações devem ser mudadas para um outro prédio destinado a «equipamento social», sob pena de incorrer em utilização indevida? A resposta deverá ser claramente negativa!

A julgar pelo articulado da DUPU e pelas explicações dadas aquando da produção do diploma, afigura-se que, na altura, o legislador não teve em linha de conta a eventual «compatibilidade» de uma actividade com prédios destinados a fins diversos. Apesar disso, em caso de ausência de disposições relativas a tal «compatibilização» constantes de regimes avulsos de licenciamento administrativo, a prática habitual da Administração, quer antes quer depois da entrada em vigor da DUPU em 2000, tem sido autorizar o exercício das respectivas actividades em prédios destinados a finalidades diversas. Trata-se de uma prática que pode levar os cidadãos a questionar o cumprimento da lei e os critérios pré-estabelecidos pela Administração no licenciamento, para além de comportar riscos de corrupção.

3. Fiscalização pouco eficaz no âmbito do direito público

a. O serviço responsável pelas obras públicas não consegue desenvolver plenamente o seu papel de supervisão no decurso do processo de apreciação para licenciamento de obra

Na maioria dos casos, antes de a entidade licenciadora tomar uma decisão final sobre os pedidos de licenciamento, o serviço responsável pelas obras públicas já teve intervenção no processo: ou pela emissão de licença de obra ou dando parecer especializado, no cumprimento da sua atribuição de supervisão da utilização dos prédios. Acresce que o RGCU deixa claro que o serviço responsável pelas obras públicas deve verificar se o projecto de obra em questão preenche os requisitos especiais fixados no respectivo «regime de licenciamento de actividade».

Neste sentido, se a lei avulsa de licenciamento administrativo indicar as finalidades de utilização do prédio em que pode ser instalada a actividade a licenciar, ou estabelecer como pressuposto do licenciamento da obra a correspondência entre o estabelecimento daquela actividade e a destinação fixada para o edifício a que está afecto, o serviço responsável pelas obras públicas na apreciação do projecto de obra, se constatar uma situação de inadequação do fim de utilização, pode, em termos legais, decidir pela não aprovação do projecto. Mas, na ausên-

房地產之使用規範》的規定，“將房地產用於法律上或實質上異於使用准照所載用途”者，方構成“不當使用”，而在當事人向工務部門提出工程准照申請時，無論是法律上或實質上，當事人“尚未”將單位用於異於使用准照所載用途；但從另一個角度來看，即使有關當事人成功獲工務部門發出工程准照，只要有“用途不符”的問題未解決，其日後亦可能無法成功獲發牌照。

實務操作上，公署曾發現工務部門以審批工程無須核查是否“潛在”更改用途的理解而簽發工程准照，且不向申請人說明日後其有可能觸犯“更改用途”的風險，上述做法無疑有損行政當局的“公信力”，且有違《行政程序法典》所訂的善意原則。

2) 行政監察制度與民事監察制度互不協調

根據現行《民法典》的規定，是否容許某小業主更改樓宇的設定憑證以改變單位的用途，屬樓宇全體小業主共同處分的權限。原則上，更改設定憑證上的物業用途須經全體小業主同意，即使透過司法途徑為之，亦須取得樓宇總值三分之二份額的小業主同意，由此可見，要更改設定憑證上的物業用途絕非易事。

基此，對於一些具有公益性質的行業活動，例如社會設施，立法者在公共利益與其他小業主利益之間作出割捨，在“發牌制度”中訂定特別規定：容許行政當局無須徵得其他小業主同意，便可向非設於社會設備用途單位的設施發出准照，發出准照後，只要經營者無從事超逾行政准照所指定的活動，當局不會追究其“不當使用”的輕微違反責任。

然而，上述特別規定並未排除小業主循民事途徑就“不按樓宇設定憑證上所載的用途使用物業”提出反對的權利，因此，即使場所的經營者取得了行政當局發出的行政准照，仍有可能面對其他小業主提起司法訴訟的風險，一旦落敗，有關經營者便須承擔民事責任，甚至被禁制繼續營業。

此外，如行政當局在向有關經營者發出行政准照時，未告知存在上述風險，則行政當局亦有可能被追究責任。

cia daquelas disposições, levanta-se a questão de saber se este serviço poderá recorrer à «inadequação do fim de utilização» para indeferir a emissão da licença de obra naquele projecto, sobretudo quando o RGCU dispõe que o prédio só se considera «indevidamente utilizado» quando for «afectado, jurídica ou materialmente, a fim ou fins diversos daquele ou daqueles do licenciamento administrativo da actividade aí exercida». Ora, no momento de pedir ao serviço responsável pelas obras públicas o licenciamento de obra, o requerente «ainda não» utiliza, quer juridicamente quer materialmente, o prédio para fins diversos dos do licenciamento administrativo. Contudo, e sob outro ângulo, mesmo que obtida a licença de obra emitida por este serviço, é impossível conseguir mais tarde o licenciamento administrativo se a referida «inconformidade de finalidades» não tiver sido ultrapassada.

Na realidade, o Comissariado detectou casos em que o serviço responsável pelas obras públicas, entendendo que o licenciamento de obra não tem que passar pela verificação do «potencial» risco de alteração da utilização, emitiu as licenças de obras sem, contudo, ter alertado os requerentes para o tal risco. Esta prática é claramente prejudicial para a credibilidade da Administração e contrária ao princípio da boa fé, consagrado no Código do Procedimento Administrativo.

b. Os regimes de fiscalização administrativa e de fiscalização civil revelam-se desarticulados

O Código Civil (CC) estipula que compete a todos os condóminos do edifício decidir sobre a modificação, por um deles, do título constitutivo da propriedade horizontal, visando a alteração do fim a que a respectiva fracção está destinada. Em princípio, a alteração da finalidade da fracção constante do título constitutivo depende do consentimento unânime de todos os condóminos. Mesmo que se opte pela via judicial para conseguir a alteração, deve ter-se o voto favorável de condóminos que representem, pelo menos, dois terços do valor total do edifício. Daí se conclui que essa alteração não é nada fácil de concretizar.

Já tratando-se de actividades de interesse público, como equipamentos sociais, o legislador fez uma escolha entre o interesse público e os interesses dos outros condóminos. Nos regimes de licenciamento administrativo estão estabelecidas normas especiais que permitem à Administração emitir licenças, sem consentimento daqueles, para a instalação daquele tipo de actividades em fracções não destinadas a equipamentos sociais. Nestes casos, o explorador não será responsabilizado por contravenção de «utilização indevida», desde que não exerça actividade estranha à indicada na licença administrativa.

Contudo, as normas especiais em análise não negam aos condóminos o direito de contestar, em processo civil, a «utilização do prédio para fins diversos dos constantes do seu título constitutivo». Mesmo tendo obtido a licença administrativa emitida pela Administração, o explorador do estabelecimento da actividade em questão poderá correr o risco de ter que enfrentar uma acção judicial intentada pelos outros condóminos. No caso de ser parte vencida, deverá assumir a responsabilidade civil e ficará interdito de prosseguir a sua actividade.

Por sua vez, a Administração também pode ser responsabilizada se não notificar o explorador desse risco, no momento da emissão de licença.

3) “小業主同意書”不足以彌補現行制度的缺陷

更改樓宇的設定憑證，不僅需要按照法定的“嚴苛”要求取得相當比例的小業主同意，亦需辦理一定程序及承擔相關開支，加上單位的用途被變更後可能會影響樓宇的市場價值，因此，實務操作上，即使樓宇內其他小業主同意“更改用途”，但卻未必同意更改設定憑證及物業登記。資料顯示，工務部門在實務上曾採取“折衷”辦法，只要更改樓宇用途的當事人遞交足夠份額的小業主同意書，工務部門便會發出工程准照或在發牌程序中給予可行意見，而無須當事人更改設定憑證及物業登記。然而，值得注意的是，由於有關單位的登記用途在法律上並未被依法更改，故當局的上述“折衷”辦法嚴格上有抵觸《都市房地產之使用規範》中“物業使用必須與登記用途相符”規定之嫌。

再者，雖然簽署了同意書的小業主依法原則上不得再就有關改變用途的問題向行政當局或司法當局提出行政上或民事上的禁制，然而，對於嗣後取得業權的人士，由於設定憑證及物業登記所記載的單位用途並未更改，在現行法律制度下（包括《民法典》及《物業登記法典》），他們並非絕對不可能針對獲發牌照者將單位用於異於登記用途而提起民事程序。換言之，行政當局所採取的“折衷”辦法並未能“穩妥地”解決現行制度所存在的問題。

針對上述種種問題，必需透過修法進行完善，有關建議如下：

1. 應整合《都市建築總章程》及《都市房地產之使用規範》中關於物業用途的分類，並明確界定各類用途的具體內涵，即具體適於從事哪一／些行業活動，以及訂明“不同物業用途可否兼用於相同活動”。

2. 對於行政當局所認定具有重大公益價值的行業活動，應考慮有關公益需要如何“凌駕”於小業主對樓宇使用之處分權，並對相關的發牌制度作出檢討，使其能真正反映有關行業活動的重大公益性和適度限制小業主對物業用途的處分權（例如針對特定行業的設立而須更改登記用途之情況，透過修法減

c. Recorrer ao «termo de consentimento dos condóminos» é insuficiente para suprir as deficiências do regime vigente

A modificação do título constitutivo da propriedade horizontal requer a obtenção do voto favorável de uma certa percentagem dos condóminos do prédio. Para além desta exigência irredutível da lei, tem que se promover certas formalidades impostas e assumir os custos daí decorrentes. A isto acresce o facto da alteração da utilização de fracção poder ter repercussões no valor de mercado do edifício. Com efeito, a manifestação de acordo pelos outros condóminos relativamente à «alteração da utilização» não significa necessariamente que eles estejam também a favor da modificação do título constitutivo e do registo predial. Das informações disponíveis apontam para uma solução «conciliatória» encontrada pelo serviço responsável pelas obras públicas. Ou seja, desde que o requerente da alteração da utilização do prédio apresente o termo de consentimento assinado por condóminos representando uma determinada percentagem do valor total do edifício, é emitida a licença de obra ou apresentado, no processo de licenciamento administrativo, um parecer favorável de viabilidade, não sendo necessário ao requerente promover a modificação do título constitutivo e do registo predial. Porém, há que referir que, em termos legais, este procedimento não altera juridicamente a finalidade registada da fracção, pelo que se levantam dúvidas se a solução «conciliatória» deste serviço, em rigor, não estará a contrariar a DUPU, que exige a utilização do prédio de acordo com a finalidade registada.

Nos termos da lei, os condóminos subscritores do termo de consentimento não podem, em princípio, voltar a pedir à Administração ou às autoridades judiciais o embargo administrativo ou civil. Mas para quem se torne proprietário após a alteração da finalidade, o caso é diferente. Uma vez que a finalidade da fracção constante do título constitutivo e do registo predial se mantém inalterada, e nos termos do actual regime jurídico (incluindo o CC e o Código de Registo Predial), não deixa de ser impossível que o novo proprietário intente uma acção civil, acusando o já titular da licença de utilizar a sua fracção para fins diversos dos registados. Tal como se vê, mesmo com a posição «conciliatória» da Administração, não ficam resolvidos os problemas originados pelo actual regime.

Atendendo aos aspectos problemáticos acima expostos, deve proceder-se a uma melhoria através de uma revisão legislativa. Neste âmbito apresentam-se as seguintes sugestões:

1. Devem articular-se o RGCU e a DUPU no referente a categorias dos fins de utilização de edifícios, definindo a extensão de cada categoria – indicando a actividade ou as actividades abrangidas – e regulamentando a eventual «compatibilização das mesmas actividades com edifícios de finalidades diversas».

2. No respeitante às actividades entendidas pela Administração como de interesses públicos relevantes, deve ponderar-se sobre como «privilegiar» tais interesses relativamente ao exercício do poder de disposição de edifícios pelos condóminos. Os respectivos regimes de licenciamento administrativo devem também ser revistos para assinalarem efectivamente os interesses públicos envolvidos nessas actividades e as restrições adequadas ao exercício do poder de disposição dos condóminos (por exemplo, relativamente à instalação de estabelecimentos de determinadas actividades que obrigam a alteração da finalidade registada de prédios, procede-se à revisão legislativa no sentido

低所需小業主同意之法定份額要求，又或規定僅在達致特定份額小業主反對的情況下妨礙有關場所之設立，否則，有關場所可在不符合登記用途的前提下設立，而小業主亦不得透過民事途徑提出反對，即使屬嗣後取得有關樓宇內單位所有權的小業主亦然）。

3. 如行政當局認為有必要維持現時實務上所使用的“小業主同意書”，應透過修法確立“小業主同意書”的效力，使之與《都市房地產之使用規範》、《民法典》及《物業登記法典》的規定相配合。

另一方面，在完善修法工作之前，行政當局應採取以下措施：

1. 工務部門與發牌部門之間應就物業用途的各種分類的內涵，訂定明確及統一的理解準則，並將之確立為執法標準（適用於工務部門審批工程准照及就發牌程序提供專業意見，以及發牌部門審批牌照申請程序）。

2. 針對工務部門在審批工程准照時已知悉有關物業日後將用作從事的活動與登記用途相抵觸之情況，工務部門應訂明可否發出工程准照的準則，且即使批出准照，亦應因應具體情況作出以下適當提醒：

1) 當事人所從事的活動雖無須領取行政准照，但其未依法辦理合法化程序，工務部門應提醒當事人，日後正式開展活動時亦會構成對有關物業的不當使用；

2) 如當事人所從事的活動須領取行政准照，且發牌部門依法無權豁免有關場所符合物業用途的要求，工務部門應提醒當事人，有關更改用途之情況會妨礙其牌照之取得；

3) 如當事人所從事的活動須領取行政准照，但發牌部門依法有權豁免有關場所符合物業用途的要求，工務部門亦應提醒當事人，即使獲發牌照，日後其仍可能面對其他小業主針對其不當使用物業提出民事訴訟的風險。

de reduzir a percentagem dos condóminos com voto favorável exigida para essa instalação, ou de estabelecer que, salvo se os condóminos opositores atingirem uma determinada percentagem, é permitida a instalação desses estabelecimentos em edifícios de finalidade registada diversa da respectiva actividade e que aqueles, incluindo os que adquirem a propriedade de fracções do prédio após a instalação, não podem levantar objecções pela via processual civil).

3. No caso de a Administração entender necessário manter o «termo de consentimento dos condóminos» actualmente em prática, deve, através de revisão legislativa, consagrar a sua validade e garantir a sua coerência com as normas do DUPU, CC e CRP.

Por outro lado, enquanto não for promovida a revisão legislativa acima proposta, a Administração deve tomar as seguintes medidas:

1. Relativamente à extensão das diversas categorias de usos de prédios, o serviço de obras públicas e as entidades licenciadoras devem definir critérios de interpretação claros e uniformes e estabelecê-los como critérios na aplicação da lei (aplicáveis ao serviço responsável pelas obras públicas, na apreciação do requerimento de licença de obra e na apresentação de parecer especializado no processo de licenciamento administrativo, e às entidades licenciadoras, na apreciação do requerimento de licença administrativa).

2. No caso de, no licenciamento de obra, haver conhecimento de conflito da actividade com a finalidade registada do prédio e que se pretende instalar no futuro, o serviço responsável pelas obras públicas deve definir critérios sobre se é possível ou não emitir a licença de obra e, mesmo que a tenha emitido, deve chamar atenção, de acordo com as circunstâncias, para as seguintes matérias:

a. Caso a actividade a exercer não careça de licenciamento administrativo e o seu exercício não tenha passado pelas formalidades de legalização nos termos da lei, o serviço responsável pelas obras públicas deverá alertar o agente para a eventualidade de, no futuro, este exercício constituir uma utilização indevida do prédio envolvido;

b. Caso a actividade careça de licenciamento administrativo e a entidade licenciadora, nos termos da lei, não tenha o poder de dispensar a satisfação da exigência de o estabelecimento em causa ter que observar a finalidade a que o prédio está destinado, o serviço responsável pelas obras públicas deverá alertar o agente para a eventualidade de a obtenção da respectiva licença administrativa poder ficar comprometida pela alteração daquela finalidade;

c. Caso a actividade careça de licenciamento administrativo e a entidade licenciadora legalmente tenha o poder de dispensar a satisfação da exigência de o estabelecimento em causa ter que observar a finalidade a que o prédio está destinado, o serviço responsável pelas obras públicas deverá também alertar o agente para o eventual risco de, mesmo obtida a licença administrativa, ter que, no futuro, enfrentar uma acção civil intentada pelos outros condóminos, acusando-o de utilização indevida do prédio.

5.2.2 運作審查

2008年，廉署與身份證明局就其轄下的旅遊證件廳及居民身份資料廳的運作進行聯合審查，並與勞工事務局就勞動監察廳的運作進行立項審查。

身份證明局

(一) 廉署與身份證明局對旅遊證件廳於2007年聯合進行的運作審查，2008年首季達成以下改善共識，身份證明局已於同年11月全部落實。

1. 資訊的提供

調整網頁及宣傳小冊子上有關“未成年子女旅行證件申請手續”的內容。

2. 旅行證件的簽發程序

1) 透過設立覆核機制，完善查詢個案的處理程序；

2) 調整婚姻狀況為“未婚”的母親為其未成年子女辦理申請時需簽署的“責任聲明”的內容，並提醒其有關虛假聲明的法律責任；

3) 統一記錄欠交文件的方式，並在收據上“預計取證日期”註明“取證日期取決於文件齊備”；

4) 對暫停發證的個案，發函通知申請人及退回已收款項；

5) 對依法不能發證並須退回已收款項的個案，發函通知申請人，內容包括不發證原因、對此決定可提出申訴之途徑及實體等；

6) 前台接收申請時即時查核會否存在重複申請；重複的申請會記錄在電腦系統內；在申請表上加入不實申報須負刑責的提醒字句；對不實申報的個案，如當事人的解釋不獲接納，即通報執法機關；

7) 對海外郵遞申請增設指模核對的覆檢機制；在寄回旅遊證件的函件上詳列各項費用金額及說明餘款的退款手續；

5.2.2 Pesquisa de funcionamento

Em 2008, o CCAC desenvolveu, conjuntamente, com a Direcção dos Serviços de Identificação uma pesquisa sobre o funcionamento de duas subunidades suas, o Departamento de Documentos de Viagem e o Departamento de Identificação de Residentes. Iniciou-se ainda a cooperação com a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais num projecto de pesquisa sobre o funcionamento do seu Departamento de Inspeção do Trabalho.

Direcção dos Serviços de Identificação

A. Em 2007, o CCAC e a DSI realizaram conjuntamente uma pesquisa sobre o funcionamento do Departamento de Documentos de Viagem. As medidas de melhoria acordadas no primeiro semestre de 2008 foram todas postas em prática até Novembro do mesmo ano.

1. Prestação de informações

Ajustamento do conteúdo da página electrónica e da brochura informativa, referente a «formalidades do pedido de documento de viagem destinado a menor».

2. Processo de emissão de documento de viagem

a. Aperfeiçoar o tratamento dos pedidos de informação através de criação de mecanismos de exame.

b. Ajustar o conteúdo da «Declaração da Responsabilidade» que a mãe que se declara «solteira» deve assinar na apresentação de pedido em nome do seu filho menor e chamar a sua atenção para a responsabilidade jurídica decorrente da prestação de falsas declarações.

c. Uniformizar a forma de registo sobre documentos em falta e indicar, na coluna «Data prevista para o levantamento do documento emitido», que «A data do levantamento do documento depende da entrega de todos os documentos exigidos».

d. Em caso de suspensão da emissão, emitir notificação ao requerente desta suspensão e reembolsar a quantia cobrada.

e. Em caso de emissão impedida pela lei, obrigando ao reembolso da quantia cobrada, emitir notificação ao requerente, informando-o das razões da não emissão, vias de reclamação contra a decisão de não emissão e entidade competente.

f. No momento da recepção do pedido no balcão de atendimento, verificar se se trata de pedido repetido; registar os casos de pedidos repetidos no computador; acrescentar, no formulário de requerimento, uma nota lembrando que a prestação de falsas informações faz incorrer em responsabilidade penal; em caso de não aceitação da explicação do interessado sobre a sua prestação de informações falsas, comunicar imediatamente o facto aos órgãos aplicadores da lei.

g. Introduzir mecanismos de reverificação da impressão digital relativamente aos pedidos enviados por correio do exterior de Macau; na correspondência juntando o documento de viagem emitido, indicar detalhada e discriminadamente as taxas cobradas e explicar as formalidades inerentes ao reembolso da quantia remanescente.

8) 對遺失旅行證件後提出加急辦證的請求，妥善記錄局方決定及有關理據；並須通知申請人及作相應紀錄；

9) 對因損毀前而換證的申請，倘申請人已交回舊證，無需再在聲明書中承諾交還舊證。

3. 文件及檔案管理

1) 為“旅遊證件事項跟進紙”建立按日期存檔的機制，存放期限屆滿後將予以銷毀；

2) 調整“個案跟進紙”格式，分別就親身申請、海外郵寄申請、信函查詢等製定相應表格，並確保填寫清晰完整；

3) 執行盤點機制，將超過半年仍未領取的旅行證件存倉；對有效期屆滿仍未領取的則進行銷毀。

4. 查詢個案的存儲系統及其查閱

為查詢個案的跟進處理，建立以身份證編號為索引的存檔系統，並增加“查閱是否存在查詢個案”的工序。

5. 款項交收程序及紀錄

改善綜合櫃台的款項交收程序。

6. 人員培訓

研究加強人員的培訓，以利工作的接替。

7. 工作規章及指引

1) 為因遺失及損毀換證的處理程序制訂書面指引，包括預計取證日期、有效期、加急申請需提交的文件及批核的標準等；

2) 訂定迴避機制指引，並採取措施確保所有工作人員清晰相關規定；

3) 在前台工作區存放一份“接受旅行證件申請”的工作程序和指引。

(二) 就居民身份資料廳的運作，廉署與身份證明局於 2008 年第三季聯合進行審查，並達成以下改善共識：

h. Em caso de pedido de emissão urgente apresentado após o extravio do documento de viagem, registar adequadamente a decisão da DSI e os respectivos fundamentos; emitir notificação ao requerente e efectuar o respectivo registo.

i. Em caso de pedido da substituição de documento de viagem devido a destruição, o requerente que tiver entregue o documento anterior não tem que declarar que se compromete a entregá-lo.

3. Gestão de documentos e arquivos

a. Criar mecanismos de arquivo, segundo a data, dos «Documentos de acompanhamento dos assuntos relativos a documento de viagem», a destruir decorridos os prazos de conservação.

b. Ajustar o modelo do «Documento de acompanhamento de caso» e produzir formulários/impressos para os pedidos apresentados pessoalmente, pedidos enviados do exterior de Macau e pedidos de informação apresentados por correio, respectivamente, assegurando que são preenchidos com clareza.

c. Aplicar mecanismos de inventariação, mantendo armazenados os documentos de viagem que não tenham sido levantados decorrido mais de seis meses e destruindo aqueles cujo prazo de validade tenha já expirado.

4. Sistema de arquivo e consulta de pedidos de informação

Relativamente ao acompanhamento e tratamento dos pedidos de informação, criar um sistema de arquivo com o índice formado por números de bilhetes de identidade e inserir, nos procedimentos de trabalho, o da «consulta sobre se existe o respectivo pedido de informação».

5. Procedimento e registo da entrega e recepção de quantias

Melhorar o procedimento da entrega e recepção de quantias no balcão de serviços genéricos

6. Formação de pessoal

Estudar o reforço da formação de pessoal, favorecendo a substituição de pessoal

7. Regulamentos e orientações de trabalho

a. Produzir orientações escritas para o procedimento da substituição de documento de viagem devido a extravio ou destruição, incluindo a data prevista para o levantamento do documento emitido, o prazo da sua validade, os documentos exigidos e os critérios de apreciação e autorização de pedido urgente.

b. Produzir orientações relativas a impedimentos, assegurando que as respectivas normas sejam bem conhecidas por todos os trabalhadores.

c. Colocar, na zona de atendimento ao público, um exemplar dos procedimentos e orientações relativos à «admissão do pedido de documento de viagem».

B. No respeitante ao funcionamento do Departamento de Identificação de Residentes, e em resultado da pesquisa desenvolvida conjuntamente pelo CCAC e pela DSI no terceiro trimestre de 2008, foram acordadas as seguintes medidas de melhoria:

1. 資訊的提供

- 1) 對非因遺失、並要求加快辦理的更換申請，無須申請人說明理由；
- 2) 對只能提供境外聯絡電話的申請，詳細解釋會採用的聯絡方式及相關的費用問題；
- 3) 為各類申請制訂“申請須知”，內容包括局方採用的聯絡方式、無按通知補交文件的後果等，並上載局方網頁。

2. 居民證件的簽發程序

- 1) 對長期處於“待決”的個案，因應其原因是否可歸責當事人而作出相應的處理；
- 2) 對於沒有因申請居留權而曾進行指模核對的申請，設立指模核對的覆核機制，已透過自動化指模系統核實者除外。

3. 身份資料之更改

- 1) 對曾因使用非專用表格而不批准更改地址之申請作出處理並通知當事人；整合更改各類身份資料的申請表格，並另訂專門表格供申報領取現金分享計劃支票的地址；
- 2) 對更改姓名之申請，倘申請人未能依法出示能證明曾使用相關姓名的出生紀錄或官方證明文件，而局方認同改名理由充分，則報請行政長官作決定；
- 3) 對更新指模式樣之申請，包括正式申請前曾向局方表達訴求以及局方之決定，均進行書面紀錄，並予以保存；
- 4) 由局長作出批示賦予居民身份資料廳廳長批准 / 不批准居民更改身份資料之權限，並予以公布。

4. 通知方面

凡屬局方不批准之申請個案（包括身份資料之更改、證明書之簽發），以及局方對申請人證件所載資料曾作改動之個案，均以信函通知，並載明申訴途徑及期限。

5. 虛報身份資料的處理

- 1) 重新審視涉及虛假身份資料而通報檢察院之準則，並由局長作出是否通報的決定；

1. Prestação de informações

- a. Dispensar o requerente da apresentação de justificação em caso de pedido de substituição, solicitando emissão urgente, por razão que não seja o extravio.
- b. Para os pedidos que forneçam, como via de contacto, apenas um número de telefone do exterior de Macau, explicar detalhadamente os meios de contacto e os custos inerentes.
- c. Produzir e colocar na página electrónica da DSI as «Chamadas de atenção no requerimento» para os diversos tipos de pedido, incluindo os contactos da DSI e as consequências da não entrega dos documentos em falta indicados no aviso.

2. Procedimento da emissão de documentos de residentes

- a. Relativamente aos casos «pendentes» durante muito tempo, dar tratamento adequado consoante a razão da pendência seja ou não imputável ao interessado.
- b. Estabelecer mecanismos de reverificação da impressão digital para os casos em que a impressão digital tenha sido verificada mas não para efeitos de pedido do direito de residência, salvo se se tratar de verificação através do sistema automático de impressão digital.

3. Alteração de dados de identificação

- a. Dar tratamento e notificar os interessados relativamente aos casos de requerimento em que não foi autorizada a alteração do endereço por não ter sido usado o impresso adequado; uniformizar os formulários de requerimento de alteração dos diversos elementos de identificação, e produzir um formulário próprio para a declaração da morada para onde será enviado o cheque referente ao plano de participação pecuniária.
- b. Comunicar o facto ao Chefe do Executivo, para decisão, sempre que, no requerimento de alteração de nome, o requerente não possa apresentar o registo de nascimento ou o documento oficial comprovativo do uso do respectivo nome e a DSI entenda suficientemente justificada a alteração requerida.

- c. Relativamente aos requerimentos de actualização da impressão digital, registar por escrito e conservar as informações respeitantes ao desejo de alteração manifestado pelo requerente à DSI e à decisão tomada por esta antes da formalização do requerimento.

- d. Ser o director a atribuir, por despacho, ao chefe do Departamento de Identificação de Residentes a competência para deferir/indeferir os pedidos de alteração dos elementos de identificação de residente, e mandar publicá-lo.

4. Notificação

Em caso de indeferimento do requerimento (incluindo o de alteração de dados de identificação e o de emissão de certificado) ou de alteração, por parte da DSI, de dados constantes do documento de que o requerente é titular, notificar, por correspondência, o requerente do facto, indicando ao mesmo tempo as vias e o prazo de reclamação.

5. Tratamento do fornecimento de dados de identificação falsos

- a. Rever os critérios relativos à comunicação ao Ministério Público dos casos de fornecimento de dados de identificação falsos, cabendo ao director decidir pela sua comunicação ou não.

2) 對於1990年後在澳出生、且藉司法判決確認其出生時生父 / 母非在澳合法居留者，局方將報請行政長官決定是否批准在澳居留，以及按相關決定簽發居民身份證。

6. 居民證件的鑑別及個人資料的提供

1) 取消現時要求申請人須事先徵得家傭 / 客戶同意才受理其申請之措施，以統一鑑定證件真偽申請的處理；

2) 對於公共或私人實體提出之涉及提供個人資料之要求，按照查核內容的複雜性，設立覆核機制。

7. 內部管理

1) 調整電話組人員中午時段的輪值安排；

2) 檢討現時使用的簽發居民證件作業系統，並逐步完善及推行電腦追蹤系統。

勞工事務局

廉署與勞工事務局聯合進行的運作審查在2008年4月底展開，對勞動監察廳在勞資糾紛、打擊非法工作、工傷，以及職業介紹經營所等工作範疇的實務工作進行深入分析。截至本年底，有關運作分析經已完成，雙方共識的改善措施仍在磋商階段（適逢局方集中資源推廣新勞動關係法和部署新的執法機制，故將有關共識改善措施的磋商延後）。

5.3 部門 / 機構的廉潔管理

5.3.1 “廉潔管理計劃”

廉署2007年8月底推出的“廉潔管理計劃”，至2009年2月，61個政府部門/機構已全部加入，承諾在內部管理方面建立系統性的預防及教育機制。

該計劃以兩年為期，由各參與部門及機構按其實際情況自行決定執行進度。總結各部門的執行情況，上述計劃基本得到落實，所有部門及機構均已履行了計劃最基本要求之制訂內部

b. Nos casos em que o indivíduo nasceu em Macau depois de 1990 e, por decisão judicial, seja confirmado que à data do seu nascimento nenhum dos seus progenitores residia legalmente em Macau, comunicar o facto ao Chefe do Executivo para decisão sobre a autorização ou não da sua residência em Macau, decisão de que depende a emissão ou não do bilhete de identidade de residente.

6. Autenticação de documento de identificação de residente e fornecimento de dados pessoais

a. Uniformizar o tratamento dos requerimentos relativos à verificação da autenticação de documentos de identificação, cancelando a actual medida segundo a qual o requerente deve obter previamente o consentimento do seu empregado doméstico/cliente para que o requerimento da verificação do documento deste seja aceite.

b. Relativamente aos pedidos de entidades públicas ou privadas sobre o fornecimento de dados pessoais, estabelecer mecanismos de verificação consoante a complexidade dos dados a consultar.

7. Gestão interna

a. Ajustar a organização de turnos do pessoal do grupo de telefonistas relativamente ao período de almoço.

b. Rever o actual sistema operativo usado na emissão de documentos de residentes e aperfeiçoar e promover progressivamente o uso do sistema de acompanhamento informático.

Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

Em finais de Abril de 2008, deu-se início à pesquisa realizada conjuntamente pelo CCAC e pela DSAL, tendo por objectivo analisar com profundidade o funcionamento do Departamento de Inspecção do Trabalho da DSAL, designadamente os procedimentos adoptados no cumprimento das atribuições do departamento nas áreas ligadas a conflitos laborais, combate ao trabalho ilegal, acidentes de trabalho e agências de emprego. A análise foi finalizada em finais do ano. Continuam em discussão as medidas de melhoria, a ser acordadas pelas duas partes (discussão que foi adiada numa altura em que a DSAL concentrou os seus recursos na divulgação da nova Lei de Relações Laborais e no planeamento de novos mecanismos de aplicação da lei).

5.3 Gestão íntegra nos serviços/instituições públicas

5.3.1 «Plano para uma Gestão Íntegra»

O «Plano para uma Gestão Íntegra» foi lançado em finais de Agosto de 2007 pelo CCAC. Até Fevereiro de 2009, todos os 61 serviços e entidades públicas formalizaram a sua participação, comprometendo-se a criar, ao nível de gestão interna, mecanismos sistematizados de prevenção e sensibilização.

Sendo um plano bienal, cada participante pode decidir o andamento da sua aplicação, consoante a realidade. A partir das informações sobre a aplicação do plano nos serviços, conclui-se que este foi basicamente concretizado. Todos os serviços produziram o seu código de integridade interno, tendo assim cumprido

廉潔守則，有些部門更總結了初步的實施經驗，進一步完善守則內容。整體而言，部門均已加強對人員的迴避、收受利益和兼任等方面的提醒，且在採購程序中就提高透明度、加強公正性和避免利益衝突等方面完善了相關運作機制。各部門執行“計劃”的情況綜述如下：

1. 個別部門成立獨立的工作小組，專責執行計劃內不同項目的統籌、研究及跟進工作，並制定了具體的工作時間表。
2. 完善迴避制度的執行機制：不少部門在採購程序及審批方面，制定了較為具體及完整的迴避機制，包括機構內的合議機關成員的迴避機制，對提高相關工作的公正性和透明度有所幫助。
3. 資料及資訊的處理及查閱制度：相當多部門在處理內部資料、文件及其他資訊方面制定了較為具體的內部流程及處理、查閱及使用的規則。
4. 進行內部貪污風險評估，並制定防貪措施：不少部門因應貪污風險較高的工作領域制定相應的工作流程及規定，加強監控，尤其是針對採購程序內的審標委員會的組成、評審準則，以及迴避機制；亦有部門就外勤稽查工作制定獨立的工作守則，加強監督。
5. 部分部門要求廉署繼續提供技術協助，尤其在加強人員廉潔意識，以及提供評估貪污風險的技術指引方面。

5.3.2 “亞洲行政申訴制度比較研究”獎勵計劃

廉署與澳門基金會合辦的“亞洲行政申訴制度比較研究”獎勵計劃所選出的3個研究小組於2008年2月完成了研究報告。根據獎勵計劃的規定，主辦機構可從完成的研究報告中選出最優秀者，給予一項特別獎勵金。經評審委員會的評選，“澳門二十一世紀法律研究會”的《探索澳門行政申訴制度發展路向——亞洲行政申訴制度的研究比較》獲選為最優秀的研究報告。

上述報告及另一小組的《亞洲行政申訴制度的比較研究——對澳門、韓國及印度的考察》報告已進行英語翻譯，校對完成後將提交予“亞洲申訴專員協會”，藉此加強亞洲地區行政申訴制度的推廣。

a exigência mínima estabelecida. Há serviços que já procederam à avaliação da experiência inicial da aplicação e ao aperfeiçoamento do seu código interno. Em termos gerais, os serviços reforçaram a sensibilização do seu pessoal relativamente a impedimentos, aceitação de vantagens, acumulação de funções, à medida que melhoraram os mecanismos visando maior transparência e imparcialidade e a prevenção de conflitos de interesses no procedimento da aquisição de bens e serviços. Apresenta-se agora um resumo sobre a aplicação do plano nos serviços:

1. Em determinados serviços foi criado um grupo de trabalho independente, incumbido de coordenar, estudar e acompanhar a aplicação dos diversos projectos indicados no plano e de fixar a calendarização dos respectivos trabalhos.
2. Aperfeiçoamento de mecanismos da aplicação do regime de impedimentos: muitos serviços definiram mecanismos concretos e completos, abrangendo os membros dos seus órgãos colegiais, relativamente a impedimentos no procedimento da aquisição de bens e serviços e da apreciação e autorização, na expectativa de maior justiça e transparência nessas áreas.
3. Regime de tratamento e consulta de dados e informações: um número significativo de serviços definiram concretamente os circuitos internos e as regras de tratamento, consulta e utilização dos dados, documentos e outras informações internas.
4. Avaliação do risco interno da corrupção e definição de medidas preventivas: um número significativo de serviços definiram circuitos e normas de trabalho para as áreas funcionais mais expostas à corrupção e reforçaram a supervisão, especialmente no respeitante à composição das comissões de avaliação de propostas, critérios de avaliação e mecanismos de impedimentos no procedimento da aquisição de bens e serviços; houve também serviços que produziram regulamentos de trabalho especiais para as diligências exteriores de inspecção, tendo por objectivo reforçar a supervisão.
5. Alguns serviços solicitaram o apoio técnico do CCAC, especialmente no que se prendia com o reforço do sentido da integridade do pessoal e com o fornecimento de orientações técnicas para a avaliação do risco da corrupção.

5.3.2 «Programa de Bolsas para o Estudo Comparativo de Sistemas de Provedoria de Justiça na Ásia»

No âmbito deste programa, organizado conjuntamente pelo CCAC e pela Fundação Macau, os três grupos seleccionados finalizaram os trabalhos de investigação em Fevereiro de 2008. De acordo com o regulamento do programa, a organização pode destacar, de entre os trabalhos concluídos, o melhor, a que será atribuído um prémio especial. Em resultado da selecção feita pela Comissão de Avaliação, o melhor trabalho de investigação foi «Perspectivas Sobre o Rumo de Evolução do Sistema de Provedoria de Justiça de Macau – Estudo Comparativo de Sistemas de Provedoria de Justiça na Ásia», apresentado pela Associação de Estudo de Direito do Século XXI de Macau.

O referido trabalho e o realizado por um outro grupo, intitulado «Estudo das Experiências de Macau, Coreia do Sul e Índia – Estudo Comparativo de Sistemas de Provedoria de Justiça na Ásia» estão a ser traduzidos para inglês. Revista a tradução, serão entregues à Associação do Ombudsman Asiático, tendo em vista a promoção do sistema de provedoria de Justiça na região asiática.

5.4 製作指引及舉辦講座 / 工作坊

廉署2008年繼續舉辦有關“廉潔操守”、“公務採購”及“行政申訴”等專題講座和工作坊，對象包括即將晉升的執法人員、新入職的公職人員、新設立的公共部門/機關的員工，以及由私人持有或政府有份出資的企業或機構的員工。此外，廉署亦應內地地方政府部門邀請而派員主講有關澳門廉政建設的講座。

5.5 對外交流及人員培訓

對外交流方面，2008年1月及12月由內地監察部、香港廉政公署及澳門廉政公署聯合舉辦，分別在深圳及香港舉行的三地專題研討會，題目為“建設工程領域治理腐敗研討會”和“金融管治 誠信建設”。廉署均派出代表團出席會議，而澳門相關專業領域的公共部門/機構以及私人專業界別亦響應研討會的舉辦並派員參加。另一方面，廉署繼續參與國際申訴專員協會和其他預防腐敗的國際性組織的研討會和會議。

人員培訓方面，廉署行政申訴局派員參加首次由國家行政學院為廉署人員專門開設的國家事務研習班，以及繼續派員參加與中國人民公安大學合辦的偵查課程。此外，廉署亦組織代表團考察內地監察機關的運作。

5.4 Produção de instruções e realização de palestras / workshops

Proseguiu em 2008 a realização de palestras e workshops sobre «conduta íntegra», «aquisição de bens e serviços», «provedoria de justiça», etc. Os destinatários abrangeram agentes aplicadores da lei a serem promovidos na carreira, trabalhadores da Administração Pública no início de funções, de serviços e organismos recém-criados, de empresas e instituições privadas ou participadas pelo Governo. Para além disso, a convite de órgãos governamentais regionais da China continental, o CCAC enviou elementos seus para proferir palestras sobre a construção de uma sociedade íntegra em Macau.

5.5 Intercâmbio com o exterior e formação de pessoal

Em Janeiro e Dezembro de 2008, decorreram em Shenzhen e Hong Kong duas conferências de organização conjunta do Ministério de Supervisão da China, da Comissão Independente contra a Corrupção de Hong Kong e do CCAC de Macau. Os temas foram, respectivamente, o «Combate à corrupção em obras de construção civil» e a «Gestão Empresarial e Promoção da Integridade no Sector Financeiro». Para além do CCAC, marcaram presença representantes de serviços e entidades públicos de Macau e profissionais locais exercendo actividade privada nas respectivas áreas. Por outro lado, o CCAC continuou a fazer-se representar em seminários e conferências organizados pelo Instituto Internacional do Ombudsman e por outras organizações internacionais da área da prevenção da corrupção.

No tocante à formação do pessoal, elementos da Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça participaram no curso de formação em assuntos estatais que o Instituto Nacional de Administração da China organizou e ministrou, pela primeira vez, para o pessoal do CCAC. O programa de formação na área da investigação realizado pela Universidade de Segurança Pública Popular da China continuou a contar com a presença do pessoal da DSPJ. Para além disso, delegações do CCAC foram envidadas para conhecer o funcionamento dos órgãos de supervisão da China continental.

第六章

社區關係

2008年廉政公署在過往工作的基礎上，透過多元化的宣傳教育，加強市民的廉潔觀念，以及重點展開青少年德育、反賄選宣傳和收集私營機構反貪意見的工作。廉署也積極拓展社區關係，通過不同層次的交流活動，聽取市民對廉政工作的意見，普及公民監督意識，爭取社會各界對廉政建設的配合。廉署也加強和國際組織的合作，與其他執法機關交流廉政經驗。

6.1 倡廉教育

2008年廉署持續展開宣傳教育工作，分別對公務員、學生、社團會員、公用事業和私人機構等進行不同形式的倡廉

CAPÍTULO VI

RELAÇÕES COMUNITÁRIAS

Em 2008, com base em trabalhos anteriores e através de sensibilização diversificada, o CCAC reforçou o conceito de integridade nos cidadãos, bem como desenvolveu trabalhos mais importantes, nomeadamente a formação moral de juventude, a divulgação contra a corrupção eleitoral e a recolha de opiniões sobre o combate à corrupção no sector privado. Também se empenhou na expansão das relações comunitárias. Através de actividades de intercâmbio em vários níveis, ouviu opiniões dos cidadãos relativamente à promoção da integridade, promoveu a generalização da consciência de fiscalização dos cidadãos e procurou a colaboração de todos os sectores sociais para a integridade social. Além disso, o CCAC reforçou a cooperação com organizações internacionais e trocou experiências de promoção da integridade com outras autoridades judiciais.

6.1 Sensibilização para a integridade

Em 2008, as acções de sensibilização continuaram a ser promovidas por meios diversos junto de trabalhadores da Adminis-

教育。全年廉署共舉辦各類講座377場，參加人數有33,500人次。

tração Pública, estudantes, membros de associações, entidades de interesse público e do sector privado. Ao todo, foram organizadas 377 palestras, contando com a participação de 33 500 pessoas.

圖表十七
2000-2008年講座統計總表

		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
公務人員	場數	23	94	132	132	51	173	67	88	64
	人數	855	5,209	7,435	11,385	1,752	20,228	3,340	4,731	2,842
學生、學員	場數	10	21	40	50	301	175	263	182	286
	人數	886	5,386	3,271	6,105	27,483	12,430	18,902	14,300	29,746
教師	場數	—	—	—	24	—	—	—	—	—
	人數	—	—	—	810	—	—	—	—	—
社團成員	場數	14	19	10	6	22	17	25	13	8
	人數	1,678	1,736	493	190	890	876	1,010	413	277
信用機構人員	場數	6	4	2	6	8	3	2	1	1
	人數	220	132	55	316	538	135	75	90	100
公用事業及私人機構人員	場數	—	2	1	—	3	3	9	16	18
	人數	—	70	25	—	105	154	393	586	535
總計	場數	53	140	185	218	385	371	366	300	377
	人數	3,639	12,533	11,279	18,806	30,768	33,823	23,720	20,120	33,500

QUADRO XVII
ESTATÍSTICA DAS PALESTRAS REALIZADAS ENTRE 2000 E 2008

		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Funcionários públicos	N.º de sessões	23	94	132	132	51	173	67	88	64
	N.º de participantes	855	5.209	7.435	11.385	1.752	20.228	3.340	4.731	2.842
Estudantes e formandos	N.º de sessões	10	21	40	50	301	175	263	182	286
	N.º de participantes	886	5.386	3.271	6.105	27.483	12.430	18.902	14.300	29.746
Professores	N.º de sessões	-	-	-	24	-	-	-	-	-
	N.º de participantes	-	-	-	810	-	-	-	-	-
Membros de associações	N.º de sessões	14	19	10	6	22	17	25	13	8
	N.º de participantes	1.678	1.736	493	190	890	876	1.010	413	277
Trabalhadores de instituições de crédito	N.º de sessões	6	4	2	6	8	3	2	1	1
	N.º de participantes	220	132	55	316	538	135	75	90	100
Trabalhadores de entidades de interesse público e do sector privado	N.º de sessões	-	2	1	-	3	3	9	16	18
	N.º de participantes	-	70	25	-	105	154	393	586	535
Total	N.º de sessões	53	140	185	218	385	371	366	300	377
	N.º de participantes	3.639	12.533	11.279	18.806	30.768	33.823	23.720	20.120	33.500

6.1.1 以公務員為對象的廉潔教育

2008年，廉署為不同工作領域的公務人員舉辦各類專題講座，包括廉潔奉公、廉潔操守、公務採購程序、財產申報、行政申訴等，合共64場，出席者有2,842人次。

6.1.1. Acções de sensibilização destinadas a funcionários públicos

Integridade, código de integridade, procedimento de aquisição de bens e serviços, declaração de rendimentos e interesses patrimoniais, provedoria de justiça e outros temas foram abordados nas 64 palestras destinadas aos trabalhadores da Administração Pública, de áreas funcionais diversas, nas quais estiveram presentes 2.842 participantes.

圖表十八

2008年為公務人員舉辦的各類講座及講解會之統計表

主題	部門	對象	場數	人數
“持廉守正”講解會	科技委員會/環境委員會/燃料安全委員會/旅遊局	員工	3	92
公務人員基本培訓課程	各部門	員工	36	1,260
廉政管理工作坊	土地工務運輸局/財政局	主管、稽查人員及員工	4	160
公務採購程序	衛生局/澳門大學/行政暨公職局	採購人員、工程部人員	4	330
財產申報	澳門保安部隊高等學校	第9期保安學員	1	200
深化廉潔課程	澳門保安部隊高等學校	副警司	1	36
		警長	1	23
		副警長/副消防區長	2	78
	澳門海關	副關務督察	1	30
澳門監獄	晉升警長課程	1	12	
廉潔奉公	司法警察局	第12屆實習刑事偵查員學員	1	80
	民政總署	新入職員工	3	125
廉潔操守	澳門海關	首席關員	1	49
	澳門保安部隊高等學校	高級警員/消防員	2	267
	澳門土木工程實驗室	主管人員及員工	3	100
總計			64	2,842

QUADRO XVIII

ESTATÍSTICA DAS PALESTRAS E SESSÕES DE ESCLARECIMENTO DESTINADAS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS EM 2008

Tema	Entidade	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
Sessão de esclarecimento sobre «Carácter nobre, conduta íntegra»	Conselho de Ciência e Tecnologia / Conselho do Ambiente / Comissão de Segurança dos Combustíveis / Direcção dos Serviços de Turismo	Trabalhadores	3	92
Programa de formação essencial para os trabalhadores da função pública	Serviços públicos	Trabalhadores	36	1.260
Workshop sobre gestão da integridade	Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes / Direcção de Serviços de Finanças	Chefias, pessoal de inspecção e trabalhadores	4	160

Tema	Entidade	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
Procedimento de aquisição de bens e serviços	Direcção dos Serviços de Saúde / Universidade de Macau / Direcção dos Serviços de Administração e Função Públicas	Pessoal do sector de compras e do sector de obras	4	330
Declaração de rendimentos e interesses patrimoniais	Escola Superior das Forças de Segurança	Instruendos do 9.º Curso de Formação das Forças de Segurança	1	200
Programa sobre maior integridade	Escola Superior das Forças de Segurança de Macau	Subcomissários	1	36
		Chefes	1	23
		Subchefes	2	78
	Serviços de Alfândega de Macau	Subinspectores alfandegários	1	30
	Estabelecimento Prisional de Macau	Curso de formação para o acesso à categoria de chefe	1	12
Integridade e dedicação ao público	Polícia Judiciária	Formandos do 12.º Curso de Formação para Investigador Criminal Estagiário	1	80
	Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	Trabalhadores em início de funções	3	125
Código da integridade	Serviços de Alfândega de Macau	Verificadores alfandegários principais	1	49
	Escola Superior das Forças de Segurança de Macau	Guardas-ajudantes / bombeiros-ajudantes	2	267
	Laboratório de Engenharia Civil de Macau	Chefias e trabalhadores	3	100
TOTAL			64	2.842

6.1.2 以青少年及學員為對象的廉潔教育

2008年，廉署繼續向小四至小六的學生開展“廉潔新一代——小學生誠信教育計劃”。廉署於黑沙環社區辦事處的活動教學室“廉潔樂園”，全年共舉辦活動157場，參與小學有30間，學生總人數為5,812人次。

廉署也在“六·一”兒童節前後舉辦了17場專場活動，與來自不同學校的654名小學生歡度兒童節。此外參與了由多個政府部門合辦的園遊會，以及工聯舉辦的兒童節活動，讓小朋友在攤位遊戲中學習誠信守法的觀念。“廉政熊”威廉更於兒童節期間到仁伯爵綜合醫院探望住院兒童，與他們歡度節日。

以青少年為對象的宣傳教育工作包括首次試辦的“戲說誠信”活動，廉署委託戲劇團體，藉着故事以生動的互動方式，

6.1.2 Acções de sensibilização destinadas a jovens e formandos

Em 2008, o CCAC continuou a desenvolver o programa «Nova Geração Íntegra – Programa de Educação para a Honestidade dos Alunos do Ensino Primário», concebido para os alunos dos 4.º ao 6.º anos de escolaridade. No «Paraíso da Integridade», sala de actividades educativas da Delegação do CCAC na Areia Preta, foram organizadas 157 sessões, em que participaram 5.812 alunos oriundos de 30 escolas primárias.

Por ocasião do Dia Mundial da Criança, foram promovidas 17 sessões de sensibilização especiais, em que participaram 654 alunos provenientes de diferentes escolas primárias. Além disso, o CCAC marcou presença, com tendas de jogos educativos, no bazar realizado conjuntamente por vários serviços públicos e nas actividades comemorativas do Dia da Criança, organizadas pela Federação das Associações dos Operários de Macau. A ideia foi, através de jogos, permitir aos menores absorver mensagens de honestidade e do cumprimento da lei. No Dia da Criança, o «Urso Mensageiro» Guilherme foi ao Centro Hospitalar Conde de São Januário visitar crianças internadas para festejar com eles.

As acções de sensibilização destinadas à juventude incluem actividades de «Peças de Teatro», que foram realizadas pela

向青少年傳遞正確價值觀和廉潔守法精神。2008年參與此項活動的學校有5間，參加學生人數1,645人，並將持續在更多中學進行。

廉署繼續與中學合辦“廉潔周”、誠信教育講座等，並透過“Teen知誠”青少年誠信網頁（www.ccac.org.mo/teencity）向青少年發放誠信資訊。而有關中學誠信教材的編訂工作亦已進入尾聲。廉署亦為多間高等院校的學生、職前培訓學員舉辦廉潔講座共21場，參加人數有1,497人次。

2008年廉署主辦或參與了多項青少年活動，其中與學聯合辦的“畫出廉潔新天地——四格漫畫比賽”，參賽作品共200多幅，得獎作品亦先後在12間中、小學及大專院校作巡迴展覽，在兩所大專院校展覽期間，廉署亦同時在校內舉辦講座，加強青年學生對廉署工作的認識。廉署亦協辦學聯的“廉潔與誠信——第九屆全澳學生中文硬筆書法比賽”，也參加了少年警訊主辦的“滅罪禁毒嘉年華”等活動。

6.1.3 以社團會員及機構等為對象的廉潔教育

2008年以社團會員為對象的講座及參觀活動共8場，出席者合共277人次；以私人機構員工為對象的講座19場，出席者合共635人次。廉署對社團和私營機構所開展的宣傳工作，會針對不同對象，以不同方式和內容進行，以期達到最佳效果。

primeira vez e com natureza experimental. O CCAC incumbiu associações teatrais de fazer peças de teatro, no intuito de incutir nos jovens, de forma viva e interessante, valores correctos e o sentido da honestidade e do cumprimento da lei. Em 2008, participaram 1.645 alunos provenientes de 5 escolas nesta actividade que vai continuar a desenvolver-se em mais escolas secundárias.

O CCAC continuou a organizar, conjuntamente com escolas secundárias, a «Semana da Integridade», palestras sobre honestidade e outras actividades. Através da página electrónica intitulada «Teencity» (www.ccac.org.mo/teencity), dedicada à honestidade da juventude, divulgou mensagens de honestidade aos jovens. Por outro lado, a produção de material didáctico versando a honestidade para uso no ensino secundário já está em fase de conclusão. Foram organizadas 21 palestras de sensibilização para estudantes e formandos de cursos pré-profissionais e de várias instituições de ensino superior, contando com 1.497 participantes.

Em 2008, o CCAC foi organizador e colaborador de várias actividades destinadas à juventude. Entre elas, o Concurso de Banda Desenhada «Vamos Desenhar um Paraíso da Integridade», organizado conjuntamente pelo CCAC e pela Associação Geral de Estudantes Chong Wa (AECM) recebeu mais de 200 trabalhos. Foram exibidos os trabalhos distinguidos em 12 escolas primárias e secundárias e estabelecimentos de ensino superior. Durante a exposição em dois estabelecimentos de ensino superior, o CCAC organizou palestras para reforçar o conhecimento de jovens estudantes sobre os trabalhos do CCAC. Além disso, também organizou o «9.º Concurso de Caligrafia Chinesa a Caneta de Estudantes de Macau – Integridade e Honestidade», bem como participou no «Festival contra a Criminalidade e Toxicodpendência», de iniciativa da Polícia Juvenil.

6.1.3 Acções de sensibilização destinadas a membros de associações e instituições

Em 2008, foram organizadas 8 palestras e visitas destinadas a membros de associações, contando com a participação de 277 pessoas e 19 palestras concebidas para trabalhadores de instituições privadas que somaram 635 participantes. Em relação às acções de divulgação destinadas a associações e instituições privadas, foram promovidas iniciativas adaptadas à especificidade dos destinatários e suas áreas, através de meios e conteúdos diferentes, no intuito de alcançar o melhor efeito.

圖表十九

2008年為社團、教育機構、部門及公司舉行講座之統計表

	社團、教育機構、公司	對象	場數	人數	小計
社團、教育機構及其他	街總青洲社區中心	長者會員	1	75	277
	澳門婦女聯合總會	會員	2	60	
	澳門童軍總會	童軍	1	60	
	筷子基坊眾互助會青年部	會員	1	18	
	鮑思高青年服務網絡 司打口家庭服務中心		2	40	
	建華家庭服務中心 街總望廈社區中心		1	24	

	社團、教育機構、公司	對象	場數	人數	小計
私人機構	大豐銀行	新入職員工	1	100	635
	中電工程	員工	2	20	
	LV	員工	2	50	
	美高梅金殿	保安部員工	3	105	
	奧的斯電梯工程公司	員工	1	20	
	承風土木工程顧問有限公司	員工	1	50	
	和記電訊	主管人員及員工	5	100	
	自來水有限公司	員工	2	110	
	機場專營股份有限公司	主管及員工	1	50	
	機場信息有限公司	員工	1	30	
總計			27	912	

QUADRO XIX

ESTATÍSTICA DAS PALESTRAS REALIZADAS PARA ASSOCIAÇÕES, INSTITUIÇÕES DE ENSINO E SERVIÇOS E EMPRESAS EM 2008

	Entidade	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes	Subtotal
Associações, instituições de ensino e outras	Centro Comunitário da Ilha Verde da União Geral das Associações dos Moradores	Associados de terceira idade	1	75	277
	Associação Geral das Mulheres de Macau	Associadas	2	60	
	Associação de Escoteiros de Macau	Escoteiros	1	60	
	Secção Juvenil da Associação de Beneficência e Assistência Mútua dos Moradores do Bairro Fai Chi Kei	Associados	1	18	
	Rede de Serviços Juvenis Bosco Centro de Apoio à Família da Praça de Ponte e Horta		2	40	
	Centro de Apoio à Família «Kin Wa» Centro Comunitário de Mong-Há da União Geral das Associações dos Moradores		1	24	
Entidades privadas	Banco Tai Fung	Trabalhadores em início de funções	1	100	635
	Engenharia Chong Tin	Trabalhadores	2	20	
	LV	Trabalhadores	2	50	
	MGM Grand Macau	Trabalhadores do sector de segurança	3	105	
	Otis Elevator Company	Trabalhadores	1	20	
	Sociedade de Consultadoria em Engenharia Civil, Limitada	Trabalhadores	1	50	
	Hutchison — Telefone	Chefias e trabalhadores	5	100	
	Sociedade de Abastecimento de Águas de Macau, S.A.R.L.	Trabalhadores	2	110	
	Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, S.A.R.L.	Chefias e trabalhadores	1	50	
	Soluções de Gestão de Informação em Aeroportos, Limitada	Trabalhadores	1	30	
Total			27	912	

綜上所述，廉署2008年舉辦的各類講座、講解會及座談會等共377場，參加人數達33,500人次。資料詳見下表：

Em suma, em 2008, o CCAC organizou um total de 377 palestras, sessões de esclarecimento e colóquios em que o número de participantes atingiu 33.500.

圖表二十

2008年各類講座、座談會及工作坊等之統計總表

對象	活動性質/主題	場數	人數	小計
公務人員	“持廉守正”講解會	3	92	2,842
	公務人員基本培訓課程	36	1,260	
	廉政管理工作坊	4	160	
	公務採購程序	4	330	
	財產申報	1	200	
	深化廉潔課程	6	179	
	廉潔奉公	4	205	
	廉潔操守	6	416	
小學生	“廉潔新一代——小學生誠信教育計劃”	157	5,812	6,466
	六一兒童節專場	17	654	
中學生	青少年誠信教育計劃	77	20,138	21,783
	中學戲劇教育計劃	14	1,645	
大專院校學生	廉潔意識講座	3	127	1,497
培訓班學員	廉潔意識講座	18	1,370	
社團	“青少年誠信教育”講座	5	142	277
	廉潔意識講座	3	135	
公用事業、信用機構及私人機構	廉潔意識講座	19	635	635
總計		377	33,500	

QUADRO XX

ESTATÍSTICA GERAL DAS PALESTRAS, COLÓQUIOS E WORKSHOPS ORGANIZADOS EM 2008

Destinatários	Actividade/Tema	N.º de sessões	N.º de participantes	Subtotal
Trabalhadores da Função Pública	Sessão de esclarecimento sobre «Carácter nobre, conduta íntegra»	3	92	2.842
	Programa de Formação Essencial para os Trabalhadores da Função Pública	36	1.260	
	Workshop sobre a Gestão da Integridade	4	160	
	Procedimento de aquisição de bens e serviços	4	330	
	Declaração de rendimentos e interesses patrimoniais	1	200	
	Programa para maior integridade	6	179	
	Integridade e dedicação ao público	4	205	
	Código da integridade	6	416	
Alunos do ensino primário	«Nova Geração Íntegra — Programa de Educação para a Honestidade dos Alunos do Ensino Primário»	157	5.812	6.466
	Sessão comemorativa do Dia Mundial da Criança	17	654	

Destinatários	Actividade/Tema	N.º de sessões	N.º de participantes	Subtotal
Alunos do ensino secundário	Programa da Educação para a Honestidade da Juventude	77	20.138	21.783
	Programa da Educação para o Teatro em Escolas Secundárias	14	1.645	
Alunos do ensino superior	Palestra sobre «Consciência de Integridade»	3	127	1.497
Formandos	Palestra sobre «Consciência de Integridade»	18	1.370	
Associações	Palestra sobre «Formação honesta da Juventude»	5	142	277
	Palestra sobre «Consciência de Integridade»	3	135	
Instituições de utilidade pública e de crédito e entidades privadas	Palestra sobre «Consciência de Integridade»	19	635	635
Total		377	33.500	

6.2 社區工作

廉署注重發展社區關係，透過黑沙環社區辦事處接觸不同領域的社團組織，聽取不同行業對廉署工作的意見，爭取社團對廉政工作的配合。2008年，廉署代表先後訪問了11個不同地區的民間社團，也為社團舉辦講座及參與社團舉辦的活動，共同推動社區廉潔教育。此外，氹仔社區辦事處預期於2009年中開始運作，廉署的社區工作將進一步加強。

廉署黑沙環社區辦事處也接受市民的投訴舉報和諮詢，2008年該辦事處接獲投訴舉報、求助查詢及簡單諮詢等共568宗，與2007年的562宗相若。

6.2 Relações comunitárias

O CCAC dá grande importância ao desenvolvimento das relações comunitárias. Através da sua Delegação na Areia Preta, o CCAC contacta associações das diversas áreas e ausculta opiniões dos ramos profissionais diferentes sobre os seus trabalhos, a fim de obter a colaboração de associações para a promoção da integridade. Em 2008, o CCAC visitou 11 associações, distribuídas por diferentes bairros da cidade. Em paralelo, realizou palestras destinadas a associações e participou em actividades por elas organizadas, no intuito de promover, conjuntamente, a sensibilização para a integridade nas comunidades. A Delegação do CCAC nas Ilhas tem a sua entrada em funcionamento prevista para meados do ano de 2009, reforçando assim as relações comunitárias do CCAC.

A Delegação do CCAC na Areia Preta recebe queixas, participações e consultas dos cidadãos. Em 2008, as queixas e participações e os pedidos de apoio, informação e consulta simples na Delegação totalizaram 568, número similar a 2007, com 562.

圖表二十一

2008年黑沙環社區辦事處接待市民人數統計表

投訴/舉報		書面投訴	求助查詢	簡單諮詢	
親身	電話			親身	電話
35	1	13	160	281	78
小計：49宗			小計：519人次		
總數：568宗					

QUADRO XXI

ESTATÍSTICA DOS CIDADÃOS ATENDIDOS NA DELEGAÇÃO DO CCAC EM 2008

Queixas/Participações		Queixas por escrito	Pedidos de Informações	Consultas simples	
Pessoalmente	Telefone			Pessoalmente	Telefone
35	1	13	160	281	78
Subtotal: 49			Subtotal: 519		
Total: 568					

6.3 私營領域反貪意見收集

根據澳門特別行政區政府2008年財政年度施政方針，以及履行《聯合國反腐敗公約》所定的目標，將廉署的監察範圍延伸至私人領域。廉署為此舉行了一系列的論壇和座談會，收集社會各界意見。

2008年3月上旬，廉署舉辦了兩場“公營與私營 廉潔現公平”論壇，邀請了多位本地、香港及葡萄牙的專家學者參與發言，出席者包括行政會委員、立法會議員、司法官員、公共部門及機構領導主管和各級公務員、社團代表、多個行業的商業機構僱主和代表等各界人士逾700人。與會者踴躍發言，與發言嘉賓展開熱烈討論和意見交流。

繼“公營與私營 廉潔現公平”論壇後，廉署於2008年4月至6月期間先後與本澳多個主要界別團體合辦“肅貪倡廉如何擴展至私人領域”座談會，以收集行業對私營機關反貪的意見，並邀請來自香港相關行業專家擔任發言嘉賓，分享其對商業道德及誠信管理的經驗。

6.3 Recolha de opiniões sobre o combate à corrupção no Sector Privado

Segundo as Linhas de Acção Governativa da Região Administrativa Especial de Macau e para a concretização dos objectivos definidos na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, as atribuições e competências do CCAC serão alargadas ao sector privado. Em face disso, o CCAC realizou uma série de fóruns e colóquios, a fim de recolher opiniões de todos os sectores sociais.

No início de Março de 2008, o CCAC realizou duas sessões do Fórum «Sector público e sector privado: integridade para a justiça» em que especialistas e académicos de Macau, Hong Kong e Portugal foram convidados para intervir. A actividade contou com a presença de mais de 700 participantes dos diversos sectores: membros do Conselho Executivo, deputados à Assembleia Legislativa, juristas, dirigentes e chefes de serviços e entidades públicas e funcionários públicos de todos os níveis, representantes de associações e empregadores e representantes de entidades empresariais de vários ramos. Os participantes exprimiram, activamente, as suas opiniões, desenvolveram discussões e trocaram opiniões com os oradores.

Depois da realização do Fórum «Sector público e sector privado: integridade para a justiça», de Abril a Junho de 2008, o CCAC organizou, conjuntamente com várias associações dos principais sectores, colóquios sobre «Como estender o combate à corrupção ao sector privado», no intuito de recolher opiniões dos profissionais sobre este combate. Para os colóquios foram convidados especialistas de respectivos ramos profissionais de Hong Kong, como oradores, para partilhar experiências de ética empresarial e gestão honesta.

日期	合辦團體	主講嘉賓
4月17日	澳門金融學會	陳記煊：中國平安保險（集團）股份有限公司集團合規部主管、香港會計師公會（HKICPA）、英國特許公認會計師公會（ACCA）資深會員
5月9日	澳門新聞工作者協會 澳門記者聯會 澳門傳媒工作者協會 澳門傳媒俱樂部	彭鍵基：香港高等法院原訟法庭法官、選舉管理委員會主席 郭文緯：前香港廉署副廉政專員及執行處首長
5月14日	澳門飲食業聯合商會	胡 珠：香港飲食業聯合總會副會長
5月16日	澳門旅遊商會 澳門旅行社協會 澳門旅遊業議會	董耀中：香港旅遊業議會總幹事
5月22日	澳門工程師學會 澳門建築師協會	陳嘉正：香港廉政公署防貪委員會委員、香港工程師學會副會長、香港奧雅納工程集團副主席
5月30日	澳門中小企業協進會	劉展灝：香港工業總會副主席、運年錶業有限公司董事總經理
6月16日	本澳20個公務員團體	穆斐文：香港廉政公署社區關係處助理處長

Data	Associações co-organizadoras	Oradores
17 de Abril	Instituto de Formação Financeira de Macau	Michael CHAN Kee-huen «Head of Group Compliance of Ping An Insurance (Group) Company of China Ltd.» de Hong Kong e membro sénior do «Hong Kong Institute of Certified Public Accountants (HKICPA)» e da «Association of Chartered Certified Accountants (ACCA)»

Data	Associações co-organizadoras	Oradores
9 de Maio	Associação dos Trabalhadores da Imprensa de Macau Clube de Jornalistas de Macau Associação dos Jornalistas de Macau Clube de Comunicação Social de Macau	Pang Kin-Kee Juiz do «Court of First Instance of the High Court» da Região Administrativa Especial de Hong Kong e Presidente da «Electoral Affairs Commission» Tony Kwok Man-wai «Former Deputy Commissioner and Head of Operations» da Comissão Independente contra Corrupção (ICAC) de Hong Kong
14 de Maio	União das Associações dos Proprietários de Estabelecimentos de Restauração e Bebidas de Macau	Woo-Chu Vice-Presidente da «Hong Kong Restaurant and Eating House Merchants General Association»
16 de Maio	Associação das Agências de Turismo de Macau Associação das Agências de Viagens de Macau Associação da Indústria Turística de Macau	Joseph Tung Director Executivo do «Travel Industry Council» de Hong Kong
22 de Maio	Associação dos Engenheiros de Macau Associação dos Arquitectos de Macau	Andrew Chan Membro da «Advisory Committee on Corruption» da Comissão Independente contra Corrupção (ICAC) de Hong Kong, Vice-Presidente do «Hong Kong Institution of Engineers» e Vice-Presidente do «Arup Group» de Hong Kong
30 de Maio	Associação de Pequenas e Médias Empresas de Macau	Stanley Lau Vice-Presidente da «Federation of Hong Kong Industries» de Hong Kong e o Director Executivo da «Renley Watch Mfg Co Ltd.»
16 de Junho	20 associações de funcionários públicos de Macau	Julie Mu Fee-man Directora-Adjunta do Departamento de Relações Comunitárias da Comissão Independente contra Corrupção (ICAC) de Hong Kong

6.4. 反賄選研究及宣傳工作

第四屆澳門立法會選舉將於2009年舉行，廉署高度重視選舉的廉潔和公正，已成立“反賄選研究小組”，開展反賄選的預防及宣傳工作，並於2008年11月與行政暨公職局合辦了兩次“選民登記同樂日”活動，向大眾宣揚選民登記及廉潔選舉訊息。總結2005年立法會選舉監管的經驗，廉署已將“廉潔選舉”教育納入常規宣傳活動，在“廉潔新一代”的小五教學內容及“中學誠信教育計劃”中加入“廉潔選舉”的教育元素。2008年廉署積極聯絡本澳各中學，合辦以“廉潔選舉”為題的講座或“戲說誠信”活動，加強青少年的選舉廉潔意識。廉署因應新修訂選民登記法的內容，制作了《選民登記廉潔指引》，免費寄給各公共部門、學校、社團、私人機構等，更得到行政暨公職局的配合，放置於各區的選民登記站內，向新登記選民進行宣傳教育。

6.4 Acções de divulgação e estudo de combate à corrupção

Em 2009, realizam-se as eleições para a 4.ª Assembleia Legislativa (AL). O CCAC dá muita importância à integridade e justiça das eleições e criou um «Grupo de Estudos contra a Corrupção Eleitoral» para desenvolver acções de prevenção e de divulgação. Em Novembro de 2008, organizou, conjuntamente com a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (SAFP), duas sessões da campanha de divulgação do «Recenseamento Eleitoral», a fim de sensibilizar a população para o recenseamento e para eleições limpas. Com base na experiência de fiscalização das eleições para a AL em 2005, o CCAC tornou a sensibilização para «eleições limpas» em acções de divulgação regular. Além disso, o tema «eleições limpas» foi inserido no conteúdo educativo da «Nova Geração Íntegra» do 5.º ano do ensino primário, bem como no «Programa de Educação para a Honestidade da Juventude». Em 2008, o CCAC contactou, activamente, diversas escolas secundárias de Macau para organizar palestras sobre «eleições limpas» ou «peças de teatro», com o objectivo de reforçar a consciência da juventude sobre a integridade nas eleições. Face à revisão da Lei do Recenseamento Eleitoral, o CCAC elaborou «Orientações para a integridade no Recenseamento Eleitoral» e enviou-as, gratuitamente, aos diversos serviços públicos, escolas, associações e instituições privadas. Com a elaboração dos SAFP, as orientações foram colocadas nos postos de recenseamento eleitoral de todos os bairros para proceder à sensibilização dos eleitores recém-recenseados.

6.5 三地監察機關專題研討會

中華人民共和國監察部、香港廉政公署及澳門廉政公署分別於2008年1月和12月在深圳及香港聯合舉辦了專題研討會，主題分別為“建設工程領域治理腐敗”和“金融管治 誠信建設”。與會者來自內地、香港和澳門監察機關的人員和相關界別的高層管理人員及專業人士。

6.6 常規宣傳工作

6.6.1 多方位宣傳工作

廉署持續透過多種渠道，廣泛宣傳廉政資訊，包括：

- 在中文報章刊登《廉政園地》專欄文章，並選取部分文章在《成教學刊》、《啟報》上刊登；
- 於電視台資訊節目“諮詢奉告”講解廉政工作；
- 以報章廣告、電台廣告、巴士車身廣告、戶內燈箱廣告等方式宣傳廉政資訊；
- 製作以學生為派發對象的宣傳紀念品；
- 參加由澳門明愛主辦的慈善園遊會；
- 編印《澳門廉政公署年報》，出版了中、葡、英文3個版本；
- 繼續出版中、葡文《澳門廉政》季刊，以及英文半年刊；
- 製作《廉政故事廊》葡文版，以連環圖形式，將有關廉潔奉公、肅貪倡廉、循規守法等訊息，向不同文化、語言背景的青年宣揚；
- 出版《申訴有道——行政申訴個案匯編》英文版；
- 製作主題為“依法辦事拒收禮 廉潔公僕心無愧”的新海報，提高公務員的廉潔意識，有關海報向政府部門、社團及學校等派發；
- 製作反貪單張，宣傳廉署反貪職能。

6.6.2 “廉潔義工隊”

2008年，廉署“廉潔義工隊”繼續協助廉署開展宣傳教育工作，積極參與不少宣傳活動。同時，義工隊成員們更發揚關心社會的精神，組隊參加“公益金百萬行”並捐款，以及探訪安老院。

6.5 Conferências organizadas pelas autoridades de supervisão da China continental, Hong Kong e Macau

O Ministério da Supervisão da RPC, a Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong e o CCAC realizaram conferências em Shenzhen e Hong Kong, em Janeiro e Dezembro de 2008, respectivamente, sob os temas «Combate à corrupção em obras de construção civil» e «Gestão Empresarial e Promoção da Integridade no Sector Privado». As conferências contaram com a presença de elementos das autoridades de supervisão da China continental, de Hong Kong e de Macau e de quadros superiores de gestão de entidades empresariais e especialistas.

6.6 Projectos de sensibilização regulares

6.6.1 Acção de sensibilização em todos os ângulos

Mensagens de integridade continuaram a ser divulgadas por canais variados, nomeadamente:

- Publicação de artigos na imprensa chinesa e extractos destes no Jornal da Associação de Educação de Adultos de Macau e no Kai Po, boletim trimestral do estabelecimento prisional;
- Programa televisivo «Informações ao Público» para explicar as tarefas sobre integridade;
- Publicidade em jornais, rádio, autocarros e reclamos luminosos para divulgar mensagens de integridade;
- Produção de lembranças de divulgação para distribuir a estudantes;
- Participação no Bazar organizado pela Caritas de Macau;
- Publicação do Relatório de Actividades do Comissariado contra a Corrupção de Macau, com edições em língua chinesa, portuguesa e inglesa;
- Edição do boletim trimestral em língua chinesa e portuguesa e do boletim semestral em língua inglesa;
- Elaboração da edição portuguesa de banda desenhada «Galeria de Integridade», que pretende divulgar mensagens de integridade, dedicação ao público e cumprimento da lei aos jovens com uma cultura e língua diferentes;
- Publicação do livro «Casos tratados pela Provedoria de Justiça», na versão inglesa;
- Elaboração do novo cartaz sob o tema de «Recuse ofertas indevidas. Seja um funcionário público íntegro», a fim de elevar a consciência de integridade dos funcionários públicos. Foram distribuídos cartazes em serviços públicos, associações e escolas;
- Elaboração de brochuras sobre o combate à corrupção, divulgando as funções do CCAC.

6.6.2 «Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa»

Em 2008, o «Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa» do CCAC continuou a prestar auxílio na realização de acções de sensibilização, participando, de forma activa, em muitas actividades de divulgação. Ao mesmo tempo, os membros do Grupo deram prova da sua solidariedade através de presença organizada na Marcha da Caridade para Um Milhão e doações, bem como de visitas a lares de idosos.

此外，為增強義工隊成員的參與度，提昇團隊合作精神，廉署在10月下旬舉行了“2008廉潔義工同樂日”，廉署助理廉政專員杜慧芳及辦公室主任何鈺珊等亦有參與，並與義工們進行座談，交流對澳門廉政工作的意見。

6.7 聯繫與交流

6.7.1 與傳媒的聯繫

與傳媒保持緊密的聯繫和維持良好的合作關係，有助於廉署與社會各業的溝通協作。此外，廉署每年舉辦“清茶談廉政”春茗活動，聽取傳媒機構對廉政工作的意見和建議。廉署亦會以記者會形式，向傳媒發放廉政工作資訊，以提高廉政工作的透明度。

6.7.2 與外界的交流

2008年，廉署積極開展與國際、內地、香港等的反貪和行政申訴部門的交流聯繫，有關活動包括：訪問馬來西亞公共投訴局及反貪局；應內地監察部邀請訪問監察部及最高人民檢察院；出席在香港舉行的國際申訴專員協會(IOI)理事會會議；參加在烏克蘭首都基輔舉行的國際反貪局聯合會第三次年會暨會員代表大會；出席由新加坡舉辦的“反貪專家工作坊”，並向與會者介紹澳門廉署宣傳教育工作的情況；參加在雅典舉行的第13屆國際反貪污大會；出席在馬尼拉舉行的第五次中國與東盟成員國總檢察長會議；赴新加坡出席“亞太地區反腐敗行動計劃第12次指導會議”及區域會議；出席巴西全國申訴專員研討會。

廉署2008年接待了多個外地代表團，其中包括：香港廉政公署代表團、澳洲駐港總領事、東帝汶國會議員代表團、新西蘭駐港總領事、芬蘭行政學院、中國政法大學代表團、參加國際申訴專員協會理事會會議的各國代表團、內地監察部代表團等。

廉署領導層也與本澳多個機構和社團的領導進行互訪及座談活動，包括：中國外交部駐澳門特別行政區特派員公署、中國人民解放軍駐澳部隊代表、澳門發展策略研究中心、楹聯學

Além disso, para intensificar a participação dos membros do Grupo em actividades do CCAC, bem como elevar o seu espírito de equipa, em finais de Outubro, o CCAC organizou o «Convívio de voluntários contra a Corrupção 2008», com a presença da Adjunta do Comissário, Tou Wai Fong, e da Chefe do Gabinete do Comissário, Ho Ioc San. Os dirigentes do CCAC aproveitaram a ocasião para trocar opiniões sobre a promoção da integridade em Macau com os participantes.

6.7 Contactos e intercâmbio

6.7.1 Contactos com a comunicação social

Manter contactos frequentes e boas relações com os órgãos de comunicação social favorece a comunicação e cooperação entre o CCAC e todos os sectores sociais. A par disso, realiza-se a actividade anual «CHÁ – Para uma Sociedade Inocorrupta», em que o CCAC ouve opiniões e sugestões da comunicação social sobre a promoção da integridade. O CCAC também realiza conferências de imprensa em que informações de promoção da integridade são dadas a conhecer ao público, no intuito de aumentar a transparência das acções desenvolvidas.

6.7.2 Intercâmbio com o exterior

Em 2008, o CCAC desenvolveu, activamente, contactos e comunicações com instituições de combate à corrupção e de provedoria de justiça da China continental, Hong Kong e outras regiões. Entre estas actividades, contam-se a visita ao Serviço de Queixas Públicas e à Agência contra a Corrupção da Malásia, a visita, a convite do Ministério da Supervisão da RPC, ao Ministério da Supervisão e à Suprema Procuradoria do Povo, a presença na reunião da Direcção do Instituto Internacional do Ombudsman (IOI) em Hong Kong, a participação na 3.ª Conferência Anual e na Sessão Plenária da Associação Internacional de Autoridades contra a Corrupção (International Association of Anti-Corruption Authorities, IAACA) em Kiev, a presença no «Workshop sobre Aptidões contra a Corrupção», organizado por Singapura, em que foi apresentadas aos participantes as acções de sensibilização desenvolvidas pelo CCAC, a participação na 13.ª Conferência Internacional contra a Corrupção em Atenas, a presença na 5.ª Conferência dos Procuradores Gerais da China e dos membros da União dos Países do Sudeste Asiático em Manila, na 12.ª Reunião do Grupo Orientador da Iniciativa Anti-Corrupção da ADB/OCDE para a Ásia-Pacífico em Singapura e no Seminário Brasileiro de Ouvidorias Públicas.

De entre os visitantes recebidos pelo CCAC em 2008, estiveram uma delegação da Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong, o Cônsul-Geral da Austrália em Hong Kong e Macau, uma delegação dos deputados do Congresso Nacional de Timor-Leste, o Cônsul-Geral da Nova Zelândia em Hong Kong, delegações do Instituto de Administração da Finlândia, da Universidade da Ciência Política e Direito da China, de países participantes na reunião da direcção do IOI e do Ministério da Supervisão da RPC.

Localmente, os dirigentes do CCAC trocaram visitas e tiveram encontros com os dirigentes de várias instituições e associações, nomeadamente, com o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC em Macau, a Guarnição em Macau do Exército de Libertação do Povo, o Centro de Pesquisa Estratégica para o Desenvolvimento de Macau, a Associação de Dísticos, a Associação de Escoteiros, a Associação Geral das

會、童軍總會、澳門婦女會聯合總會、筷子基坊會青年部、鮑思高青年網絡、澳門日報讀者公益基金會。廉署代表也出訪澳門街坊會聯合總會、澳門工會聯合總會、澳門中華學生聯合總會、澳門中華新青年協會、聖公會社會服務處、草六坊會、提柯坊眾互助會、傷殘人士服務協進會、婦聯家庭服務中心、宣道堂慈善會、黑沙環牧民中心、海島市居民群益會、澳門街坊會聯合總會氹仔社區中心、建華家庭服務中心、澳門工會聯合總會氹仔綜合服務中心等。

第七章

行政工作

7.1 預算

7.1.1 法律依據

廉政公署是職能、行政及財政獨立的公共機構，有關的組織及運作制度載於第 10/2000 號法律和第 31/2000 號行政法規內。同時，第6/2006號行政法規所規範的自治機關一般財政制度，亦補充適用於廉政公署。

2008年度廉政公署的本身預算，經第52/2008號行政長官批示核准，並刊登於2008年2月25日第8期第一組《澳門特別行政區公報》內。獲通過的預算金額為MOP108,432,000.00。

在對2007年度廉政公署的“管理帳目”作出結算後，錄得最終的管理結餘為MOP13,501,977.66，較原預計之管理結餘MOP15,000,000.00減少了MOP1,498,022.34，出現實際結餘少於預算結餘的情況，主要是因為原應於2007年12月份存入本公署之“十二分之一”預算撥款MOP5,731,724.60，於2008年1月2日財政局方存入本公署之銀行帳戶，而基於財務的原則，有關撥款僅能被視為2008年度的收入，致使本公署在帳目上出現有關結餘不足的情況。由於實際結餘少於預算結餘的金額，因此，根據第6/2006號行政法規第六十六條第三款之規定，從2008年本公署本身預算05-04-00-00-90“備用撥款”項目中，抽調上述不足之款項MOP1,498,022.34。基此，廉政公署依法律規定編制了第一補充預算為MOP1,498,022.34，並經第141/2008號行政長官批示核准及刊登於2008年5月19日第20

Mulheres de Macau, o Sector Juvenil da Associação Beneficência e Assistência Mútua dos Moradores do Bairro de Fai Chi Kei, a Rede de Serviços Juvenis Bosco e o Fundo de Beneficência dos Leitores do Jornal Ou Mun. Para além disso, o CCAC enviou representantes em visita a associações, entre as quais a União Geral das Associações dos Moradores de Macau, a Federação das Associações dos Operários de Macau, a Associação Geral de Estudantes Chong Wa de Macau, a Associação de Nova Juventude Chinesa de Macau, o Gabinete Coordenador dos Serviços Sociais Sheng Kung Hui, a Associação de Beneficência e Assistência Mútua dos Moradores das 6 Ruas Choi Toi, a Associação de Beneficência e Assistência Mútua dos Moradores do Bairro O T'ái, a Associação de Apoio aos Deficientes, o Centro de Apoio Familiar da Associação das Mulheres de Macau, a Sociedade de Beneficência Sun Tou Tong, o Centro Pastoral da Areia Preta, a Associação dos Habitantes das Ilhas Kuan Iek, o Centro Comunitário da Taipa da União Geral das Associações dos Moradores de Macau, o Centro de Apoio à Família «Kin Wa» e o Centro de Actividades da Federação das Associações dos Operários de Macau na Taipa.

CAPÍTULO VII

TRABALHO ADMINISTRATIVO

7.1 Orçamento

7.1.1 Enquadramento legal

O Serviço do Comissariado contra a Corrupção (SC) é um serviço dotado de autonomia funcional, administrativa e financeira, cujo regime orgânico e funcional é regulado pela Lei n.º 10/2000 e pelo Regulamento Administrativo n.º 31/2000. Em matéria financeira, é subsidiariamente aplicável o regime financeiro geral das entidades autónomas, constante do Regulamento Administrativo n.º 6/2006.

Pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 52/2008, publicado no *Boletim Oficial* da RAEM – I Série, n.º 8, de 25 de Fevereiro de 2008, foi aprovado o orçamento privativo do Comissariado contra a Corrupção para o ano de 2008, no valor de MOP108.432.000,00.

Encerradas as contas relativas a 2007, registou-se um saldo de gerência de MOP13.501.977,66 – menos MOP1.498.022,34 do que as MOP15.000.000,00 previstas. A diferença deveu-se, em parte, a que a importância de MOP5.731.724,60 da dotação orçamental do «duodécimo», que deveria ser depositada na conta bancária do Comissariado em Dezembro de 2007, só foi depositada pela Direcção dos Serviços de Finanças em 2 de Janeiro de 2008. E, de acordo com os princípios financeiros, a referida importância só podia ser inscrita nas receitas referentes ao ano de 2008, tendo originado um saldo insuficiente nas contas do Comissariado. Dada a insuficiência do saldo face ao valor orçamentado, e nos termos do n.º 3 do art.º 66.º do Regulamento Administrativo n.º 6/2006, foram transferidas MOP1.498.022,34, o montante da diferença, inscritas na rubrica n.º 05-04-00-00-90, «dotação provisional», do orçamento privativo do Comissariado para o ano de 2008. Em consequência, foi apresentado, nos termos da legislação em vigor, o 1.º orçamento suplementar, no montante de MOP1.498.022,34, que veio a ser aprovado pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 141/2008, publicado no *Boletim Oficial* da RAEM – I Série, n.º 20, de 19 de Maio de

期第一組《澳門特別行政區公報》內。另為補回第一補充預算從“備用撥款”抽調的款項，以及因應調查人員職程制度之變更，經第184/2008號行政長官批示核准及刊登於2008年6月23日第25期第一組《澳門特別行政區公報》內，廉政公署2008年第二補充預算為MOP11,950,000.00，因此，經調整後，可供廉政公署在2008年進行各項工作及活動開支的預算總額為MOP118,883,977.66。

7.1.2 預算收入

2008年經修正後的預算收入為MOP118,883,977.66，而實際收入是MOP112,856,733.02，與預算收入比較減少了MOP6,027,244.64，執行率達94.93%。在實際總收入MOP112,856,733.02中，主要收入來自“特區預算轉移”項目，金額為MOP99,064,326.40，佔實際收入的87.78%。另一主要收入來源是“其他資本收入”，金額為MOP13,501,977.66，佔實際收入的11.96%。

2008. Com vista à compensação do montante transferido da «dotação provisional» no âmbito do 1.º orçamento suplementar, e dada a alteração do regime de carreiras do pessoal investigador, foi apresentado o 2.º orçamento suplementar do Comissariado relativo a 2008, no montante de 11.950.000,00, que veio a ser aprovado pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 184/2008, publicado no *Boletim Oficial* da RAEM – I Série, n.º 25, de 23 de Junho de 2008. Depois de revisto, o orçamento do Serviço para 2008 foi de MOP118.883.977,66, valor afecto à execução das diversas acções e actividades desenvolvidas em 2008.

7.1.2 Orçamento das receitas

O orçamento das receitas gerais actualizadas de 2008 foi de MOP118.883.977,66. Sendo as receitas cobradas MOP112.856.733,02, houve uma diferença de MOP6.027.244,64, sendo de 94,93% a taxa de execução. Das receitas cobradas, no valor de MOP112.856.733,02, a maior parte proveio da rubrica «Transferência do Orçamento Geral da RAEM», onde foi inscrita a verba de MOP99.064.326,40, representando 87,78% das receitas cobradas. Outras receitas importantes provieram de «Outras Receitas de Capital», onde foi inscrita a verba de MOP13.501.977,66, que representa 11,96% das receitas cobradas.

圖表二十二
2008年收入管理

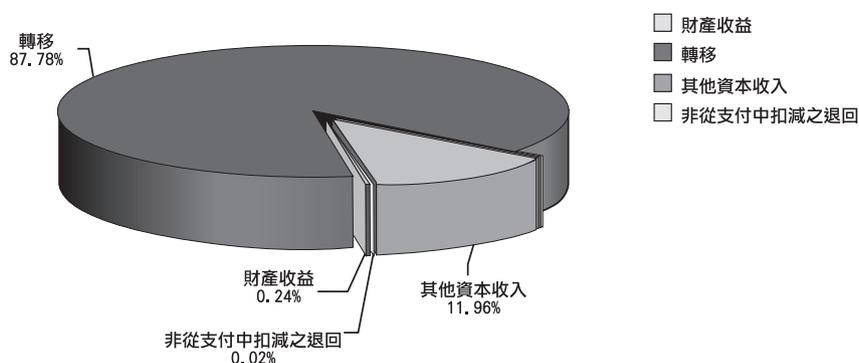
編號	名稱	預算收入	補充預算1	補充預算2	總預算收入	實際收入		預算與實際 收入的差額	執行率
						金額	百分比		
	經常收入	93,422,000.00	-	-	105,372,000.00	99,334,996.16	88.02%	-6,037,003.84	94.27%
04-00-00	財產之收益	460,000.00	-	-	460,000.00	269,143.66	0.24%	-190,856.34	58.51%
05-00-00	轉移	92,958,000.00	-	11,950,000.00	104,908,000.00	99,064,326.40	87.78%	-5,843,673.60	94.43%
06-00-00	耐用品之出售	1,000.00	-	-	1,000.00	447.00	0%	-553.00	44.70%
07-00-00	勞務及非耐用品之出售	2,000.00	-	-	2,000.00	1,077.50	0%	-922.50	53.88%
08-00-00	其他經常收入	1,000.00	-	-	1,000.00	1.60	0%	-998.40	0.16%
	資本收入	15,010,000.00	-	-	13,511,977.66	13,521,736.86	11.98%	9,759.20	100.07%
13-00-00	其他資本收入	15,000,000.00	(1,498,022.34)	-	13,501,977.66	13,501,977.66	11.96%	0.00	100.00%
14-00-00	非從支付中扣減之退回	10,000.00	-	-	10,000.00	19,759.20	0.02%	9,759.20	197.59%
	總計	108,432,000.00	10,451,977.66		118,883,977.66	112,856,733.02	100%	6,027,244.64	94.93%

QUADRO XXII
RECEITAS — GERÊNCIA DE 2008

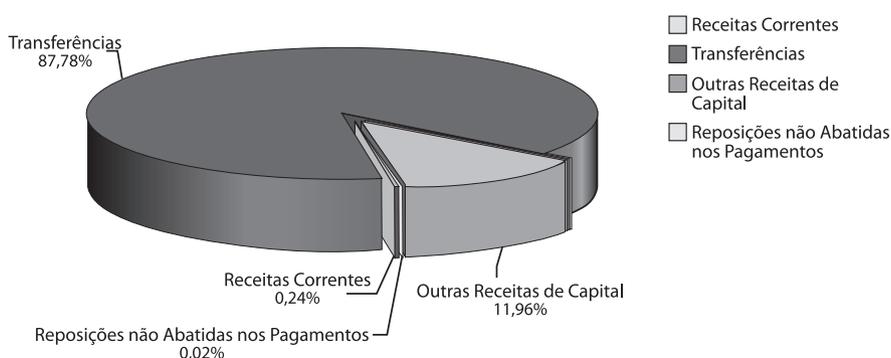
Código	Designação	Receita Prevista	1.º Orçamento Suplementar	2.º Orçamento Suplementar	Total do Orçamento	Receitas Cobradas		Orçamento e Receitas Cobradas Diferença	Execução
						Montante	%		
	Receitas Correntes	93.422.000,00	-	-	105.372.000,00	99.334.996,16	88,02%	-6.037.003,84	94,27%
04-00-00	Rendimentos de Propriedade	460.000,00	-	-	460.000,00	269.143,66	0,24%	-190.856,34	58,51%
05-00-00	Transferências	92.958.000,00	-	11.950.000,00	104.908.000,00	99.064.326,40	87,78%	-5.843.673,60	94,43%
06-00-00	Venda de Bens Duradouros	1.000,00	-	-	1.000,00	447,00	0%	-553,00	44,70%

Código	Designação	Receita Prevista	1.º Orçamento Suplementar	2.º Orçamento Suplementar	Total do Orçamento	Receitas Cobradas		Orçamento e Receitas Cobradas Diferença	Execução
						Montante	%		
07-00-00	Serviços e Venda de Bens Não Duradouros	2.000,00	-	-	2.000,00	1.077,50	0%	-922,50	53,88%
08-00-00	Outras Receitas Correntes	1.000,00	-	-	1.000,00	1,60	0%	-998,40	0,16%
	Receitas de Capital	15.010.000,00	-	-	13.511.977,66	13.521.736,86	11,98%	9.759,20	100,07%
13-00-00	Outras Receitas de Capital	15.000.000,00	(1,498,022.34)	-	13.501.977,66	13.501.977,66	11,96%	0,00	100,00%
14-00-00	Reposições não Abatidas nos Pagamentos	10.000,00	-	-	10.000,00	19.759,20	0,02%	9.759,20	197,59%
Total		108.432.000,00	10.451.977,66		118.883.977,66	112.856.733,02	100%	6.027.244,64	94,93%

圖表二十三
2008年實際收入結構



QUADRO XXIII
ESTRUTURA DAS RECEITAS COBRADAS EM 2008



7.1.3 預算支出

2008年經修正後的預算總額MOP118,883,977.66中，實際總支出為MOP101,774,613.20，因此，執行率為85.61%，這是由於某些機械設備及耐用品，因種種客觀原因未能完成購買程序，此外，廉政公署氹仔社區辦事處因未進行裝修工程，故有盈餘。

7.1.3 Orçamento das despesas

Das MOP118.883.977,66 orçamentadas para 2008, realizaram-se despesas no valor de MOP101.774.613,20, a que corresponde uma taxa de execução de 85,61%. Isto deveu-se ao facto de que alguns projectos de aquisição de maquinaria, equipamentos e bens duradouros não terem sido concluídos, devido a várias condicionantes. Para o excedente contribuiu ainda a não realização das obras de interiores da Delegação do Comissariado na Taipa.

在實際總支出的MOP101,774,613.20中，“人員”支出佔最大部分，金額是MOP62,172,139.90，佔61.09%，其次是“資產及勞務”金額是MOP22,353,574.00，佔21.97%。“經常轉移”金額是MOP34,133.80，佔0.03%。另外，“其他經常開支”金額是MOP15,400,934.20，佔15.13%。而投資金額是MOP1,813,831.30，佔總實際支出的1.78%。

由於實際總收入為MOP112,856,733.02，而實際總支出為MOP101,774,613.20，因此，差額共計為MOP11,082,119.82。

基於預計2008年的管理結餘為MOP12,000,000.00，而實際管理結餘為MOP11,082,119.82，因此，有關的管理結餘比預期減少了MOP917,880.18。結餘比預期減少的原因，主要是實際收入比預算收入少，共少收了MOP6,027,244.64，其中以“05-01-03-01特區預算轉移”減少MOP5,843,673.60。

As «Despesas com Pessoal» representaram a maior parte das MOP101.774.613,20 de despesas efectuadas, cifrando-se em MOP62.172.139,90, i.é 61,09% destas. Seguem-se as despesas com a aquisição de «Bens e Serviços», que totalizaram MOP22.353.574,00, representando 21,97% das despesas efectuadas. Vêm em seguida as despesas com «Transferências Correntes», cifradas em MOP34.133,80, ocupando 0,03%, e as com «Outras Despesas Correntes», no total de MOP15.400.934,20, correspondendo 15,13%. As despesas de Investimento foram de MOP1.813.831,30, representando 1,78% das despesas efectuadas.

Com MOP112.856.733,02 de receitas cobradas e MOP101.774.613,20 de despesas efectuadas, verificou-se uma diferença de MOP11.082.119,82.

O saldo de gerência em 2008 foi de MOP11.082.119,82, menos MOP917.880,18 que o previsto, que era de MOP12.000.000,00. Isto explica-se pelo facto de as receitas cobradas terem diminuído MOP6.027.244,64 relativamente ao previsto, tendo presente que a verba inscrita rubrica «05-01-03-01 Transferências do Orçamento da Região» diminuiu MOP5.843.673,60.

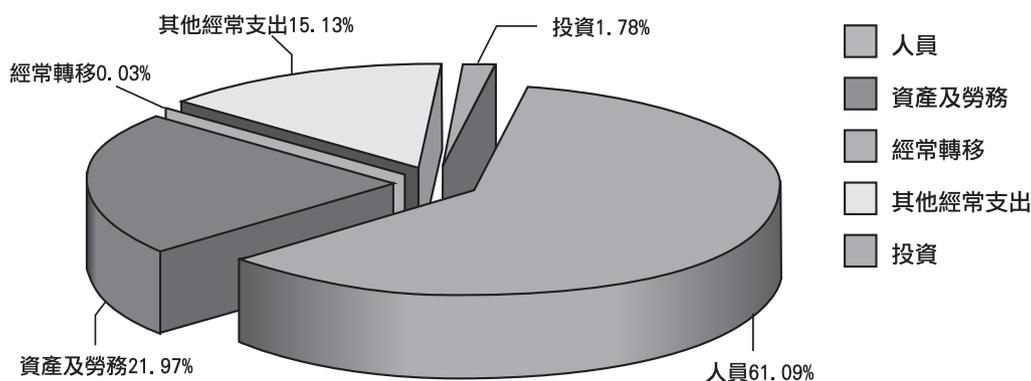
圖表二十四
2008年支出管理

經濟分類 (帳號)	名稱	預算金額 (1)	補充預算 (2)	預算修改 (3)	核准撥款 (4)=(1)+(2)+(3)	支付總額 (5)	最終結餘 (4)-(5)	實施比率 (5)/(4)x100%
	經常開支	100,202,000.00	10,451,977.66	1,602,000.00	112,255,977.66	99,960,781.90	12,295,195.76	89.05%
01-00-00-00	人員	60,325,000.00		6,182,000.00	66,507,000.00	62,172,139.90	4,334,860.10	93.48%
01-01-00-00	固定及長期報酬	56,456,000.00		6,551,000.00	63,007,000.00	59,459,711.70	3,547,288.30	94.37%
01-02-00-00	附帶報酬	2,554,000.00		-869,000.00	1,685,000.00	1,416,122.50	268,877.50	84.04%
01-03-00-00	實物補助	25,000.00			25,000.00	15,718.90	9,281.10	62.88%
01-05-00-00	社會福利金	595,000.00		-180,000.00	415,000.00	323,190.00	91,810.00	77.88%
01-06-00-00	負擔補償	695,000.00		680,000.00	1,375,000.00	957,396.80	417,603.20	69.63%
02-00-00-00	資產及勞務	24,392,000.00		4,856,900.00	29,248,900.00	22,353,574.00	6,895,326.00	76.43%
02-01-00-00	耐用品	310,000.00		380,000.00	690,000.00	294,674.20	395,325.80	42.71%
02-02-00-00	非耐用品	1,532,000.00		91,900.00	1,623,900.00	1,113,725.60	510,174.40	68.58%
02-03-00-00	勞務之取得	22,550,000.00		4,385,000.00	26,935,000.00	20,945,174.20	5,989,825.80	77.76%
04-00-00-00	經常轉移	45,000.00			45,000.00	34,133.80	10,866.20	75.85%
04-02-00-00	私立機構	20,000.00			20,000.00	20,000.00	0.00	100.00%
04-04-00-00	外地	25,000.00			25,000.00	14,133.80	10,866.20	56.54%
05-00-00-00	其他經常開支	15,440,000.00	10,451,977.66	-9,436,900.00	16,455,077.66	15,400,934.20	1,054,143.46	93.59%
05-02-00-00	保險	275,000.00		-50,000.00	225,000.00	125,027.20	99,972.80	55.57%
05-04-00-00	雜項	15,165,000.00	10,451,977.66	-9,386,900.00	16,230,077.66	15,275,907.00	954,170.66	94.12%
	資本開支	8,230,000.00		-1,602,000.00	6,628,000.00	1,813,831.30	4,814,168.70	27.37%
07-00-00-00	投資	8,230,000.00		-1,602,000.00	6,628,000.00	1,813,831.30	4,814,168.70	27.37%
07-03-00-00	樓宇	3,000,000.00		100,000.00	3,100,000.00	0.00	3,100,000.00	0.00%
07-09-00-00	運輸物料	250,000.00		18,000.00	268,000.00	249,507.00	18,493.00	93.10%
07-10-00-00	機械及設備	4,980,000.00		-1,720,000.00	3,260,000.00	1,564,324.30	1,695,675.70	47.99%
	總計	108,432,000.00	10,451,977.66		118,883,977.66	101,774,613.20	17,109,364.46	85.61%

QUADRO XXIV
DESPESAS — GERÊNCIA DE 2008

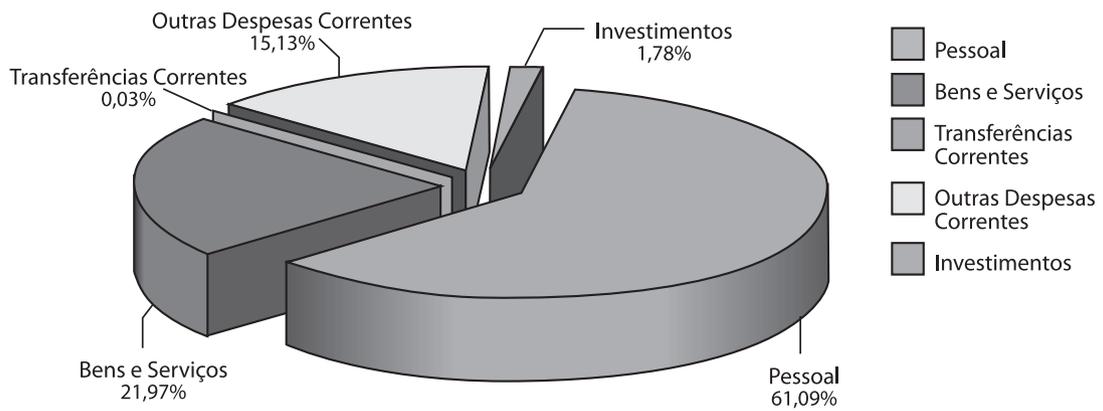
Classificação económica (Rubrica)	Designação	Orçamento (1)	Orçamentos Suplementares (2)	Correções Orçamentais (3)	Dotação Autorizada (4)=(1)+(2)+(3)	Total de Pagamentos (5)	Saldo Final (4)-(5)	Taxa de Execução (5) / (4)x100%
	DESPESAS CORRENTES	100.202.000,00	10.451.977,66	1.602.000,00	112.255.977,66	99.960.781,90	12.295.195,76	89,05%
01-00-00-00	PESSOAL	60.325.000,00		6.182.000,00	66.507.000,00	62.172.139,90	4.334.860,10	93,48%
01-01-00-00	Remunerações Certas e Permanentes	56.456.000,00		6.551.000,00	63.007.000,00	59.459.711,70	3.547.288,30	94,37%
01-02-00-00	Remunerações Acessórias	2.554.000,00		-869.000,00	1.685.000,00	1.416.122,50	268.877,50	84,04%
01-03-00-00	Abonos em Espécie	25.000,00			25.000,00	15.718,90	9.281,10	62,88%
01-05-00-00	Previdência Social	595.000,00		-180.000,00	415.000,00	323.190,00	91.810,00	77,88%
01-06-00-00	Compensação de Encargos	695.000,00		680.000,00	1.375.000,00	957.396,80	417.603,20	69,63%
02-00-00-00	BENS E SERVIÇOS	24.392.000,00		4.856.900,00	29.248.900,00	22.353.574,00	6.895.326,00	76,43%
02-01-00-00	Bens Duradouros	310.000,00		380.000,00	690.000,00	294.674,20	395.325,80	42,71%
02-02-00-00	Bens Não Duradouros	1.532.000,00		91.900,00	1.623.900,00	1.113.725,60	510.174,40	68,58%
02-03-00-00	Aquisição de Serviços	22.550.000,00		4.385.000,00	26.935.000,00	20.945.174,20	5.989.825,80	77,76%
04-00-00-00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	45.000,00			45.000,00	34.133,80	10.866,20	75,85%
04-02-00-00	Instituições particulares	20.000,00			20.000,00	20.000,00	0,00	100,00%
04-04-00-00	Exterior	25.000,00			25.000,00	14.133,80	10.866,20	56,54%
05-00-00-00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.440.000,00	10.451.977,66	-9.436.900,00	16.455.077,66	15.400.934,20	1.054.143,46	93,59%
05-02-00-00	Seguros	275.000,00		-50.000,00	225.000,00	125.027,20	99.972,80	55,57%
05-04-00-00	Diversas	15.165.000,00	10.451.977,66	-9.386.900,00	16.230.077,66	15.275.907,00	954.170,66	94,12%
	DESPESAS DE CAPITAL	8.230.000,00		-1.602.000,00	6.628.000,00	1.813.831,30	4.814.168,70	27,37%
07-00-00-00	INVESTIMENTOS	8.230.000,00		-1.602.000,00	6.628.000,00	1.813.831,30	4.814.168,70	27,37%
07-03-00-00	Edifícios	3.000.000,00		100.000,00	3.100.000,00	0,00	3.100.000,00	0,00%
07-09-00-00	Material de transporte	250.000,00		18.000,00	268.000,00	249.507,00	18.493,00	93,10%
07-10-00-00	Maquinaria e equipamento	4.980.000,00		-1.720.000,00	3.260.000,00	1.564.324,30	1.695.675,70	47,99%
	TOTAL	108.432.000,00	10.451.977,66		118.883.977,66	101.774.613,20	17.109.364,46	85,61%

圖表二十五
2008年實際支出結構



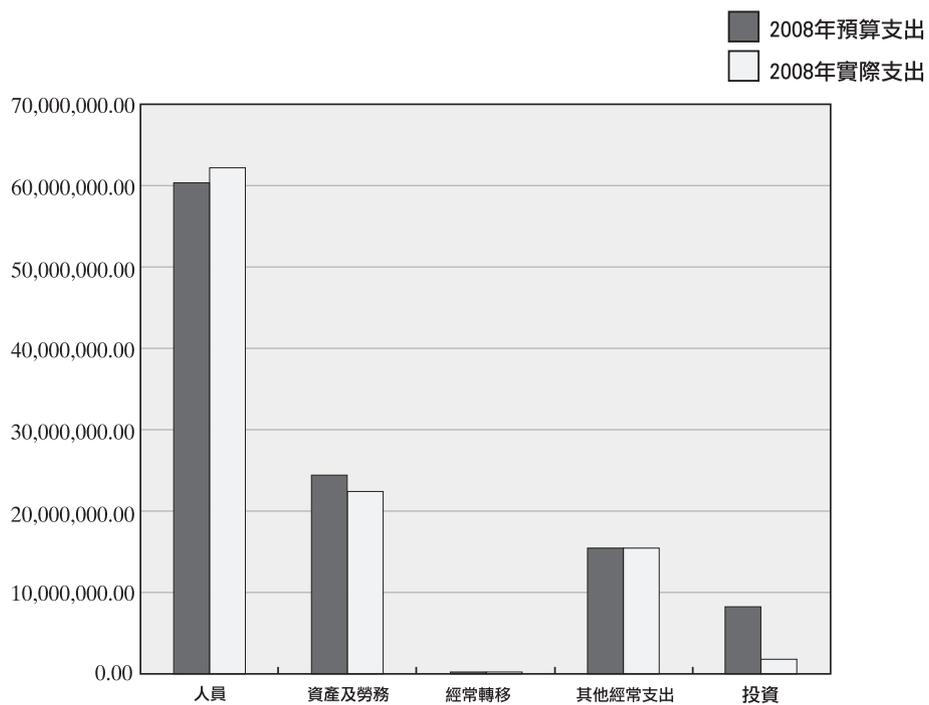
QUADRO XXV

ESTRUTURA DAS DESPESAS REALIZADAS EM 2008



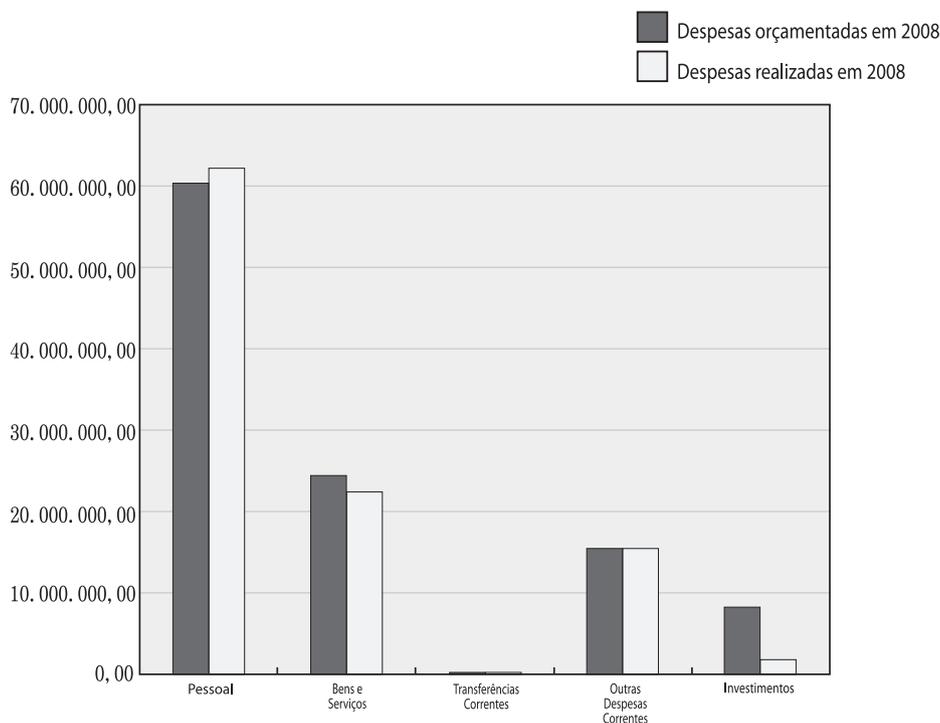
圖表二十六

2008年預算支出與實際支出對比



QUADRO XXVI

COMPARAÇÃO ENTRE DESPESAS ORÇAMENTADAS E REALIZADAS EM 2008



7.2 人員

為配合廉政公署各部門工作量的增加，經2003年7月21日第28/2003號行政命令，修改第31/2000號行政法規第三十一條所指的“廉政公署部門人員配備表”，廉政公署人員配備總人數為109人。截至2008年12月31日，連同其它方式聘用的人員，廉政公署共有143人。

7.2 Pessoal

Perante o aumento de tarefas das subunidades do Serviço do CCAC, pela Ordem Executiva n.º 28/2003, de 21 de Julho, foi alterada a dotação de pessoal do Serviço do Comissariado contra a Corrupção, referida no artigo 31.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2000, sendo de 109 unidades. Em 31 de Dezembro de 2008, o número de efectivos do CCAC era de 143 elementos.

圖表二十七

2000-2008年人員數目比較表

職位	31-12-2000	31-12-2001	31-12-2002	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008
專員	1	1	1	1	1	1	1	1	1
助理專員	2	2	2	2	2	2	2	2	2
辦公室主任	1	1	1	1	1	1	1	1	1
顧問/技術顧問	5	6	6	6	5	4	4	4	4
廳長	-	1	1	1	1	1	1	1	1
總調查主任	-	2	2	3	3	2	2	3	4
處長	1	1	-	1	1	1	1	1	1
高級技術員	5	4	6	4	3	3	4	5	9
高級資訊技術員	-	-	1	2	1	2	2	1	4
翻譯員	1	1	-	-	-	-	-	-	-
私人秘書	1	2	2	1	1	2	2	2	2
辦公室助理	-	-	-	1	1	1	1	1	1

職位	31-12-2000	31-12-2001	31-12-2002	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008
文案	-	1	1	1	1	1	1	-	-
技術員	1	1	1	1	1	1	1	1	8
資訊技術員	-	-	-	1	1	2	2	2	1
調查員	19	32	35	40	50	49	61	55	66
技術輔導員	7	6	8	18	16	15	13	18	13
公關督導員	2	2	2	1	-	-	-	-	-
助理技術員	-	6	7	6	6	6	7	11	7
資訊督導員	1	1	1	1	1	-	-	-	1
文員	3	3	3	3	5	6	6	6	4
工人及助理員	12	11	11	11	11	11	11	11	11
全職臨時工作人員	-	-	-	-	-	1	2	2	2
總數	62	84	91	106	112	112	125	128 ¹	143 ²

註：1. 2007年有關數字未包括13名正參與培訓課程的調查員

2. 2008年有關數字未包括18名正參與培訓課程的調查員

QUADRO XXVII

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EFECTIVOS ENTRE 2000 E 2008

Cargo	31-12-2000	31-12-2001	31-12-2002	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008
Comissário	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Adjunto do Comissário	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Chefe de gabinete	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Assessor/Técnico agregado	5	6	6	6	5	4	4	4	4
Chefe de departamento	-	1	1	1	1	1	1	1	1
Investigador-chefe geral	-	2	2	3	3	2	2	3	4
Chefe de divisão	1	1	-	1	1	1	1	1	1
Técnico superior	5	4	6	4	3	3	4	5	9
Técnico superior de informática	-	-	1	2	1	2	2	1	4
Intérprete-tradutor	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Secretário pessoal	1	2	2	1	1	2	2	2	2
Adjunto de gabinete	-	-	-	1	1	1	1	1	1
Letrado	-	1	1	1	1	1	1	-	-
Técnico	1	1	1	1	1	1	1	1	8
Técnico de informática	-	-	-	1	1	2	2	2	1
Investigador	19	32	35	40	50	49	61	55	66
Adjunto-técnico	7	6	8	18	16	15	13	18	13
Assistente de relações públicas	2	2	2	1	-	-	-	-	-
Técnico auxiliar	-	6	7	6	6	6	7	11	7
Assistente de informática	1	1	1	1	1	-	-	-	1

Cargo	31-12-2000	31-12-2001	31-12-2002	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008
Oficial administrativo	3	3	3	3	5	6	6	6	4
Operário e auxiliar	12	11	11	11	11	11	11	11	11
Trabalhador eventual	-	-	-	-	-	1	2	2	2
TOTAL	62	84	91	106	112	112	125	128 ¹	143 ²

Nota: 1. Para os números referentes a 2007 não estão contabilizados os 13 formandos do programa de formação de pessoal investigador.

2. Para os números referentes a 2008 não estão contabilizados os 18 formandos do programa de formação de pessoal investigador.

附件

行政申訴範疇立案調查個案撮要

一、卷宗編號：13/2008

事由：澳基會及科技基金的審批資助機制

本署在處理一宗個案的過程中，發現澳門基金會（下稱澳基會）及科學技術發展基金（下稱科技基金）審批資助私人社團時有人員沒有依法迴避，涉嫌違反迴避制度的相關規定，此外，審批資助機制亦存在不足之處，故立案跟進：

1. 本署於2007年10月10日接到一舉報函，函稱屬公法人的澳基會2001年下半年至2007年上半年期間向科技大學（下稱科大）作出巨額撥款；又於2007年第1季度向澳門工會聯合總會（下稱工聯）及該會轄下之職業轉介服務部、澳門街坊會聯合總會（下稱街總）、澳門婦女聯合總會（下稱婦聯）發放龐大財政資助，唯澳基會部分機關據位人兼科大校董會成員 / 科大基金會信託委員 / 申請資助社團據位人之職而無依法迴避。另一公法人科技基金於2005年第3季度至2006年第4季度期間向科大、科大基金會及澳門創新科技中心股份有限公司（下稱創科公司）批給資助，但科技基金部分機關據位人同時為科大及科大基金會機關據位人 / 創科公司董事，該等具有重疊身份的人士亦無依法迴避。按此，澳基會及科技基金所作的相關資助批給便有行政違法之嫌。

2. 舉報人指稱的迴避問題涉及多年的審批事實，根據《行政程序法典》第53條第1款的規定，違反迴避規定可導致相關行政行為可予撤銷；而《行政訴訟法典》第25條第2款規定，

ANEXO

Resumos de Casos da Provedoria de Justiça Investigados com Processos Instruídos

Processo n.º 13/2008

Assunto: Mecanismos adoptados pela FM e pelo FDCT na apreciação e autorização de financiamentos

No tratamento de uma queixa, o Commissariado descobriu ter havido elementos da Fundação Macau (FM) e do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia (FDCT) que, em processos de apreciação e autorização da concessão de apoio financeiro a associações privadas que tiveram lugar nas duas entidades, não se abstiveram da sua intervenção nos termos da lei. Para além das suspeitas de violação do regime de impedimentos, foram ainda detectadas deficiências nos mecanismos de apreciação e autorização. Daí a instrução do presente processo, para acompanhamento.

1. Segundo uma denúncia escrita recebida pelo Commissariado em 10 de Outubro de 2007, a FM, pessoa colectiva de direito público, atribuiu verbas avultadas à Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau (MUST), entre o 2.º semestre de 2001 e o 1.º semestre de 2007, e concedeu elevado apoio financeiro à Federação das Associações dos Operários de Macau (FAO) e sua Secção de Apoio ao Emprego, à União Geral das Associações dos Moradores de Macau (UGAM) e à Associação Geral das Mulheres de Macau (AGM), no 1.º trimestre de 2007. Frisou o denunciante que alguns titulares dos órgãos da FM, apesar de exercerem em acumulação funções de membros do Conselho de Administração da MUST ou do Conselho de Curadores da Fundação MUST ou de titular de um órgão da associação requerente, não se abstiveram de intervir nos respectivos processos, como determina a lei. Alegava ainda a carta que o FDCT, também uma pessoa colectiva de direito público, concedeu financiamentos à MUST, à Fundação MUST e ao Centro Incubador de Novas Tecnologias de Macau, S.A. (MANETIC), entre o 3.º trimestre de 2005 e o 4.º trimestre de 2006, avançando que alguns dos titulares do órgão do FDCT acumulavam funções de titular de órgão da MUST ou da Fundação MUST ou de administrador da MANETIC e que, apesar dessa dupla identidade, não desistiram da sua participação nos respectivos processos. A conclusão foi que a FM e o FDCT foram indiciados por ilegalidades administrativas nas referidas concessões de financiamento.

2. As situações de impedimento invocadas pelo denunciante prendem-se com processos de apreciação e autorização reportados a vários anos. O Código do Procedimento Administrativo (CPA) determina, no seu art.º 53.º, n.º 1, que o acto administra-

針對可予撤銷的行為提出爭議最長的期間為一年，一年期過後，導致行為可予撤銷的瑕疵便獲補正，基此，本署僅以審批決定於舉報日前一年內作出的申請資助程序（當中包括舉報人未有述及的項目），以及在舉報作出前僅獲一次資助的創科公司申請資助程序作為調查、分析的對象。

3. 經初步查核，發現澳基會與科技基金的部分機關據位人確為資助申請實體的組織機構成員，因此，有必要進一步分析這種身份重疊的情況是否如舉報人所述必然違反迴避的規定。

4. 根據本澳現行法律制度，特別是《行政程序法典》所確立的無私原則，行政當局機關據位人及人員，以及彼等之親屬，不應與彼等有份參與作出之行政行為有個人利益的聯繫，為進一步落實該原則，該法典設立了迴避制度——規定行政當局機關據位人及人員須避免參與所有直接或間接涉及個人利益之行政程序、及其他以當局名義作出的行為或合同；至於“避免參與”的強制性則分成絕對禁止（必須迴避）及相對禁止（自行迴避 / 聲請迴避）兩層次。

5. 在絕對禁止的層次，《行政程序法典》第46條設定了8種絕對禁止行政當局機關據位人及人員參與行政程序的情況，認定有關據位人或人員在該等情況下參與程序必然會因其個人利益而妨礙公共利益。在本個案中，眾多批給的程序中，僅一宗涉及該條文第1款a)項述及的禁止參與情況，因為當中參與程序的機關據位人涉嫌具備申請資助實體的“代理人”身份。

6. 根據《民法典》第251條的規定，代理人係指任何人“按其被賦予之權限以被代理人之名義所作之法律行為，在被代理人之權利義務範圍內產生效力”。

7. 本案獲資助的實體中，除創科公司外，有權以申請資助實體名義作出法律行為者為實體本身的行政管理機關，如科大基金會的行政委員會、科大的校董會 / 執行委員會、婦聯（街總、工聯）的理事會 / 常務理事會，而身份重疊的批給實體機關據位人充其量僅為申請資助實體的行政管理機關一員或在管理機關中佔少數的複數成員，此等成員個人不足以代理相關申請實體，故不能視作該等實體之代理人。

tivo praticado em violação de normas sobre impedimentos é anulável. Nos termos do art.º 25.º, n.º 2, do Código do Processo Administrativo Contencioso, o prazo máximo para o recurso de actos anuláveis é de um ano e, decorrido este prazo, fica sanado o vício determinante da anulabilidade. Perante este entendimento, o Commissariado restringiu o seu objecto de investigação e estudo aos processos de apreciação e autorização em que as decisões relativas a pedidos de concessão de apoio financeiro foram tomadas no decorrer do ano anterior à data da denúncia (incluindo projectos não referidos pelo denunciante) e ao processo envolvendo o MANETIC que, até aquela data, beneficiou apenas uma vez do financiamento.

3. As averiguações preliminares confirmaram o facto de alguns dos titulares de órgãos da FM e do FDCT serem membros de estruturas das entidades requerentes. Neste sentido, tornou-se necessário analisar se desta dupla qualidade resultaria necessariamente a violação de normas sobre impedimentos, tal como defendia o denunciante.

4. Segundo a legislação em vigor em Macau, especialmente o princípio da imparcialidade consagrado no CPA, os titulares de órgãos e agentes da Administração, assim como seus familiares, não devem ter interesse pessoal nos actos administrativos em que participam. Para assegurar a aplicação deste princípio, o CPA estabelece o regime de impedimentos. Ou seja, qualquer titular de órgão ou agente da Administração deve evitar intervir em procedimento administrativo ou em qualquer outro acto ou contrato realizado em nome da Administração quando nele tenha, directa ou indirectamente, interesse pessoal; relativamente ao grau da obrigatoriedade de «intervir», distinguem-se a inibição absoluta (impedimento) e a inibição relativa (escusa/suspeição).

5. No respeitante à inibição absoluta, o CPA determina, no seu art.º 46.º, oito situações em que o titular de órgão ou gente da Administração é absolutamente impedido de intervir em procedimento administrativo, com base no entendimento de que, caso contrário, o interesse público ficaria prejudicado por interesse pessoal desse interveniente. De entre os processos de concessão de apoio financeiro que analisamos no presente texto, apenas um se enquadra na situação de intervenção proibida referida na al. a) do n.º 1 do referido artigo: um titular de um órgão da entidade concessionária que interveio no respectivo processo teria a qualidade de «representante» da entidade requerente.

6. Quanto a este «representante», o art.º 251.º do Código Civil estipula que «o negócio jurídico realizado pelo representante em nome do representado, nos limites dos poderes que lhe competem, produz os seus efeitos na esfera jurídica deste último».

7. Para as entidades financiadas visadas no presente processo, exceptuando-se o MANETIC, quem tem o direito de realizar negócios jurídicos em nome da entidade requerente é o seu órgão administrativo. É o caso do Conselho de Administração da Fundação MUST, do Conselho de Administração/Comissão Executiva da MUST, ou do Conselho Executivo/Conselho Executivo da Direcção da AGM (ou UGAM, ou FAO). Por outro lado, o titular de um órgão da entidade concessionária com dupla qualidade era apenas um dos membros do órgão administrativo da entidade requerente (ou, no caso plural, representava apenas uma minoria). Não podia, apenas por si próprio, representar a entidade requerente, pelo que não devia ser considerado como seu representante.

8. 至於創科公司，其董事長及兩名董事會成員（其一為政府代表）分別為批給實體（科技基金）行政委員會主席、信託委員會委員及項目顧問委員會成員，由於該公司章程規定，單一董事得進行日常管理行為，為此作出的簽署行為足以令創科公司負責，即在該公司的權利義務範圍產生效力，在這角度下，單一董事可視為創科公司的代理人；此外，由於資助申請不會對該公司帶來負擔或風險，故各董事的代理地位在此項事宜上並不會受到質疑；再者，取得當局的資助定必對公司的經營、整體運作、目標的落實有利，而“追求公司的整體利益，以確保其業務管理”的行政管理工作，正是各董事以致整個董事會的首要任務，因此，各董事在相關資助申請程序中便有利害關係。

9. 誠然，同時具有創科公司董事 / 董事長身份的科技基金機關據位人亦包括行政委員會主席A、信託委員會委員B及項目顧問委員會成員C，但由於C並無參與相關資助審批程序，而A則為官方董事，其在創科公司的角色不觸及其個人利益，亦即不存在公共利益與其私人利益相衝突的情況，故涉嫌觸犯迴避規定的便僅有B一人，由於其以個人身份擔任創科公司的董事，該公司的利益直接關係其私人利益，在兼具創科公司代理人身份的前提下，其以科技基金信託委員會委員的身份參與審批該公司資助申請的審批程序，便違反了上述《行政程序法典》的規定，從而導致資助批給決定帶有可予撤銷的瑕疵，唯有關決定（於2005年8月17日）作出已逾一年，上述瑕疵依法已獲補正，故審批決議在法律上便不容推翻。

10. 至於相對禁止的層次，《行政程序法典》第50條第1款透過開放性的一般條款（並附以例子）訂出了應予自行迴避 / 聲請迴避的準則——“出現可令人有理由懷疑機關據位人或行政當局人員之無私或其行為之正直之情節”——要求以受管治者角度分析具體事實情節後，如會得出對相關據位人或人員在執行公務時是否誠實正直、公正無私產生合理質疑，機關據位人或人員應請求免除參與有關程序，而利害關係人亦可聲請免除。至於有權作決定的機關（上級 / 合議機關主席），則必須衡量，如容許相關機關據位人 / 人員繼續參與程序，彼等之無私及正直有否受損之虞，受管治者對管治者的信任會否因而動搖，方決定是否宣告迴避。

8. No caso do MANETIC, o presidente e os dois membros (sendo um deles o representante do Governo) do seu Conselho de Administração eram, respectivamente, presidente do Conselho de Administração, membro do Conselho de Curadores e membro da Comissão de Consultadoria de Projectos da entidade concessionária, o FDCT. Nos termos do estatuto do MANETIC, os actos de gestão quotidiana podem ser praticados por um só administrador e a empresa considera-se obrigada pela sua assinatura neste âmbito, designadamente com efeitos na esfera jurídica desta empresa. Sob este ângulo, um só administrador do MANETIC pode ser considerado como o representante da empresa. Por outro lado, o pedido de apoio financeiro não comporta encargos ou riscos para a empresa, pelo que, aí, a qualidade de representante reconhecida ao administrador não está posta em questão. Por último, a obtenção do apoio financeiro concedido pelas autoridades beneficia certamente as actividades, o funcionamento geral e a concretização dos objectivos da empresa, enquanto «prosseguir os interesses da empresa e assegurar a sua gestão» constitui exactamente a tarefa primordial de cada administrador, e mesmo de todo o Conselho de Administração, no exercício das suas funções administrativas. Neste sentido, os administradores da empresa tiveram interesse no respectivo processo de pedido de apoio financeiro.

9. Os titulares de um órgão do FDCT que eram ao mesmo tempo membros ou presidente do Conselho de Administração do MANETIC incluíam o presidente do Conselho de Administração, A, o membro do Conselho de Curadores, B, e o membro da Comissão de Consultadoria de Projectos, C. Este último não participou no processo de apreciação e autorização do financiamento. O papel de A na empresa, enquanto administrador por parte do Governo, não envolvia os seus interesses pessoais, não havendo conflito com o interesse público. A única pessoa suspeita de violação de normas sobre impedimentos foi B. Desempenhava funções de administrador do MANETIC a título pessoal e os interesses desta empresa estavam directamente ligados aos seus interesses pessoais. Como membro do Conselho de Curadores do FDCT, interveio no processo de apreciação e autorização do pedido de apoio financeiro apresentado pela empresa de que era representante. O acto contrariou o referido disposto no CPA, resultando num vício que tornou anulável a decisão relativa à concessão de apoio. No entanto, dado ter decorrido mais de um ano sobre a data dessa decisão (17 de Agosto de 2005), o vício em questão foi legalmente sanado e a deliberação entretanto tomada validada.

10. Relativamente à inibição relativa, o n.º 1 do art.º 50.º do CPA estabelece, numa disposição geral aberta (dando exemplos), os critérios para a escusa e suspeição, designadamente «quando ocorra circunstância pela qual possa razoavelmente suspeitar-se da isenção ou da rectidão da conduta do titular de órgão ou agente». Aqui, impõe-se, antes de mais, uma análise dos factos e circunstâncias concretos na perspectiva do administrado. No caso de ocorrer circunstância pela qual possa razoavelmente suspeitar-se da isenção ou da rectidão de conduta do titular de órgão ou agente, no exercício das suas funções públicas, deve pedir dispensa de intervir no procedimento e o interessado também pode opor-lhe suspeição. Por sua vez, a entidade competente (superior hierárquico ou presidente do órgão colegial dirigente) deve avaliar a possibilidade de a continuação no procedimento do titular de órgão ou agente visado vir a afectar a sua isenção e rectidão e abalar a confiança dos administrados nos administradores, antes de se decidir sobre a aceitação da escusa.

11. 本案獲資助的實體中，科大及科大醫院隸屬於科大基金會。又科大基金會、婦聯、街總均具有行政公益法人資格。由於行政公益法人為著實現其目的而與行政當局合作予以推動和發展的活動具有公益性質，故批給實體個別機關據位人於該等行政公益法人中擔任職務，其實亦旨在貫徹公共利益，因而不致導致相關資助批給程序出現“公益”與“私益”相衝突的局面。

12. 至於工聯，雖然其常務理事D身兼批給實體（澳基會）信託委員會委員之職，然而，即使以其尚未被宣告為行政公益法人而認為其屬一般私法社團，D參與相關審批程序亦不觸及“應自行迴避而不自行迴避”的情況，主要原因為：澳基會信託委員會成員依法是由行政長官從被認為具有功績、聲譽、能力或代表性之澳門居民中委任，有關委任當然是在經了解相關人士的背景資料且認定符合法定委任要件後為之；而續任則代表被續任人仍然具備先前據以委任的法定要件。既然行政長官早於2001年已委任D為澳基會信託委員會委員，且於2004年續任其擔任相同職務，不可能不知悉D長期於工聯服務（被委任前已任工聯副理事長一職），故D參與工聯的資助審批程序，無必要就其於工聯擔任職務一事告知當日亦有出席會議的信託委員會主席（行政長官）。另一方面，信託委員會主席如認為D參與程序會因身份重疊而有可能損害無私原則，應指示D退出程序，唯主席並無如此為之，從而顯示相關主席已按法律賦予、根據實際情況作出是否須予迴避決定的權力，以默示方式作成“無需迴避”的決定。

13. 創科公司方面，即如前述，有關審批程序屬違反必須迴避規定的情況，但即使不認同這推論，B參與該公司資助申請的審議程序，亦觸及自行迴避機制的準則，因為該公司既為商業企業，依法須以“營利交易”為營運目的，而身為創科公司董事的B，有義務作出一切有利於該公司營運的事宜，且凡對該公司有利的對以個人身份出任公司董事的B也同樣有利，故當其同時以澳基會信託委員會委員身份參與該公司的資助審批程序，客觀上必然會令人質疑其於審批過程中偏袒該公司，

11. De entre as entidades financiadas visadas no presente processo, a MUST e o Hospital da MUST são dependentes da Fundação MUST, pessoa colectiva de utilidade pública administrativa, tal como a AGM e a UGAM. Uma vez que as pessoas colectivas de utilidade demonstram na prossecução dos seus fins a sua utilidade pública, fomentam-na e desenvolvem-na, cooperando com a Administração na realização dos fins desta, o desempenho de cargo numa dessas pessoas colectivas por um titular de órgão da entidade concessionária, no fundo, também visa a prossecução do interesse público. Consequentemente, no processo da concessão de apoio financeiro, não ocorre o conflito entre o interesse público e os interesses pessoais.

12. Em relação à FAO, o membro do seu Conselho Executivo da Direcção, D, era, ao simultaneamente, membro do Conselho de Curadores da entidade concessionária (FM). A associação é uma entidade de direito privado, não tendo sido declarada como pessoa colectiva de utilidade pública administrativa. Todavia, mesmo com a intervenção de D no respectivo processo de apreciação e autorização, não se verificou situação em que devia pedir dispensa de intervenção mas não o fez. Veja-se que os membros do Conselho de Curadores são nomeados, nos termos da lei, pelo Chefe do Executivo, de entre residentes de Macau de reconhecido mérito, idoneidade, competência ou representatividade. Claro que a nomeação de um indivíduo é precedida do conhecimento de informações pessoais e da confirmação do preenchimento dos requisitos legais. A renovação do mandato pressupõe que o membro em questão continua a preencher os mesmos requisitos legais como quando foi nomeado. D foi nomeado membro do Conselho de Curadores da FM pelo Chefe do Executivo em 2001 e o mandato foi renovado em 2004. Seria impossível que o facto de exercer funções na FAO durante muito tempo (foi vice-presidente do Conselho Executivo desta associação antes da sua nomeação para cargo na FM) fosse desconhecido. Consequentemente, não foi necessário que, ao participar no processo de apreciação e autorização do pedido da FAO relativo a apoio financeiro, D comunicasse o facto de desempenhar funções nesta associação ao presidente do Conselho de Curadores (Chefe do Executivo), naquele dia também presente na reunião. Por outro lado, caso o presidente entendesse que, pela dupla qualidade de D, a sua intervenção pudesse prejudicar o princípio da imparcialidade, deveria dar instruções para que ele se retirasse do procedimento. Mas não o fez. Sabendo da existência do impedimento, tomou a decisão legal, de forma tácita, de dispensa desse impedimento.

13. Sobre o MANETIC, e como já foi referido, o processo de apreciação e autorização foi um caso de violação de normas sobre impedimentos. Mesmo que se discordasse desta conclusão, a participação de B no processo de apreciação e autorização do pedido apresentado pela empresa prendia-se com os critérios estabelecidos nos mecanismos de escusa. Repare-se que, sendo uma empresa comercial, a actividade do MANETIC se destina à produção para «troca vantajosa», nos termos da lei, e que B, enquanto administrador, tem o dever de praticar o acto sempre que se revele favorável à actividade da empresa. O que beneficia a empresa, é benéfico também para B, que desempenha o cargo de administrador a título pessoal. Quando interveio no referido processo, a título de membro do Conselho de Curadores da FM, ocorreu circunstância pela qual podia razoavelmente suspeitar-se de favorecimento à sua empresa e da isenção e rectidão da sua conduta. No entanto, refira-se que B é administrador do MANETIC desde a sua criação em 2001, uma em-

其能否恪守無私原則行事便受到合理懷疑。然而，創科公司於2001年成立，其中15%股權由特區政府持有，而B自該公司成立起一直擔任董事一職，故行政長官於2004年委任其為科技基金信託委員會成員前，按理應知悉上述事實，因此，B以信託委員會成員身份參與審批創科公司的資助申請，按理無必要就其為該公司董事一事而作出告知；再者，身為信託委員會主席的行政長官，亦有出席信託委員會議決有關申請的會議，但無要求B退出程序。因此，循迴避制度中“相對禁止參與”機制的角度來看，不論是D或B的具體個案，均不能單以身份重疊的事實來作為行政違法的依據。

14. 因此，在具體個案中，如權限實體從“局外人”的角度認定由非公務員兼任的“行政當局人員之無私或其行為之正直”會受質疑確有一定客觀性，按理便應作出迴避宣告，以確保有關行政決定的中立無私，從而符合法律賦予裁量權限背後所要確立的價值，除非基於其他原因的考慮（例如，有關人員的操守和行事作風，以及其他共同參與程序的人員所起的監督作用足以確保程序的公平公正不受該人員的角色衝突所影響，且宣告迴避將導致機關不能及時運作從而對公共利益造成更嚴重影響等原因），方不作出迴避宣告，但如這些考慮因素未為一般人（泛指受管治者）所理解，行政當局便需顧及公眾會否對其不作迴避宣告的做法產生質疑，從而動搖公眾對行政當局的信心。

15. 另一方面，澳基會的行政委員會委員、澳基會及科技基金的絕大多數信託委員會委員均非為公務人員，當中不少非以全職身份擔任有關公共職務，彼等未必如公務人員般因須履行一般義務而熟知行政活動所需遵守的基本原則、涉及機制，包括迴避制度的要求與具體操作等事宜，故如加強彼等對從事公務所需遵守的迴避制度的意識，既可有助避免違法情況的出現，亦可維護行政當局中立無私的形象和聲譽。基此，對於非公務人員出任該兩基金的公共職位，有必要提供相關指引。

16. 有必要特別強調的是，以合議機關模式運作的澳基會信託委員會，其機關據位人除可能基於迴避事由外，尚可基於其他原因而缺席會議，例如，2007年4月17日由17人組成的信託委員會便在8名委員缺席下進行會議，出席者僅達致法定人數，基此，為免影響合議機關的運作，澳基會可考慮在法定委

presa de que o Governo da RAEM detém uma quota de 15%. Este facto devia ser do conhecimento do Chefe do Executivo quando, em 2004, nomeou B para o Conselho de Curadores do FDCT. Assim sendo, era desnecessário que B comunicasse o facto de ser administrador do MANETIC, quando participou na apreciação e autorização da concessão de apoio financeiro requerida por aquela empresa. A par disso, o Chefe do Executivo que, na qualidade de presidente do Conselho de Curadores, também esteve presente na reunião para a deliberação sobre o pedido, não exigiu que B deixasse de intervir no procedimento. Resumindo e concluindo, a julgar pela «inibição relativa da intervenção» prescrita no regime de garantias de imparcialidade do CPA, não se pode justificar unicamente pela dupla qualidade na fundamentação de ilegalidade administrativa, quer no caso de D quer no de B.

14. Pode acontecer que a entidade competente entenda, tal como terceiros estranhos ao caso, que a isenção ou a rectidão da conduta do agente da Administração, que não é da função pública, e exerce funções em acumulação pode, objectivamente, ser questionada. Neste caso, deve, em princípio, declarar impedimento, de modo a assegurar a imparcialidade da decisão administrativa a tomar e a valorizar o poder discricionário conferido pela lei. É possível que se fundamente em outras razões para não declarar impedimento (por exemplo, tendo em conta que, apesar do conflito dos papéis do agente envolvido, a sua ética e conduta e a fiscalização dos outros intervenientes fornecem garantias de justiça e imparcialidade no procedimento, e que a declaração de impedimento inviabiliza o funcionamento do órgão em tempo útil, causando prejuízos ainda mais graves ao interesse público, etc.). Em todo o caso, deve ser ponderada a possibilidade de, dada a incompreensão do cidadão comum (isto é, da generalidade dos administrados) no referente aos factores considerados para a não declaração de impedimento, a decisão suscitar dúvidas do público e a sua confiança relativamente à Administração ficar abalada.

15. Por outro lado, os membros do Conselho de Administração da FM e a maior parte dos membros do Conselho de Curadores da FM e do FDCT não são funcionários ou agentes públicos e, de entre eles, muitos não exercem funções públicas a tempo inteiro. Se os funcionários e agentes, por obrigação de cumprirem os deveres gerais, são conhecedores dos princípios fundamentais e mecanismos seguidos na actividade administrativa, incluindo as exigências e medidas do regime de impedimentos, o mesmo não acontece necessariamente com aqueles. Reforçar a sua consciencialização para o cumprimento do regime de impedimentos no exercício de funções públicas contribui não só para a prevenção de ilegalidades, como também para a salvaguarda da imparcialidade e prestígio da Administração. Neste sentido, julga-se pertinente a produção de orientações para o desempenho de cargo público nas referidas duas fundações por indivíduos que não são da função pública.

16. Importa salientar que, no caso do Conselho de Curadores da FM, que funciona como órgão colegial, o titular de órgão pode faltar à reunião por outras razões, para além de causa de impedimento. Tome-se como exemplo a reunião ocorrida em 17 de Abril de 2007, em que 8 dos 17 curadores estiveram ausentes e o total dos presentes não foi superior ao quórum. Para que o funcionamento daquele órgão colegial não fique afectado, a FM pode considerar a seguinte hipótese de, atendendo ao número de curadores legalmente estabelecido (15 a 19), nomear o total

員數目的幅度（15-19名）內，委任上限人數（19人）擔任委員會的成員，唯須於章程內訂明以下限人數（15人）的多數（8人）作為會議的最少出席人數，斯時，即使基於種種原因加上基於迴避理由而不能參與程序的委員總數多達11名（超過上限人數19人的半數），委員會亦可基於有章程訂明的最少出席人數（8人）而進行會議，這做法可確保在無須委任候補委員的前提下發揮“候補”作用，讓委員會的運作空間得以提高。

17. 至於科技基金，在其作出批准資助的決定前，依法須先考慮項目顧問委員會的意見，如屬資助金額不超過澳門幣50萬元的項目，行政委員會在充份考慮項目顧問委員會的意見及倘有的評分後作出決定；如屬超過50萬元的項目，須附同行政委員會的意見書、項目顧問委員會的意見書及倘有的評分，交信託委員會作決定。上述行政委員會及項目顧問委員會的意見書，根據《行政程序法典》第91條第2款的規定，雖不具約束力但屬必須，故屬法定必要的環節，缺乏之，相關行政行為便罹於可予撤銷的形式瑕疵。

18. 然而，在創科公司的資助申請的審批程序中，科技基金信託委員會在未取得行政委員會及項目顧問委員會的意見書下已通過有關資助申請，基此，信託委員會的上述“通過”行為便帶有可予撤銷的瑕疵，唯行為作出已逾一年，故有關瑕疵已獲補正。

19. 在資助審批方面，澳基會就科大醫院一項資助申請作出全數資助，有別於“原則上，撥給的津貼非支出的總數，主辦者應預計其他收益”的法定做法，而澳基會並無對此作出任何理由說明；又澳基會曾對另一宗經費資助申請以“按需要增加”為由將原來經議決的資助金額提高，唯相關理由含糊，未能具體解釋為何提高資助金額，按《行政程序法典》第115條2款規定，有等同無說明理由之虞，且涉案的申請實體似無依法指出“其他預計收益及相關財政來源”，亦未見澳基會就此採取任何措施。凡此，容易令人質疑澳基會有否既定的審批標準，又有關標準是否符合法律規定。

20. 至於科技基金方面，《資助批給規章》分別為項目顧問委員會及行政委員會訂定評審標準，其中規定“預算的合理性”由後者負責評定，唯從項目顧問委員會的會議紀錄，以致各顧問所撰寫的書面評語，均顯示該委員會有考慮此項不應列

máximo de curadores (19) e fixar, nos seus estatutos, que o quórum para realização de reunião não pode ser inferior à maioria (8) do total mínimo de curadores (15). Deste modo, mesmo que os curadores ausentes no procedimento, por razões mais diversas, incluindo impedimento, atinjam 11 (número superior a metade do total máximo de 19), a reunião do Conselho de Curadores pode realizar-se na mesma, por estar reunido o quórum (8) estatutário. É uma solução que permite maior flexibilidade no funcionamento do Conselho, sem que seja necessária a nomeação de curadores suplentes.

17. Para o FDCT, a tomada de decisão sobre concessão de apoio financeiro deve ser precedida da auscultação da Comissão de Consultadoria de Projectos. No caso do montante de financiamento ser igual ou inferior a 500 mil patacas, o Conselho de Administração toma a decisão depois de ter considerado o parecer da Comissão de Consultadoria de Projectos e as eventuais classificações. Tratando-se de um valor superior a 500 mil patacas, a decisão cabe ao Conselho de Curadores, a quem devem, antes, ser submetidos o parecer do Conselho de Administração, o parecer da Comissão de Consultadoria de projectos e as eventuais classificações. Nos termos do n.º 2 do art.º 91.º do CPA, são legalmente indispensáveis os pareceres dos dois órgãos, não vinculativos mas obrigatórios, sem os quais o respectivo acto administrativo incorre em vício que o torna anulável.

18. Acontece, porém, que o Conselho de Curadores do FDCT, no processo de apreciação e autorização, aprovou o pedido de apoio financeiro do MANETIC, sem ter obtido os pareceres do Conselho de Administração e da Comissão de Consultadoria de Projectos. Este acto de «aprovação» enferma de vício gerador da sua anulabilidade, vício já sanado, por ter decorrido mais de um ano sobre o acto.

19. No que concerne à apreciação e autorização de pedidos de concessão de apoio financeiro, a FM concedeu o financiamento da despesa total de um projecto do Hospital MUST, a pedido deste. Foi uma decisão contrária à prática legalmente estabelecida, segundo a qual «o subsídio a conceder não cobre, em princípio, a totalidade da despesa, devendo os organizadores prever outras receitas». Do lado da FM, não houve nenhuma justificação fundamentada. Num outro caso de pedido de apoio financeiro, a FM aumentou o valor de apoio financeiro anteriormente deliberado, invocando um «aumento de acordo com o que se entende ser necessário». Foi um fundamento obscuro e que não esclareceu concretamente o referido aumento. Poderia equivar-se à falta de fundamentação, nos termos do n.º 2 do art.º 115.º do CPA. Ao mesmo tempo, a entidade requerente parecia não ter indicado, como determina a lei, «outras receitas previstas e respectivas fontes de financiamento», mas a FM não tomou nenhuma medida. Assim sendo, é legítimo duvidar-se da existência de critérios de apreciação e autorização pré-estabelecidos e da sua conformidade com a lei.

20. Relativamente ao FDCT, o Regulamento da Concessão de Apoios Financeiros estabelece os critérios de avaliação para a Comissão de Consultadoria de Projectos e para o Conselho de Administração. As actas de reuniões da Comissão de Consultadoria de Projectos e os comentários escritos dos seus membros mostram que a Comissão tem estado atenta a que a sua esfera de avaliação não deve abranger a «razoabilidade orçamental», cuja avaliação compete ao Conselho de Administração. Para além disso, não há documentos indicativos de que este último

入該委員會評審範圍的評審標準；此外，未有資料顯示行政委員會有按法定評審標準進行評核。

21. 經對科技基金多項申請程序進行分析，發現存在以下不合理情況：有不贊成資助的顧問所給予的評分竟高於贊成者；有認為應將申請交專家評審，即表明本身不具條件評審的顧問卻仍給予評分；有顧問認為某申請應於當前階段未具條件提出 / 數據不足 / 未必能解決實際問題等而給予低分，唯行政委員會卻將之歸類為“對資助與否沒有決定”的意見類別；在僅1名顧問贊成資助、1名有條件贊成資助，1名建議另聘專家評審，但2名顧問持質疑態度的情況下，行政委員會仍確立贊成資助的立場，唯該委員會會議紀錄並無記載相關依據，亦無依法載明決議的表決方式及結果（《行政程序法典》第29條第1款）。按此，在項目顧問委員會的評分有可能受到非屬該委員會評審範圍的因素所影響、且未能充份反映應否給予資助的立場及相關資助幅度下，加上行政委員會對各顧問意見的歸類存有錯誤，遇顧問意見各異的情況竟贊成資助而未有說明理由，以及欠缺顯示行政委員會按法定評審標準評核的資料等，便會容易令人質疑科技基金審批資助申請的合法性、公正性以致資金運用的適當性，最終亦會損及政府的公信力。

22. 事實上，即使認為有必要就顧問的意見分類，亦宜交由各顧問自行為之，從而避免誤會顧問的真意而產生歸類錯誤的情況；再者，為令顧問的評分與評語相對應、評分足以顯示顧問就贊成資助與否所持的立場、避免出現不贊成資助者所給予的評分高於支持資助者的不合理情況，宜訂定評分的合格線，低於合格線的評分應為不贊成資助的意見；此外，亦可考慮引入機制，讓各顧問作出具體評分後，齊集討論，分別就本身所作評分、評語闡明原委（尤其是給予最高分及最低分者），個別顧問如經參考其他顧問的意見後認為有需要修正本身所持立場，亦應予容許並作出適當紀錄，從而令評審的作用有更客觀、合理和全面的發揮。

tenha procedido à avaliação de acordo com os critérios legalmente estabelecidos.

21. Em vários processos do FDCT, relativos a pedidos de apoio financeiro, constatam-se, após análise, as seguintes situações irrazoáveis: na Comissão de Consultadoria de Projectos, houve consultores contra a concessão que atribuíram classificações superiores às atribuídas por consultores a favor; houve consultores que atribuíram classificações apesar de defenderem que a candidatura deveria ser avaliada por especialistas – ou seja, reconhecendo não ter condições para efectuar a avaliação; houve pareceres de consultores que atribuíram classificações baixas, em razão de falta de condições na fase actual para a apresentação da candidatura visada, de insuficiência de dados, de impossibilidade de ficarem resolvidos os problemas concretos ou de outros, mas que foram classificados pelo Conselho de Administração na categoria de «indecisos sobre a concessão ou não do apoio solicitado»; apesar de entre os consultores, haver 1 a favor, 1 a favor mas com condições, 1 sustentando a aquisição de serviços de consultores especializados e 2 com dúvidas, o Conselho de Administração deu por confirmada a posição favorável à concessão e da acta da reunião do Conselho não constam a fundamentação dessa deliberação e a forma e o resultado da respectiva votação (n.º 1 do art.º 29.º do CPA). Dadas as classificações da Comissão de Consultadoria de Projectos susceptíveis de serem influenciadas por factores fora da esfera de avaliação desta Comissão e de não traduzirem claramente a posição favorável ou desfavorável à concessão de apoio financeiro e o respectivo montante, o erro do Conselho de Administração na classificação em categorias dos pareceres dos membros da Comissão, o facto de este Conselho tomar deliberações favoráveis à concessão apesar de pareceres divergentes dos membros daquela Comissão, sem justificação, e a falta de documentos comprovativos de que o mesmo Conselho seguiu critérios legalmente estabelecidos na avaliação, poderiam gerar-se dúvidas relativamente à legalidade e justiça do FDCT na apreciação e autorização de pedidos de apoio financeiro e à razoabilidade da sua utilização de fundos, ficando, em última análise, prejudicada a credibilidade do Governo.

22. Na verdade, mesmo que se considere necessária a classificação em categorias dos pareceres dos membros daquela Comissão, é aconselhável que esta classificação seja feita pelos próprios, evitando má interpretação das intenções e consequente classificação errada. Em simultâneo, convém fixar a pontuação mínima para aprovação: o comentário de quem atribui uma pontuação abaixo desse mínimo é considerado como sendo contra a concessão. É que a pontuação dada por um consultor deve condizer com o comentário por si emitido e demonstrar claramente a sua posição, positiva ou negativa, relativamente à concessão, evitando situações irrazoáveis em que as pontuações dadas pelos membros opositores são superiores às dadas pelos apoiantes. Para além disso, pode ponderar-se a introdução de mecanismos permitindo que, depois de terem dado pontuações, os consultores se reúnam para discussões, devendo cada um dar esclarecimentos sobre a sua pontuação e o seu comentário (especialmente quem dá a pontuação máxima e quem dá a mínima). Ao consultor deve ser permitida, com registos apropriados, a alteração que entender necessária da sua posição inicial, depois de ter tomado como referência os pareceres dos outros consultores. Tudo para que a avaliação seja mais objectiva, razoável e abrangente.

23. 此外，鑒於在行政當局的龐大體系中，有權對外發放資助的部門 / 實體為數不少，正如科大醫院基於醫療儀器的購置，除可向澳基會申請財政資助外，尚可向衛生局為之，唯未發現澳基會向該局了解以依法“控制所撥給之資助”，而衛生局、社會工作局曾於2006年及2007年向工聯、街總、婦聯屬下機構發放資助，澳基會在審批上述實體所提出的運作經費資助申請時，會否就該等實體同時亦獲其他政府部門發放資助的事實作出考慮？具權限對外發放資助的部門和實體之間是否存在協調機制？實宜作更深入探討。

24. 再者，由於財政資助涉及公帑的運用，而每宗資助批給涉及的金額往往數以十萬、以至百萬計，故有必要對批出資助的運用予以監控，以核實資助申請所觸及的計劃是否已落實執行。現行法例訂明，受資助實體須就資助活動提交報告，唯各部門在資助批給後有否依法採取跟進措施？對於獲資助實體未依法提交報告、又或未按計劃依時開展活動，部門如何處理，亦不容忽視，故也有必要作更深入的分析。

25. 有必要強調的是，獲政府財政資助的實體中不少為行政公益法人，對於此等私人團體 / 基金，法律賦予彼等享有法律規定的稅務及手續費的免除和其他優惠等權利的同時，亦為彼等設定義務——“按法律規定提出年報告及過去的營運帳目”（見第11/96/M號法律第11條a)項），然而，本澳暫未有法例作出相關規定，即使規範發放財政資助的法規（例如：第54/GM/97號批示）亦無就具行政公益法人身份的資助申請者訂出該等要求，換言之，此種年度監察機制便基於規範不足而無法運作。雖然權限當局可依法要求行政公益法人提供資料（見第11/96/M號法律第11條b)項），以監察彼等作為行政公益法人的必需要件是否仍然維持，然而，現行法例並無為此作出細則性的規範，既然行政公益法人被認為“與澳門行政當局合作推動社會一般利益”的法人，且又基於其履行實踐公益的職能而成為不少公帑資助的受益人，即經常有數額龐大的資金以“資助”的形式從行政當局流入行政公益法人，然後再透過這些法人的活動來實踐公共利益，對於這些法人如何運用從行政當局所得的資金，權限當局在實務上有否監察，實在有必要關注。

23. Há ainda a referir que, na estrutura gigantesca da Administração, não são poucos os serviços ou entidades com poder de conceder apoio financeiro ao exterior. Tome-se como exemplo o Hospital MUST que, para a aquisição de equipamentos médicos, podia pedir financiamento aos Serviços de Saúde, para além da FM. Só que não se constatou que a FM tivesse contactado os SS no sentido de «controlar os financiamentos concedidos» nos termos da lei. Os SS e o Instituto de Acção Social concederam, em 2006 e 2007, apoio financeiro a entidades dependentes, respectivamente da FAO, da UGAM e da AGM. Na apreciação e autorização de pedidos de financiamento apresentados pelas referidas entidades, a FM teve ou não teve em consideração o facto de elas serem, ao mesmo tempo, beneficiárias de financiamentos atribuídos por outros serviços do Governo? Existiam ou não mecanismos de coordenação entre os serviços e entidades públicos com poder para conceder apoio financeiro ao exterior? São matérias merecedoras de estudo aprofundado.

24. À concessão de apoio financeiro está associado o uso de dinheiros públicos e o montante envolvido em cada concessão atinge muitas vezes centenas de milhares ou milhões. É, pois, necessário fiscalizar o uso dos montantes concedidos, ao ponto de verificar a concretização ou não dos projectos financiados. A legislação em vigor determina que a entidade beneficiária deve enviar um relatório sobre a actividade financiada. Ora, pergunta-se: concedidos os financiamentos, os órgãos concessionários tomam ou não medidas de acompanhamento nos termos da lei? E o que fazem no caso de a entidade financiada não apresentar o relatório que a lei exige ou não desenvolver a actividade de acordo com o plano? São igualmente matérias não desprezíveis e que necessitam de ser analisadas com profundidade.

25. De frisar que, de entre as entidades beneficiárias de apoio financeiro concedido pelo Governo, muitas são pessoas colectivas de utilidade pública administrativa. Os organismos e fundações privados com este estatuto gozam de isenções fiscais e emolumentares e demais benefícios previstos na lei e, ao mesmo tempo, têm que cumprir o dever, legalmente estabelecido, de «apresentar anualmente, nos termos da lei, o relatório e as contas dos exercícios findos» (Cfr. Lei n.º 11/96/M, art.º 11.º, al. a)). O problema é que, até ao momento, esta norma não está regulamentada. Nem os diplomas reguladores da concessão de apoio financeiro (como é o caso do Despacho n.º 54/GM/97) contêm exigências no respeitante ao pedido da concessão de apoio financeiro apresentado a título de pessoa colectiva de utilidade pública administrativa. Tal como se vê, a insuficiência de normas reguladoras impossibilita o funcionamento dos referidos mecanismos de fiscalização. Se é verdade que as autoridades competentes podem pedir à pessoa colectiva de utilidade pública administrativa a prestação de informações, nos termos da lei (Cfr. Lei n.º 11/96/M, art.º 11.º, al. b)), que permitam verificar se esta continua ou não a preencher os requisitos para gozar daquele estatuto, não é menos verdade que a legislação em vigor não regulamenta a matéria. As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, por que se entendem pessoas colectivas «prosecutoras de fins de interesse geral da comunidade, cooperando com a Administração de Macau», e em razão desta sua atribuição, beneficiam de financiamentos públicos. Muitas vezes, fundos de montantes elevados fluem, como sendo apoio financeiro, da Administração para estas pessoas colectivas, pretendendo-se, através da actividade destas, a prossecução do interesse público. É bem necessário acompanhar como usam os fundos obtidos da Administração e se as autoridades competentes asseguram uma fiscalização efectiva.

26. 綜上所述，本署向行政長官作出建議，促請其推動完善兩基金的運作：

(1) 為在兩基金擔任公共職務的非公務員就迴避制度等行政活動所須遵守的機制、原則提供指引；

(2) 採取適當措施，加強兩基金信託委員會審批資助的透明度，尤其是對於外界易生質疑的“身份重疊”情況，如不作迴避宣告，宜適當讓公眾理解箇中考慮因素，以維護行政當局的聲譽和公信力；

(3) 如認為有必要提高澳基會信託委員會的運作空間，以確保委員會不致因過半數成員未能出席會議而妨礙運作，可考慮委任法定數目範圍內上限數目的委員，並在章程內訂明以下限數目的多數作為會議最少出席人數，以便在無須委任候補委員的前提下，發揮“候補”作用，提高委員會的運作空間；

(4) 因應審批資助的需要而在澳基會設立諮詢小組，以便相關委員會作出審批決定前得以聽取專業意見，並就聽取過程作成適當紀錄，從而顯示審批決定有所依據及確保資金的運用具有公信力；就資助審批依法訂定評審標準，並在議決資助申請的會議紀錄中列明評審依據；

(5) 科技基金的項目顧問委員會及行政委員會依法定評審標準對資助申請進行評核，並在會議紀錄（尤其行政委員會會議紀錄）載明評審依據；完善項目顧問委員會的運作機制，由委員本身就其意見作出相應歸類；考慮就各委員的評分訂定合格線，引入評分說明機制，讓顧問委員有機會就其所作的評分加以解釋，並適當作成紀錄，從而令評審更客觀、合理和全面。

至於就發放財政資助部門 / 機構之間的協調及資助批給後的跟進及評估方面，則將會立項作進一步分析研究。

27. 兩基金均接納了本署的完善運作建議，目前，本署仍在跟進澳基會的合議機關、特別是信託委員會的新運作機制。

26. Pelo exposto, o Commissariado vem apresentar sugestões ao Chefe do Executivo, solicitando-lhe que promova o aperfeiçoamento do funcionamento das duas fundações, a saber:

a. Fornecer orientações aos não funcionários públicos que exercem funções públicas nas duas fundações, relativamente a mecanismos e princípios, como o regime de impedimentos, que devem observar em actividades administrativas;

b. Adoptar medidas apropriadas visando o reforço da transparência do Conselho de Curadores das duas fundações na apreciação e autorização da concessão de apoio financeiro. Em relação à questão de «dupla qualidade», que pode suscitar dúvidas do exterior, e em caso de não declaração de impedimento, é aconselhável permitir ao público, de forma adequada, compreender os factores considerados na tomada desta decisão, no sentido de salvaguardar o prestígio e a credibilidade da Administração;

c. Caso se considere necessário melhorar a forma de funcionamento do Conselho de Curadores da FM, assegurando que não fique afectado pela ausência de mais de metade dos seus membros, pode ponderar-se a hipótese de nomear o total máximo de curadores legalmente estabelecido e, ao mesmo tempo, fixar, nos estatutos da FM, que o quórum para realização de reuniões não pode ser inferior à maioria do total mínimo de curadores. A solução permite maior flexibilidade no funcionamento do Conselho, sem que seja necessária a nomeação de curadores suplentes;

d. Em resposta à necessidade da apreciação e autorização da concessão de apoio financeiro, criar Grupos Consultivos na FM, facultando-lhes a auscultação dos pareceres especializados pelos respectivos conselhos antes da deliberação e assegurando registos adequados dessa auscultação, por forma a demonstrar a existência da fundamentação das deliberações e a assegurar a credibilidade do uso dos fundos; estabelecer, nos termos da lei, critérios de avaliação relativamente à apreciação e concessão de apoios financeiros, e indicar os fundamentos de avaliação na acta da reunião para deliberação sobre o pedido de concessão;

e. A Comissão de Consultadoria de Projectos e o Conselho de Administração do FDCT devem avaliar os pedidos de financiamento no seguimento dos critérios legalmente estabelecidos e indicar os fundamentos da avaliação nas actas de reuniões (especialmente as do Conselho de Administração); aperfeiçoar os mecanismos de funcionamento da Comissão de Consultadoria de Projectos, cabendo aos membros da Comissão decidir a categoria de classificação do seu parecer; ponderar sobre a definição da pontuação mínima de aprovação e introduzir mecanismos relativos à justificação da pontuação dada, proporcionando aos membros da Comissão a oportunidade de dar esclarecimentos sobre a sua pontuação, com registos adequados, visando maior objectividade, razoabilidade e abrangência da avaliação.

A coordenação entre os serviços e entidades concessionários de apoio financeiro, bem como o acompanhamento e a avaliação após a concessão do apoio, são objecto de estudo num outro projecto a desenvolver.

27. As duas fundações aceitaram as sugestões visando melhor funcionamento apresentadas pelo Commissariado. Neste momento, o Commissariado continua a fazer o acompanhamento relativamente à aplicação dos novos mecanismos de funcionamento dos órgãos colegiais da FM, especialmente do seu Conselho de Curadores.

二、卷宗編號：03/2008

事由：商業用途單位開設護老院

就2007及2008年有私人實體擬於大廈的商業單位開設護老院的事件，本署分別收到來自經營者及相關大廈小業主的投訴，內容均是指土地工務運輸局（下稱工務局）及社會工作局（社工局）在准照的審批程序中存在行政違法及失當之處，故本署立案跟進。經調查及分析後，得出以下各點：

1. 都市房地產的使用受其既定用途限制，與相關房地產採用分層所有權制度興建不無關係。因為分層建築物各獨立單位所有人（即小業主）就同一樓宇具有相鄰關係，故1966年《民法典》已對各小業主在處分（包括使用）其專有單位時設定特定限制，其中包括不得將其單位用於與其既定用途相異的用途。

2. 另一方面，立法者在八十年代規範都市建築條例時（第79/85/M號法令），亦將核准用作區分分層建築物各獨立單位之“原始”設定憑證（“獨立單位說明書”）之職責賦予當局，並藉當局在樓宇建成後發出的使用准照，確立樓宇及其內單位的專有用途；當時立法者規定都市房地產用途類別僅以六種為限。

3. 1999年，立法者制定第6/99/M號法律，進一步規範都市房地產的使用，規定如將房地產用於法律上或實質上異於使用准照所載用途或異於從事相關活動的行政准照所指者，可構成輕微違反，行政當局（工務局及具權限對樓宇／單位所從事活動發出准照的“發牌部門”）依法須監察樓宇的不當使用。

4. 當時立法者所定都市房地產的法定用途類別〔包括1）住宅居住；2）工業；3）商業；4）服務、寫字樓及自由職業；5）酒店及同類活動；6）社會、集體或公共設備用途；以及機動車輛停泊用途〕與第79/85/M號法令所定者基本吻合，但容許房地產被指定為法定用途以外的其他合法用途。

5. 然而，值得指出的是，不論係第79/85/M號法令抑或第6/99/M號法律，均無界定各種用途的樓宇具體適合用於從事哪些行業／活動，以及各種法定用途之間是否具兼容性。因此，

Processo n.º 03/2008

Assunto: Instalação de lares de idosos em fracções destinadas a fins comerciais

Em 2007 e 2008, houve entidades privadas que pretenderam abrir lares de idosos em fracções destinadas a fins comerciais. A matéria foi visada em queixas apresentadas ao Comissariado tanto por operadores de lares como por condóminos de prédios, que alegaram ilegalidades e irregularidades administrativas praticadas pela Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT) e pelo Instituto de Acção Social (IAS) nos procedimentos de licenciamento. O Comissariado instruiu um processo para fazer o acompanhamento. Em resultado da investigação e análise, verificámos os seguintes pontos:

1. A utilização de prédios urbanos restringe-se aos fins previamente estabelecidos, facto que está estreitamente relacionado com o regime de propriedade horizontal em que estão constituídos. Em virtude de relações de vizinhança entre os condóminos num mesmo edifício constituído em regime de propriedade horizontal, o Código Civil de 1996 prescreve restrições à disposição (incluindo utilização) das fracções autónomas do edifício. Uma das restrições é que nenhum condómino pode usar a fracção de que é proprietário para fim diverso daquele a que se destina.

2. Nos anos 80, o legislador, ao regulamentar a construção urbana (Decreto-Lei n.º 79/85/M), confere atribuições à Administração para aprovar o título constitutivo «original» (memória descritiva das fracções autónomas) que distingue o fim a que se destina cada fracção autónoma do prédio em regime de propriedade horizontal. Estabelece-se igualmente que os fins a que se destinam o edifício e as suas fracções autónomas são definidos na licença de utilização, emitida pela Administração após o fim da construção desse edifício. Os fins para os quais os prédios urbanos podem ser utilizados estão classificados em apenas seis categorias.

3. Em 1999, através da Lei n.º 6/99/M, o legislador avança com a regulamentação da utilização de prédios urbanos. De acordo com o diploma, comete uma contravenção quem afectar o edifício, jurídica ou materialmente, a fim ou fins diversos daquele ou daqueles constantes da licença de utilização ou da licença administrativa da actividade aí exercida; a Administração (a DSSOPT e entidades competentes para licenciamento de actividades exercidas em edifícios ou fracções) deve assegurar a fiscalização contra a utilização indevida de edifícios.

4. Na classificação dos fins de utilização dos edifícios urbanos, as categorias fixadas na Lei n.º 6/99/M (designadamente fins: a) residenciais ou habitacionais; b) industriais; c) comerciais; d) de serviços, de escritórios ou de profissões liberais; e) de actividade hoteleira e similar; f) de equipamento social, colectivo ou público; g) de estacionamento de veículos motorizados) são condizentes com as previstas no Decreto-Lei n.º 79/85/M. No entanto, a afectação a outros fins lícitos, para além dos referidos, legalmente estabelecidos, passa a ser permitida.

5. Importa salientar que nem o Decreto-Lei n.º 79/85/M nem a Lei n.º 6/99/M especificam as actividades abrangidas por cada categoria de fins de utilização de prédios urbanos e estipulam uma possível compatibilidade entre fins classificados em categorias diferentes. Assim, na prática, gera-se facilmente a contro-

實務上，如何認定某小業主將單位用於不符合其既定目的之用途，更容易產生爭議。

6. 誠然，法例有不清晰之處已是事實，但長久以來，執法部門本身對各不動產用途可從事活動範圍的界定欠缺準則，更導致市民無所適從，從而使這爭議焦點在實際社會中越見觸目。

工務部門就不當使用監察職責之履行

7. 根據工務局向本署提供的多宗涉及老人院裝修工程准照卷宗資料，可以發現局方在處理上存在以下問題：

(一) 長期欠缺執法準則，對不動產的各類用途的內涵無設定劃一的局方立場或審議標準

8. 事實上，即使第79/85/M號法令已生效多年，工務局對於該等工程准照的申請，從未就工程准照的審批與物業用途的監察兩者的關係進行分析研究，確立一個供各技術人員依循的準則。

9. 1993年6月至12月，工務局審議第XXX/93/L號個案，當時局方並無考慮有關工程地點的物業用途（居住用途）是否適合用於設立老人院便核准工程計劃。

10. 及至審議第XXX/96/L號個案（1996年5月至12月），局方因內部有意見認為涉及更改用途的工程計劃應不予批准而尋求法律意見。基於當時法律意見認為9月27日第90/88/M號法令賦予發牌部門——社工局向非設於社會設施單位的社會設施（包括老人院）發牌，因此，工務局在審批工程准照時，僅應核實工程計劃是否符合該法令就社會設施所定的通行、衛生和安全要求，而不應單純以有關場所非設於社會設施用途單位便不核准工程計劃。按此，局方改變其立場並向申請人發出工程准照。

11. 然而，取得上述法律意見後，局方僅將之用作解決該個案便算，既無將之確立為審批同類申請計劃的準則，亦無進一步探討及確立審批各項工程計劃的準則或就不動產各類用途的涵蓋範圍作進一步的清晰界定。

12. 事實上，在其後審議相類個案時，工務局人員又再對在商業單位設置老人院是否構成更改用途進行爭論，有認為構

vérzia em torno de como se dar por verdadeiro o facto de um condómino utilizar a sua fracção para fim diverso do destinado.

6. Se é verdade que a legislação contém obscuridades, não é menos verdade que, durante muito tempo, a falta de critérios dos serviços aplicadores da lei na delimitação de actividades praticáveis para cada categoria de finalidades de edifícios tem deixado os cidadãos mais duvidosos. Como resultado, o referido foco de controvérsia tem-se tornado cada vez mais notório.

O cumprimento da função de fiscalização pelo serviço de obras públicas contra utilização indevida

7. Nos documentos constantes de vários processos relativos a licenças de obras interiores de lares de idosos, fornecidos ao Comissariado pela DSSOPT, podem constatar-se problemas no tratamento dado por este serviço, a saber:

I — Falta de critérios de aplicação da lei e de uma posição coerente ou critérios de avaliação uniformizados da DSSOPT relativamente à extensão de cada categoria de fins de prédios, durante muito tempo

8. Na verdade, apesar dos muitos anos da vigência do Decreto-Lei n.º 79/85/M, a DSSOPT nunca efectuou um estudo sobre as relações entre a apreciação e autorização da emissão de licença àquele tipo de obras e a fiscalização da utilização de prédios, no sentido de fixar critérios a observar pelos técnicos no tratamento de pedidos de licenciamento.

9. Entre Junho e Dezembro de 1993, na apreciação do processo n.º XXX/93/L, a DSSOPT aprovou o projecto de obra sem ter considerado se, a julgar pelos fins (residenciais) do prédio onde ocorreria a obra, era apropriado ou não aí instalar um lar de idosos.

10. Mais tarde, na apreciação do processo n.º XXX/96/L (entre Maio e Dezembro de 1996), houve internamente opiniões contra a autorização do projecto de obra, em razão da alteração de utilização nele implicada. A DSSOPT resolveu solicitar um parecer jurídico. De acordo com o parecer jurídico, o Decreto-Lei n.º 90/88/M, de 27 de Setembro, conferiu à entidade licenciadora, o IAS, o poder de proceder ao licenciamento de equipamentos sociais (incluindo lares de idosos) instalados em fracções não destinadas a esta finalidade; na apreciação do licenciamento de obra, a DSSOPT devia limitar-se a verificar se o projecto de obra satisfazia as exigências relativas a condições de acesso, higiene e segurança, que aquele decreto-lei estabelecia para os equipamentos sociais; e não devia deixar de dar autorização somente pelo facto de as instalações em questão ficarem numa fracção não destinada a equipamento social. Como resultado, a DSSOPT mudou de posição e emitiu a licença de obra ao requerente.

11. Todavia, este parecer jurídico foi encarado pela DSSOPT apenas como solução para aquele caso isolado. Não foi adoptado como critério na apreciação e autorização de projectos similares. Nem conduziu o serviço a um estudo e subsequente fixação de critérios a observar na apreciação e autorização de projectos de obras diversas, ou para uma clarificação da extensão das diversas categorias de fins de edifícios.

12. O facto é que, posteriormente, na apreciação de casos congêneres, a matéria voltou a suscitar discussões no seio da DSSOPT: relativamente à instalação de lar de idosos em fracção

成更改用途（因老人院設有睡房，與商業用途之性質不符），亦有認為不構成更改用途（因老人院以商業模式運作）。

（二）工務局的審批決定動輒以領導層的“隨意性”決定為基礎，欠缺理據支持

13. 2000年10月至2001年4月（其時第6/99/M號法律經已生效），工務局審議第XXX/00/L號卷宗時，曾有資深公務員認為將商業單位闢作老人院屬更改用途，為此，申請人須展開更改設定憑證的程序，方可獲發工程准照；然而，當時的城市建設廳廳長則認為商業單位具備開設老人院的技術條件，故認為在商業單位開設老人院原則上屬可行，但其並無指出相關依據，亦無說明何以在第6/99/M號法律生效後，局方僅須核實場所硬件設備技術上是否適合用於有關申請用途，便可核准計劃。尤須指出的是，第6/99/M號法律要求當局對不動產使用施行監察，關鍵在於有關單位有否被用於異於“使用准照”所載用途，而非僅限於監察有關單位有否被用於其硬件設備不能負荷的用途。

14. 該個案其後交到副局長發表意見，其認為社會設施用途與商業用途並非完全不相容，故可核准工程計劃且無需更改設定憑證。可見，副局長又提出不同於廳長之意見，但其僅指出“並非完全不相容”，令人難以明白其具體所指，加上其無指出任何依據，當中無疑反映出有關意見的“隨意性”。然而，該個案中，工務局的局長最終在表示贊同副局長之意見後便核准計劃。

15. 同樣情況（副局長以“並非完全不相容”為贊同核准工程計劃的理由）亦發生在第XX/02/L號個案中（2002年2月至5月）。

16. 值得指出的是，《行政程序法典》要求當局須透過明示方式說明其作出行政行為之事實及法律依據（“說明理由”之義務），旨在確保行政決定之公正與合法；雖然在上述個案中，局方最終作出有利於申請人的決定（批准其工程准照申請），但並不代表局方之決定可根據主事者的“隨意性”意見作準；況且，對於有關老人院所在大廈的其他小業主而言，彼等亦有權基於局方批出工程准照之決定損及彼等利益向局方提

destinada a fins comerciais, houve opiniões defendendo que se tratava de uma alteração de finalidade (dado que, com quartos de dormir, o lar perdia a natureza dum edifício com fins comerciais) e também outras insistindo no contrário (tendo em conta que o lar funcionava num modelo comercial).

II — Decisões da DSSOPT relativas à apreciação e autorização dependentes da «arbitrariedade» do seu pessoal dirigente, com falta de fundamentação

13. Entre Outubro de 2000 e Abril de 2001 (estando a Lei n.º 6/99/M já em vigor), aquando da apreciação do processo n.º XXX/00/L na DSSOPT, um funcionário experimentado achou que destinar uma fracção com fins comerciais à instalação de um lar de idosos constituía alteração de finalidade e, por isso, o requerente devia passar pelos trâmites inerentes à alteração do título constitutivo, a fim de obter a licença de obra. Contudo, o chefe do Departamento de Urbanização foi de opinião de que uma fracção com fins comerciais reunia as condições técnicas para a instalação de um lar de idosos e que esta instalação era, em princípio, viável. Só que o mesmo responsável não apresentou nenhuma fundamentação da sua posição, nem explicou porque é que, após a entrada em vigor da Lei n.º 6/99/M, a autorização do projecto de obra dependia unicamente da confirmação de as condições físicas da fracção em questão estarem tecnicamente apropriadas para a finalidade objecto de requerimento. Saliente-se que, ao abrigo da Lei n.º 6/99/M, a fiscalização de edifícios de que a Administração é incumbida consiste, fundamentalmente, em verificar se a fracção em questão é usada para fim diverso do constante da licença de utilização, em vez de se circunscrever à verificação de se essa fracção é usada para um fim que constitua uma carga insuportável, atendendo às suas condições físicas.

14. O caso seguiu para o subdirector. Na opinião deste, os fins de equipamento social e os fins comerciais não eram totalmente incompatíveis, pelo que o projecto de obra podia ser aprovado, sem ser necessária a alteração do título constitutivo. Ou seja, a opinião do subdirector era diferente da do chefe do Departamento de Urbanização. Referiu apenas que «não eram totalmente incompatíveis», o que dificilmente tornava compreensível o ponto a que pretendia chegar. Juntado o facto de nenhum fundamento ter sido apresentado, evidenciou-se uma arbitrariedade na emissão de parecer. Não obstante, o director da DSSOPT concordou finalmente com a posição do subdirector e deu autorização ao projecto.

15. O mesmo (ou seja, o subdirector concordou com a autorização do projecto de obra alegando «não serem totalmente incompatíveis») aconteceu com o processo n.º XX/02/L (entre Fevereiro e Maio de 2002).

16. Refira-se que, à luz do Código do Procedimento Administrativo, os fundamentos factuais e jurídicos dos actos administrativos devem ser explicados de forma expressa («dever de fundamentação»), numa perspectiva da salvaguarda da justiça e da legalidade das decisões administrativas. Sem bem que, nos processos acima mencionados, a decisão final tomada tenha sido favorável ao requerente (tendo deferido o requerimento da licença de obra), a posição da DSSOPT não podia estar dependente dos pareceres «arbitrários» dos responsáveis pelo respectivo processo. Por outro lado, os outros condóminos do edifício que acolhe lar de idosos têm o direito de levantar objecções junto da DSSOPT, pelo facto de os seus interesses ficarem lesados pela emissão da licença de obra. Nestas circunstâncias,

出反對，此情況下，局方亦有責任向彼等解釋部門批出工程准照之依據。如局方的決定僅奠基於主事者的“隨意性”意見，便難以服眾，更有損當局公正客觀之形象。

17. 在H花園個案（第XXX/06/L號）中，當初工務局在接獲更改工程申請後，曾交由局內專責技術人員提供意見，但相關人員並無一如局方之前審批第XXX/00/L號及第XX/02/L號個案般，就工程用途有否抵觸場所用途的問題進行分析，而當時的城市建設廳廳長亦未有要求人員補作分析，便同意將計劃呈上級核准，而局方亦據以向申請人發出工程准照。及後，基於有小業主質疑相關工程項目涉及更改用途，局方才就有關更改用途問題尋求內部法律意見，並要求申請人遞交業主同意書。

（三）部門96年的法律意見與07年的法律意見有矛盾之處

18. 值得指出的是，針對在非社會設施用途單位開設老人院的工程准照之審批處理，部門07年的法律意見與其96年的意見並不相同。有必要強調的是，07年局內的法律部門認為基於第6/99/M號法律規定都市房地產的使用應遵照使用准照所載用途，不按使用准照利用單位，可構成輕微違反，故社工局在審批老人院行政准照時，如發現使用准照並未容許從事該類業務，應要求申請人先更改用途。按上述理解，除非法律部門認為第6/99/M號法律已將第90/88/M號法令賦予社工局向非設於社會設施單位的社會設施發牌的權限取消，否則其07年所持的法律意見便與其96年的法律意見自相矛盾。

19. 然而，第6/99/M號法律並未將第90/88/M號法令賦予社工局的“例外發牌權”取消。

20. 不能忽略的是，雖然第6/99/M號法律將“房地產實質上或法律上用於異於使用准照所載用途”或“異於行政准照所指定之活動”定為“不當使用”，並規定工務部門及相關發牌部門須對樓宇的“不當使用”進行監察，然而，按照第90/88/M號法令的規定，私人將非屬“社會、集體或公共設備用途”（以下簡稱“社會設施用途”）的單位用於社會設施（如開設老人院），只要獲發牌部門發出准照，便為法律容許，基於該規定乃立法者針對社會設施發牌制度所作之特別規定，在特別法優先、且第6/99/M號法律無明文廢止第90/88/M號法令的相

a DSSOPT tem o dever de esclarecê-los sobre os fundamentos dessa emissão. Uma decisão baseada unicamente em opiniões «arbitrárias» dos responsáveis pelo processo não só não convence o público, como também prejudica a imagem de imparcialidade e objectividade da Administração.

17. No caso envolvendo o Edifício H (processo n.º XXX/06/L), o requerimento de obras de alteração, logo depois de dar entrada na DSSOPT, foi entregue aos técnicos responsáveis para formulação de parecer. No entanto, estes não procederam à análise sobre a eventual incompatibilidade entre a finalidade da obra e a do local da sua realização, ao contrário do que aconteceu com a apreciação dos processos n.º XXX/00/L e n.º XX/02/L. Na altura, o chefe do Departamento de Urbanização também não lhes exigiu a efectuação da análise em falta e concordou em submeter o projecto de obra à apreciação superior. E a licença de obra acabou por ser emitida ao requerente. Só, mais tarde, quando o projecto suscitou dúvidas de condóminos do mesmo edifício, invocando alteração de finalidade, é que a DSSOPT solicitou um parecer jurídico interno e exigiu ao requerente a entrega do termo de consentimento dos condóminos.

III — Contradições entre os pareceres jurídicos datados de 1996 e de 2007

18. Relativamente à apreciação e autorização da emissão de licença de obra relativa à instalação de lar de idosos em fracção não destinada a fins de equipamento social, o parecer jurídico datado de 2007 não é concordante com o datado de 1996. Segundo entendeu a subunidade jurídica da DSSOPT em 2007, a utilização de prédios urbanos devia, nos termos da Lei n.º 6/99/M, respeitar o fim ou fins constantes das respectivas licenças de utilização, sob pena de incorrer em contravenção; na apreciação do licenciamento administrativo de um lar de idosos, e no caso de se constatar que a respectiva licença de utilização não permitia o exercício daquele tipo de actividade, o IAS devia exigir ao requerente que se procedesse primeiro à alteração de finalidade. Tal como se vê, este parecer emitido em 2007 revela-se contraditório com o parecer datado de 1996, a menos que, no entender da subunidade jurídica, a Lei n.º 6/99/M tenha abolido a competência do IAS, atribuída pelo Decreto-Lei n.º 90/88/M, para licenciar equipamentos sociais instalados em fracções não destinadas a essa finalidade.

19. Todavia, a verdade é que a Lei n.º 6/99/M não aboliu a «competência para licenciamento excepcional» atribuída ao IAS pelo Decreto-Lei n.º 90/88/M.

20. De acordo com o previsto na Lei n.º 6/99/M, considera-se «indevidamente utilizado» um prédio urbano sempre que seja «afectado, jurídica ou materialmente a fim ou fins diversos daquele ou daqueles constantes da licença de utilização» ou «da licença administrativa da actividade aí exercida», devendo o serviço de obras públicas e as respectivas entidades licenciadoras exercer a fiscalização contra a utilização indevida. Apesar disso, não é de ignorar que, à luz do Decreto-Lei n.º 90/88/M, é permitida ao particular a instalação de equipamento social (como lar de idosos), desde que licenciado pela entidade competente, em fracção destinada a fins que não sejam de equipamento social, colectivo ou público. Está-se perante uma norma especial estabelecida pelo legislador relativamente ao regime de licenciamento de equipamentos sociais. Atendendo ao princípio da prevalência da lei especial e ao facto de a Lei n.º 6/99/M não conter disposições revogatórias daquela norma do Decreto-Lei n.º 90/88/M, o IAS

關規定下，社工局審批社會設施准照時，仍可“額外”地無須顧及有關設施所在物業的用途是否屬社會設施用途。至於獲社工局發出准照的社會設施經營者，亦不應因觸犯第6/99/M號法律的規定而遭受“不當使用”檢控，因為其將有關物業用作“社會設施”乃符合相關行政准照所載用途。

21. 因此，如工務局07年的法律意見之所以與其96年的意見相悖係基於認定第6/99/M號法律已取消社工局“額外”批准在非設於社會設施單位設立社會設施的權限，這立場便無足夠法理依據支持；換言之，工務局07年的法律意見與96年的意見自相矛盾。

(四) 棄用法律意見另作決定的依據不足

22. 在H花園及K廈的個案中，雖然工務局的法律部門認為在商業單位進行老人院裝修工程已構成更改用途，因而申請人必須先取得其他小業主的同意，部門才可發出工程准照。然而，工務部門最終亦未有採納該意見，而是認同當時的城市建設廳廳長的意見——指工程准照及行政准照分屬兩個不同之行政程序，故局方僅負責從技術角度審核工程計劃。

23. 有必要指出的是，對於擬經營受行政准照約束行業者提出的工程准照申請，如部門以兩者分屬兩個不同的行政程序作為局方僅負責從技術角度審核工程計劃的依據，按此準則，部門理應亦無須核查工程計劃有否占用大廈共有部分，亦不應在發現涉及共有部分時，要求申請人遞交足夠份額的業主同意書。因為對於涉及占用大廈共有部分的工程計劃，其所觸及的是“欠缺其他小業主同意便不可占用”的問題，正與涉及與工程技術無關之單純更改用途的工程計劃無異，也是“欠缺其他小業主同意便不可更改”。因此，該廳長的“兩程序論”明顯不能成立。

24. 值得強調的是，雖然當事人申請進行裝修工程時，通常尚未將單位用於裝修後的用途，故嚴格來說，當事人“尚未”將房地產用於法律上或實質上異於使用准照所載用途或異於從事相關活動的行政准照所指者，因此亦“未構成”不當使用。在此前提下，如部門認為申請人可利用施工期間取得小業

não precisa, na apreciação do licenciamento de equipamentos sociais, de verificar, «extraordinariamente», se o edifício onde se localiza o equipamento social está ou não destinado a esta finalidade. Por sua vez, o operador do equipamento social licenciado pelo IAS está livre da acusação de «utilização indevida», decorrida da violação da Lei n.º 6/99/M: ao utilizar a sua fracção para «equipamento social», age no respeito pela finalidade do licenciamento administrativo da actividade aí exercida.

21. Concluindo, se a DSSOPT atribuisse a sua incoerência, evidenciada pelos pareceres jurídicos datados respectivamente de 2007 e de 1996, ao entendimento de que a Lei n.º 6/99/M aboliu a competência do IAS para autorizar, «extraordinariamente», a instalação de equipamentos sociais em edifícios não destinados a essa finalidade, esta posição não teria fundamentos jurídicos suficientes. Ou seja, os dois pareceres jurídicos são contraditórios.

IV — Decisões mal fundamentadas, sem valorizar os pareceres jurídicos

22. Nos casos do Edifício H e do Edifício K, a subunidade jurídica da DSSOPT achou que a realização de obras de decoração, visando a instalação de lar de idosos, em fracção destinada a fins comerciais constituía alteração de finalidade e que, assim sendo, o requerente devia obter o consentimento dos outros condóminos do edifício, antes de a DSSOPT proceder ao licenciamento de obra. Contudo, esta opinião não foi adoptada. Na altura, foi dada razão ao chefe do Departamento de Urbanização. A posição deste foi que o licenciamento de obra e o licenciamento administrativo eram procedimentos administrativos separados, pelo que a DSSOPT era apenas responsável pela apreciação do projecto de obra do ponto de vista técnico.

23. Passe-se agora a analisar esta tese, segundo a qual, quando o operador de uma actividade sujeita ao licenciamento administrativo vem requerer a emissão da licença de obra, a DSSOPT é apenas responsável pela apreciação do projecto de obra do ponto de vista técnico, tendo presente que se trata de dois procedimentos administrativos separados. Observando este critério, a DSSOPT não tem que verificar se o projecto de obra resulta na ocupação de partes comuns do edifício, nem de, em caso da constatação dessa ocupação, exigir ao requerente a entrega do termo de consentimento assinado por uma percentagem suficiente dos condóminos do edifício. Mas o facto é que a autorização do projecto de obra causando ocupação de partes comuns do edifício está «dependente do consentimento dos outros condóminos», tal como sucede com o projecto de obra visando simplesmente alteração de finalidade e que não tem a ver com técnicas de obra. Neste sentido, a tese do referido chefe de departamento, alegando «dois procedimentos separados», é infundada.

24. Destaque-se que, no momento do requerimento do licenciamento de obras de decoração, o requerente ainda não utilizou a sua fracção para a finalidade pretendida com esta decoração. Por outras palavras, em termos rigorosos, o requerente «ainda não» afectou o edifício, jurídica ou materialmente, a fim ou fins diversos daquele ou daqueles constantes da licença de utilização ou da licença administrativa da actividade aí exercida, não tendo praticado nenhuma utilização indevida. Neste contexto, caso a DSSOPT entenda que a obtenção do consentimento dos outros condóminos no decorrer da obra objecto de requeri-

主的同意從而將有關不當使用“正當化/合法化”，故在申請者未提交其他小業主同意書的情況下批出准照，亦應清楚告知申請人以及相關發牌部門當中是否“潛在”更改用途的情況，而不應在批准工程准照後基於有小業主反對而改變立場，並將監察樓宇不當使用的責任推卸予發牌部門。

25. 基於上述，本署勸喻工務局採取以下措施，以糾正其運作上的違法及失當情況：

1) 對第6/99/M號法律所定各法定用途可從事的活動類別（尤其涉及受行政准照約束的活動）及不同物業用途間是否具有相容性的問題進行研究，以確立部門在履行工務範疇職責（尤其是工程准照之審批）上監察不動產使用的準則。

2) 對於在審批工程准照階段已知悉“潛在”更改用途之情況，如部門認為可先從技術層面作出審批，以便申請人在施工期間取得其他小業主同意，亦應向申請人清楚闡明，以及告知倘有的行政准照權限部門。

3) 針對老人院此類被特別法豁免遵守物業用途要求之工程准照審批，亦應清晰告知申請人當中是否“潛在”更改用途之情況，以便申請人認知其日後仍可能面對其他小業主透過民事途徑提出反對的風險。

社工局對老人院行政准照的審批處理

26. 根據社工局向本署提供的資料，得知該局一直批准在商業單位開設老人院，但其所持的依據則有變化，最初是以工務局對在商業單位開設老人院的合法性無提出異議為基礎，其後又以相關設施具牟利性質或需繳納營業稅等理由來說明老人院亦屬商業活動，故可在商業單位開設。

27. 雖然社工局認定開設老人院屬商業活動的理據難以成立，但在本案調查期間，社工局最終表明其批准在非社會設施用途單位開設社會設施，乃基於第90/88/M號賦予局方的特別權限，且該權限並未被第6/99/M號法律廢止，因此，本署認為社工局的最終立場並不違法。

mento permite a «regularização» ou «legalização» da utilização da fracção, e emita a licença de obra sem que o requerente tenha apresentado o termo de consentimento dos outros condóminos, deve esclarecer o requerente e a entidade licenciadora da respectiva actividade sobre uma «potencial» alteração de utilização. Não deve, após a emissão da licença de obra e em face da contestação de condóminos, mudar de posição e esquivar-se da sua responsabilidade de fiscalização contra a utilização indevida de prédios urbanos, remetendo a responsabilidade para a entidade incumbida do licenciamento administrativo.

25. Pelo exposto, com vista à correcção das ilegalidades e irregularidades do seu funcionamento o Comissariado recomendou à DSSOPT a tomada das seguintes medidas:

a. Estudar as actividades (especialmente as sujeitas ao licenciamento administrativo) abrangidas pelas diversas categorias de fins previstas na Lei n.º 6/99/M, relativamente à utilização de prédios urbanos, e a eventual compatibilidade entre fins diversos de utilização, bem como fixar os critérios a seguir na fiscalização contra a utilização indevida de prédios urbanos, no âmbito do exercício das funções na área das obras de construção civil (especialmente na apreciação dos pedidos de licença de obras).

b. No caso de, na fase de apreciação do pedido de licença de obras, constatar a «potencial» ocorrência da alteração de finalidade que, no entanto, não impede o procedimento da referida apreciação, do ponto de vista técnico, tendo por objectivo a obtenção, pelo requerente, do consentimento dos outros condóminos no decorrer da obra, explicar a situação ao requerente e à entidade competente para o respectivo licenciamento administrativo, caso a haja.

c. Nos casos como o de lar de idosos, em que a lei especial dispensa a adequação legal do local à finalidade a que se destina, deixar claro ao requerente, no licenciamento da obra, a existência ou não da «potencial» alteração de finalidade, para que este último fique a saber o risco de, futuramente, poder enfrentar objecções levantadas pelo outros condóminos por via processual civil.

Actuação do IAS no licenciamento administrativo de lares de idosos

26. De acordo com as informações que forneceu ao Comissariado, o IAS tem sempre dado autorização à instalação de lares de idosos em fracções destinadas a fins comerciais. Porém, os fundamentos em que se apoiava sofreram uma alteração. Inicialmente, as decisões de autorização baseavam-se no facto de a DSSOPT nunca ter contestado a legalidade daquela instalação; mais tarde, a natureza lucrativa dos lares de idosos, com a obrigação de pagar a contribuição industrial e outras razões foram invocadas para justificar que também se tratava de uma actividade comercial, pelo que a instalação era permitida.

27. Apesar da inconsistência da argumentação do IAS ao encarar os lares de idosos como uma actividade comercial, esta entidade chegou a afirmar, no decorrer da investigação do presente processo, que dar autorização à instalação de lares de idosos em fracções destinadas a fins que não tenham sido de equipamento social tinha cabimento na sua competência especial, atribuída pelo Decreto-Lei n.º 90/88/M e que não foi abolida pela Lei n.º 6/99/M. Esta posição final do IAS não configura ilegalidade, no entender do Comissariado.

28. 但值得指出的是，立法者在相關行政准照程序中賦予局方豁免權，並不同排除小業主循民事途徑就有關不當使用提出反對的權利，事實上，按照《民法典》的規定，樓宇設定憑證原則上必須在全體小業主一致議決通過下方可更改，即使取得大部分（三分之二份額）小業主同意，亦須透過司法程序方可取代其餘小業主的同意，因此，如個別小業主不按登記用途使用其單位，且未取得其他小業主同意更改設定憑證，又或容許其從事異於物業登記用途之活動（以使有關更改用途“合法化/正當化”），則對於該名小業主對其物業之不當使用，其他小業主有權循民事途徑提出反對。所以，行政當局發出行政准照此一行政決定，在欠缺相對利害關係人參與下，應不能完全取代小業主就單位用途所具有的處分權能。

29. 因此，雖然社工局有權批准在非社會設施單位中設立社會設施，但亦應在受理相關准照申請時提醒申請者對有關單位之利用“潛在”更改用途之虞，以便申請者就有關更改用途一事尋找足夠份額的小業主同意，又或考慮另覓經營地點，否則日後可能面對其他小業主循民事途徑就不當使用提出反對的風險。

30. 基此，本署亦向社工局發出建議，促請該局就相關經營准照申請之審批程序採取措施加以完善。

事實上，本署認為上述個案所涉及的行政違法或失當問題，與現行法例存在不完善之處有關，尤其是法例無就都市房地產各法定用途的內涵及兼容性作清晰界定，但又規定當局負有監察房地產不當使用的權與責，因此，本署於去年亦依職權展開及完成了《有關現行物業用途法規及相關監察機制的分析》制度審查，透過深入分析現行規範房地產的使用、工程准照和其他行政准照等法規之間的關係，以清晰現行制度的缺陷和提出完善建議。

根據當局發布之訊息，2009年1月初，工務局聯同社工局與本案的部分當事人（H花園小業主代表）進行會議，會議上，當局代表指出“商業用途單位與社會設施和寫字樓用途具

28. Se bem que o legislador confira ao IAS o poder de conceder dispensa no procedimento de licenciamento administrativo, não nega aos condóminos o direito de levantar objecções à utilização indevida por via processual civil. Nos termos do Código Civil, a modificação do título constitutivo da propriedade horizontal pressupõe, em princípio, o consentimento unânime de todos os condóminos. Mesmo que se opte pela via judicial para conseguir a modificação, deve ter-se o voto favorável da maioria dos condóminos (representando dois terços do valor total do prédio). Por outras palavras, quando um condómino não utilizar a sua fracção de acordo com a finalidade registada desta, modificando-lhe o título constitutivo ou exercendo nela uma actividade diversa da finalidade registada do edifício sem consentimento dos outros condóminos (no sentido de «legalização» ou «regularização» da alteração de utilização), estes podem levantar objecções por via processual civil contra a utilização indevida da fracção. Por isso, na emissão de licença administrativa, que é uma decisão administrativa, a Administração não pode, na ausência dos interessados, substituir plenamente os condóminos, no exercício do seu poder de disposição relativamente à destinação do mesmo edifício.

29. Neste sentido, embora o IAS tenha o poder de autorizar a instalação de equipamentos sociais em fracções não destinadas a essa finalidade, deve alertar o requerente para a «potencial» alteração de finalidade, no tratamento do pedido de licenciamento administrativo do equipamento. Assim, o requerente pode procurar obter o consentimento de um número suficiente de condóminos, relativamente à referida alteração, ou considerar a hipótese de procurar um outro local para o exercício da sua actividade, sob pena de ter que enfrentar, futuramente, objecções levantadas pelos outros condóminos por via processual civil.

30. Pelo exposto, o Comissariado emitiu ao IAS uma sugestão, solicitando-lhe a adopção de medidas visando o aperfeiçoamento do procedimento do licenciamento administrativo das respectivas actividades.

Na verdade, no entender do Comissariado, a origem das ilegalidades ou irregularidades envolvidas no presente processo está ligada a deficiências da legislação em vigor. De referir, em especial, que a legislação não define a extensão de cada categoria de fins a que os prédios urbanos podem estar afectos e a compatibilidade entre fins diversos mas, por outro lado, confere à Administração o poder e responsabilidade de fiscalização contra a utilização indevida de edifícios. Atendendo a esta realidade, o Comissariado, no cumprimento das suas atribuições, desenvolveu e concluiu, no ano passado, um projecto de pesquisa de regimes jurídicos, intitulado «Estudo das Normas Vigentes e Mecanismos de Fiscalização Relativos à Utilização de Prédios Urbanos». Foram analisadas com profundidade as relações entre os diplomas legais vigentes que regulam a utilização de prédios urbanos, a licença de obras, o licenciamento administrativo de actividades e outras matérias, tendo por objectivo identificar as deficiências da legislação e formular sugestões de melhoria.

Segundo uma informação tornada pública, a DSSOPT, o IAS e alguns dos interessados no presente processo (representantes dos condóminos do Edifício H) tiveram uma reunião no início de Janeiro de 2009. Na reunião, a posição da Administração foi deixada clara: «há uma certa compatibilidade das fracções destinadas a fins comerciais com as destinadas a fins de equipamento

有一定相容性”，在“商業單位”開設“社會設施”（如安老院）不屬於更改用途，而基於本澳現實環境，社工局會運用第90/88/M號法令第5條賦予之豁免權限，在確定有關安老院具備衛生、消防、結構等技術條件，該局會批准該等場所在商業用途單位開設。

由此可見，工務局已按照本署的勸喻行事，“對……不同物業用途間是否具相容性的問題進行研究”，而研究後的結果為“部分具相容性”。

就當局的上述立場，本署分析後認為，對於各物業用途之間是否具有相容性，現行規範不動產用途的專門法規（第79/85/M號法令及第6/99/M號法律）未有清晰界定，根據當年的立法文件資料，第6/99/M號法律的立法精神亦未有完全否定各物業用途之間可存在相容性，至於在實務操作上，當局長期（包括在第6/99/M號法律生效前及生效後）執法取態均顯示“相容性”的存在（雖欠缺制定客觀的執法準則），例如部分安老院設於社會設備用途單位，部分則設於商業單位，其他行業亦存在類似情況。基於上述原因，本署認為未有足夠跡象顯示局方就商業用途物業“兼容”社會設施用途的研究結果有違法之處，但仍須根據本署的制度審查結果就局方對“相容性”問題所作的研究作整體性跟進。

基於工務局自接獲本署勸喻後逾九十日並無函覆本署表明不接納勸喻及相關依據，因此，按照第10/2000號法律第12條5款規定的反面意思，本署之勸喻視作已獲工務局接納。

三、卷宗編號：18/2008

事由：金龍巷批地程序不當

廉署在處理一宗霸佔特區土地的投訴個案中，發現前運輸工務司司長批准一私人將一幅獲長期租借土地中的21平方米土地歸還政府闢作公共街道，而政府則批出一幅屬公共街道組成部分、面積為23平方米的地塊供其與相鄰土地共同發展，唯司長疑未有依照現行土地法例先將該23平方米公產土地轉為私產土地方予批出，而地籍資料亦沒有顯示相關地塊的法律狀況，故立案跟進，並在查證屬實後，向運輸工務司司長發出勸喻，

social e de escritórios»; instalar um «equipamento social» (como lar de idosos) numa «fracção comercial» não constitui alteração de finalidade; atendendo à realidade de Macau, o IAS, usando o poder conferido pelo art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 90/88/M, relativo à concessão de dispensa, pode autorizar a instalação do lar de idosos em fracção destinada a fins comerciais, desde que confirmada a existência no local das condições técnicas de higiene, combate a incêndios, estrutura e outros.

A julgar por isto, a DSSOPT agiu no seguimento da recomendação emitida pelo Comissariado e procedeu ao «estudo sobre a eventual compatibilidade entre fins diversos de edifícios», tendo chegado à conclusão de que «alguns são compatíveis».

Com base na análise da referida posição da Administração, o Comissariado conclui que, relativamente a esta compatibilidade, os diplomas legais que regulam a utilização de prédios urbanos (Decreto-Lei n.º 79/85/M e Lei n.º 6/99/M) não contêm normas claras. A partir de documentos referentes à produção legislativa na altura, entende-se que não foi da intenção do legislador da Lei n.º 6/99/M negar completamente a possível compatibilidade entre fins diversos de prédios. A prática seguida durante muito tempo (antes e depois da entrada em vigor da Lei n.º 6/99/M) pela Administração na aplicação da lei também demonstra a existência dessa «compatibilidade» (embora critérios objectivos da aplicação da lei não tenham sido definidos). Exemplificando, alguns lares de idosos ficam instalados em fracções destinadas a fins de equipamento social e alguns instalados em fracções destinadas a fins comerciais. Casos semelhantes também se verificam noutras actividades. Por esta razão, o Comissariado entendeu não ter havido indícios suficientes apontando para a ilegalidade das conclusões do estudo da DSSOPT, no referente à «compatibilidade» de prédios urbanos destinados a fins comerciais com os destinados a equipamento social. No entanto, julgou-se pertinente fazer o acompanhamento, em geral, em relação ao estudo da DSSOPT, com base nos resultados da pesquisa de regimes jurídicos efectuados pelo Comissariado.

Dado que, tendo decorrido mais de 90 dias sobre a recepção da recomendação emitida pelo Comissariado, a DSSOPT não deu a resposta declarando não aceitá-la e apresentando os respectivos fundamentos, e com base no n.º 5 do art.º 12.º da Lei n.º 10/2000, essa recomendação foi dada como aceite.

Processo n.º 18/2008

Assunto: Procedimento indevido de concessão de um terreno na Travessa do Fogo

No tratamento de uma queixa sobre a ocupação ilegal de um terreno da RAEM, o CCAC detectou que o ex-Secretário para os Transportes e Obras Públicas havia dado autorização para que um indivíduo devolvesse uma parcela do terreno anteriormente concedido, com uma área de 21 m², por arrendamento, destinado a via pública, e o Governo concederia a este mesmo indivíduo uma parcela de terreno destinado a via pública e com uma área de 23 m², a desenvolver conjuntamente com terrenos vizinhos. No entanto, o Secretário terá concedido esse terreno, com uma área de 23 m², sem obedecer à lei de terras: a concessão foi feita sem antes ter sido alterada a natureza de domínio público do terreno para a de domínio privado; ao mesmo tempo, os dados de cadastro não publicitavam a situação jurídica da respectiva parcela de terreno, razão pela qual foi instruído o processo. Depois de o CCAC confirmar a veracidade do facto, emitiu uma recomendação ao Secretário para os Transportes e

要求採取適當措施補救，以及向土地工務運輸局（下稱工務局）局長發出建議，要求日後關注批地程序的處理，以免再出現同類錯誤。

隨後，運輸工務司司長已按法定程序將本案所涉及的公產土地納入私產土地，補正了有關批地程序的瑕疵，另工務局與地圖繪製暨地籍局亦達成協議，在編制地籍圖時，將載明有關土地的具體法律狀況。本署遂將本案歸檔。

四、卷宗編號：29/2008

事由：教育暨青年局教學人員不獲續約

1. 2008年9月中旬，以編制外合同方式於某公立學校（下稱P校）擔任教師職務的L及C前來本署投訴，稱彼等於教育暨青年局（下稱教育局）局長與P校教師會面的場合批評校長，校長因而建議局方不與彼等續約並獲局方採納，兩人認為校長未依法迴避，且在兩名副校長未參與下自行作出“不續約”建議，而局長亦未向彼等取證便決定不與彼等續約，且無指出不續約理據，質疑局長“不續約”決定的依據是否充分。由於續聘與否涉及自由裁量權的運用，該權的運用僅限於實現賦予該權之法律所擬達致之目的——實現“官方教育”公共利益的需要，唯局方所公開的其中一項不續約依據為“兩人不認同學校的辦學理念”，而理念本身不足以對實踐“官方教育”的公共利益帶來影響，局方上述不續約依據便值得商榷，故本署立案，以進一步分析當中有否行政違法或失當之處。

2. 從投訴人提供予本署的資料顯示，在2007年11月局長與P校教師會面的場合中，兩人對校長公然作出批評，L又反映負責生本教育的專家行為不當的事實及其本人所持的負面觀感。

3. 其後，局方就L上述發言向其作進一步了解；P校校長亦要求兩人為所發表的部分意見提供詳盡資料，兩人因恐被“秋後算帳”而向彼等所屬的公職教育協會求助，為此，該會擬介入協調，但為局長拒絕。

4. 7月，兩人獲告知局方於8月31日合約屆滿後不再與彼等續約。

Obras Públicas para que adoptasse medidas de sanção adequadas, bem como sugeriu ao Director da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (doravante DSSOPT) que, futuramente, desse mais atenção ao tratamento de processos relativamente à concessão de terrenos, a fim de evitar o mesmo tipo de erros.

Mais tarde, de acordo com procedimentos legais, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas integrou o terreno do domínio público no domínio privado, sanando o vício do processo de concessão. Também a DSSOPT e a Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro chegaram a um consenso: na elaboração da planta cadastral, a situação jurídica concreta do terreno será registada. O caso foi arquivado.

Processo n.º 29/2008

Assunto: Não renovação dos contratos dos dois professores da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude

1. Em meados de Setembro de 2008, L e C, contratados além do quadro numa escola oficial (doravante Escola P) com as funções de professor, deslocaram-se ao CCAC para apresentar uma queixa: num encontro do Director da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (doravante DSEJ) com professores da Escola P, os dois criticaram o Director desta Escola, pelo que este propôs à DSEJ a não renovação dos seus contratos, proposta aceite pela DSEJ. Os dois docentes entenderam que o Director da Escola não declarou impedimento legal e, sem a participação dos dois Subdirectores da Escola, fez sozinho a proposta de «não renovar os contratos». O Director da DSEJ também não ouviu os dois docentes e decidiu a não renovação dos seus contratos mas não a fundamentou suficientemente. Estes dois docentes tiveram dúvidas sobre a decisão do Director da DSEJ. A renovação de contratos cabe no exercício do poder discricionário que é limitado aos fins jurídicos desse mesmo poder e, neste caso, o interesse público do «ensino oficial». Um dos fundamentos publicados pela DSEJ, relativamente à não renovação dos contratos, foi que «os dois discordaram das linhas concebidas pela própria escola», mas estas ideias não foram suficientes para afectar a prossecução do interesse público que, neste caso, era o «ensino oficial». Assim, o fundamento acima referido da DSEJ, foi tido como questionável, pelo que o CCAC instruiu o processo, no intuito de analisar se havia mais alguma infracção ou irregularidade administrativa.

2. Segundo as informações fornecidas pelos queixosos ao CCAC, no encontro do Director da DSEJ com os professores da Escola P, realizado em Novembro de 2007, os dois criticaram publicamente o Director da Escola. A par disso, L comunicou factos respeitantes à conduta irregular de um perito responsável pelo Plano de Educação Centrada no Aluno e a sua impressão negativa relativamente a esse indivíduo.

3. Posteriormente, em relação à posição de L acima referida, a DSEJ pediu-lhe um esclarecimento e o Director da Escola P também pediu aos dois para lhe fornecerem informações detalhadas sobre as suas opiniões. Com o medo de um «acerto de contas no final», os dois pediram ajuda à Associação Educativa da Função Pública de que fazem parte. Para o efeito, essa associação pretendeu intervir na mediação mas tal foi recusado pelo Director da DSEJ.

4. Em Julho, foi comunicado aos dois docentes que a DSEJ não renovava os seus contratos no seu termo, em 31 de Agosto.

5. 根據局方提供予投訴人及對外公開的資訊顯示，公立學校係以（1）學生人數；（2）教學人員的具體工作表現；（3）教學人員是否認同學校的辦學理念、配合學校的工作計劃作為建議續約與否的依據，而局方則按校方的建議作出是否續約的決定；此外，局方又向公眾公開具體不續約的原因，其中包括：C一直主張僅應收取品行良好和學業成績優秀的學生，與公立學校有教無類的理念相悖，該老師擔任音樂科科組代表，卻從未組織或帶領學生參與校外音樂比賽，又缺席上一學年的值日工作，經勸導亦無改善；L則對學校實施的生本教育計劃一直持反對立場，甚至曾在座談會上公開質疑一位著名生本教育專家的資格，缺乏在學術討論中對待他人的基本尊重，又嘲諷學生。

6. L承認其曾作出生本教育計劃在數學科成效欠佳的言論，但其一直認真執行有關計劃，個人檔案紀錄一直良好，但其記不起曾否嘲諷學生；C自稱一直有按校方安排執行教學工作，有關收生意見僅於探討公立學校未來發展時提出，校方從未向其提出安排學生參賽的要求，亦從無對其不安排學生參賽一事予以提示或警告，C又指相關值日安排有欠妥當，如其執行值日工作，其當日工作量便會嚴重超負，當時一名副校長在了解其不值日的原因後亦表示諒解，並向校長提交報告，唯校方一直未有回應。

7. 根據《行政程序法典》第2條第4款的規定，行政當局實行之所有活動適用該法典所訂定之行政活動之一般原則，按此，該等原則如合法性原則、無私原則、善意原則等均約束公共部門／實體所進行的聘任人員活動。又適用於教育局以編制外合同方式聘任教學人員的《澳門公共行政工作人員通則》（下稱《通則》）第26條第4款規定：“如行政當局在合同期滿前六十日不表示續期之意願，則合同在期滿時失效。”按此，對於以此種形式受聘的人員，如行政當局無意續約，無需作出任何行為，甚至不負有向利害關係人說明理由的義務。

8. 不難理解，由於以編制外合同方式聘用的人員，其與行政當局的聯繫並非永久的，立法者認為聘用部門本身最具條件

5. Segundo as informações fornecidas pela DSEJ aos queixosos e ao público, nas escolas oficiais, a proposta relativa à renovação ou não do contrato do pessoal docente é apresentada tendo em consideração: (1) o número de alunos; (2) o desempenho do interessado no trabalho docente; (3) a postura assumida pelo interessado relativamente às ideias da educação concebidas pela própria escola e aos planos de trabalho da escola. Em seguida, com base na proposta da escola, a DSEJ decide-se pela renovação ou não do contrato. Além disso, a DSEJ revelou ao público as razões da não renovação dos contratos, nomeadamente: C tem defendido que a escola deve apenas admitir alunos de elite, com classificações excelentes e bom comportamento, contrariando assim o conceito educativo das escolas oficiais, que é o de oferecer educação a todos sem discriminação. Sendo ele professor de Música e também representante do grupo disciplinar desta área, nunca organizou nem levou os alunos a participarem em competições musicais organizadas fora da escola. Faltou ao serviço de turnos no ano lectivo anterior, apesar de ter sido advertido. Por sua vez, L tem-se mostrado discordante do desenvolvimento na escola do Plano de Educação Centrada no Aluno. Num simpósio, questionou publicamente as qualificações de um especialista neste modelo educativo, tendo demonstrado falta do mínimo respeito pelos outros em debates académicos. Para além disso, fazia sátiras a alunos.

6. L confirmou ter feito um comentário sobre os efeitos negativos da realização do Plano da Educação Centrada no Aluno na disciplina de Matemática. Acrescentou, no entanto, que trabalhava com seriedade no cumprimento do plano e que os registos constantes do seu processo individual eram bons. Esqueceu-se se alguma vez fez sátiras a alunos. C declarou que exercia funções docentes sempre de acordo com a organização pedagógica da escola. A sua opinião sobre a admissão de alunos foi apenas apresentada no âmbito do estudo do futuro desenvolvimento das escolas oficiais. A Escola nunca lhe pediu que organizasse os alunos para participarem em competições e nunca lhe chamou a atenção ou dirigiu advertências relativamente ao mesmo assunto. Além disso, C referiu que a organização de trabalhos de turnos não era adequada. Se ele exercesse o trabalho de turno, o volume de trabalho do dia seria muito sobrecarregado. Na altura, depois de conhecer a razão da sua falta ao serviço de turnos, um subdirector mostrou-se compreensivo e entregou um relatório ao Director da Escola. No entanto, a escola não deu nenhuma resposta.

7. Nos termos do n.º 4 do artigo 2.º do Código do Procedimento Administrativo, a toda a actuação da Administração aplicam-se os princípios gerais da actividade administrativa definidos no Código. Por esta razão, os princípios gerais como os da legalidade, da isenção e da boa fé vinculam o recrutamento do pessoal dos serviços e entidades públicos. São também aplicáveis, pela DSEJ, ao recrutamento de pessoal docente contratado além do quadro, de acordo com o n.º 4 do artigo 26.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau (doravante ETAPM), que prevê: «O contrato caduca pelo decurso do seu prazo, se a Administração não manifestar intenção de o renovar com 60 dias de antecedência sobre o seu termo.» Ou seja, relativamente ao pessoal contratado além do quadro, a Administração, no caso de não ter a intenção de renovar o contrato, não tem que praticar qualquer acto, não tendo a obrigação de fundamentar a não renovação junto do interessado.

8. Compreende-se facilmente que, dado não ser permanente o vínculo entre a Administração e o pessoal recrutado median-

認定其對有關人員的需要是否仍然存在，從而決定在哪些情況下續聘或不續聘編制外人員，故賦予行政當局作出決定的自由裁量權，從而不具體規範行政當局在哪些情況下或符合哪些條件方可對編制外合同人員不予續聘。

9. 然而，自由裁量權為一源自法律的權力，其行使僅限於實現賦予該權之法律所擬達致之目的，並以行政活動一般原則作為內部限制。在編制外合同人員的聘用及續聘事宜上，法律雖然賦予有關當局自由裁量權，但既然人員的聘用是為實踐相關公共利益所需，人員的續聘與否亦必需以有關人員所任職務背後的公共利益為依歸，並受合法性原則、善意原則等行政活動一般原則約束。

10. 誠然，局方就不續約一事並無說明理由的義務，唯其實際上就事件公開說明了理由。由於當局須對其公開言論承擔責任，故局方公開表明的不續約理由，當然受公眾信賴，這些理由便應視為局方如何運用其“不續約決定”這自由裁量權的依據，因此，有關依據便不應超逾上述行使自由裁量權應遵之限制。

11. 毋庸置疑的是，當局聘用兩投訴人奠基於滿足“官方教育”這公共利益的需要。由於學生人數對有關需要直接影響，教師的工作表現則關乎上述公共利益能否有效實現，故局方首兩項不續約依據並無偏離法律賦予其在續聘事宜上的自由裁量權所擬達致之目的；至於第(3)項依據，有必要指出的是，如相關教學人員因不認同學校的辦學理念以致未能配合學校的工作計劃，則理應歸屬“工作表現”的問題；如相關教學人員單純表達自己抱持不同的辦學理念但恪守學校交付其所履行的教學職務，由於《澳門特別行政區基本法》（下稱《基本法》）第27條及適用於本澳的《公民權利和政治權利國際公約》第19條均對言論自由此項基本權利作出了保障，加上《基本法》第40條第2款規定基本權利僅能依法予以限制，故只要彼等所表達的辦學理念不違反現行法律規定，當局不得透過任何手段（包括自由裁量權的運用）予以限制或剝奪，故教育局將教學人員不認同學校的辦學理念作為不續約的其中一項依據，便偏離了賦予相關自由裁量權規範的目的。

te contrato além do quadro, o legislador entende ser o próprio serviço que está em condições, melhor do que ninguém, para confirmar se o pessoal em causa continua a ser necessário, para depois definir as circunstâncias que determinam a renovação ou não renovação do contrato desse pessoal. Por isso, o legislador atribui à Administração o poder discricionário na tomada de decisão e não estabelece as circunstâncias ou as condições que justifiquem a não renovação pela Administração do contrato ao pessoal além do quadro.

9. No entanto, o poder discricionário é um poder originário da lei, cujo exercício se destina a prosseguir os fins jurídicos desse mesmo poder, tomando os princípios gerais da actuação da Administração como limite interno. Em relação à contratação e renovação de contrato do pessoal além do quadro, apesar de a lei atribuir às respectivas autoridades o poder discricionário, o recrutamento de pessoal destina-se à realização do interesse público. A renovação do contrato do pessoal além do quadro tem que ter por objectivo a realização dos interesses públicos envolvidos nas funções do respectivo pessoal, bem como está sujeita aos princípios da actuação da Administração, nomeadamente, o princípio da legalidade e o princípio da boa fé.

10. Na verdade, a DSEJ não tem o dever de fundamentar a não renovação dos contratos. No entanto, o serviço esclareceu o caso publicamente. Dado que a DSEJ deve ser responsável pelas suas declarações públicas, as razões da não renovação dos contratos que tornou públicas mereceram crédito público. Assim, estas razões devem ser consideradas como os fundamentos do uso do poder discricionário na «decisão da não renovação de contratos». Por isso, estes fundamentos não podiam exceder o limite a que o referido uso do poder discricionário devia estar sujeito.

11. Sem dúvida, o recrutamento pela DSEJ dos dois queixosos foi baseado na necessidade de realização de um interesse público, isto é, o «ensino oficial». O número de alunos tem uma influência directa nessa necessidade enquanto o desempenho concreto do pessoal docente é uma chave para a realização efectiva do interesse público. Por isso, os primeiros dois fundamentos da não renovação dos contratos não se desviam dos fins do poder discricionário que a lei atribui à DSEJ nessa matéria. Quanto ao terceiro fundamento, é de realçar que, se os professores envolvidos discordassem das ideias da educação concebidas pela própria escola, ao ponto de não executarem o plano escolar de trabalho, tratar-se-ia de uma questão de «desempenho». O artigo n.º 27 da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau (doravante Lei Básica) e o artigo n.º 19 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos garantem a liberdade de expressão, que é um direito básico. A isto junta-se o n.º 2 do artigo 40.º da Lei Básica, segundo o qual os direitos básicos só podem ser restringidos nos casos previstos por lei. Por isso, se os referidos professores se limitassem a manifestar as suas ideias de ensino que eram diferentes das da escola e, não obstante, cumprissem, de forma fiel, a função docente confiada pela escola, as autoridades não poderiam, através de qualquer forma (incluindo o uso do poder discricionário), restringir ou privá-los da liberdade de exprimir aquelas ideias pessoais, desde que não configurassem ofensa a normas legais em vigor. Neste sentido, quando a DSEJ usou, como um dos fundamentos da não renovação dos contratos, o facto de o pessoal docente discordar das ideias de educação concebidas pela própria escola, desviou-se do objectivo das normas que lhe atribuem o poder discricionário.

12. 本案中，局方以L反對學校實施的生本教育計劃及C擇優收生意見與公立學校有教無類的理念相悖作為其中一項不續約依據，但沒有指出兩人在執行有關工作上有何失職之處，L雖然承認其有此言論，但強調一直認真執行有關計劃；而C亦表示其一直有按校方安排執行教學工作，故局方上述依據便有單純取決於意識形態、非法限制甚至剝奪言論自由此項基本權利之嫌，逾越行使有關自由裁量權的限制。

13. 至於局方就C從未安排學生參與校外音樂比賽的指控，有必要指出的是，局方在指控中並無提及對C持續多年不作為有關安排的一貫立場（如指C屢勸不改，從而反映局方就C這“不作為”的工作表現一直持否定的態度），再者，在局方對C的工作表現評核中亦無任何反映，而C則指校方從未提出有關要求，且上級歷年來均未就此向其發出任何提示或警告，按此，C相信校方認同或不介意其做法從而繼續“不作為”，及至多年後校方才在續聘事宜上透過自由裁量權的行使來宣示其否定C不安排比賽的立場，便有違善意原則。

14. 對於局方指L曾公開質疑一生本教育專家的資格及嘲諷學生，L並無否認；至於局方就C在上一學年未有履行值日工作的指控，雖然C表明其有“苦衷”，唯亦承認有關事實，按此，明知存在有關職務安排，即使執行上有困難（非屬執行上的不能），在未經校方許可或另作安排下，自行決定不執行值日工作，便有違反教學人員應遵之服從義務之嫌。由於在座談會批評專家、嘲諷學生的行為、不執行值日職務均影響局方對投訴人工作表現的評價，故局方以兩投訴人相關工作表現來考慮其所作服務對實踐公共利益的需要性，未見存在逾越行使自由裁量權之限制的情況。

15. 基此，教育局就兩投訴人所作出的不續約決定，雖然有部分依據存在逾越自由裁量權行使的限制之嫌，唯不能因而認定有關決定應予撤銷，因尚有其他未逾越有關限制的依據支持。

12. No presente processo, a discordância de L relativamente à realização na escola do Plano de Educação Centrada no Aluno e a dissonância da opinião de C, que defendeu a admissão de apenas bons alunos, face ao conceito educativo das escolas oficiais – oferecer educação a todos sem discriminação –, foram alegados pela DSEJ como um dos fundamentos da não renovação dos contratos. Em todo o caso, o serviço não mostrou nenhuma omissão praticada pelos dois docentes na execução dos respectivos projectos. Apesar de L confessar ter exprimido aquela opinião, salientou que cumpriu com seriedade o respectivo plano. Quanto a C, este afirmou que exercia o trabalho docente segundo a organização escolar. Por isso, o fundamento da DSEJ acima referido foi considerado suspeito de se basear unicamente na vertente ideológica e de constituir uma restrição ilegal ou, mesmo, uma privação da liberdade de expressão, um direito básico. E isso ultrapassou os limites de uso do poder discricionário.

13. Importa salientar que, ao acusar C de nunca ter organizado os alunos para participarem em competições musicais organizadas fora da escola, a DSEJ não mencionou a sua posição relativamente a esta situação, que ocorreu durante muitos anos seguidos (como referir o facto de não haver melhorias de C, apesar das repetidas advertências, o que traduz uma opinião negativa do serviço face à sua «omissão» no desempenho de funções). Nem o caso teve reflexos na avaliação efectuada pela DSEJ ao desempenho de funções de C. Este, por seu turno, referiu que a escola nunca tinha exigido a tal organização e que, sobre esta matéria, o superior hierárquico nunca lhe fez qualquer aviso ou advertência, ao longo dos anos. Por isso, o professor acreditou que a escola aceitava ou não se importava com o seu desempenho, e resolveu continuar com a «omissão». Acontece que, volvidos vários anos, aquando do tratamento da renovação de contrato, a escola, usando o seu poder discricionário, veio declarar a sua posição negativa sobre a não organização de competições, o que contraria o princípio de boa fé.

14. Relativamente aos factos imputados pela DSEJ, de que L questionou publicamente as qualificações de um especialista na educação centrada no aluno e fez sátiras a alunos, este último não os negou. Em relação à acusação da DSEJ de que C não cumpriu os seus trabalhos de turno no ano lectivo anterior, este confessou o facto, apesar de afirmar ter as suas «dificuldades». Ou seja, C bem sabia as tarefas que lhe foram distribuídas. Mesmo que tivesse dificuldade na sua execução (dificuldade alheia à impossibilidade de execução), o facto de decidir, por si próprio e sem autorização ou outra decisão da escola, não cumprir os trabalhos de turno, teria violado o dever de obediência imposto ao pessoal docente. A crítica ao profissional num simpósio, o facto de fazer sátiras a alunos e o não exercício de trabalhos de turno tiveram reflexos na avaliação feita pela DSEJ ao desempenho de funções dos dois queixosos. No caso de este desempenho ser considerado pela DSEJ na avaliação da necessidade do serviço prestado pelos dois para a realização do interesse público, não se constataria nenhuma situação de uso do poder discricionário fora dos limites.

15. Nestes termos, não se pode entender como anulável a decisão da DSEJ sobre a não renovação dos contratos dos dois queixosos com base na suspeita de uma parte dos fundamentos envolver o uso do poder discricionário fora dos seus limites, dado que houve outros fundamentos que evidenciaram o uso desse poder dentro dos limites.

16. 對於兩投訴人指不續約建議僅由領導機關其中一員——校長在未依法作出迴避下作出，且局長又未向彼等取證的問題，有必要指出的是，即使投訴人所言屬實，有關建議僅由校長一人作出，由於在編制外合同人員的續聘事宜上，現行公職法並無關於意見書 / 建議或向利害關係人“取證”等程序上的要求，故“校方建議”便屬任意性環節，換言之，局方可自行決定是否需要此一環節，以及具體由誰作出建議。

17. 至於由校長作出建議有否涉及迴避的問題，有必要指出的是，校長對不續聘兩人的事宜不存在《行政程序法典》第46條所規範的必須迴避情節。

18. 雖然兩投訴人在教育局局長與P校教師會面的場合中公然批評校長，事後局方及校方分別採取跟進措施，唯在層級關係中，上級為下級安排工作、監察彼等有否履行職務上之義務，從而給予評價、指導、糾正等乃源自上級固有的權力義務，基此，身為P校領導層成員，校長便應監察屬下教師及其他人員的工作情況，如單純基於下級曾在內部座談中公然對上級作出負面批評而認為上級不得行使此項權力義務，即不得再為該等下級分配工作，給予指示、作出評價等，無疑將下級對上級的負面批評視作上下級之間存在“對立”或“交惡”關係的依據，這在一個保障言論自由的社會，必導致作為公共行政的主要結構——層級結構趨於瓦解，從而令行政當局履行須由其各層級人員落實執行的法定職責。

19. 事實上，即使認為校長就兩投訴人所作的不續約建議存在令人有理由懷疑其無私或其行為之正直情節，由於教育局局長在兩投訴人發表對校長意見當日在場，理應知悉事態的發展，故校長已無必要就此等“迴避情節”向局長作出告知，即校長無須按《行政程序法典》第50條的規定作出自行迴避；再者，局長如認為由校長作出相關建議會有可能損及無私原則，應就兩投訴人續聘事宜另覓作出建議的人選，唯局長並無如此

16. Veja-se agora um outro assunto constante da queixa: a proposta relativa à não renovação dos contratos dos dois queixosos foi apresentada por apenas um dos membros do órgão de direcção, o Director da Escola, que devia deixar de intervir no respectivo procedimento nos termos da lei e, relativamente este a caso, o Director da DSEJ não procedeu à recolha de prova junto dos dois. Refira-se aqui que, mesmo que a proposta tenha sido apresentada unicamente pelo Director da Escola, tal como alegaram os queixosos, a legislação reguladora da função pública não fixa exigências para procedimentos relativos a parecer ou proposta ou à «recolha de prova» junto do interessado, aquando da renovação do contrato do pessoal além do quadro. Daí que a «proposta da escola» tenha sido um procedimento facultativo. Quer dizer que a DSEJ pode decidir por si própria se este procedimento é necessário e a quem cabe apresentar a tal proposta.

17. Em relação à questão de, alegadamente, o Director da Escola estar legalmente impedido quando apresentou a proposta, importa salientar que, no caso da não renovação dos contratos dos dois professores, ele não estava em nenhuma das situações de impedimento previstas no artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo.

18. Apesar de os dois queixosos terem criticado, publicamente, o Director da Escola P num encontro do Director da DSEJ com professores da Escola e, mais tarde, a DSEJ e a escola tomarem, respectivamente, medidas de acompanhamento, nas relações hierárquicas o superior hierárquico tem, por inerência, o poder e a obrigação de atribuir tarefas e fiscalizar o cumprimento dos deveres por parte dos subordinados, para depois avaliar, dar orientações e exigir correcções. Nestes termos, como membro da direcção da Escola P, o Director da Escola deve fiscalizar o trabalho dos professores e dos outros trabalhadores que lhe estão subordinados. Basear-se, pura e simplesmente, no facto de que o subordinado criticou publicamente o seu superior hierárquico num colóquio interno para concluir que este último não poderia exercer e cumprir os referidos poder e obrigações, não podendo, nomeadamente, atribuir-lhe tarefas, dar-lhe instruções, avaliar o seu desempenho, resultaria, sem sombra de dúvida, em que aquela crítica fosse considerada como origem do «antagonismo» ou «inimizade» entre as duas partes. Numa sociedade em que a liberdade de expressão é garantida, isto provocaria uma tendência de desagregação da estrutura hierárquica, estrutura principal na administração pública, impedindo, desta forma, a Administração de cumprir as suas atribuições legais, através dos diversos graus hierárquicos.

19. Na realidade, mesmo que se entenda que, na proposta feita pelo Director da Escola relativa à não renovação dos contratos dos dois queixosos, existiu circunstância pela qual pudesse razoavelmente suspeitar-se da sua isenção ou da rectidão da sua conduta, o Director da DSEJ, que esteve presente no dia em que os dois queixosos exprimiram a sua opinião sobre o Director da Escola, devia saber do andamento do caso. Neste sentido, o Director da Escola já não teve que comunicar ao Director da DSEJ aquela «circunstância de impedimento», ou seja, o primeiro não teve que se retirar do procedimento, nos termos do artigo 50.º do Código do Procedimento Administrativo. Além do mais, no caso de o Director da DSEJ achar que incumbir o Director da Escola de elaborar a proposta sobre a renovação dos contratos em causa teria prejudicado o princípio da isenção, deveria procurar outros para tratar do assunto. Mas o Director da DSEJ não o fez. Assim, a apresentação da referida proposta

為之。這樣，針對校長在兩投訴人續聘事宜上作出建議一事，便不能以其違反“自行迴避”的規定看待，亦不能據以認定局長以默示方式作出的“無需迴避”決定有違法之處。

20. 另一方面，由於按投訴人提供及本署掌握的資料顯示，局方從未為教學人員進行工作評核，其依據在於《教育暨青年司教學人員通則》（下稱《教學人員通則》）第14條第4款規定：“如未對評核程序作出規範，為產生一切之效力，只要在紀律方面無不利於教學人員之紀錄，則該教學人員之工作評核視為良好。”；其中“對評核程序作出規範”，係指同一條文第3款“由總督以批示訂定之關於評核程序之規範”，唯相關規範至今尚未制定。

21. 事實上，由於教學人員的工作評核依法旨在“透過教學人員在個人及職業上之發展，提高教育及教學質素，並使教育制度之組織能配合社會在教育領域上之需求”、“有助改進教學人員之教學活動及工作效率”、“有助教學人員自我提升及完善”、“有助調查教學人員在培訓及轉換職務方面之需要”、“探察影響教學人員工作效益之因素”以及“提供教學人員管理工作之指引”，當局長期（《教學人員通則》公布至今已近9年）適用第14條第4款此項具有過渡性質的推定，不就教學人員的評核程序作出規範，自然不利於落實上述工作評核的目的，正如本案投訴人C的情況，局方公開不與之續約的其中一項原因為“從未安排學生參與校外音樂比賽”，如局方有進行工作評核，局方對C的“不作為”工作表現所持的否定立場，定必於評核中有所反映，有關問題便不會發展成本個案所呈現的狀況。基此，行政當局宜採取促進訂定關於教學人員評核程序規範之措施。

22. 對於以編制外合同方式聘用的教學人員，其續聘與否，現行法律僅規定取決於行政當局的“作為”——表示續約的意願，無論有關人員為行政當局服務的時間多寡，行政當局僅需於有續約意願時作出明確的表示，如當局決定不續約，並不負有向相關教學人員說明理由的義務。然而，對於適用勞動法的私立學校教學人員，即使以確定期限方式聘用，如工作合同被

pelo Director da Escola não podia ser olhada como um acto violador das normas de «impedimentos», nem podia ser dada como fundamento de ilegalidade da decisão do Director da DSEJ que tacitamente dispensou o impedimento.

20. Por outro lado, de acordo com as informações fornecidas pelos queixosos a que o CCAC teve acesso, a DSEJ nunca procedeu à avaliação do desempenho do pessoal docente, com o fundamento de que, nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Estatuto do Pessoal Docente da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (doravante Estatuto do Pessoal Docente), «enquanto não estiver regulamentado o processo de avaliação, considera-se, para todos os efeitos, que a avaliação do desempenho do pessoal docente é boa, desde que nada conste disciplinarmente em seu desfavor»; aqui, a regulamentação do processo de avaliação refere-se à «regulamentação do respectivo processo, a definir por despacho do Governador», referenciado no n.º 3 do mesmo artigo. No entanto, até agora, essa regulamentação não foi elaborada.

21. Na realidade, a avaliação do desempenho do pessoal docente visa «a melhoria da qualidade da educação e ensino ministrados, através do desenvolvimento pessoal e profissional do docente, bem como a adequação da organização do sistema educativo às necessidades manifestadas pela comunidade no âmbito da educação», «contribuir para a melhoria da acção pedagógica e da eficácia profissional dos docentes», «contribuir para a valorização e aperfeiçoamento individual do docente», «permitir a inventariação das necessidades de formação e de reconversão profissional do pessoal docente», «detectar os factores que influenciam o rendimento profissional do pessoal docente» e «facultar indicadores de gestão em matéria de pessoal docente». A verdade é que, durante um longo período (decorrido quase 9 anos sobre a publicação do Estatuto do Pessoal Docente), a DSEJ tem aplicado o n.º 4 do artigo 14.º, com natureza transitória, não regulamentando o processo de avaliação do desempenho do pessoal docente, o que, logicamente, desfavorece a realização dos objectivos dessa avaliação. Foi o que aconteceu com o queixoso C no presente processo. Uma das razões tornadas públicas pela DSEJ relativamente à não renovação do seu contrato foi que «nunca organizou os alunos para participarem em competições musicais organizadas fora da escola». Ora, se a DSEJ tivesse efectuado a avaliação do desempenho, a sua posição negativa relativamente à «omissão» de C no desempenho de funções deveria tido reflexo no resultado da sua avaliação. E, assim, a questão não se desenvolveria assumindo os contornos registados no presente processo. Nestes termos, a Administração deve tomar medidas visando a promoção da normalização do processo de avaliação do desempenho do pessoal docente.

22. Para o pessoal docente recrutado mediante contrato além do quadro, a renovação ou não do contrato, depende, nos termos da legislação em vigor, unicamente do «acto» da Administração (da manifestação do desejo de renovação) que, independentemente do tempo da prestação de serviço pelo interessado, apenas tem que manifestar claramente este desejo no caso de entender necessária a renovação. Se a Administração decide não renovar o contrato, não tem o dever de fundamentar esta decisão. No entanto, relativamente ao pessoal docente das escolas particulares, ao qual é aplicável a lei das relações laborais, mesmo que seja contratado por um determinado prazo, no caso de o contrato de trabalho ser renovado três vezes, é considerado como empregado de longo prazo. Além disso, se as relações de

續期三次，便視作長期僱員；此外，彼等如被相關學校以不可歸責於彼等的理由終止勞資關係，依法可獲得補償。換言之，現實生活中官立學校的非編制內教學人員的保障反而弱於私校教師。

23. 然而，社會文化司司長在引介2008年度施政方針時，曾表示政府將不斷增大教育資源，改善老師待遇，提升教學素質，雖然當中述及的“改善待遇”應指向私校的教師，但如僅顧及私校教師的待遇保障，但對肩負官方教育使命的官立學校非編制內教學人員的職業保障置之不理，便顯失公平，按此，政府在落實上述施政方針時，便不應忽略為官立學校擔任教職的非編制內教學人員提供適當的職業保障，以及為彼等的工作表現提供以“工作評核”衡量的保障機制。

24. 基此，本署採取了以下措施：

(1) 向教育暨青年局發出勸喻，促請其關注自由裁量權行使的限制，避免日後再以“是否認同辦學理念”此類單純意識形態的判斷作為是否與編制外合同教學人員續聘的考慮因素；

(2) 向社會文化司司長作出建議，以促請其訂定教學人員評核程序的規範，以及研究如何加強對官立學校非編制內教學人員的應有保障，尤其是續聘方面的規範。

25. 教育局接納了本署的勸喻。

trabalho forem suspensas pela escola por razões inimputáveis ao interessado, este pode obter uma compensação legalmente estabelecida. Ou seja, na realidade, a garantia do pessoal docente fora do quadro das escolas oficiais é, afinal de contas, inferior à dos professores das escolas particulares.

23. No entanto, na apresentação das LAG, referentes a 2008, o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura afirmou que o Governo continuará a aumentar os recursos educativos, melhorar as remunerações dos professores e a elevar a qualidade da educação. Apesar do entendimento de que, aí, o «melhorar as remunerações» se refere aos professores das escolas particulares, seria injusto se a preocupação se restringisse às remunerações e garantias desses professores enquanto a garantia profissional do pessoal docente além do quadro das escolas oficiais, que têm por missão do desenvolvimento do ensino oficial, fosse ignorada. Por isso, na realização do referido objectivo constante das LAG, o Governo não deve negligenciar o proporcionar a devida garantia profissional ao pessoal docente além do quadro das escolas oficiais, bem como deve adoptar mecanismos garantindo que o seu exercício de funções seja avaliado através da «avaliação do desempenho».

24. Pelo exposto, o Comissariado adoptou as seguintes medidas:

(1) Emitir uma recomendação à DSEJ, solicitando que seja dada atenção aos limites do uso do poder discricionário evitando que, futuramente, valores puramente ideológicos, como o juízo formulado sobre «concordar ou não com as ideias da educação concebidas pela própria escola», voltem a constar do elenco de factores a considerar na decisão relativa à renovação ou não renovação do contrato do pessoal docente além do quadro;

(2) Formular uma proposta ao Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, solicitando o estabelecimento de normas que regulem o processo de avaliação do pessoal docente, bem como o estudo sobre reforço das garantias do pessoal do docente além do quadro das escolas oficiais, especialmente as normas relativas à renovação dos contratos.

25. A DSEJ aceitou a recomendação do Comissariado.

印 務 局 澳 門 法 例

1979	訓令		\$ 15.00
1979	法令		\$ 50.00
1980	法令		\$ 30.00
1981	法令		\$ 30.00
1982	法令		\$ 70.00
1983	法令		\$ 70.00
1984	法令		\$ 90.00
1985	法令		\$120.00
1986	法令		\$ 90.00
1987	法律、法令及訓令		\$120.00
1988	法律、法令及訓令		\$230.00
1989	法律、法令及訓令		\$300.00
1990	法律、法令及訓令		\$280.00
1991	法律、法令及訓令		\$250.00
1992	法律、法令 及訓令	上半年 下半年	\$110.00 \$180.00
1993	法律、法令 及訓令	上半年 下半年	\$180.00 \$250.00
1994	法律、法令 及訓令	上半年 下半年	\$200.00 \$450.00
1995	法律、法令 及訓令	上半年 下半年	\$360.00 \$350.00
1996	法律、法令 及訓令	上半年 下半年	\$220.00 \$370.00
1997	法律、法令 及訓令	上半年 下半年	\$170.00 \$200.00

1998	法律、法令 及訓令	上半年 下半年	\$170.00 \$350.00
1999	法律、法令及訓令	上半年	\$250.00
1999	法律、法令及訓令	第三季	\$180.00
1999	法律、法令及訓令 (中文版)	十月一日至十二月十九日	\$220.00
1999	法律、行政法規及其他	十二月二十日至三十一日	\$ 90.00
2000	法律、行政法規及其他	上半年 下半年	\$ 70.00 \$ 90.00
2001	法律、行政法規及其他	上半年 下半年	\$ 70.00 \$120.00
2002	法律、行政法規及其他	上半年 下半年	\$ 70.00 \$ 90.00
2003	法律、行政法規及其他	上半年 下半年	\$ 70.00 \$100.00
2004	法律、行政法規及其他	上半年 下半年	\$ 90.00 \$130.00
2005	法律、行政法規及其他	上半年 下半年	\$ 70.00 \$ 80.00
2006	法律、行政法規及其他	上半年 下半年	\$ 80.00 \$ 90.00
2007	法律、行政法規及其他	上半年 下半年	\$ 70.00 \$ 90.00
2008	法律、行政法規及其他	上半年 下半年	\$ 70.00 \$ 90.00
1993	對外規則 批示		\$120.00
1994	對外規則 批示		\$150.00
1995	對外規則 批示		\$200.00
1996	對外規則 批示		\$135.00
1997	對外規則 批示		\$125.00
1998	對外規則 批示		\$260.00
1999	對外規則 批示		\$300.00

IMPRESA OFICIAL *Legislação de Macau*

1979	Portarias		\$ 15,00
1979	Decretos-Leis		\$ 50,00
1980	Decretos-Leis		\$ 30,00
1981	Decretos-Leis		\$ 30,00
1982	Decretos-Leis		\$ 70,00
1983	Decretos-Leis		\$ 70,00
1984	Decretos-Leis		\$ 90,00
1985	Decretos-Leis		\$ 120,00
1986	Decretos-Leis		\$ 90,00
1987	Leis, Decretos-Leis e Portarias		\$ 120,00
1988	Leis, Decretos-Leis e Portarias		\$ 230,00
1989	Leis, Decretos-Leis e Portarias		\$ 300,00
1990	Leis, Decretos-Leis e Portarias		\$ 280,00
1991	Leis, Decretos-Leis e Portarias		\$ 250,00
1992	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre II Semestre	\$ 110,00 \$ 180,00
1993	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre II Semestre	\$ 180,00 \$ 250,00
1994	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre II Semestre	\$ 200,00 \$ 450,00
1995	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre II Semestre	\$ 360,00 \$ 350,00
1996	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre II Semestre	\$ 220,00 \$ 370,00
1997	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre II Semestre	\$ 170,00 \$ 200,00
1998	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre II Semestre	\$ 170,00 \$ 350,00

1999	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre	\$ 250,00
1999	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	III Trimestre	\$ 180,00
1999	Leis, Decretos- -Leis e Portarias (versão portuguesa)	1 Out. a 19 Dez.	\$ 220,00
1999	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	20 a 31 Dez.	\$ 90,00
2000	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre II Semestre	\$ 70,00 \$ 90,00
2001	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre II Semestre	\$ 70,00 \$ 120,00
2002	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre II Semestre	\$ 70,00 \$ 90,00
2003	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre II Semestre	\$ 70,00 \$ 100,00
2004	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre II Semestre	\$ 90,00 \$ 130,00
2005	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre II Semestre	\$ 70,00 \$ 80,00
2006	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre II Semestre	\$ 80,00 \$ 90,00
2007	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre II Semestre	\$ 70,00 \$ 90,00
2008	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre II Semestre	\$ 70,00 \$ 90,00
1993	Despachos Externos		\$ 120,00
1994	Despachos Externos		\$ 150,00
1995	Despachos Externos		\$ 200,00
1996	Despachos Externos		\$ 135,00
1997	Despachos Externos		\$ 125,00
1998	Despachos Externos		\$ 260,00
1999	Despachos Externos		\$ 300,00



印 務 局
Imprensa Oficial

每份價銀 \$108.00

PREÇO DESTE NÚMERO \$ 108,00